

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

TESE

O Tempo e o Voto:

uma etnografia da política no cotidiano de famílias assentadas

Letícia de Faria Ferreira

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**O TEMPO E O VOTO:
UMA ETNOGRAFIA DA POLÍTICA NO COTIDIANO DE FAMÍLIAS
ASSENTADAS**

LETÍCIA DE FARIA FERREIRA

Sob a Orientação do Professor
John Comerford

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor em**
Ciências no Programa de Pós-
graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade. Rio de Janeiro, RJ.

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

LETÍCIA DE FARIA FERREIRA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências** no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA EM 21/10/2010

Prof. Dr. John Comerford (CPDA-UFRRJ)
(Orientador)

Prof. Dra. Beatriz Heredia (IFCS-UFRRJ)

Prof. Dra. Cláudia Job Schmitt (CPDA-UFRRJ)

Prof. Dra. Leonilde Sérvolo Medeiros (CPDA-UFRRJ)

Prof. Dr. Marcio Goldman (PPGAS/MN-UFRRJ)

Aos meus sobrinhos e sobrinhas:

Sophia, Diogo, Brenda e Lúcio.

Ao Osmar Hences (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Como frequentemente se fala, uma tese é um trabalho solitário, mas também não o é, afinal são inúmeras pessoas que fazem parte da rede de afazeres que acabam constituindo ao seu final uma tese. Neste momento, cabe-me a tentativa de agradecer àqueles que de diferentes maneiras participaram do longo processo que desencadeia em uma tese de doutorado.

Portanto, gostaria inicialmente de reconhecer a importância e agradecer a universidade federal, pública e gratuita. Também ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pela bolsa de doutoramento. Aos funcionários e professores do CPDA; especialmente à professora Leonilde que por diversas vezes participou da construção deste texto.

Ao meu orientador, John Comerford, agradeço por sua compreensão e disponibilidade de orientar-me. E, acima de tudo, por sua orientação perspicaz, capaz de colocar a leveza como aliada das discussões deste trabalho.

Dado seu caráter itinerante, os agradecimentos desta tese terão de ser realizados conforme a cidade e seus queridos moradores. Começando pelo Rio, agradeço meus amigos e “infalíveis” companheiros de moradia na república da Moratori: Liandra, Edgar, Grazi, Laura... Agradeço por nossas discussões acadêmicas e nossas conversas de bar, e desejo que se estendam no tempo através dessa amizade que se nutre de encontros tão preciosos e etílicos. Ainda, na rua Moratori tive o prazer de conhecer Eliane e Rosane Oliveira, minhas vizinhas e amigas tão especiais. À Eliane agradeço a leitura atenta e os “pitacos” que acrescentou a esta tese. “Pitacos” necessários que também fez Valter. À Máira e à Ritinha, por sua amizade. Em Floripa, minhas queridas e poderosas amigas: Ângela, Melissa, Priscilla. À Márcia Mazzon por sua amizade e “ajudas” intelectuais.

Devo um agradecimento especial às famílias de assentados que tão gentilmente me receberam em suas casas e permitiram que eu fizesse parte de seus cotidianos. No assentamento Amaralina, em Vitória da Conquista (BA), reconheço a importância que teve para esta pesquisa os moradores do Amaralina, que convivi durante meu trabalho de campo.

Ainda em Vitória da Conquista, sou infinitamente grata aos meus amigos Nielson e Lene, que me receberam em sua casa e compartilharam comigo boa parte de minhas angústias da pesquisa. E, Nielson e Lene puderam acontecer porque Juliana Veloso, amiga do Rio, que é “mineira de Conquista” me ajudou a descobrir caminhos e pessoas, levando até mim o convite para pesquisar em Conquista no assentamento Amaralina. Também por intermédio de

Juliana, conheci Afonso, a quem agradeço a amizade, as trocas musicais, as *tanguedias* e as inúmeras informações sobre a história política de Vitória da Conquista. Não poderia deixar de lembrar Manuel Messias, Juca, João Omar, por suas companhias alegres. Agradeço ao professor Belarmino e à professora Suzane Tosta por disponibilizarem suas pesquisas e textos. Ao Sr. Ruy Medeiros, ao então candidato a prefeito Guilherme Menezes e ao prefeito na época José Raimundo por me concederem entrevistas e contribuições para a pesquisa. Agradeço a Iana, secretária do MST por sua gentileza e disponibilidade em me ajudar.

Em Herval também tenho muitos agradecimentos a fazer. Considero-me como parte da cidade e reconheço o grande número de pessoas a quem recorri nestes anos de pesquisa que, de certo modo, começaram quando da minha graduação. Às famílias assentadas no 18 de Maio, sem as quais nada disto seria possível desde o princípio, agradeço pela disponibilidade, o carinho e toda a hospitalidade que permitiu o acontecer da pesquisa. Pertinho daí, Marília e D. Vera foram interlocutoras fundamentais. Assim como Cécile Follet e Cátia Gonçalves, amigas de tão longa data. À Alexandra (Neneca) sempre receptiva na Vila Basílio. Ao Toninho Velleda e Roque Oliveira, amigos cujos textos e opiniões são parte desta tese.

Devo um agradecimento especial à minha família:

- ao tio Walter, por compartilhar sua larga memória que percorre parte da história de Herval;

- à tia Ione e à prima Mirelle, pelo convite para cursar História. E, antes ainda no tempo, à minha tia Zóca, Dindona, pelos inúmeros livrinhos que na infância marcaram meu gosto pela leitura. À minha Vódette, com seus 89 anos de humor e amor;

- aos meus pais, Gilberto e Eliana, por todo afeto e incondicional apoio às minhas escolhas; ao meu irmão Alexandre, Axé, às minhas irmãs Pati e Deise, ao Paulinho e o Leandro: sem vocês esta vida não teria a mínima graça;

- ao Jussemar, por sua presença marcante em minha formação intelectual. E, especialmente, por ter sua companhia nos percursos do amor.

LINHA CURVA

O caminho mais agradável entre dois pontos

LINHA RETA

Linha sem imaginação.

(Mário Quintana)

Inventar-te-ia antes que os outros te transformem num mal-entendido.

(Glauber Rocha)

RESUMO

FERREIRA, Letícia de Faria. **O Tempo e o Voto: uma etnografia da política no cotidiano de famílias assentadas**. 2010. 269 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

O presente trabalho apresenta uma etnografia das eleições municipais de 2008. O recorte da tese incide sobre as escolhas políticas eleitorais de assentados vinculados ao MST e se propõe a entender comparativamente como opera a noção de política e qual sua lógica nas escolhas eleitorais que são tomadas por sujeitos assentados em diferentes lugares, no caso, dois municípios — Vitória da Conquista e Herval, respectivamente situados nos estados brasileiros da Bahia e do Rio Grande do Sul. A pesquisa é realizada junto às famílias de assentados desvinculados de cargos de lideranças — *pessoas da base*, como se convencionou chamar — e através da antropologia da política, procura observar, nos modos de vida cotidianos, as experiências que motivam decisões políticas. Trata-se de descrever o significado que estas famílias atribuem às suas próprias ações políticas, as escolhas, apoios e interpretações que fazem do voto e dos candidatos. Busca-se, deste modo, na experiência vivida pelos sujeitos o modo como se constituem a política e o voto, considerando que um assentamento é entrecruzado por diferentes experiências e estilos de vida “assentada.” Ainda, considerando essa dinâmica diversa, observa-se o processo de filiação e segmentação das famílias e grupos ao MST, especialmente no “tempo das políticas.”

Palavras-chaves: eleições municipais, escolhas eleitorais, antropologia da política, MST, etnografia.

ABSTRACT

FERREIRA, Letícia de Faria. **The time and the vote: a politics ethnography about daily life of families settled.** 2010. 260 p. Thesis (Doctor of Science in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

The present work is an ethnography of municipal elections in 2008. The depiction of this thesis falls on the political electoral choices of settlers connected to the MST (Brazilian Movement of the Landless). It intends to comparatively understand how the notion of politics works and what its logic is in electoral choices made by settlers in different places. In this case, two municipalities were studied — Vitória da Conquista and Herval — respectively in the Brazilian states of Bahia and Rio Grande do Sul. Research was conducted closely with families of settlers who did not take on any leadership roles — *peessoas de base* [grassroots people], as they are designated. Based on anthropology of politics, daily life was observed, as well as the experiences that motivate political choices. In this thesis, we describe the meaning these families attribute to their own political actions, choices, support and interpretations of the vote and of candidates. In this way, we intend to look at, in the experiences lived by the subjects, the way in which politics and vote are constructed, considering that settlements involve different experiences and ‘settled’ lifestyles. Moreover, considering this diverse dynamics, we observe the process of membership and segmentation of families and groups to MST, particularly in ‘times of politics’.

Key-words: municipal elections, electoral choices, anthropology of politics, MST, ethnography.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACM — Antonio Carlos Magalhães
ALFA — Associação dos Lavradores da Fazenda Amaralina
BA — Bahia
CAPA — Centro de Apoio ao Pequeno Produtor
COPA — Cooperativa dos Produtores Agropecuários do Assentamento Amaralina
COPTEC — Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda
Creenor — Cooperativa de Crédito Rural
CPT — Comissão Pastoral da Terra
DEM — Democratas
EMATER — Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAG — Federação de Trabalhadores em Agricultura
FHC — Fernando Henrique Cardoso
INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PAC — Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos
MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB — Partido Comunista Brasileiro
PC do B — Partido Comunista do Brasil
PDS — Partido Democrático Social
PDT — Partido Democrático Trabalhista
PFL — Partido da Frente Liberal
PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP — Partido Progressista
PSB — Partido Socialista Brasileiro
PT — Partido dos Trabalhadores
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro
PHS — Partido Humanista da Solidariedade
PMN — Partido da Mobilização Nacional
PR — Partido da República
PRB — Partido Republicano Brasileiro
PSC — Partido Social Cristão
PTC — Partido Trabalhista Cristão
PTN — Partido Trabalhista Nacional
RS — Rio Grande do Sul
UESB — Universidade Estadual do Sudoeste Baiano.

SUMÁRIO

ROTEIRO PARA LEITURA DA TESE	11
Perspectivas antropológicas	12
Outras composições ou formas da tese	24
Os lugares e seus assentamentos.....	27
Herval, o assentamento 18 de Maio: a chegada do estranho	28
Da política em Herval — histórias do poder	32
O assentamento Amaralina, Vitória da Conquista.....	37
Conflitos por terra no interior do Amaralina	39
Vitória da Conquista – breve história política	41
Famílias assentadas: o universo etnográfico.....	46
 CAPÍTULO I	
ELEIÇÕES NO ASSENTAMENTO 18 DE MAIO: RETRATO 4 X 4 ANOS	52
Contexto histórico-político de Herval	54
Etnografia dos silêncios e distanciamentos	56
Conversas em 2004: confluências e variações.....	63
Seu Bento: “política é briga de graúdo!”	63
Aparecida: “adoro Big Brother, adoro votar!”	66
 CAPÍTULO II	
OUTRO OLHAR, OUTRAS ENUNCIÇÕES: O TEMPO DA POLÍTICA	
EM 2008.....	73
Do diário	77
Dona Lúcia, sua casa e a vida em família.....	78
Regina, militância no MST x lar?	87
Seu Coralino	94
 CAPÍTULO III	
A VOLTA AO DIA EM OITENTA MUNDOS: CANDIDATOS E	
ELEITORES, DISPUTAS, APOIOS E ESTRATÉGIAS EMBARAÇOSAS.....	115
Marino e Júlia: o trabalho, a vida e o zelo	124
Aparecida: atividade e luta	132
Considerações finais do capítulo	143

CAPÍTULO IV

INCURSÕES AO MUNDO <i>DESIGUALDOSO</i>	149
A vida e suas dobras; seu Edu: encontro e trajetórias.	150
Circuito eleitoral: política traz <i>dividição</i>	160
Viagem – primeiro percurso	162
Retorno em setembro	164
Viagem ao Amaralina — segundo percurso	167

CAPÍTULO V

A VIDA NO ASSENTAMENTO AMARALINA	172
Dora: efervescência e desamparo	173
“Aqui tem muita dividição por causa dos comprador de lote” (Zé)	183
Dora, Gastaldo, d. Maria e César: a casa de farinha.....	186
D. Maria e César	191
D. Vitória e seu Zé.....	198
Dora	203
“Faltou água! E agora?” — Dora, Chico Cabeludo e Sara, d. Maria	207
Véspera da eleição — casa de Dora	213
Dia da eleição — Capinal	221

CAPÍTULO VI

O DIA DEPOIS DA ELEIÇÃO: JÚLIO DO MST NÃO SE ELEGE, ‘CULPA DOS TRAÍRAS DA FETAG!’	225
Os mistérios da urna	232
A água e a eleição	236
Trâmites de uma reunião: a política da água	239
Considerações finais do capítulo.	247
“ENTRE A CABEÇA DO ELEITOR E A URNA HÁ O MUNDO DE MEU DEUS!”	253
ANEXOS.....	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269

ROTEIRO PARA LEITURA DA TESE

Em *Fragmentos de um discurso amoroso*, Roland Barthes escreveu inicialmente um texto intitulado *Como é feito este livro*, no qual encaminha o leitor para o universo intertextual e labiríntico do discurso romanesco. Não se trata de *encaminhar* no sentido de *dar o sentido do caminho* e sim uma espécie de chamado para nos lançarmos em uma aventura semiológica da escritura barthesiana, percorrendo seus passos e signos no espaço literário. Com a mesma intenção, este *roteiro para leitura da tese* pretende apresentar ao leitor a natureza do trabalho e o modo como escrita e pesquisa foram construídas. O propósito aqui é convidar quem lê a seguir meus passos nos percursos que percorri no trabalho de campo, informado de antemão das principais questões que conduziram a pesquisa. Incluir este texto prólogo que chamo de roteiro tem, assim, a finalidade de explicar certas escolhas metodológicas tomadas e de apresentar o tema, o modo de elaboração da escrita da tese bem como a organização dos capítulos.

Este estudo se propõe a compreender comparativamente como opera a noção de política e qual sua lógica nas escolhas eleitorais que são tomadas por sujeitos assentados em diferentes lugares, no caso, no assentamento 18 de Maio, situado em Herval (RS), e no assentamento Amaralina, em Vitória da Conquista (BA). Esses assentamentos são, mesmo que parcialmente, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Trata-se de uma etnografia das engrenagens movidas e envolvidas na tomada de decisões políticas de famílias moradoras dos assentamentos rurais.

Ao pesquisar famílias de assentados desvinculados de cargos de lideranças – *pessoas da base*, como se convencionou chamar, preocupo-me em desviar do foco com que a literatura relacionada frequentemente trabalha e, desse modo, observar nos modos de vida as experiências políticas e, portanto, outros possíveis na participação eleitoral. Acredito que compreender o significado atribuído pelas pessoas da base do MST às suas próprias ações políticas permite lançar nova luz sobre os estudos do tema. Logo, busco o sentido que está na experiência vivida pelos sujeitos no cotidiano, não como uma antecipação conceitual, mas como uma explicitação da maneira pela qual se constituem a política e o voto nesse entrecruzamento de experiências que caracteriza um assentamento.

Assim sendo, organizo a tese de modo que alguns eixos centrais da pesquisa são apresentados neste momento, permitindo que os capítulos subsequentes sejam prioritariamente dedicados às falas nativas, que, por meio de meu diário de campo, reconstróem o mundo social dos assentados e atualizam conceitos políticos. Em outras palavras, neste texto introdutório apresento as linhas da pesquisa que serão problematizadas e servirão como pistas, como caminhos de entrada ao universo nativo. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de descrever algumas chaves que aparecem dispersas nas narrativas nativas e dar uma ordenação explicativa a elas, levando em conta que “ao pesquisador cabe apenas a sensibilidade de detectar o que são, e quais são, os eventos especiais para os nativos.” (PEIRANO, 2001, p. 9).

Em um primeiro momento, procuro tecer comentários sobre minhas escolhas dentro do campo da antropologia tratando das implicações teóricas e das perspectivas adotadas para o trabalho etnográfico que repercutem nas formas aqui apresentadas de escrita. Faço ainda um mapa do cenário dos assentamentos rurais que etnografei. Junto com este mapeamento apresento algumas famílias que são os principais personagens do texto e as questões que apareceram em nosso convívio das quais selecionei as mais intensamente relacionadas com o tema. Em um segundo momento da tese, proponho a leitura das descrições das narrativas nativas seguindo os itinerários de meu diário de campo.

Perspectivas antropológicas

O meu encontro com a teoria foi posterior ao meu encontro com as hipóteses e perguntas que me fazia sobre o tema eleições em assentamentos rurais. Melhor explicando, o período em que comecei a graduação foi mais ou menos coincidente com o momento da chegada dos assentamentos ligados ao MST em Herval (onde nasci e morava nesse período). Nessa época, comecei a intrigar-me com a diversidade de posições políticas dos assentados que, de certo modo, pareciam submergidas no grande véu que os encobria, representado pelo discurso político de esquerda do Movimento Sem Terra. A participação dos assentados nas eleições municipais de 1996 aumentou em muito minhas ansiedades por entender seus comportamentos políticos; afinal, se os votos foram em candidatos de perfis variados, o discurso por sua vez mantinha-se aliado à luta por reforma agrária ao MST, entre outras bandeiras comumente defendidas por partidos de esquerda.

Na tentativa de intelectual de compreender os porquês das escolhas políticas dos assentados, concluída a graduação, fui fazer especialização em ciência política, e, então, descobri que minhas perguntas não podiam ser respondidas em termos duros e negativos. Se por um lado, no primeiro momento da especialização minhas angústias foram redobradas pela impossibilidade que percebia nas ciências políticas de dar conta analiticamente do que até então se desenhava para mim como uma questão de pesquisa, por outro lado, foi nesse momento que comecei a participar do grupo de estudos antropológicos que funcionava no setor em frente, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. Nesse grupo, pude conhecer melhor a antropologia e, especialmente, os trabalhos do Núcleo de Antropologia da Política do Museu Nacional, entre outras leituras que me permitiram uma abordagem antropológica da política.

A partir daí, começo a encontrar instrumentos para pensar as motivações e as relações travadas pelos assentados com a política, na medida em que posso pensar uma pesquisa que considera a voz nativa sendo capaz de resignificar conceitos e, ainda, que permita construir alguns descentramentos em relação aos métodos e temas tradicionais e consagrados pela ciência política na abordagem das eleições e da política (análise do funcionamento de instituições sociais — parlamento, partido, eleições, diplomacia, etc.) (BARNES, 1987). Assim, pude partir para minha pesquisa de mestrado que, de certo modo, se estende até esta tese, compreendendo que as representações e valores são atualizados pelos sujeitos em suas práticas cotidianas, práticas que, por sua vez, dentro da perspectiva antropológica, são essenciais para quem está interessado em compreender os fatos políticos como uma trama de significados constituídos socialmente.

A proposta da antropologia da política permite a aproximação com as diferentes formas que a escolha político-eleitoral apresenta, com os diferentes elementos que compõem os motivos do voto, no caso, dos assentados, entre eles, a importância da *pessoa* do político para a decisão, a capacidade dele de *falar bonito*; enfim, é preciso estender para a vida as decisões que fazem parte da política, pois no assentamento esses dois aspectos não estão separados (CHAVES, 2003; COMERFORD, 1999).

Todo o exercício etnográfico foi, portanto, uma busca de olhar para a política tal como ela é definida e vivida pelas pessoas de um grupo específico, no caso, os assentados ligados ao MST. Esta pesquisa trata de pensar as escolhas políticas através de uma aproximação

etnográfica com a complexidade que a teia do real vai tecendo, levando em consideração as suas dinâmicas e contingências, que compõem o cenário social e político.

A presença dos movimentos sociais nos anos 80, período repleto de expectativas com o fim da ditadura militar, anunciava novas modalidades de exercícios da política. O Estado começou a compartilhar espaços de poder com outros setores; no que tange à questão agrária foi um momento de forte embate devido ao surgimento do MST na luta pela reforma agrária e pela defesa de políticas voltadas para as populações pobres do campo (MEDEIROS, 2003). A princípio, o MST procurava não se colocar no âmbito da disputa política eleitoral, mantendo suas atividades no circuito de forças extra instituições. Com o decorrer do tempo, o envolvimento de lideranças com os partidos políticos e a força representativa que esses militantes do MST foram adquirindo, tornou-se praticamente insustentável manter-se fora do processo eleitoral. Atualmente, a direção nacional do Movimento opõe-se ao lançamento de militantes e lideranças para cargos eletivos, no entanto, são muitos os candidatos assentados e/ou vinculados ao MST que se lançam em diversos planos da política eleitoral, seja para deputado, prefeito, vereador.

De todo modo, esse descentramento da política para outros segmentos sociais, estendendo para além do Estado, será outro viés da perspectiva antropológica. Viés através do qual poderei observar o MST em sua tessitura interna e relativizar a ideia então conformada de política e movimentos sociais. Nesse sentido, abordo temas que habitam o mundo da política dos assentados — por exemplo, o parentesco, a reciprocidade, a promessa, as questões de honra, etc. —, que muitas vezes são excluídos das discussões acadêmicas da “política moderna” por serem tomados como “impuros, ou não políticos”, ou ainda, quando tratados, são considerados de modo negativo (BARREIRA e PALMEIRA, p. 10, 2006). Ainda, através da etnografia sinalizo para o fato de que os temas mencionados podem comportar não exclusivamente uma ação, uma unidade de sentido, mas cada um ter múltiplos e dispersos significados para o grupo.

O MST tem preocupações de formação política de seus militantes, e isso de algum modo acaba inserindo a política em períodos não necessariamente eleitorais. No entanto, como pude observar, a formação não exige o voto no assentamento de carregar consigo um pressuposto alicerçado nas relações pessoais encadeadas e transcorridas no “tempo da política”, mas também para além deste tempo. Em função das relações pessoais ou da

presença do MST, a política adentra por outras temporalidades. Assim, a noção de *pessoa* cria o fio que pode conduzir e revelar alguns dos motivos do voto, sendo este um elemento que precisa compor a análise. No entanto, ele não pode ser pensado como o único elemento que traz sentido e lógica para a escolha deste ou daquele candidato no assentamento.¹ Pelo contrário, é a variação presente no arranjo da escolha eleitoral que cada família faz que dá significado ao voto. Como afirma Geertz (2004), é tratar de conferir aos processos o significado que diferentes atores envolvidos lhe dão.

Nesse sentido, a perspectiva da antropologia da política permite colocar em relação os nossos pressupostos teóricos com as significações nativas; e pela relatividade dos conceitos faz a renovação teórica da disciplina, então, realizada pelo confronto permanente entre suas construções teóricas e conceituais e o sentido da ação social. As possibilidades da etnografia estão em sua capacidade de seguir com fidelidade as concepções nativas e revisar os conceitos da política pela multiplicidade de formas e arranjos que são encontrados em campo. (GOLDMAN e PALMEIRA, 1996; CHAVES, 2003).

Foi, portanto, partindo das abordagens que a antropologia da política tem feito nos últimos anos no Brasil, entre as quais este trabalho em muitos aspectos busca se inscrever, que procuro uma aproximação etnográfica com o que antropologicamente se convencionou chamar de “o ponto de vista nativo”. Uma tentativa de estabelecer uma relação entre nativos e antropólogo, cujos “frutos” não sejam destinados apenas ao antropólogo, pelo contrário, a proposta é buscar uma maior equivalência entre o discurso nativo e o discurso antropológico.

Acredito que retomando a maneira como realizei a etnografia poderei explicar o formato interligado das narrativas, como também desvendar as conexões temporais de algumas falas. Como disse, o trabalho de campo foi feito em duas localidades distintas e distantes. O tempo desse trabalho também tem uma conformação desigual, pois se em Herval já havia feito pesquisa anteriormente, em Vitória da Conquista, o trabalho de campo inicia-se junto com o período de pesquisa para esta tese. Consequentemente, ao chegar com um projeto de entender a dinâmica das eleições no local, nesse último universo tudo era uma complexa novidade para mim. As dificuldades e as dúvidas eram inúmeras. E se nessa entrada, preocupava-me em não seguir nenhum roteiro pronto, mas compreender as representações e valores sociais, as ações que dão sentido e constituem a vida social e, portanto, implicam a

¹ Sobre a noção de *pessoa* na política, ver Chaves (2003).

prática política, tudo tornava-se de certo modo imbricado e interseccionado, mas ainda de modo um tanto confuso.

Em Herval, procurei realizar a etnografia em uma espécie de *continuum* no qual as relações e conversas que estabeleci no período de trabalho de campo do mestrado são retomadas para este outro trabalho. Uma espécie de linha em espiral irá costurando o texto entre encontros do passado e do presente. Assim, creio que o fato de ter permanecido em campo durante um tempo longo em Herval e ter relações permanentes com o lugar, pois é onde minha família mora, permitiu, vamos dizer, esse prolongamento constante da permanência em campo. Agora, especificamente no assentamento, realizei duas inserções — durante o ano de 2004 e outra mais breve em 2008, períodos que me permitiram acompanhar as histórias de vida bem de perto, mais próximo de *como* se realizam no cotidiano, sem maiores desencontros e rupturas. Nesse intervalo de tempo também, sempre que pude fui a Herval diversas vezes, em quase todos os fins de semana e feriados de 2005.

Em Vitória da Conquista a etnografia se construiu de outro modo, apesar de compactada em um período específico foi facilitada pelas relações que estabeleci anteriormente com figuras chaves para o trabalho de campo. Assim as observações de campo apresentam várias lacunas de tempo, pois precisei me ausentar por diversas vezes, mas é um contínuo dos eventos, dos dias, dos encontros e das conversas que foi sendo o principal conteúdo que procurei trazer de meu diário de campo.

A escolha metodológica de colocar as narrativas dos assentados do modo menos fragmentado possível e apresentadas praticamente como um “texto próprio” foi feita por mim quando percebi que certos assuntos de que tratamos ao longo do tempo encontravam-se em meus apontamentos encadeados e contextualizados, formando o circuito de possíveis que me levaram, ao relê-los, a elegê-los como temas eixos. Discutirei tais temas aqui como “problematizações do campo”. Trato, portanto, de anunciar e refletir sobre esses eixos de problemas apresentados *a priori*, para na sequência passar às mãos do leitor as mesmas narrativas que me inspiraram recortar esses eixos para que ele possa compartilhá-los comigo e, quiçá, elencar possíveis outras questões.

Tratando das problematizações de campo é preciso explicar que procurei deixar de lado problemas e perguntas prévias para que não fossem levados para o campo comigo; pelo contrário, procurei deixar acontecer sua insurgência na medida da minha relação com os

assentados. Levei um tema de interesse que *é entender como eles pensam a política e escolhem em quem votar*, mas era preciso, como se diz no interior, *não colocar a carroça na frente dos bois*. Além do mais, minhas interrogações prévias talvez sequer tivessem proximidade com as questões nativas e procurá-las em campo poderia desviar o percurso do que, de fato, pensam os assentados da política e ainda correr o risco de impedir que virtualidades surgissem segundo as situações e suas contingências. Como sugere Viveiros de Castro, a antropologia “é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, não a de achar soluções para os problemas postos pela nossa.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002 p. 117). Para tal proposição de estudo, vamos dizer que a inspiração parte de uma pergunta sugerida à antropologia por Viveiros de Castro: “O que muda, em suma, quando a antropologia é tomada como uma prática de sentido em continuidade epistêmica com as práticas sobre as quais discorre, como equivalente a elas?” (idem).

Dentro dessa concepção, procuro ver as narrativas acionadas pelos próprios problemas que trazem, na medida de suas intersecções entre o mundo vivido e a construção das escolhas eleitorais de assentados vinculados ao MST — tema central da tese. Entendo que a abordagem da política deverá colocar em cheque toda substancialização e formalização do processo eleitoral a partir do ponto de vista nativo desse processo. É nesse sentido que procuro incorporar as reflexões propostas pela antropologia simétrica, considerando então que os problemas e as interpretações nativas são o que de fato dá teor e força à etnografia e, por isso, suas dimensões devem ser levadas em conta em todas as instâncias pelo antropólogo (GOLDMAN, 2006).²

Portanto, quando escolho tratar primeiramente dos problemas surgidos na diversidade de opiniões e eventos do campo — alguns dos quais procurei articular como eixos centrais da pesquisa —, ou seja, achar o método de tornar visíveis os “fatos invisíveis”, nos termos de Malinowski (1978), para depois remeter o leitor ao corpo principal das narrativas significa uma preferência por qualificar não apenas a palavra nativa, mas, sobretudo, os diálogos e as

² Entendo o risco que se corre ao adotar uma teoria que tem sido mais frequentemente discutida no campo da etnologia indígena, mesmo quando fizemos todas as necessárias salvaguardas. Para corroborar com esse esforço de aproximação, remeto o leitor a um texto de Émerson Giumbelli (2006). O autor procura refletir sobre as costuras que aproximam *antropologias* quando propõe uma leitura de Evans-Pritchard em seu livro sobre os Azande e busca aproximá-los de nós. Para Giumbelli (2006, p. 263) “[...] não se trata de negar as diferenças, ou de apagá-las recorrendo a algum plano *apriorístico* de universalidade.” Inspirado em Latour, a questão não se coloca para Giumbelli em termos de eliminar a diferença e sim a sua exotização. “[...] Trata-se, assim, não de concluir que tudo se iguala, mas de colocar as mesmas exigências e de seguir os mesmos procedimentos quando se faz antropologia, sobre ‘nós’ ou sobre ‘eles’”.

experiências de identificação surgidas entre nós. Como em todo trabalho de pesquisa, esta se trata de uma *opção* epistemológica e de método expositivo. Tenho claro, assim, que o fato de ter escolhido este modelo de descrição etnográfica, que parte de relações estabelecidas entre nativo e antropólogo e valida essa experiência, leva-me a deixar de lado tantos outros, por ventura, não menos interessantes. Essa escolha pressupõe que há um lugar de onde me situo enquanto antropóloga que se propõe a estudar a política e de onde visualizo questões. Lugar este sempre relativizado pela etnografia — ou seja, trata-se de uma proximidade sincera que pude estabelecer e de onde o observar tornou-se o compartilhar de problemas e perguntas.

A noção de política no assentamento vai delineando certo modo de votar, de alicerçar compromissos e estratégias de escolha eleitoral. A visão de descompasso, alienação e de falta de lógica no voto é sempre de quem olha de fora, e muito provavelmente, tem *a priori*, convicções prontas do que é *política*, *politizado* e de qual voto é lógico e coerente. O voto dos assentados está dotado de estratégias e lógicas nem sempre bem compreendidas também por aqueles que estão “mais por dentro”, como alguns militantes e lideranças. No entanto, se o pesquisador se deixar *afetar* pela experiência política que é vivida pelo assentado muito provavelmente perceberá que a aparente contradição, ou a “des-politização” das escolhas eleitorais, carrega uma infinidade de estratégias de resistência ou de adesão, que são articulações individuais ou de grupo (GOLDMAN, 2006; FAVRET-SAADA, 2005).³

O período em que permaneci nos assentamentos é aquele correspondente ao “tempo das políticas”, portanto, nunca uma ocasião ordinária. Refiro-me ao termo “tempo da política” conforme definido por Palmeira e Heredia (1995): o tempo em que se dá a campanha política, os arranjos, os comícios, enfim, o tempo que antecede as eleições e insere a política no cotidiano.

Portanto, foi nesse “tempo” que permaneci em Herval nas eleições municipais de 2004, nos meses de abril a outubro, e de 2008, nos meses de junho, julho e parte de agosto. Depois, fui para Vitória da Conquista onde fiquei até novembro. Ou seja, foram meses do

³ Discutindo atentamente as posições e controvérsias dos antropólogos em torno do *ponto de vista nativo* Goldman adota uma proposta na qual o trabalho de campo e a etnografia deixam de ser pensados como simples processos de observação ou de formas de conversão (quando o antropólogo assume o ponto de vista do outro), ou ainda de transmutação em nativo, para serem pensados, conforme sugerem Deleuze e Guattari, como um *devir*. Assim, a proposta é de um *devir-nativo* que orienta o autor em seu campo. Esse devir pode ser explicado de forma mais sintética como um “*movimento pelo qual o sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que consegue estabelecer com uma condição outra. Estes afetos não têm absolutamente o sentido de emoções ou sentimentos, mas simplesmente daquilo que afeta, que atinge...*” (GOLDMAN, 2006, p. 32).

tempo da política, época em que a eleição está por toda parte, na pauta do dia. Estive em Vitória da Conquista em outros períodos, mas por um intervalo mais breve e de modo mais pontual. De modo genérico, teremos então duas descrições de diferentes temporalidades de um lugar (Herval em 2004 e 2008) e uma de outro (Vitória da Conquista, em 2008). Mas isso não é tudo se consideramos que os comparáveis não precisam ser semelhantes ou estarem do mesmo modo e no mesmo lugar (DETIENNE, 2004).

A questão não é determinar condições para a comparação, um mesmo horizonte ontológico; pelo contrário, a questão está mais para “comparar incomparáveis”, sem ofuscar diferenças como sugere Detienne. Foi esse exercício que tentei realizar, no entanto, posso não ter tido êxito e deixado o leitor com descrições variadas da política de cada lugar. Contudo, espero que não desolado, mas, como popularmente se diz, *com a faca e o queijo na mão* para empreender seus próprios comparáveis. Antes de seguir a apresentação a que este texto se propõe, remeto a uma observação de Strathern que Viveiros de Castro (2007, p. 77) retomou: “nós não ‘descobrimos’ similaridades e diferenças, mas sim as criamos no processo de fazer comparações.” Continua Viveiros: “semelhanças e diferenças não existem em si: elas são função das questões que o analista se coloca.”

Por meio de um recorte que leva em conta o espaço interior de práticas políticas, proponho estudar *por dentro* o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Práticas diversas, entrecruzadas pela presença de lideranças e militantes que procuram dar uma “formação política” para os assentados da base e acabam se deparando, muitas vezes, com certo modo de ver e pensar a política dos assentados que não corresponde aos ideais das lideranças. Importa aqui não apenas o fato de essas expectativas serem postas em choque pelo seu próprio fim, ou seja, o resultado eleitoral, mas, sobretudo porque revelam a presença de *outros* processos de motivação e escolhas que informam os assentados na experiência política. Ademais, a entrada em um movimento social, por si só, não apaga o passado, a cultura que urdiu o sujeito, posto que, se o assentamento parece fundar um novo tempo, ele, por sua vez, também se alimenta e é forjado de experiências, assim como, recupera valores (MEDEIROS, 1994).⁴

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra talvez tenha como uma de suas principais características a heterogeneidade de seus integrantes que entram no Movimento em busca de terra, contudo, os motivos para acampar em busca de um lote e os planos de vida ao receber a

⁴ A discussão sobre a entrada e a participação relativa em um movimento social é feita com cuidado por Quirós (2008).

terra são os mais diversos. De modo geral, a diversidade étnica, cultural e territorial dos participantes do MST encontra como pano de fundo comum condições sociais e econômicas precárias e incertas. Apesar da grande importância que significa participar do MST, é preciso não esquecer as asperezas de viver acampado. Não tem poesia nenhuma viver anos sob um teto de lona preta no calor escaldante do nordeste ou na geada fria do sul. É preciso antes de qualquer coisa que reconheçamos esse enorme esforço exigido para participar da luta pela terra e a expectativa e a esperança que essas pessoas depositam no MST. Portanto, o ato de ingressar no MST tem por si mesmo um significado muito forte de mudança e carrega um desafio considerável para acampados e assentados.

Apesar de certos adornos mistificadores da situação concreta daqueles que decidem ingressar no MST, na maior parte das vezes construídos por intelectuais e militantes, para as famílias que tomam a decisão de acampar e ocupar uma terra, essa é uma resolução muito difícil, que leva em conta os riscos, quando muitas vezes acabam subvertendo limites que tradicionalmente lhes são impostos. Decisão, evidentemente, aliada a uma grande perspectiva de mudar de vida. Como bem observou a professora Regina Bruno, normalmente esquecemos que os assentamentos e o próprio MST são, de certo modo e em parte, uma das consequências da ausência secular de políticas de reforma agrária pelo Estado brasileiro. As consequências dessa falta são hoje penosamente levadas adiante pelas populações pobres do campo no seu engajamento pela reforma agrária e muito vagarosamente são levadas em conta pelo Estado como política pública.⁵

Os sem-terra são um “objeto” muito pesquisado, no entanto, parece-me que muitas vezes também são vítimas de uma euforia militante que pouco espaço lhes dá para falarem de si, das angústias, temores e também alegrias dessa nova situação. Tal como diz Martins, os camponeses que decidiram ocupar terras nos colocam diante de seu *protagonismo* histórico, obrigando-nos a repensar esquemas e conceitos, e principalmente a reconhecer o outro como *outro*, sujeito de conhecimento, pois qualquer forma diferente será estranha em relação ao mundo daquele que é o sentido do estudo (MARTINS, 1993).

Para entender como o voto e a política aparecem no pensamento e nas ações dos assentados (no caso, o ato de votar) foi preciso traçar os caminhos por eles percorridos até o momento de anunciarem suas decisões ou indecisões. Caminhos cheios de nuances e

⁵ Comentário realizado pela professora Regina Bruno quando da apresentação de meu trabalho “A política e o Movimento” no GT 18 do Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia em 2009.

miudezas, questões de valor e sentido pessoal que aparecem em seus cotidianos e tornaram-se motivadores de certas escolhas e comportamentos políticos. O voto nos assentamentos não aparece descolado das questões envoltas no cotidiano do assentado, sua trajetória e suas necessidades, anseios e estratégias que emprega para resolver essas questões. Isso não significa que a política não tenha uma presença delimitada, ou, ao menos, mais efetiva no *tempo da política*.

Afinal, os valores e os símbolos motivadores do voto são originados no cotidiano e sua definição, poder-se-ia dizer, desenlaça-se na relação estabelecida com o candidato no *tempo da política*, quando as promessas e os compromissos são anunciados e firmados por ambas as partes. A história da decisão é tecida ao longo do cotidiano, mas o ato de decidir se dá no *tempo da política*. Através das conversas os assentados vão desenhando o que poderemos chamar de um conjunto de questões motivadoras de seu voto.

Com efeito, como observam Palmeira e Heredia (1996), para as populações rurais no geral, a política não é um tema que faça parte do cotidiano, ou pelo menos, não com a mesma intensidade com que ocorre na época de eleições. Esse período singular, “tempo em que são possíveis os rearranjos ou que são re-formulados os arranjos de compromisso, é o tempo da política.” Essa presença “das políticas” inclui o comparecimento dos políticos com seus símbolos — bandeiras, cartazes, música — nas comunidades. Identificada com as eleições, ela não é uma atividade permanente; a política tem delimitações temporais quase tão precisas quanto o plantio e a safra (HEREDIA, 1996, p. 57; PALMEIRA, 1996, p. 43). Todavia, através das observações etnográficas iremos perceber que a atividade política de militantes do MST no período de intervalo entre eleições acaba por inscrever alguns aspectos da política ao longo do cotidiano, constituindo desse modo um alargamento desse tempo eventualmente em conjunção com enunciações que são parte da política eleitoral.

A heterogeneidade que irá se constituindo através do processo histórico marcará a composição dos assentamentos ligados ao MST. Diversidade que pode ser reveladora de variados artifícios e arranjos que canalizam as expressões políticas entre diferentes grupos de assentados (às vezes, de apenas uma família) dentro do grupo maior, do assentamento e/ou do MST. Talvez pela multiplicidade de interesses que move os sujeitos a participarem da luta pela terra, o MST encontre dificuldades de conseguir alguma coesão política interna. Observo que essa multiplicidade acaba fazendo com que subgrupos apareçam na disputa política e,

possivelmente, diversifiquem os códigos de apoios, as escolhas eleitorais e os próprios conceitos com que definem a política (SIMMEL, 1983).⁶

Observando a fluidez dos grupos e subgrupos que se conformam no assentamento é que procuro uma aproximação com os processos de segmentação na política como sugerem Goldman (2006) e Herzfeld (2001). Foi no trabalho de campo propriamente que o tema da segmentaridade surgiu, e a partir dessa experiência empírica que ensaio suas possibilidades analíticas, e não ao contrário, como antecipação conceitual. A definição empregada por Herzfeld para o modelo analítico de segmentação sintetiza a proposta de expansão desse modelo para a antropologia das sociedades com estado. Para Herzfeld (2001, p. 206) a segmentação “é o desenvolvimento relativo de alianças políticas de acordo com critérios de distâncias social, genealógicos ou outros, entre as partes envolvidas em uma disputa.” Será uma mudança mais recente de perspectiva que dinamiza o modelo segmentário para além de sua reprodução literal no campo de análise, passando então a ser visto mais como uma “metáfora para a incerteza das relações políticas do que como uma descrição literal de eventos específicos.” (HERZFELD, 2001, p. 209)

Não é minha pretensão realizar aqui um aporte sobre a discussão da *segmentaridade* na antropologia.⁷ O que procuro é uma aproximação com a proposta de Goldman de tornar inteligíveis os processos de segmentação em sociedades com Estado, no caso a nossa. Trata-se de reconhecer a presença de unidades segmentares que coexistem com a capacidade de cooptação do Estado (ou de outras forças centrípetas como o MST). Observei esse processo nos grupos de assentados que se dividem e/ou se unem em torno de alianças políticas partidárias. Ainda, como observa Goldman (2006), não se trata de substituir o conceito de facção — que por sua vez, para alguns, substitui a ideia de partido político — por segmentaridade, mas de trabalhar com a possibilidade de complementaridade das noções.

Assim alguns *insights* surgem inspirados por essa proposta, e considerando a possibilidade de que não cabe apenas ao Estado a capacidade de centralização, observo que os processos de divisões entre os grupos de assentados não deixam de em circunstâncias

⁶ Podemos pensar nesse mesmo sentido na definição que Mayer (1987) faz dos “quase grupos”: eles apresentam certo tipo de organização, mas apesar disso não chegam a se concretizarem como um grupo, estando “os quase grupos” baseados na configuração de contatos interpessoais de um conjunto de indivíduos.

⁷ Ver o texto de Goldman (2001) “Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus”, onde o autor apresenta uma introdução ao conceito de segmentaridade na análise da política em sociedades dotadas de Estado. Ver também Goldman (2006), Herzfeld (2001), Deleuze e Guattari (1996) e Favret-Saada (1966).

extraordinárias voltarem e recompoem-se enquanto grupo maior, o MST. O conceito de segmentaridade pode ser útil para pensar “domínios” de fronteiras fluidas — a relação entre esses “domínios” se opera em qualquer caso por um princípio de segmentação: uma unidade não apenas se divide em um ou mais domínios como também pode proporcionar a reversibilidade dessa divisão. O que observo nos grupos assentados são processos políticos que tanto os dividem quanto os reúnem em diferentes momentos e para diferentes fins. (GOLDMAN, 2001).

Para tratar da aproximação do antropólogo com os diversos termos nativos e com o campo da antropologia, lembra Peirano: “se por muito tempo a antropologia foi definida pelo exotismo do seu objeto de estudo e pela distância que separava o pesquisador do seu grupo de pesquisa, hoje essa situação mudou. Antropologia não se resume a um objeto, ela se interessa pela diferença.” Ainda que, segundo a autora, a diferença cultural possa assumir, para os próprios antropólogos, uma pluralidade de noções, essa diferença pode ser relativa e não necessariamente precisa ser exótica. (PEIRANO, 2006, p. 53-4)

Termo polissêmico, a política será aqui relativizada e sua definição será concernente ao seu uso nativo. Considero uma condição e um possível para tratar etnograficamente as percepções dos assentados sobre política a ocorrência de transversalidades situadas entre suas falas e vivências da política e a minha presença como interlocutora. Estou levando em conta aqui a ideia de *transversalidade* no sentido que a antropologia tem lhe dado, ao tomá-la emprestado da filosofia, especialmente de Guattari. Uma experiência de tornar os limites permeáveis e imprecisos, estendidos entre minha posição de observadora e as falas nativas, transpondo hierarquias no campo e também aquelas teóricas ao vincular diferentes correntes (VIVEIROS DE CASTRO e SZTUTMAN, 2008).

Tenho como intenção observar as práticas efetivas postas em jogo por assentados na ocasião das eleições municipais. Como causa e consequência desse objetivo, procuro discorrer sobre o universo no qual essas práticas eleitorais estão imersas, ou seja, a construção propriamente dita do processo eleitoral e, como chama Goldman (2006), o funcionamento da democracia.

Outras composições ou formas da tese

As eleições municipais podem ser um campo interessante para observar no *modo de fazer política* dos assentados uma via de exercício efetivo da democracia. Pensando com *as teorias nativas da política*, trata-se de observar o voto no seu engendrar, no cotidiano em que é discutido com a família, vizinhos, amigos etc., quando é disputado, pensado e, talvez, decidido. Deixam-se de lado as categorias prévias — como racionalidade, democracia, partido — para melhor aproximar-se do que pode ser diverso e se organizar sobre outros alicerces. Como disse, trata-se menos ainda de “julgar como ilegítimas as práticas e os contextos em que essas pré-noções não se fazem relevantes” (BORGES, 2003, p. 14). Retomo aqui a ideia de que certos temas como parentesco, pessoalidade, promessa, ajuda, entre outros, por serem tomados como “impuros, ou não políticos”, ou ainda, quando tratados, serem abordados de modo negativo, são, na realidade, pouco considerados (BARREIRA e PALMEIRA, 2006, p. 10). Dentro disso, trata-se aqui de por meio da etnografia chamar atenção para o fato de que esses temas podem comportar não exclusivamente uma ação, uma unidade de sentido, mas cada um ter múltiplos e dispersos significados para o grupo.

Os relatos que apresentarei nos capítulos seguintes conduzem o leitor a certo *ir e vir* entre a política e as coisas da vida; ir e vir ininterrupto, espécie de espiral que, apesar de muitas curvas, tem uma continuidade, pois, no caso, as histórias narradas não seccionam acontecimentos vividos, sejam eles relacionados à política ou a qualquer outro tema, mas narram acontecimentos, encontros, fatos acontecidos naqueles dias ou ainda outros que são lembrados. É preciso realizar o exercício de acompanhar percursos e temporalidades das falas nativas para poder entendê-las, pois se a fala é um ato de comunicação, deve de ser então colocada em contexto para que possa ser entendida (PEIRANO, 2001). Melhor explicando, as eleições, mesmo sendo um momento de exceção, são trazidas para o cotidiano dos assentados, e conseqüentemente para que sejam tratadas com coerência por quem a observa e busca entender o modo como elas são vividas, é preciso levar em conta essa imersão da política na vida. Evidentemente que para os fins de escrever a tese precisei revisar os diários e dentre as inúmeras anotações procurar por aquelas que melhor poderiam ajudar a revelar o modo como a política e as escolhas eleitorais acontecem nos assentamentos pesquisados.

Na (aparente) desorganização que o cotidiano dos nativos apresenta inicialmente para o antropólogo, trata-se de tentar encontrar os sentidos que orientam e dão significação para suas ações e tomadas de decisões. A primeira visão da multiplicidade de acontecimentos que se sucedem no campo sugere um grande emaranhado, alguma coisa de incongruente e infundado que, posteriormente, na medida da comunicação e da aproximação que conseguimos com os nativos tende a relativizar-se e desanuviar-se. Nesse sentido, minha preocupação foi em observar as escolhas políticas levando em conta que o fio condutor dessas decisões eleitorais está longe de ser explicado pelo restrito momento do voto em si, e sim espraído pelo *tempo da política*, pelas relações estabelecidas e difusas no tempo e na vida.

Foi através da entrada no universo das relações cotidianas dos assentados que alcancei algum entendimento sobre suas percepções de política e voto e não ao contrário, pois a política não se aparta dessas relações, apenas é mais um elemento que as compõe. Como sugere Aihwa Ong (2009), cabe à pesquisa etnográfica examinar o jogo entre práticas discursivas e não discursivas num campo dinâmico de relações de poder.

A ideia básica foi estruturar e conduzir a narrativa através desse encontro de pensar a política “*com os assentados*”. Trata-se de modo geral de ver com que termos definem a política e quais reinvenções ocorrem nos sentidos do voto, na busca de lhe dar um significado pessoal, dinamizado e conectado com “o modo de vida assentado”. Com essa intenção de adentrar no “pensado e no vivido” da política pelos assentados, optei por realizar um recorte para fazer a etnografia. Esse recorte focou minha observação nas *grandes famílias*, três delas são assentadas em Herval e uma em Vitória da Conquista. Como descreverei detalhadamente mais adiante, estou chamando aqui de *grandes famílias* as pessoas que estão envolvidas através de laços de parentesco, amizade e vizinhança com algum dos personagens principais da tese e, portanto, tornam-se também parte da descrição. Ou seja, escolho a casa de dona Lúcia em Herval e de Dora em Conquista e suas respectivas redes de relações; chamo de *grande família* as demais pessoas que na medida de seu envolvimento com o centro familiar tornam-se necessariamente parte da narrativa.⁸

Tendo em vista o universo constitutivo do trabalho de campo, parte-se para um exercício de pensar quais são as questões colocadas pelos assentados para que definições e escolhas eleitorais sejam tomadas. O que motiva o voto ser destinado ao sicrano ou ao fulano?

⁸ Um breve plano da rede de relações familiares de cada assentamento encontra-se no Anexo A.

E, ademais, se figuram questões, quais são as estratégias pensadas para investir em uma decisão de voto? Enfim, o que está sendo colocado em jogo, levando em conta as transversalidades da política eleitoral com a vida?

Essas questões são relevantes não apenas para permitir que sejam reinscritas (ou desconsideradas) pelos assentados, mas, sobretudo, porque acredito que seu principal efeito seja remeter a um dos propósitos da tese, isto é, colocar os conceitos que usualmente são empregados para explicar o voto da população das classes populares, tais como despolitizado, irracional, apartidário, etc. em confronto com a interpretação nativa da política. De antemão, o que pude perceber é que os usos dos termos são diversos e não permitem sinonímias, assim *política* para alguns pode significar algo positivo e envolvente, já para outros o significado é negativo e a experiência distanciada. Importa inscrever esse sentido adquirido no movimento da vida desafiando as classificações precedentes.

Buscando uma ordem explicativa apresentarei ao leitor logo a seguir uma introdução aos contextos onde fiz a pesquisa de campo para então, nos próximos capítulos, concentrar o texto no desdobramento das narrativas nativas. Organizei desta maneira: por primeiro, descrevo o cenário dos assentamentos, uma breve história e pequena contextualização que compreende inicialmente o assentamento 18 de Maio no município de Herval (RS) e a história política da cidade. Depois partimos para Vitória da Conquista (BA) e o assentamento Amaralina para o qual faço a mesma apresentação; no segundo plano, apresento as famílias com quem convivi nos assentamentos, suas redes de relações familiares e vicinais. Os membros dessas famílias serão os personagens nos capítulos seguintes.

O primeiro ponto trata da apresentação dos lugares onde desenvolvi o trabalho de campo. A escolha por fazer um campo comparativo entre assentamentos situados em duas regiões bastante distintas traz a necessidade de apresentar cada lugar, alguns pontos do mapa que percorri no assentamento baiano Amaralina e no assentamento gaúcho 18 de Maio. Considere-se ainda que o trabalho de comparação vai pôr à luz da etnografia certas assertivas mediáticas e percepções do senso comum que constantemente estão reforçando “marcas” e

“características” da política e do “modo de ser assentado” de cada lugar pesquisado. Certamente podemos recorrer a uma máxima do senso comum — “ao desconhecido usamos os termos mais cômodos” — para justificar a tentativa de conhecer mais de perto os assentados. Pois quem já não ouviu semelhantes dísticas: “o Sul é mais politizado”; “na Bahia todo mundo vota com a família do ACM”; ou com relação ao MST: “O Movimento é forte e organizado no Sul, no Nordeste é mais recente e aprendeu com os ‘gaúchos’” ou ainda, “assentados votam no PT”? Essas são algumas entre tantas outras afirmações que somente a etnografia pode problematizar e “fundamentar etnograficamente essa problematização”. Portanto, foi preciso arriscar conhecer para comparar e buscar não reproduzir dualidades e preconceitos ao invés de estar atento para elementos singulares e diversamente constituídos. Um segundo ponto apresenta as famílias que são parte destas narrativas.



Os lugares e seus assentamentos

A comparação entre assentamentos situados em duas regiões do país é um ensaio de pensar diferenças e semelhanças na forma com que se constitui a interpretação da política pelos sujeitos que pertencem a um mesmo território de políticas públicas — o assentamento — e são integrantes de um mesmo movimento social — o MST. Entendendo o assentamento como uma unidade administrativa que não se confunde com um município, inserindo-se em regiões onde podem participar de determinadas redes de relações econômicas, sociais e políticas, trata-se aqui de observar alguns aspectos históricos de cada lugar onde esses assentamentos exercem impacto, assim como as diferentes trajetórias e as experiências políticas locais (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 21).

Os assentamentos escolhidos foram no estado do Rio Grande do Sul e no estado da Bahia; no primeiro, como já dito, pretendo dar continuidade à pesquisa de campo no assentamento que estudei no mestrado. Na Bahia, o recorte ficou na cidade de Vitória de Conquista pelo fato de apresentar uma diversidade muito grande de assentamentos rurais,

frutos de diferentes modos de luta pela terra. Aliado a isso, a presença forte do MST, os contrastes observados *a priori* com o assentamento do sul devido a algumas particularidades da política nesse município baiano e a minha possibilidade de inserção no campo devido a contatos precedentes privilegiaram a escolha desse local para a pesquisa.

Herval, o assentamento 18 de Maio: a chegada do estranho

O assentamento 18 de Maio situa-se no município de Herval, região sul do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai; atualmente, a população do município é de 6.873 habitantes. O assentamento, situado no subdistrito rural de Basílio, distante cerca de 50 km do centro urbano esparrama-se por uma área de 2.135,13 hectares (ver mapa no Anexo 1). Certos lotes ficam, portanto, a uma distância razoável de outros, e alguns podem se situar a alguns quilômetros do centro do assentamento. Das 94 famílias que chegaram ao início (1995) hoje restam 76. Segundo a fala de uma das lideranças do assentamento, alguns *“não conseguiram se adaptar no assentamento; e os que desistiram, na verdade ‘foram pedido’ para se retirar para não estragar o nosso nome na comunidade”*.

O assentamento abrange uma grande diversidade de intenções com relação ao modo de viver no lote. É possível encontrar tanto agricultores que começam pouco a pouco a ter uma produção mais estável, conseguindo produzir o alimento que é colocado na mesa da família e ter perspectivas de permanecer no lugar, como outro tipo de beneficiado do programa que faz questão de ressaltar que sua previsão é a de um futuro muito ruim para o assentamento, e que suas intenções são as de permanecer enquanto conseguir receber algum tipo de recurso em dinheiro, para depois seguir procurando outro lugar.

À parte a criatividade, os inúmeros arranjos e a luta das famílias por se manterem através da produção do lote, é preciso sublinhar dentro dessa situação a imensa dificuldade que a maioria quase absoluta dos assentados tem para se manter economicamente. Os recursos estatais são fundamentais para a manutenção das famílias nesse processo (demasiado longo) de busca de sustentabilidade pela agricultura. O emprego assalariado de algum dos membros da família ou a aposentadoria pode ser outro ponto de apoio importante, assim como a “ajuda”

de amigos, vizinhos e políticos. A “ajuda” terá uma complexidade imensa de variáveis e será um aspecto importante de boa parte da sociabilidade tanto interna ao assentamento quanto externa, isto é, com pessoas “de fora” do mesmo. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

No projeto do assentamento 18 de Maio, a presença dos órgãos de assistência técnica foi bastante deficitária, não possibilitando uma condição de trabalho capaz de estabelecer vínculos de confiança entre técnicos e assentados. O resultado é que com o tempo não ocorreram modificações substanciais na superação de dificuldades básicas iniciais enfrentadas para produzir no lote. Acampar e obter um lote traz o sonho de mudar de vida. Sobre a situação passada de viver como meeiro, por exemplo, bem coloca um assentado: *“eu acampeei para mudar de vida, não podia ter o controle, fazer por bem o que queria; e porque trabalhar para dar a metade é trabalhar para o diabo dar risada”*.⁹

O assentamento padeceu de certo deslocamento entre o gerenciamento da produção e o projeto técnico, exemplo disso foi que de nada adiantou produzir o feijão nas primeiras safras em boa quantidade, pois não existia mercado consumidor suficiente na pequena cidade de Herval. Assim, metade da safra de feijão do primeiro ano de assentamento não teve possibilidade de ser comercializada, e o desânimo sem dúvida marcou os que plantaram. Com a mandioca o resultado não foi muito diferente, pois sem qualquer auxílio de técnico ou agrônomo, os assentados desconheciam o clima da região sul do estado, onde a umidade da terra não permite que a mandioca fique por muito tempo debaixo do solo.

Entre as explicações possíveis para a custosa engrenagem do assentamento 18 de Maio começar a superar entraves tanto no aspecto de emancipação econômica, como de organização interna e administrativa dos recursos coletivos, podemos focar em três que acredito serem de maior amplitude. A primeira explicação — e creio ser a mais formalista —, preferencialmente utilizada por pessoas exteriores ao assentamento, como técnicos, lideranças do MST, professores, etc., diz respeito ao passado dos assentados nos acampamentos de luta pela reforma agrária promovidos pelo MST. São trajetórias pessoais e familiares que se diferenciaram dos outros assentados no município, pois o grupo de pessoas que recebeu o lote no 18 de Maio era o que ficou conhecido como “sobra de acampamentos”. Termo pesado para uma situação não menos embaraçosa, visto que essas pessoas já haviam tido problemas e conflitos e foram transferidas de acampamentos, algumas, por diversas vezes; desse grupo do

⁹ As falas dos assentados foram retiradas de minha dissertação ou de meu diário de campo e aparecem em itálico. Ver Ferreira, 2005.

18 de Maio, poucas pessoas tiveram a experiência de trabalho e organização coletiva proposta pelo MST aos acampados.

Quando chegaram em Herval não representavam aquele clichê de *militantes do MST e trabalhadores sem-terra unidos lutando pela reforma agrária*; diferentemente, eram famílias muito pobres economicamente, socialmente dispersas, fragmentadas e sequer bem vistas pelo próprio Movimento devido aos seus infortúnios nos acampamentos. Enfim, essa é uma das explicações mais usuais para os insucessos do 18 de Maio. Acredito que existam outras probabilidades de explicações que não repousem tanto sobre situações individuais e particulares, mas sejam capazes de observar o contexto no qual o assentamento foi constituído.

Por segundo, uma questão mais estrutural pode compor a explicação sobre a situação socioeconômica do 18 de Maio. O governo Fernando Henrique nos anos 90 através do O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) comprou milhares de hectares (por valores até hoje questionáveis) na região sul do Rio Grande. Nesse período, o MST exercia maior pressão, mais organizada e respaldada por partidos políticos (Partido dos Trabalhadores — PT, Partido Comunista do Brasil — PC do B etc.) e por sindicatos sobre o governo FHC que, por sua vez, procurava abrandar essa demanda por reforma agrária de um modo simplista e pragmático. Em Herval, nenhuma fazenda foi desapropriada, todas foram vendidas ao INCRA por opção de seus proprietários e, muitas, localizadas em terrenos impróprios à agricultura (como no caso dos assentamentos Querência I e Querência II, na região conhecida como Bamburral), foram negociadas por altos preços de terras agricultáveis. Comprar terras e assentar integrantes do MST se tornou uma política pública eficaz para colocar panos quentes na luta por terras, mas ineficaz em termos de política de reforma agrária como um projeto de longo prazo que vise autonomizar os agricultores.

E como terceiro ponto podemos chamar atenção para o déficit de apoio técnico desde sempre enfrentado pelo 18 de Maio. As equipes de apoio técnico até os dias de hoje têm uma relação muito incerta e envolta em problemas organizacionais e políticos. É mesmo difícil se obter informações sobre essa questão, posto que os técnicos têm argumentos bastante parciais, e os assentados sentem-se, me parece, divididos pelas disputas de que são alvo entre o Centro

de Apoio ao Pequeno Produtor — CAPA¹⁰ e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda — COPTEC. Algumas das informações pude obter através de Roque Oliveira, veterinário e ex-funcionário da COPTEC, e também pelas conversas com os assentados.

Conforme pude notar e Roque melhor me explicou, a relação dos assentados com a COPTEC tem sido muito cheia de percalços, pois além de ser muito ineficiente, o trabalho técnico está presente no assentamento menos por uma escolha dos assentados e bem mais por uma exigência do MST. No entanto, já o CAPA se, por um lado, ganhou uma licitação para ser prestador de serviço dentro de um programa governamental conhecido como Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos (PAC) e sua presença era e é muito estimada por vários assentados, principalmente entre aqueles que não têm relações muito próximas com cargos e funções de liderança no MST, por outro, é visto por diversos outros assentados com quem conversei como extremamente “individualista” e “excludente”. Na percepção deles, o CAPA preocupava-se apenas com os agricultores que tinham boas lavouras e era pouco colaborador com o assentamento, já que não prestava assistência à maioria do assentamento.

Com essas informações desejo destacar toda a tensão presente nessa relação entre assentados e técnicos do CAPA e da COPTEC. A relação da COPTEC com a direção do Movimento leva normalmente os assentados mais fiéis ao Movimento a preferirem a COPTEC, já os que pensam em produzir como “individual” preferem o CAPA.¹¹ Essa divisão de apoios e de grupos que aderem a esta ou àquela equipe técnica demarca posições no 18 de Maio que repercutem nas escolhas eleitorais, como veremos mais adiante.

Além dessas três questões que levantamos acima, ocorre ainda que em Herval não houve acampamentos de luta pelas terras promovidos pelo MST, e praticamente do dia para a noite, a cidade conheceu os assentamentos rurais. Nenhum dos agricultores que chegaram tinha relações no município. Esse distanciamento da população de Herval, não apenas dos processos de luta por reforma agrária, mas principalmente por não ter qualquer envolvimento afetivo prévio com as famílias recém-chegadas, acredito ter acentuado a posição de *não-envolvimento com assentados* que deu o norte para a grande maioria dos hervalenses frente a

¹⁰ O CAPA é uma organização não-governamental criada em 1978 pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), para prestar apoio técnicos a agricultores familiares e agroecológicos.

¹¹ Roque Oliveira foi funcionário da COPTEC, cooperativa alvo de muitas críticas, como vimos. Porém Roque que é também pequeno agricultor em Herval permanece envolvido em vários projetos de apoio e desenvolvimento da agricultura. Atualmente, está fundando a Cooperativa Mista de Pequenos Produtores. Roque escreveu gentilmente para mim o texto do qual retirei as partes acima citadas.

essa nova situação. Esse *estranho* chega e, no geral, muito a contragosto dos moradores que ainda não sabem lhe dar um lugar na dinâmica da sociedade local, ou seja, nenhuma posição social era prevista para esse estrangeiro que não é familiar e começa a habitar os mesmos espaços (HERZFELD, 2001; SIMMEL, 1999, 2005).

Da política em Herval — histórias do poder

Em uma breve contextualização do processo político de Herval, observando um pouco a história do município, poderia correlacionar, decerto que não explicar tudo, esse fechamento *ao estranho* como uma característica local que ao longo dos séculos fez parte do modo de ser dos habitantes desta região da fronteira. Aversa aos levantes revolucionários que marcaram o século XIX no Rio Grande do Sul, Herval sempre se manteve monárquica e conservadora. Os sobrenomes hoje comuns na cidade ainda são praticamente os mesmo de seus fundadores com algumas variações, e suas atividades são fundamentalmente ligadas à pecuária de extensão.

A economia do município é essencialmente baseada na criação de gado, ovelhas e equinos. Até cerca de cinco anos atrás ainda persistiam algumas grandes fazendas no município, mas atualmente restam poucas propriedades reconhecidas popularmente como *estância* (nome usado no sul para propriedades rurais não apenas grandes, mas tradicionais). Muitas foram compradas pelo INCRA e tornaram-se assentamentos rurais e outras foram compradas na última década pela Votorantim Celulose e Papel e tornaram-se imensas plantações de eucaliptos, transformando drasticamente o cenário rural do município. Não apenas o cenário natural, já que para evitar qualquer processo de tombamento pelo patrimônio histórico, a Votorantim, ao comprar as fazendas, muitas seculares, com marcas do trabalho escravo, cercas de pedra e senzalas, mandou soterrar as casas e as dependências. Assim não se perde apenas com relação à natureza e o efeito danoso da monocultura, mas também com a destruição de experiências do passado e também do presente, pois conforme comentou comigo D. Ninita, uma vizinha de minha mãe na zona rural: “*filha, a gente não sabe mais em que parte anda da estrada, antes a gente sabia ‘ali fica casa do fulano, ali do finado Carlitos’, agora é esse mar escuro de eucalipto.*”

A Votorantim já foi embora do município e deixou para trás seus milhares de hectares de eucaliptos, com menos de uma dezena de empregados. A única coisa que trouxe para a cidade foi o aumento do já absurdo desemprego, visto que comprou não apenas estâncias, mas também fazendas de médio porte e pequenas propriedades, localidades que no geral empregavam quase todos os trabalhadores rurais do município. Ademais, muitos pequenos proprietários venderam sua terra para a Votorantim entusiasmados com a grande soma que a empresa ofereceu, acreditando na infinidade desse dinheiro.

Outra questão sobre a economia em Herval é bem particular, diz respeito à ligação de praticamente toda a população com a campanha (o rural). Até aí não tem nada de tão particular, mas muitos trabalhadores, peões mensalistas ou diaristas nas grandes ou médias propriedades têm seu pedaço de terra, seja através de arrendamento ou alguns por herança. Aqueles que não têm e sequer dispõem de condições de arrendar não deixam, todavia, de “ter um gadinho” ou, ao menos, um cavalo, algo parecido com uma condição para se sentir vivo. Esse sujeito “coloca gado por cabeça”, ou seja, ele paga um valor x por cada animal no pasto de quem se disponibiliza a esse negócio. Não chega a ser um arrendamento porque esse sujeito, muitas vezes, não tem condições de manter um arrendamento integral, e também o proprietário, muitas vezes, não o deseja, pois “colocando gado por cabeça” pode ele também criar junto, caso arrendasse integralmente não poderia. Assim, a entrada da Votorantim comprando essas propriedades desarticulou um circuito da economia local de modo ainda não comensurado, o que é notável apenas é o grande número de trabalhadores desempregados buscando qualquer “changa” (bico, diária) nas esquinas.

A terra tem uma penetração na vida das pessoas que parece lhes dar — ou tirar — o sentido de existir. A terra e o cavalo, porque um pedaço ainda é reservado para esse animal por aqueles para quem pouco chão sobrou. Se andarmos pela cidade, especialmente no Herval “de baixo” (como é chamada a parte pobre da cidade situada no declive da coxilha onde fica o centro), e observarmos para dentro dos pátios, muitos, além de um cachorro ou gato, terão um cavalo ou mais.

No entanto, esse apreço pela terra não chega perto de nenhum questionamento ao direito de propriedade dos fazendeiros e pequenos proprietários, pelo contrário, os peões de fazenda e trabalhadores rurais com quem conversei em outras ocasiões, de modo geral, são avessos a chegada dos assentamentos e ao que chamam pejorativamente de “colonos

invasores de terras”. Portanto, a possibilidade de integrarem-se na luta por reforma agrária é bastante remota.¹²

Com relação à política, a cidade se mantém sem muitas inovações. No período dos governos militares, a cidade (mesmo sendo de fronteira) praticamente não teve presença das forças armadas; no entanto, os dois prefeitos indicados (Valter Neves Ferreira¹³ e Ottoni Amaro da Silveira), fazendeiros ligados à Arena, permaneceram no governo durante todos os anos 70. Nas primeiras três eleições depois da abertura, foi o Partido Democrático Trabalhista (PDT) que elegeu os prefeitos. Os prefeitos eleitos sucessivamente pelo PDT em Herval foram os seguintes: Nido Furtado 1984-1988; Marco Aurélio Gonçalves (Camarão) 1988-1992; Alfredo Freitas Alves 1992-1996. Não foram, entretanto, administrações com perfil mais de esquerda como se poderia esperar do PDT nesse momento, mas sim marcadas pelas denúncias de nepotismo e processos judiciais por corrupção e mau uso do dinheiro público. Marcadamente até a última administração, entre 2004 e 2008, esse *modo de governar pedetista* foi levado adiante pelo então prefeito Camarão.

E depois houve um interregno de administrações pedetistas, quando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que neste momento estava ligado aos partidos de oposição ao PDT e abarcava principalmente as elites que anteriormente pertenciam à Arena ou ao antigo PDS, assumiu a prefeitura. O PTB acabou sendo eleito por dois mandatos, encabeçados pelo fazendeiro Rubem Dari Wilhelmsen 1996-2000-2004. Em 2004, o PDT retorna com Camarão e permanece até 2008.

Na eleição de 2008 sofrendo de desgaste frente à opinião pública devido às inúmeras irregularidades de sua administração e tendo sido cassada sua candidatura no dia anterior à eleição por usar carros públicos na campanha política, Camarão foi sucedido por uma aliança de partidos de direita, encabeçada pelo fazendeiro Ildo Salaberry, do Partido Progressista (PP). De certo modo, a campanha de Ildo respaldou-se no crédito do ex-prefeito Rubem que, se não fosse por problemas na justiça eleitoral, seria o vice; no entanto, sua mulher Rosane o

¹² Conversei em diversas outras ocasiões com trabalhadores rurais em função da pesquisa sobre memória do trabalho na campanha gaúcha que desenvolvo junto ao grupo de estudos “*Los gauchos*: entre a literatura e a história”, coordenado pelo professor Jussemir Weiss Gonçalves — FURG.

¹³ Valtér N. Ferreira é meu tio-avô, tem 92 anos e diversas vezes conversamos sobre esse período da história política de Herval. Sendo civil, não tinha nenhuma relação com os militares e fora indicado pelo prefeito anterior — Luis Lima de Faria (Gurizinho, como era chamado) — para ser seu sucessor e dar seguimento ao projeto político conservador da Arena. Fundamentalmente, os prefeitos desse período realizam uma política assistencialista, e antes de tudo, de resguardo de qualquer possibilidade do poder chegar às mãos de algum “subversivo ou comunista”, figura rara decerto, pois até hoje nunca ouvi falar que existisse no município...

substituiu e compôs a chapa representando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e mantendo a aliança vencedora composta por PP, PTB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), DEM. A eleição de 2008 em vários aspectos parece-se com a do ano de 1996, portanto, deixarei as miudezas dessa eleição de 2008 para serem tratadas no capítulo 1, destinado às narrativas etnográficas da eleição em Herval.

Retornando aos meados dos anos 90, quando da chegada dos primeiros assentamentos na cidade, a administração municipal estava então nas mãos de Rubem Dari Wilhelmsen, proprietário rural ligado ao PTB e sustentado por grupos com posições bastante conservadoras, especialmente no que concerne aos assentados. Ao longo de meu primeiro trabalho de campo em 2004, mas principalmente no ano de 1998 em que convivi muito proximamente com as lideranças do MST, as lembranças quanto à recepção da população local e do prefeito eram das piores.

Em uma tarde de inverno de 2009, pude ter uma longa conversa com o ex-prefeito Rubem — talvez precise fazer aqui uma ponte, mas naturalmente em uma cidade de pouco mais que 5 mil habitantes já nos conhecíamos. Fui à sua casa pensando em tratar sobre suas perspectivas nas campanhas eleitorais, visto que foi o único prefeito que se reelegeu sucessivamente na cidade e, como veremos, com votos de muitos assentados. Ademais, ambicionava ouvir sua versão de uma frase sua que marcou a memória dos recém-chegados, pois segundo estes o então prefeito teria dito: *“Herval agora tem três pragas: javali, caturritas e assentados”*. Para o ex-prefeito, dada a presença de assentados no município, sua atitude foi a de buscar uma explicação junto ao governo federal, pois argumentou que a receita da cidade não tinha a menor condição de dar atendimento aos novos moradores. De fato, assumiu que ficou espantado com a pobreza e a precariedade com que os assentados foram literalmente deixados na terra, afinal o governo FHC não tinha maiores projetos de reforma agrária além de aliviar a pressão das ocupações realizadas pelo MST. Entretanto, Rubem disse que lançou mão de todas as possibilidades que tinha para ajudar os recém-chegados, mas suas condições não eram das melhores. O governo federal não tinha preocupação efetiva com aqueles assentados, e os recursos municipais mal davam conta do orçamento local.

O ex-prefeito Rubem, evidentemente, não disse ter falado tais acusações aos assentados, mas confessou que havia ficado muito insatisfeito com a chegada abrupta de todas

aquelas pessoas porque traziam muito mais pobreza que qualquer outra coisa para Herval. Contou Rubem que, de todo modo, na eleição seguinte a despeito de “alguns terem falado mal dele e da recepção da prefeitura aos assentados” sua votação nos assentamentos não foi expressiva, mas imprescindível para que pudesse reeleger-se.

Como será possível observar no capítulo seguinte, na percepção de alguns assentados, a relação inicial com o prefeito Rubem foi marcada pela rejeição e descaso; todavia, o tempo e o convívio (mesmo que obrigatório) fizeram seu trabalho, pois levando em conta que relações humanas não são fixas, quanto menos no campo político, essa situação foi sendo transformada, e algumas famílias foram constituindo laços de confiança com o prefeito. Laços que, podemos dizer, foram especialmente testados nesta eleição de 2008, quando a esposa de Rubem foi candidata a vice de Ildo. Contudo, é preciso considerar que a presença de maior força política dentro dos assentamentos como um todo no município era do PDT e a cassação do prefeito Camarão nas vésperas provocou um verdadeiro arrebatamento entre seus eleitores que precisaram transferir na última hora seus votos para um dos dois outros candidatos que concorriam.

A certeza da vitória por parte dos correligionários de Camarão era algo facilmente perceptível em suas conversas prévias na campanha, na certeza da manutenção dos cargos por parte dos comissionados. No assentamento 18 de maio, observaram-se esses arranjos no que diz respeito aos contratos para trabalhos comissionados ou de cargos políticos que foram no último ano de governo (2008) destinados a certos assentados, não propriamente lideranças, mas aqueles mais amplamente relacionados e envolvidos nos projetos locais. Quando alguém na cidade comentava que a eleição desta vez estava apertada para o PDT, costumava acrescentar o seguinte dístico: “o Camarão perde para ele mesmo depois de tanta M... que fez.” Acabou cassado e logo após a contagem, sua candidatura foi anulada. Mesmo se não o fosse, perderia por uma pequena diferença, em torno de 500 votos. Enfim, muitos enredos dessa eleição nos aguardam no próximo capítulo.

O assentamento Amaralina, Vitória da Conquista

O assentamento Amaralina está localizado bem próximo ao centro urbano de Vitória da Conquista. Pode-se chegar a ele pela via que conduz à Universidade Estadual do Sudoeste Baiano — UESB e seguir em uma estrada vicinal de terra ou então pela estrada estadual BA 415, que liga Conquista a Itambé. Compreendendo uma área total de 2.700 hectares e com 129 famílias assentadas¹⁴, o Amaralina não dispõe de agrovilas; suas moradias são separadas uma das outras, e cada lote distribuído em áreas de 20 hectares comporta a casa da família e às vezes de outros familiares. As regiões em que estão situados esses lotes são reconhecidas pelo nome do grupo que a ocupa: Landim (10 assentados), Baixa da Fartura (22 assentados), Boa Esperança (22 assentados), Goiabeira (4 assentados), São João (25 assentados), Canaã (12 assentados) e Santa Marta (14 assentados) (ver mapa no Anexo 2).

Em 1985, o assentamento Amaralina começou sua história. Ela se deu através da ocupação da Fazenda Santa Marta do Nordeste S.A organizada por seis grupos com diferentes finalidades e orientações políticas. Passado um longo embate em torno da propriedade legal da terra, apenas a 03 de dezembro de 1987 a fazenda foi desapropriada e então transformada em projeto de assentamento. Faziam-se presentes os seguintes grupos: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista; Comissão Pastoral da Terra — CPT; PT; PC do B; PMDB; Prefeitura Municipal, então governada por José Fernandes Pedral Sampaio, e também o grupo dos sem-grupo, isto é, pessoas que estavam inicialmente desvinculadas desses outros grupos.

Hoje os principais movimentos presentes são o MST e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG)¹⁵. Há também os compradores de lotes e agricultores desvinculados

¹⁴ Esse número diz respeito às famílias cadastradas no INCRA; no entanto, com filhos e parentes que agora moram no local o número de famílias assentadas tornou-se praticamente impossível de ser contabilizado, principalmente pela situação contingente de muitos desses moradores. O presidente da Cooperativa, Marcel, estima que residam no local mais de mil pessoas. Contudo, outras estimativas apontam para uma população beirando as 3 mil pessoas. Decerto que apenas um censo demográfico poderá precisar a quantidade de moradores do Amaralina. Com relação ao número de famílias inicialmente acampadas também encontraremos nos relatos diferentes resultados, acredito que o dado do INCRA de 129 famílias seja o mais confiável.

¹⁵ A FETAG é a federação dos sindicatos rurais, são estes últimos que, normalmente, representam e contatam diretamente os agricultores. Todavia, em Vitória da Conquista, mais especificamente no assentamento

que fazem parte da organização do assentamento. No entanto, é praticamente impossível saber quantos assentados integram cada organização, — e ainda em que intensidade integram — devido à ausência de dados formais sobre cada uma e também à situação conflituosa que faz com que cada organização sobre-estime os números de integrantes.

Os dados fornecidos não condizem com o total de assentados da área. O que de fato pode-se saber é que nos primeiros anos cerca de 20% dos assentados cadastrados pelo INCRA venderam seus lotes. São esses lotes transacionados que motivam boa parte dos problemas entre associações, movimentos sociais, famílias e assentados. Formalmente, em torno de 90% dos entrevistados são associados à Cooperativa dos Produtores Agropecuários do Assentamento Amaralina (COPA) que também são sócios da Associação dos Lavradores da Fazenda Amaralina (ALFA). No assentamento não são realizados trabalhos coletivos, os lotes são produzidos, de modo geral, com o trabalho familiar ou individualmente e eventualmente ocorrem parcerias entre vizinhos ou parentes. Os principais cultivos do assentamento são o café, seguido da mandioca, do feijão e do milho. Boa parte das famílias tira a maior parte de seu sustento do Bolsa Família, Bolsa Escola ou de aposentadoria.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chegou ao Sudoeste da Bahia apenas no ano de 1994 e passou a organizar as ocupações de terra. A origem, mesmo que distante, da população que vem compor o MST no sudoeste baiano, segundo Tosta (2008), em sua maioria provém da decadência das minerações auríferas do Rio das Velhas — ao Sul e Rio das Contas — ao Norte. Com isso, uma população considerável buscava por trabalho, especialmente por atividades agrárias, sendo bastante experiente nas lavouras de café e nas lutas por trabalho e salário, foi capaz de articular a ocupação da Fazenda Santa Marta. Ainda, foram os pequenos proprietários ou meeiros, trabalhadores do café, que, com o processo de valorização e titulação das terras, passaram a lutar para não perderem seus territórios para a grande propriedade, dando origem a diversos conflitos pela terra (TOSTA, 2008).¹⁶ O predomínio da pecuária com empregados ligados ao patrão através de relações de fidelidade e gratidão, distantes, no entanto, de qualquer formalidade contratual, colocava poucas chances de alguém se contrapor ao poder desse fazendeiro-coronel, ficando a grande

Amaralina, os assentados fazem sempre referência a suas filiações à FETAG e não ao Sindicato, mesmo este sendo filiado à FETAG. Optei aqui por manter a expressão nativa FETAG porque acredito que ela sinalize acima de tudo, na fala dos assentados, uma oposição ao MST e, em certa medida, o apoio aos candidatos do PC do B.

¹⁶ Os conflitos agrários na região de Vitória da Conquista são discutidos na tese de Tosta (2008), em que a autora faz uma espécie de mapeamento das forças atuantes no meio rural do sudoeste baiano.

propriedade agrária não apenas como domínio econômico, mas também de mando político. Essas relações foram predominantes até o fim dos anos 70 na região.

Conflitos por terra no interior do Amaralina

Depois da luta pela desapropriação da Fazenda Santa Marta, os conflitos por terra não cessaram no local: a história do assentamento Amaralina está transversalmente cruzada pelos acontecimentos ligados às disputas entre assentados e compradores de lote. A origem da disputa política entre MST e FETAG é certamente uma questão que antecede e ultrapassa em muito os acontecimentos vividos no interior do Amaralina. No entanto, na região de Vitória da Conquista essa disputa é agravada no Amaralina pela presença de ambos no mesmo assentamento, fato bastante incomum nos demais assentamentos rurais quando estes são frutos de ocupações organizadas pelo MST, o que, como vimos, não é o caso do Amaralina.

A venda irregular de lotes e as divergências daí decorrentes entre os principais grupos — MST e FETAG — alimentaram um clima tenso por tempo ainda incerto. O que definiu brevemente esse conflito por lotes de reforma agrária foi a legítima pressão por parte do MST para a devolução dos lotes vendidos e a entrega desses para os sem-terra. A luta pela permanência nos lotes daqueles que participaram do acampamento na Fazenda Santa Marta ao invés daqueles que obtiveram os lotes por meio de compra era nesse momento a bandeira de luta do MST, amparados pela legislação que define como não comercializável terras desapropriadas para fins de reforma agrária.

Efetivada a devolução e assentadas as famílias nos respectivos lotes, tudo parecia se acalmar no Amaralina, até que não fosse passado um ano, ocorreu a violenta retomada dos lotes pelos compradores que, armados, organizados e estrategicamente conhecendo os pontos frágeis de resistência dentro do assentamento trataram de criar um verdadeiro campo de batalha no Amaralina. Um verdadeiro cenário de guerra, com casas sendo incendiadas, lideranças e posseiros sendo perseguidos e surrados por compradores. Muitos deles recobram seus lotes comprados.

Até o fim do ano de 2008, os desacertos judiciais entre compradores e posseiros dos lotes¹⁷ permaneciam latentes, centralizando as disputas e negociações no assentamento Amaralina. Por um lado, as promessas de apoio para posseiros legítimos ocupam uma parte dos dirigentes do MST e também políticos e candidatos que fazem compromissos e promessas de trabalharem para a solução do dilema do Amaralina. Por outro, os compradores de lote têm respaldo de alguns vizinhos e amigos que são ali assentados e também de políticos que aderem à sua causa. A FETAG não se opõe à presença dos compradores, pelo contrário, lhes serve como órgão de representação fazendo frente à oposição do MST aos compradores no local.

Assim, a expressão “compradores” vai tomando formas no texto de categoria analítica pelo espaço e força que encontra nas narrativas. O “comprador de lotes” é, em oposição, o outro assentado, que vive e convive dentro do assentamento Amaralina e, como veremos, pode ser estigmatizado por alguns, mas também ter criado laços afetivos e pessoais com os assentados, fazendo com que essa separação enquanto uma situação de conflito constante precise ser relativizada.

Os desdobramentos que esse conflito gera serão retomados através dos relatos pessoais, pois em cada casa e em cada conversa essa lembrança tomou uma forma. Melhor dizendo, as linhas gerais que ocasionaram o conflito no assentamento foram essas acima descritas; no entanto, as dobras e variações sugeridas em cada relato recriam a seu modo o evento. Por conseguinte, será através das descrições das conversas com os meus conhecidos que esse fato, importante em suas vidas, aparecerá de modo mais detalhado. É preciso compreender os diferentes lugares em que cada um se situa ao tratar do assunto e como as variações conformam narradores e observadores que se identificam a seu modo com aquilo que contam (POLLACK e HEINICH, 1986).

Dada a violência empregada pelos compradores de lote e a ausência de qualquer aparato legal ao qual recorrer, os assentados sentiram-se sozinhos contra grupos armados que os ameaçavam de morte, com pistoleiros com armas apontadas para suas cabeças e vendo suas casas serem incendiadas. Isso provocou em cada um sensações e experiências muito particulares e indeléveis. Portanto, escutar hoje suas narrativas dessa época, de uma experiência extrema, revela aspectos não apenas do passado, mas como observam Michael

¹⁷ É usual o termo “posseiro” no assentamento Amaralina para designar um assentado e distingui-lo de “comprador de lote”.

Pollack e Nathalie Heinich (1986, p. 2) *“toute expérience extreme est révélatrice des constituants de l’expérience ‘normale’, dont le caractere familier fait souvent écran à l’analyse.”*

Vitória da Conquista – breve história política

No campo político, a cidade de Vitória da Conquista marca sua diferença com o restante da Bahia. Evidentemente que há quatorze anos atrás, quando o PT venceu a primeira eleição, essa diferença foi mais marcante, pois até então o domínio da família de Antonio Carlos Magalhães (ACM) era predominante em praticamente todo o estado baiano e bastante influente também em Vitória da Conquista. No âmbito estadual, apenas em 2006, com a eleição de Jacques Wagner, o governo baiano não fica ligado a ACM e às oligarquias locais. Alguns historiadores locais e estudiosos da história política de Vitória da Conquista apontam para a presença de poucas famílias que predominaram no espaço político e o dominaram ao longo dos séculos. Foi através do uso da força que as investidas ao sertão baiano instalaram um poder de colonização do território de Conquista. Bandeirantes se estabeleceram no local depois de avançarem sertão adentro em busca de índios, escravos fugidios e metais preciosos (SOUSA, 1999). No entanto, é preciso reconhecer a resistência frente à dominação oligárquica secular que a população de Conquista ao longo das últimas cinco décadas, especialmente, desde o período militar até os dias de hoje, procura realizar.¹⁸

No ano de 1962, partidos com tendência à esquerda procuraram outro caminho, diferente dos partidos de centro e de direita que administravam a cidade em uma espécie de núcleo familiar. O enfrentamento dessas duas posições se deu através de José Fernandes Pedral Sampaio que tinha apoios díspares — desde ex-integralistas, ou integralistas, até simpatizantes ou integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao vencer, Pedral Sampaio, representando uma coligação entre o PSD/MTR, inaugurou outra linha de governantes de Conquista. Alguns elementos permitiram sua Vitória e esse redirecionamento político eleitoral na cidade. Um pouco antes da eleição chegara à cidade a Frente de Libertação Nacional. Constava em seu programa ser um “movimento apartidário, nacionalista,

¹⁸ Sobre história e história política de Vitória da Conquista ver Midian e Melo (2006) e Tosta (2008).

reunindo pessoas e setores da sociedade, sem distinção de partido político, classe ou condição social. A Frente ‘pregava a reforma agrária, limitação de lucros, confisco de fortunas ilícitas, reforma urbana, encampação de empresas estrangeiras, luta contra o capital espoliador e o imperialismo’ (VIANA, 1992, p. 167 apud TOSTA, 2008, p. 390). Aliado a isso, o jovem engenheiro Pedral Sampaio conseguiu reunir em torno de sua candidatura personalidades locais de diferentes orientações ideológicas.

Portanto, nessa eleição de 1962 Pedral Sampaio venceu com ampla maioria dos votos, obtendo 12.374 votos, de um eleitorado de 17.326 eleitores; seu opositor obteve 4.667 votos. Segundo Tosta (2008, p. 391), “Pedral foi empossado no cargo no dia 07 de abril de 1963, mas este governou o município por pouco tempo, tendo sido destituído do cargo por ocasião do golpe militar ocorrido no país em 31 de março de 1964.” Teria sido a influência de grandes latifundiários, que o acusavam de subversivo, agitador e comunista, a responsável pela cassação dos direitos políticos de José Fernandes Pedral Sampaio. Em 6 de maio de 1964, o prefeito foi preso em sua residência, sendo também presos vários políticos, vereadores, escritores, poetas, professores, médicos, funcionários públicos, comerciantes, bancários, jornalistas, advogados, sindicalistas, dentre outros ligados ao prefeito. A ditadura percebia o governo de Pedral como de esquerda e não perdeu tempo em cassá-lo, quebrando, de certo modo, o início de um processo político ligado às forças populares que será retomado pelo PT quase três décadas depois. (TOSTA, 2008).

Nos anos seguintes, Vitória da Conquista buscou resistir aos políticos “de família” ou da Arena.¹⁹ Até 1971, a região era marcada pela pecuária extensiva e se encontrava ocupada com pastagem. A pecuária era a atividade principal com grandes áreas, enquanto a agricultura ocupava área de minifúndios. Com a implantação da cultura cafeeira, Vitória da Conquista sofreu diversas mudanças em sua estrutura e passou a receber novas demandas comerciais. Novos trabalhadores chegaram a cidade em busca de emprego nos cafezais, surgiu a figura do boia-fria e a participação do trabalho feminino e das crianças para complementar a renda familiar.

¹⁹ No final dos anos 70, o nascimento de um jornal de oposição ao regime demarcou a presença de grupos de esquerda na cidade. Usando uma linguagem direta e crítica o semanário *O Fifó* não apenas ironizava os militares como exigia uma definição do MDB em se opor ao regime, além de propor uma discussão do processo histórico e oligárquico de Vitória da Conquista. Entre os integrantes desse grupo de intelectuais que idealizou e editou os 14 exemplares do jornal estão o historiador Ruy Medeiros e Herzem Gusmão, candidato a prefeito em 2008 por uma frente de direita encabeçada pelo PSDB. (Mídia e Melo, 2006).

Intensificou-se o fluxo de trabalhadores da Zona da Caatinga para a Zona do Café. Por meio dessas migrações, ocorreu um significativo aumento da população do município, que em 1970 era de 127.628 habitantes, chegando em 1980, a 170.897 habitantes. É inegável que a consolidação da produção cafeeira em Vitória da Conquista foi bastante favorecida pelos subsídios oferecidos pelo Governo Federal nesse período em que as preocupações da política econômica eram com as exportações. Sendo assim, a partir do momento de recesso do apoio estatal instaurou-se a crise do café na região (MIDIA e MELO, 2006).

O final dos anos 80 foi dramático para Vitória da Conquista e entorno, pois a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1990, durante o Governo de Fernando Collor de Melo ampliou a crise da lavoura na região e no Estado da Bahia. Aliado a isso, houve a elevação da inflação que, no final do Governo de José Sarney, provocou a alta dos juros, consequentemente, aumentando as dívidas dos produtores que não conseguiam pagar os empréstimos realizados junto aos bancos e levando à falência muitos cafeicultores. Na região de Vitória da Conquista a crise da lavoura do café afetou a economia de modo geral. Empresas compradoras e exportadoras de café instaladas na cidade tiveram que fechar, e o número de trabalhadores desempregados foi crescente. Sem dúvida, a cultura cafeeira marcou profundamente a cidade de Vitória da Conquista. A utilização da mão-de-obra do trabalhador rural de diversas regiões no momento de ascensão da economia e por conseguinte a sua pauperização são transformações decorrentes do trabalho (ou ausência dele) na lavoura cafeeira.

A luta pela terra nos anos seguintes foi influenciada por esses fatores e a constituição dos assentamentos foi parte desse processo que envolveu trabalhadores rurais desempregados, empobrecidos e fazendas cafeeiras desapropriadas. A formação do assentamento Amaralina, o primeiro em Vitória da Conquista, está plenamente imbricada na crise do café e, provavelmente, muito influenciada pela mobilização realizada pela Igreja Católica com as famílias que participaram de uma grande greve de catadores de café em 1980.

No campo político, o médico Jadiel Matos, sem parentesco com as famílias tradicionais conquistenses, permaneceu à frente do município entre 1973 e 1977. Teve como sucessor Raul Carlos de Andrade Ferraz (1977-1982), cujo mandato foi completado por Gildásio Cairo (1982-1983). Em 15 de novembro de 1982, após quase vinte anos afastado da política conquistense, Pedral Sampaio foi novamente eleito prefeito, governando o município

de 1983 a 1987. Entre os anos de 1987-1988, Pedral se afastou para assumir cargo no Governo do Estado (Governo Waldir Pires), tendo assumido a prefeitura o seu vice Hélio Ribeiro. De 1989 a 1992, a prefeitura de Conquista ficou nas mãos de Murilo Mármore, e José Fernandes Pedral Sampaio retornou ao poder, em novo mandato, que durou de 1993 a 1996. O *pedralismo*, como ficou conhecida a política de Pedral, firmou aliança com o grupo liderado em âmbito estadual por Antônio Carlos Magalhães, egresso da Arena/PDS, e como se sabe, aliado regional do Regime Militar (SOUZA, 1999). O prefeito Pedral é uma figura chave no desenlace da desapropriação da Fazenda Santa Marta, futuro assentamento Amaralina.

Em novembro de 1996, o Partido dos Trabalhadores conquistou o poder municipal com a eleição de Guilherme Menezes (1996-2000). Guilherme foi reeleito e na metade do segundo mandato, em 2002, deixou o cargo nas mãos de seu vice, para candidatar-se a deputado federal (TOSTA, 2008, p. 392). O então vice-prefeito, José Raimundo Fontes foi eleito prefeito nas eleições municipais de 2004; ele já havia sido candidato a vereador pelo PT em 1982 e a vice-prefeito em 1988.

Voltando um pouco na construção do êxito petista em Conquista, José Raimundo foi sugerido pelo diretório municipal para ser o candidato a prefeito em 1992. Ele percebeu que os nomes que compunham a esquerda em Conquista não tinham penetração popular, não faziam parte do imaginário popular, assim, aconselhou o PT a fazer uma mudança e procurar o nome de uma figura com esse perfil. Os dirigentes do PT procuraram então o médico Guilherme Menezes que tinha boa circulação na população devido ao seu trabalho comunitário. Sem filiação partidária, Guilherme aceitou o desafio e tornou-se o candidato petista em 1992, sendo derrotado pelos aliados de ACM, encabeçados por Pedral Sampaio.

Em uma conversa, José Raimundo contou-me de sua longa trajetória como militante do PT nos anos 70, fazendo parte da Libelu²⁰ e participando da fundação do PT nos anos 80. Professor de história da UESB, Zé Raimundo, como é chamado, acredita que a política institucional é extremamente limitada, tolhendo as possibilidades de exercício pleno da intenção cidadã devido à delegação de poder. Entende que “entre a cabeça do eleitor e a urna

²⁰ Libelu — Liberdade e Luta, corrente do movimento estudantil brasileiro dos anos 70, ligada ao trotskismo e ao jornal *O Trabalho*, que era editado, à época, pela Organização Socialista Internacionalista (OSI). A Libelu ficou conhecida por ser a primeira tendência política a defender a palavra de ordem "Abaixo a Ditadura" publicamente. A Libelu foi o berço de muitos políticos do PT.

há um mundo de meu Deus!” Suas percepções do eleitorado baiano e brasileiro são interessantes, pois apesar de sua trajetória — ou por causa dela — Zé Raimundo acha que o voto é sempre uma decisão pragmática:

“são N motivos que levam ao voto, mas no final de tudo, o eleitor trabalha muito com a dimensão prática, sempre com o resultado prático, por melhor que seja o discurso, por melhor que sejam os valores. Daí que no meu modo ver, muito particular, a democracia acaba sendo uma ‘coveira’ dos sonhos e das esperanças porque a cada período eleitoral você renova as esperanças e o eleitor vai, quer tudo imediato, ele se frustra. Daí como há um desengano, mas há sempre também uma renovação das esperanças nas figuras que aparecem.”²¹

Para o prefeito, a explicação do sucesso eleitoral encontra-se na relação que o PT conseguiu estabelecer com entidades e movimentos da cidade que historicamente tiveram posições de esquerda, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o MST, entre outras. Nas palavras de Zé Raimundo,

“O segredo que eu diria, o segredo nosso de quatro mandatos, é que nós conseguimos construir uma referência política na cidade a partir de um discurso de esquerda, a partir de pequenas inserções nos movimentos sociais, portanto, a partir de uma representatividade localizada para a ampliação para o conjunto da sociedade, pelo menos para maioria como uma representação legítima. Isso se deu por dois motivos a meu ver: pela crise das representações tradicionais porque não se renovou, centrada no MDB e se dividiu [...] uma parte aproximou-se da direita porque acreditava que Conquista não se desenvolvia porque não estava ligada ao governo do Estado, e para responder a uma expectativa da população de mais obras, foi precisamente se aproximando dos conservadores, ao ACM, ao carlismo.”

Outro motivo do êxito petista apontado pelo prefeito foi o aparecimento de novas forças econômicas e sociais na cidade, especialmente, o surgimento dos movimentos sociais, como o MST, mas principalmente a entrada da televisão na campanha política como espaço de interlocução com setores diversos da sociedade. Em 1996 quando o PT chegou ao poder, foi a segunda eleição com televisão em Vitória da Conquista.

2008 foi o ano político em que o PT buscou pela quarta vez o mandato. Os adversários então travaram alianças amplas para tentar obter novamente o poder. No entanto, a cidade votou em Guilherme Menezes, mesmo que à boca pequena se diga que o partido perdeu, ganhou a pessoa simpática do médico Guilherme. A Câmara de Vereadores elegeu a maioria governista. O candidato Júlio Honorato, apoiado pelo MST não conseguiu votos suficientes para entrar, ficando na suplência. Na eleição passada, o MST também não havia reeleito seu

²¹ Conversa gravada com José Raimundo, em dezembro de 2007, Vitória da Conquista - BA.

candidato, Noeci Salgado, apesar do trabalho que militantes e lideranças procuraram fazer em assentamentos locais.

O segundo colocado nas eleições de 2008, o jornalista Herzem Gusmão, com uma votação de 43.000 votos, articula sua candidatura a deputado federal pelo PMDB nas eleições de 2010. Altera-se um pouco o cenário das oposições ao PT em Vitória da Conquista, uma vez que o jornalista era do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e vai para o PMDB de Geddel Vieira Lima — candidato ao governo do estado que tem a cidade como polo para o pleito estadual de 2010. Apesar de ter sido bastante votado nos assentamentos, não foi reeleito o ex-vereador peemedebista Edivaldo Ferreira que permanece no partido apoiando Herzem Gusmão. Este, por sua vez, assume a presidência do PMDB em Vitória da Conquista.

A expressiva votação recebida por Guilherme Menezes entre a população rural, assentada ou não, se destaca diante da baixa aceitação dos candidatos ligados aos órgãos de representação do meio rural, tais como, Sindicato, MST, FETAG, entre outros. Nenhum vereador da zona rural foi eleito, apesar do intenso envolvimento desses órgãos na campanha política, especialmente, do MST. Esse quadro de eventos da eleição acima delineado é de fato o que formalmente aconteceu, todavia, uma aproximação com o ponto de vista dos eleitores (assentados no Amaralina) desdobra em outros inúmeros eventos e tramas o acontecimento eleitoral.

Famílias assentadas: o universo etnográfico

A escolha desta ou daquela família dentre as muitas residentes nos assentamentos 18 de Maio (RS) e Amaralina (BA) foi feita pela maior relação de proximidade que estabeleci ao longo do tempo. Contudo, é preciso esclarecer o que estamos tratando por família ou mesmo por relações de parentesco. *Família* é um termo ambíguo e constituído pelo contexto, podendo ter várias configurações: a família nuclear; a família daqueles que carregam o mesmo sobrenome; e a família que inclui todos os consanguíneos mais próximos, por parte de pai e mãe. No caso, creio que o termo *minha família* refere-se apenas às pessoas do núcleo pai, mãe

e filhos; *parente* vem a ser o termo mais usado, pois se refere a todos que estão envolvidos por laços de consanguinidade, mas também de afinidade, e opera como um divisor entre dois campos de relação “*é meu parente*” ou “*não é meu parente*” (COMERFORD, 2003, p. 35).

No entanto, *família* e *parente* são termos flexíveis e atuam em diversas circunstâncias no assentamento — alguém próximo e sem laços consanguíneos pode ser considerado “*como meu irmão*” ou ainda “*foi para mim como uma mãe*” devido às relações de proximidade e afinidade. Também ocorre de se usar o termo *família* para se referir ao coletivo mais distante, por exemplo, “*aqui no assentamento a gente é como uma família*” ou ainda pelo seu inverso “*esse nem parece de minha família.*” Portanto, a família e os parentes configuram-se através das relações e tensões que estão permanentemente em ação, fazendo-se e refazendo-se através da sociabilidade.

No caso do assentamento Amaralina em Vitória da Conquista, onde meu tempo de convívio é bem mais curto que no 18 de Maio, o foco da pesquisa recaiu sobre a família de Dora, em cuja casa me hospedei desde o primeiro dia do campo e de onde parti para outros recantos do assentamento e, especialmente, onde também fui apresentada por Dora para seus parentes (o que não significa pouca coisa!) Na casa de Dora moravam apenas a família nuclear, mas circulava pelo local toda uma gama de parentes e amigos íntimos que ampliava também o universo de convívio da casa.

Já no caso do 18 de Maio, em Herval, poderia descrever algumas famílias, no entanto, é preciso fazer um recorte para poder narrar mais de perto. Assim, antes de retornar ao assentamento em 2008, reli meus diários de campo de 2004 e quando retornei, optei por ficar em contato com as famílias com as quais eu já havia estabelecido uma relação mais próxima. Fiquei convivendo em cinco casas, mas especialmente na casa de d. Lúcia por ser também uma espécie de extensão de outras duas casas: a de sua filha e a de sua sobrinha. A minha amizade com d. Lúcia desde a primeira vez que em fui lá e a extensão dessa amizade para seus filhos e a família de sua neta Aparecida acabaram sendo decisivos para que ocupassem o centro de minha etnografia. D. Lúcia e sua família ficaram no centro da etnografia, assim como a família de Dora no Amaralina, mas também são descritos muitos eventos e situações que se afastam desse centro, mesmo que fiquem em seu entorno e percorram as relações paralelas, contingentes, vicinais, etc. que foram acionadas durante nosso convívio, afinal, são diversas famílias que gravitam em torno de d. Lúcia e de Dora.

Dessa forma, o percurso que segue o meu trabalho de campo foi sendo construído como se percorresse uma linha através das relações que as pessoas estabeleciam para si, e por conseguinte, comigo. Duas outras casas de meus conhecidos, a de seu Coralino e a de Marino e Júlia, foram especiais para o trabalho de campo que realizei em 2004. Eles são personagens-chaves de muitos dos enredos e acontecimentos que se passam no assentamento 18 de Maio, portanto, não poderia deixar de reencontrá-los neste outro momento da pesquisa. Mesmo considerando essas outras casas, atendo-me mais às casas das duas famílias — a de d. Lúcia (18 de Maio) e a de Dora (Amaralina) —, pois serão uma espécie de ponto central, o foco da luneta etnográfica, a partir de onde observo e acompanho outras famílias, outras pessoas que de um modo ou outro são observáveis desse ponto onde me situei.

Bem, por si só essas duas mulheres têm famílias amplas e abarcam uma rede de relações bastante complexas. Minha presença em suas casas não passava de modo algum despercebida, e depois de algum tempo você vai deixando de ser visita ou estranho, não é jamais confundido com um familiar, mas talvez vá deixando de ser *estranhamente* percebido, especialmente, creio, em casas sempre tão repletas de pessoas. Esse burburinho de pessoas que entram e saem das casas sempre foi muito interessante, porque o simples fato de estar tomando um mate ou na fresca pegando um ar servia como motivo para uma conversa, um *causo* novo sobre algum assunto, uma fofuquinha fresquinha, e no tempo das políticas, esse estar em casa cheia era, sem dúvidas, um momento de muitas coisas para observar, mas também de uma necessária interação porque é quase regra que se converse.

As relações pessoais que circulam no espaço de cada casa são as mais variadas e, em cada casa, apresentam-se de modo diverso. Melhor explicando, as relações de gênero, com a política, com a religião e o trabalho, enfim, mesmo aquelas de ordem interna à própria família são sempre diversas, não apenas entre casas, como também na mesma casa quando convivemos em diferentes temporalidades. Por exemplo, ter convivido com a família de d. Lúcia em períodos distintos fez com que observasse outras configurações de sua vida familiar — os novos netos, a reforma da casa, alguns laços que foram desfeitos e outros conquistados, — variações temporais que embalam novas relações familiares. Ou ainda, quando fiz uma viagem com Dora para o vilarejo do Capinal onde ela morava antes do assentamento, pude perceber *outras vidas* na vida de Dora. Ao ir me apresentando seus antigos vizinhos enquanto caminhávamos pelas poucas ruas, foi fazendo, sem perceber, imagino, um incrível exercício

de descrição do lugar e das relações que mantinha quando ali morou. Uma viagem não apenas pelo lugar, mas através da memória.

Gostaria de chamar atenção para o fato de que são nesses espaços da casa que, sem dúvidas, se efetivam algumas fusões de sentidos e aderência e ainda que esses locais, passíveis à ação do tempo, são espaços privilegiados para se perceber tanto a segregação quanto o fortalecimento da família. Nesse sentido, assim como o tempo, a política também age na casa podendo operar das duas formas, ora acionando disputas, ora amalgamando posições. Podemos pensar aqui nos termos de Comerford (2006) sobre os processos de *familiarização* e *desfamiliarização*, quando a contingência é levada em conta, ao invés de apostarmos na constância ou imutabilidade da vida em família.

O que notaremos nas narrativas apresentadas nos próximos capítulos será que para além da vida endógena familiar uma grande teia de relações é acionada, em sua maioria, de parentesco, mas também são incluídas outras por fazerem parte do cotidiano de d. Lúcia ou de Dora.

As duas famílias centrais da pesquisa têm origem e condições de vida bastante semelhantes. Advêm do meio rural como trabalhadoras e, depois de situações de desemprego e/ou precarização das condições de trabalho, decidem entrar na luta pela terra. A região onde nasceu e viveu a família de d. Lúcia até os anos 90 situa-se a mais de 500 km de Herval. Conhecida como região das missões, é onde a maioria dos descendentes de alemães e italianos foram instalados no século XIX em pequenas propriedades rurais. D. Lúcia decide acampar com o MST depois que a família não consegue mais se manter economicamente nessa região por falta de terra para plantar e de emprego. A família de Dora é da região de Vitória da Conquista. Por causa da crise nas fazendas de café, tem suas condições de trabalho bastante precarizadas e decide entrar na luta pela desapropriação da Fazenda Santa Marta convidada por integrantes da Igreja Católica da qual participava das missas. Como já disse, a organização do acampamento que origina o assentamento Amaralina não conta com o MST em sua origem.

É preciso que seja feito um aparte: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra não é o “objeto” desta tese. Dois pontos podem ser levantados para melhor explicar: primeiro, o MST é parte na medida em que entra nesse cotidiano familiar e estabelece relações por meio de seus representantes e pela participação dos assentados. Sua história, organização, ideologias,

projetos etc. não é a proposta deste estudo. Existem inúmeros trabalhos importantes sobre o MST, portanto, me eximo aqui de fazer esses estudos, ao priorizar uma etnografia que atenta mais propriamente para as práticas e experiências de vida micro(-políticas), o que quer dizer que se trata de uma escolha por relatar o pequeno universo familiar de assentados, acolhendo o MST na narrativa quando incorporado a esse universo²². Por não se tratar diretamente de um estudo sobre o movimento social, mas sim sobre os modos de vivenciar a política entre famílias assentadas e “pertencentes” ao Movimento, optei por abordá-lo no alcance da sociabilidade, quando acionado por essas pessoas em nossos encontros.

O segundo ponto está imbricado com o primeiro, pois se este trabalho não é sobre o MST propriamente dito, — trata-se de um estudo que intenciona compreender a política de um ponto de vista antropológico, a partir da visão que os assentados revelam da política e das eleições, considerando que eles são integrantes desse movimento social que tem preocupações políticas — como pensar a interação entre essas pessoas da base e esse Movimento? Será buscando inspiração em Herzfeld (2008) que pretendo entender essa relação sem predeterminar que os objetivos e pressupostos políticos “oficiais” do MST sejam todos eles levados ao pé da letra pelos assentados, e sequer o avesso é verdadeiro, pois nem tudo é rejeição. Inversões e desvios do modo formal de pensar a política pelas coordenações centrais do MST realizados pelos assentados da base serão levados em conta pela sua capacidade de tomar iniciativas outras e criar dispositivos que perturbam esse modelo formal e recriam criativamente estilos particulares — ou íntimos, nos termos de Herzfeld (2008), — de praticar a política. No entanto, essa criatividade política pode em alguns momentos ser vista como uma desobediência em relação ao MST, e em outros momentos as práticas políticas dessas mesmas bases podem ser consideradas leais ao Movimento, especialmente em momentos de crises externas.²³

²² Cito alguns dos trabalhos sobre o MST ou relacionados (existem inúmeros outros importantes estudos, mas não cabe aqui mencionar todos): (a) CHAVES, Cristhine Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro, Relume Dumar: Nuap/UFRJ, 2000. (b) LIMA, Grazielle Dainese de. **A experiência sem terra**: uma abordagem antropológica sobre a vida no acampamento. 2006. Dissertação IFCH/ UFRGS, Porto Alegre. (c) HOFFMAN, Leandro Sidinei N. **Da cruz à bandeira**: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS 1985-1991. 2002. Dissertação (Mestrado em História) — UFRGS, Porto Alegre. (d) MARTINS, José de Sousa (Org.). **Travessias**: as vivências da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre, UFRGS, 2003. (e) STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente**: a trajetória da luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseo Abramo, 1999. (f) STRAPAZZON, J. P. **E o verbo se fez terra: MST (SC) 1980-1990**. Chapecó, Grifos, 1997.

²³ Salvaguardadas as diferenças de contexto com relação ao trabalho de Michael Herzfeld, pois suas reflexões recaem especialmente sobre os diferentes modos de percepção da presença do Estado na vida dos cidadãos gregos, busco inspiração na sua ideia de explorar “as possibilidades e os limites da dissidência criativa”

50

(HERZFELD, 2008, p.16) frente aos discursos de unanimidade e de harmonia (no seu caso do Estado-nação) para pensar, entre outras coisas, no embaraço das contradições — e aproximações — entre militantes políticos do MST e as bases

CAPÍTULO I

ELEIÇÕES NO ASSENTAMENTO 18 DE MAIO: RETRATO 4 X 4 ANOS

Escrevo esse relato por que não escapo desses sonhos. E eles são a metade do que não entendo. E a outra é a que me entende. Não, não é cega a esperança. E nunca nos foi dito que tivesse óculos. Nem que tivesse chapéu e alegria. Assombro me olha e compreende.

(Carlos Nejar – *De como Assombro existe contra o tempo*. In: Cartas aos Loucos).

Este capítulo pretende tratar da etnografia que realizei no assentamento 18 de Maio, na cidade gaúcha de Herval, no ano eleitoral de 2004. Compõem ainda este capítulo observações que realizei sobre as eleições municipais de 2000 e para o governo do estado de 1998. A eleição municipal de 2008 será especificamente abordada no capítulo segundo e terceiro. Logo, neste primeiro capítulo cabe a apresentação daqueles que serão os principais personagens da narrativa nos capítulos seguintes. Trata-se de apresentar ao leitor os universos onde transcorrem suas vidas e enlaces cotidianos e, que de algum modo, são atravessados pela política. Entre os propósitos deste texto está a tentativa de descrever as relações e experiências cotidianas de pessoas assentadas e observar como se envolvem, em diversos contextos de situação, com a política. Assim sendo, a narrativa deste capítulo constitui-se de uma re-visita aos diários de meu trabalho de campo, percorrendo as diferentes temporalidades em que permaneci no assentamento. Através delas busco revelar os difíceis momentos de minha entrada em campo, momentos entrecortados por conversas moderadas e silêncios comedidos, especialmente ao se falar sobre eleições e políticas.

Dessa forma, procuro no primeiro momento situar o contexto e as conjunções políticas do período eleitoral (2004) e, dentro disso, buscar pelas explicações e atribuições de sentido com que essas pessoas interpretam, simultaneamente, o seu envolvimento pessoal e o desempenho dos candidatos, atentando para a dinâmica cotidianas onde ocorrem as continuidades e discontinuidades de vínculos e laços políticos. Em um segundo momento, procuro apresentar algumas das pessoas do assentamento com quem mantive contato mais prolongado em 2004, retomando esse convívio em 2008. Busco descrever como esses encontros foram inicialmente econômicos nas falas e receosos no tratamento, especialmente

no que diz respeito ao tema “política”; todavia, gostaria, sobretudo, de tratar como, na medida do convívio, não apenas conseguimos conversar sobre esse assunto, como também construímos uma espécie de circuito de revelações e envolvimento em que cada um desejava apresentar sua posição ou versão sobre acontecimentos e/ou eventos.

A pesquisa de campo no ano de 2004 foi realizada para minha dissertação de mestrado. Diversos dados de meu diário de campo e das entrevistas da época não foram utilizados, assim como algumas reflexões não foram feitas ou não foram escritas na ocasião. Neste momento, procuro retomar e re-fazer esses caminhos.²⁴ Desse modo, retomo algumas informações que estão na dissertação quando pertinentes para o texto atual, na tentativa de alinhar observações (mesmo que um tanto díspares) sobre as escolhas eleitorais de um grupo no entrecortado período de quase uma década.

Conforme bem lembrou Don Kulick (2008), a etnografia converte-se rapidamente em história, e muitas coisas que lemos, depois de passados dez anos, não são mais as mesmas na vida das pessoas. No caso aqui descrito, portanto, é preciso levar em conta os diferentes períodos que atravessam a etnografia no assentamento, revisitados por mim com o intuito de que a inferência possa reconstituir e atualizar os diversos discursos sobre a dinâmica da política.

As questões trazidas pelo trabalho de campo, especialmente, através das próprias narrativas dos nativos situam e recolocam a todo o momento as questões que incitaram esta pesquisa. Destarte, quando tentamos chegar a um ponto específico de como os assentados pensam a política, parecemos então perder o fio da meada que levaria à resposta, pois as narrativas tomaram diversos caminhos em encruzilhadas desconhecidas e aparentemente contraditórias. Para tanto, a escolha foi de seguir essas narrativas em todos os seus desvios e as suas possíveis sinuosidades. Será nesses inúmeros enredos por onde as narrativas dos assentados entram (e saem) que a política existe e constitui seu funcionamento. Por isso, importa aproximar-se tanto quanto possível do modo como esses enredos são vividos e narrados, muitos deles trazidos pela memória e distantes no tempo, outros, contemporâneos,

²⁴ Salvaguardadas todas as diferenças, segui a ideia do livro “*Os diários e suas margens*”, de Roberto Cardoso de Oliveira, construindo o texto em duas temporalidades: uma que é o que consta propriamente do diário, em tempo pretérito, e outra que é a atual, quando procuro realizar esse exercício de extrair não apenas novos significados das anotações como também trazer à tona as condições nas quais essas anotações foram realizadas (OLIVEIRA, 2002).

partem do dia a dia no qual são relatadas a experiência política, as participações, as tomadas de posições, enfim, parte daquilo que é vivido em ato e sobre o qual conversamos.

Contexto histórico político de Herval

Com o significativo aumento do número de eleitores no município devido à chegada de novos assentamentos, teremos como primeiro momento desse cenário eleitoral a tentativa do PT de congregar interesses plurais e apresentar-se como alternativa para a cidade que nos últimos oito anos havia sido administrada pelo PTB, mas cuja história política, a partir da metade dos anos 80, registrava uma sucessão de administrações do PDT. Com essa intenção, o PT lançou uma chapa de alianças bastante ampla que se desfez antes mesmo da eleição. Essa candidatura para prefeito era então encabeçada por José Leão, figura bastante conhecida na cidade, tendo sido candidato em 1988 a vice-prefeito pelo PMDB na chapa do candidato a prefeito Ciro Vieira Filho, pequeno fazendeiro local. Mais recentemente Zé Leão, como é conhecido, tornou-se militante petista e, pela sua capacidade de articulação com vários setores sociais, teve inicialmente seu nome como candidato do PT. A chapa apresentou como vice Elias, agricultor, liderança local do MST. Assentado no São Virgílio, em Herval, no fim dos anos 90 e pouquíssimo conhecido do público não assentado. O nome de Elias foi um dos principais pontos de desarticulação da chapa, pois além de ser recém-chegado ao município, não estava convicto de sua participação nela. Desde o início da campanha eleitoral, Elias flertava com o PDT e tornou-se nos meses seguintes, de fato, um militante desse partido depois que sua candidatura não se consolidou pelo PT. Após as eleições, foi secretário de governo do prefeito eleito Camarão no período de 2004-2008.

A falta de coesão interna do PT, a candidatura de Zé Leão, as disputas internas e o jogo de forças com o PDT resultaram na dissolução dessa candidatura e no lançamento de outros nomes pela chapa do PT (ver texto de d. Vera no Anexo B). Construída na última hora, uma segunda chapa foi encabeçada por D. Vera que, em uma coligação polêmica com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), definiu o novo vice, morador da cidade, mecânico, conhecido como Mancha. D. Vera, moradora de Herval desde os anos 90, ligada à Igreja Católica, viúva do engenheiro agrônomo Paulo Gutiérrez, ex-Secretário de Agricultura na

administração pedetista de 1992-1996 e no primeiro governo de Rubem do PTB (2000), impulsivamente acaba encabeçando a chapa petista nesse ano. Assentada no projeto de assentamento Tamoios em Herval em 2002, a candidata à prefeita, assim como o seu vice, o mecânico Mancha, eram pouco conhecidos na política municipal. D. Vera fora candidata à vereadora pela coligação PDT/PT em 2000, obtendo apenas 31 votos.

Sem estrutura partidária nem nomes com expressão popular, a nova candidatura já saiu para a disputa nas ruas vaticinada à derrota, levando parte dos militantes a voltar-se para a candidatura pedetista, com melhores chances de vencer o pleito. Ainda, para entender melhor as relações políticas travadas na disputa eleitoral de 2004 em Herval, precisa-se levar em conta que alguns elementos da política foram lançados no movimento de aproximações entre lideranças do MST e PDT. O PDT em 2004 trazia como cabeça de chapa o ex-prefeito Camarão, figura carismática na cidade. O advogado Marco Aurélio (o Camarão) conta, além de seu carisma pessoal, com uma certa tradição de seguidores do PDT, marcadamente associada ao ex-governador Leonel Brizola. Atentos para o novo potencial de votos que os assentamentos significavam, os cabos eleitorais do PDT buscaram uma aproximação política com lideranças do MST.

Podemos chamar atenção para alguns dos principais fatores que ocasionaram essa aproximação por parte dos assentados: as melhores chances de o PDT ganhar o pleito do que o PT; e, levando em conta essas possibilidades, os convites às lideranças do MST para participação no governo pedetista. Além disso, a abertura dos pedetistas em estabelecer relações pessoais e políticas com os assentados, em alguns casos, antecipou-se ao PT, ou foi, a seu modo, mais estimada.

O PTB, saindo do segundo mandato do prefeito Rubem, estava um tanto desgastado e lançou o nome da vereadora Iádia Martins. A candidatura consegue uma boa inserção no assentamento 18 de Maio, derivada das relações que o prefeito Rubem conseguiu estabelecer a despeito do passado, quando prejudicou os assentados.

Voltemos à trama da candidatura petista pela sua proximidade com a vida política dos assentados.²⁵ Essa eleição de 2004 foi vencida pelo PDT com grande diferença de votos, ficando o PT em último lugar. As propostas feitas pelo PDT ao PT e ao MST de apoio político no decorrer da campanha eleitoral e de futuros cargos, com intenção de conquistar lideranças que dispunham de algum capital político junto aos assentados, ao não serem recusadas, revelaram que o universo político do qual fazem parte algumas lideranças do MST local não se desfez da tradição política do município. Às expensas da candidatura petista, acordos foram travados entre esses grupos (PDT - PT e MST) ocasionando muitas rupturas e divergências ainda hoje presentes nas disputas locais enfrentadas pelo PT. Entre esses acontecimentos, talvez o de maior expressividade tenha sido a mudança de lado de Elias: inicialmente candidato a vice-prefeito pela chapa do PT, desistiu e passou a apoiar o candidato Camarão (PDT) que, eleito, convidou Elias para ser seu Secretário de Governo.

Etnografia dos silêncios e distanciamentos

Apesar de conhecer de anos anteriores alguns militantes do MST em Herval e ter trabalhado junto com eles na campanha eleitoral de 98, durante a minha primeira entrada, de fato, em campo com intenções de seguir um projeto de pesquisa de mestrado, encontrei muita resistência por parte dos assentados das bases, — não de me receberem em suas casas, mas de entabularmos um assunto sobre as eleições e suas experiências políticas. Quando buscava introduzir o assunto sobre as eleições, a campanha política no assentamento, as escolhas etc. quase sempre, nos primeiros encontros, ouvia dizerem “*de política não gosto nem de falar,*” “*a política é coisa de corrupto*”, “*me dá nojo a tal política*”. Certamente essa é uma percepção que os assentados têm da política e da disputa eleitoral. A porta de entrada para essa conversa demorou um bom tempo para se abrir.

No entanto, essa negação de falar comigo foi bem lentamente e aos poucos sendo modificada ou mesmo deixada de lado pelo simples fato de ser um momento em que um dos

²⁵ Halbwachs (1990) dizia ser a memória um agenciamento coletivo, sendo refeita e corrigida ao longo do tempo e no encontro dos sujeitos. Por sua iniciativa e motivada pelas conversas que travamos sobre política em sua casa, no assentamento Tamoios, D. Vera, redigiu de seu próprio punho as lembranças do que tem sido sua participação política em Herval e enviou-me o texto por *e-mail*. Devido à clareza e à importância deste relato, transcrevo-o na íntegra dentre os anexos.

assuntos mais frequentes, entre amigos, parentes, vizinhos era a eleição. Falar dos candidatos, das suas possibilidades na eleição, fazer ironias e defesas de alguns nomes são espontaneamente assuntos desse momento. Aliado a isso, os acontecimentos diários acabam sendo, de algum modo, tocados por comícios, festas, carreatas entre outros eventos da política, ao menos para se conversar sobre quem participou, de que lado está, olhar estilos, rir dos candidatos, enfim, conversas e fofocas sempre são geradas pela eleição.

Essa experiência vivenciada através da reserva com que os assentados falavam de política foi trazendo elementos para a etnografia, considerando que a própria negação de um fato tem algo a dizer: para quem se pode falar do voto? Ou com quem? De que posição estou tratando? Ainda, a negativa em falar da questão eleitoral mais frequente fazia referência a certa “*incompetência*” ou “*inaptidão*”, como se fossem portadores de “*um não saber falar das políticas*”, pois está é “*coisa de políticos*”. Eleição pode ser tanto assunto de esquina, do cotidiano como pode ser, até certo ponto, um mistério, pois as conversas relacionadas a esse tema em algumas casas parecem endógenas, ou seja, as opções políticas são uma espécie de segredo de família. Certamente em outras casas, a preferência está clara e marcadamente revelada, seja nas bandeiras e cartazes colocados na entrada do lote e na moradia, seja ainda através da conversa que torna explícita essa escolha desde os primeiros momentos. A política fazia parte do cotidiano nessa época do calendário e era, nos primeiros encontros, não necessariamente evitada, mas como que deixada de lado; o assunto não entrava fortuitamente nas falas. Com um tempo de convívio, em certa medida, esse “cuidado” em falar de eleições e voto vai sendo desvanecido. Decerto que essas ressalvas não eram postura de todos os assentados, pois muitos tinham gosto em conversar sobre os candidatos!

As informações aqui apresentadas sobre as eleições municipais de 2000 não são exatamente provenientes de uma pesquisa etnográfica. Melhor explicando, eu não tinha um projeto de pesquisa sobre as eleições naquela época; o que trago aqui são observações que fiz por estar presente em Herval naquele período e acompanhar o desenrolar do pleito. Essas observações sobre 2000 são ainda compostas pelas lembranças dos assentados, reveladas quando pesquisei em 2004. Desse modo, temos duas fontes que se interpenetram, respectivamente: a minha memória e a memória dos assentados.

As lembranças das eleições do ano de 2000²⁶ aparece de modo muito fragmentado nas falas dos assentados, visto que poucos participaram de qualquer evento, comício, encontro, caminhada etc. Para algumas pessoas, o fato de não terem transferido o seu título eleitoral é o motivo de não se recordarem da eleição, pois esta seria praticamente a primeira eleição no município, visto que o assentamento 18 de Maio data de 1996. Para outros, o que ocorreu foi que foram *deixados de lado pelos políticos*, por serem pouco considerados como cidadãos e eleitores.²⁷

Muito provavelmente a concepção dos políticos locais de que, *a priori*, assentados votam no PT, ainda não havia sofrido o impacto da experiência de uma eleição com resultados bem diversificados no interior de um assentamento. Essa “*concepção sobre as escolhas dos militantes do MST*” parece ter desobrigado os candidatos a fazerem campanha nos assentamentos. E essa ausência no espaço dos assentamentos marcou a memória dos assentados, mais pela rejeição e o estigma com que foram tratados e menos pela forma como a campanha eleitoral aconteceu no local. Face à exigência de que político, preferencialmente, seja alguém conhecido e, considerando a situação de recém-chegado do assentado, esse político conhecido, na maior parte das vezes, é alguém apresentado pelo MST, que aparece nessa situação como vínculo e também como um meio de proteção que o assentado tem em relação ao mundo fora do lote.²⁸

Contudo, mesmo esparsa e com pouca expectativa de conquistar eleitores, a busca de votos fez-se presente no assentamento 18 de Maio. As relações de sociabilidade com os moradores da vila Basílio e da cidade de Herval, mesmo que no geral marcada por inúmeros preconceitos manifestados por boa parte da população da cidade nos primeiros anos de

²⁶ **Herval:** Resultado das eleições municipais de 2000: Votos Válidos - 14 RUBEM / RUBEM DARI WILHELMSEN PTB / PMDB / PFL 2.425 50,93 **Eleito**; 12 MARCO AURÉLIO CAMARÃO PDT / PT 2.336 49,07 **Não eleito** (FONTE: Site do TRE-RS).

²⁷ Talvez os assentados quisessem, na realidade, ser reconhecidos menos enquanto cidadão e mais como pessoa, como sendo parte, conhecidos. Concordo com Peirano quando afirma: “No meio rural, ‘cidadão’ é um termo que possui conotação negativa, que se usa para designar uma pessoa desconhecida, estranha à comunidade — uma pessoa ‘sem nome.’” (PEIRANO, 2006, p. 132). No entanto, acho que essa característica não é exclusividade do rural.

²⁸ Maria Izaura P. Queiroz (1976) afirma que, tradicionalmente, para o trabalhador rural votar no candidato do patrão significou fidelidade e gratidão a este *homem bom* que cedeu a terra e que, principalmente, dedicou-lhe proteção.

presença de “*colonos assentados*”, como são chamados na linguagem popular, foi o elo que levou os candidatos aos assentados na eleição de 2000.²⁹

Foram as relações comerciais entre os proprietários (de mercearias, mercados, agroveterinárias etc.) e assentados — ou aquelas travadas a partir das conversas no interior do ônibus e ainda através das cercas dos lotes que tinham como vizinhos proprietários locais — que deram início ao lento processo de construção de laços entre assentados e moradores de Herval. Esse processo ainda encontra muitos obstáculos, ocasionados principalmente por preconceitos do tipo “invasores da propriedade alheia”, “comunistas”, além da rejeição ao modo de vida dos assentados: o sotaque, os hábitos alimentares, o modo de vestir e de trabalhar na terra são os primeiros aspectos a serem visualizados nesse (des-)encontro.

Um exemplo dessa difícil relação é dado pela fala de uma assentada. Quando conversamos sobre a chegada de sua família em Herval, D. Elba, mãe do candidato a vereador Gordo em 2004 e 2008, deixa claro a recepção hostil dada pela cidade quando vieram para o assentamento:

“Bem mal recebido, aqui no Basílio diziam: ‘chegou os colonos ladrão e marginal’. Mas hoje eles conhecem, tão a par, né? Se demos bem, os negociante conhece a gente. No assentamento tem esses que bebem demais, mas eles conhecem os que prestam. [...]. O prefeito que está aí, nosso aqui, é contra nós, ele disse que no Herval tem três pragas: assentado, caturrita e javali. O prefeito tem que tratar parelho. Prefeito que é eleito tinha que vir no assentamento, ter uma amizade.”

Esse discurso, que provavelmente o candidato Rubem fez no ano de 2000, marcou profundamente a estima e a memória dos moradores dos assentamentos. Em diversas circunstâncias, escutei citarem essa frase ofensiva, na qual o candidato fez equivaler a chegada dos assentados à vinda de pragas de animais que atingem as lavouras. Passados quatro anos, o então prefeito e candidato a reeleição Rubem apareceu em 2004 para realizar campanha eleitoral no assentamento, e suas palavras sobre os assentados não foram esquecidas. Foram amplamente usadas para desqualificar sua candidatura entre aqueles que apoiavam tanto o PT quanto o PDT. Para minha surpresa, conversando com as assentadas D. Regina e D. Elba em 2008, passados oito anos, essa frase ainda não fora esquecida e não passa despercebida no momento de criticar a candidatura à vice-prefeita da esposa de Rubem.

²⁹ A rejeição sofrida inicialmente pelos assentados ao chegarem em Herval não é um caso isolado, Benedetti (2000) assinala que em Bagé, assentados no município vizinho de Hulha Negra passaram por dificuldades de serem aceitos pela sociedade local (Benedetti, 2000).

De modo algum, isso impediu que o candidato recebesse a maioria dos votos no assentamento... para surpresa e certa decepção de D. Elba.

Como escrevi antes, os primeiros meses que permaneci no assentamento durante o ano de 2004 foram marcados mais pelos silêncios que pelas falas, especialmente quando a proposta consistia em tratar de política. Não que minha presença fosse totalmente estranha, mas para muitos de meus conhecidos no 18 de Maio, apenas se fala de política — ou apenas se brinca — com os muito próximos. Isso por diversos motivos, entre eles o de não correr riscos de perder a possibilidade de negociação com políticos de diversas frentes. Com o decorrer do tempo, percebi que dificilmente se falava de política comigo em conversas mais formais ou em entrevistas, mas com paciência pude notar que, quando as pessoas se encontravam, vizinhos, parentes e amigos, o tema da hora era as brincadeiras sobre os candidatos, os comentários sobre as visitas de políticos. Enfim, o cotidiano foi desfazendo o silêncio ou as poucas palavras que marcaram os primeiros encontros, o que fazia parecer que o assunto da política era praticamente inacessível.

Cito o diálogo abaixo como exemplo das dificuldades de entabular uma conversa sobre política quando esta é como que apartada da vivência do dia a dia, ou seja, ao ser destacada como assunto para uma entrevista, a política é uma conversa que não agrada, porque envolve muitas obscuridades e espertezas que são para os assentados assuntos sobre os quais apenas os profissionais da política estão habilitados a falar. Apesar de nos conhecermos já há um bom tempo, as respostas de d. Lúcia às minhas investidas para conversarmos sobre a eleição são muito breves (observando hoje, diga-se de passagem, que perguntas terríveis e desajeitadas com que d. Lúcia se deparou!). Sendo assim, o tema das eleições entra muito lentamente em nossos encontros... quando pergunto “o que anda pensando das políticas desse ano?”, Dona Lúcia, responde brevemente:

“— Eu não penso; não me pega muito essas coisas de política e nem penso sobre política.”

— E com sua entrada no MST, alguma coisa se modificou?

— Modificou pouco. Sai um pouco nos comícios. Penso em melhorar, que as coisas melhorem. Para ver as propostas políticas, conhecer os políticos; é o melhor momento [os comícios].

— E aqui na sua casa, o voto é decidido em conjunto? (d. Lúcia mora com o filho, a nora e três netos)

— Sim, discutimos em casa o voto. Puxemos a gurizada nossa para o partido.

— O que lhe chama atenção na política?

— O que mais chama atenção seria um convívio maior dos políticos com o povo. Aqueles que ajudam o povo.

— D. Lúcia, a sua ideia de política é a mesma antes de ir para o acampamento, antes do MST ou mudou seu jeito de pensar?

— *Continua igual ao antes do MST.*

— A senhora acha que o assentamento receberá visitas de políticos em busca de votos nesta eleição?

— *Acho que sim, vão vir trazer proposta. Já estão vindo. Pode ser o partido que for, vai ser recebido. Acho bom as conversas. A maioria das vezes a política existe quando é época da eleição, depois a gente até é esquecido.*”

D. Lúcia vai findando nossa conversa, pois tem seus afazeres em torno do lote. Vamos conversando algumas coisas sobre sua vida passada: *“Sempre fui muito pobre, criei nove filhos e o marido sempre achou jeito de colocar tudo fora”*. Conta que gosta de plantar, adora as flores que tem no jardim em frente à casa. Sua casa é precária, principalmente para o inverno do sul, pois não tem quase vidros nas janelas; em alguns lugares é com papelão que recobre as janelas e portas. Sua casa não é toda rebocada, e d. Lúcia reclama da umidade que fica pelas paredes e do vento gelado que entra assobiando pelas janelas. É maio e o frio começa a chegar. Tomamos mate servido na chaleira que fica no fogo da pequena lareira, d. Lúcia explica que ainda não arranjou dinheiro para comprar uma garrafa térmica para servir o chimarrão, mas diz *“antes não tinha nem sapatos, os que tenho hoje ganhei na vila”*. Fala que não pôde estudar: *“só primeira série, porque naquele tempo era muito difícil.”* D. Lúcia mora com o filho Gomercindo, casado, com dois filhos. Explica-me que seu filho é militante do MST *“e que o lote não vai bem, hoje a gente vive de esperar o recurso, e meu filho acha que é na luta que se ganha a sobrevivência...”*

D. Lúcia conversa com alguma tranquilidade sobre política até a chegada de seu filho Gomercindo, depois fica em silêncio e pede ao rapaz que converse comigo. Sabendo que eu me encontrava ali para uma pesquisa sobre o assentamento e as eleições, ele me diz de supetão: *“aqui o voto é discutido em família, eu sempre ensino a mãe a votar.”* Gomercindo é o que se costuma chamar em Herval de “o homem da casa”, portanto, quando alguém estranho chega à casa deve ser por ele recebido, a não ser que não haja nenhum homem no lote. Essas primeiras recepções normalmente são um encargo masculino, assim como as conversações sobre política também são coisas para homem, ao menos, nos momentos iniciais. Depois com o passar do tempo, a participação das mulheres vai sendo intensificada e poderia mesmo dizer que ficávamos um período maior juntas pelo fato de os homens ficarem mais tempo fora de casa. Imagino que o fato de eu ser uma mulher também contribuiu para que os homens me deixassem em suas casas conversando “coisas de mulher”.

Gomercindo explica que a família decidiu apoiar nessa eleição de 2004 o Camarão — PDT, como já havia feito em 1996, apesar de alguns primos votarem no Rubem — PTB, candidato que será novamente vitorioso. Gomercindo acha que não há outro candidato melhor que Camarão, pois os candidatos petistas são muito fracos, e apoiá-los seria o mesmo que perder o voto. O que Gomercindo não fala diretamente, apenas sinaliza, é o fato de o candidato que apoia para vereador, Cláudio, estar ligado ao Camarão. Portanto, mesmo tratando-se de uma liderança do MST, percebe-se que o grupo informal de assentados do qual tanto Gomercindo como Cláudio fazem parte não sustenta a mesma posição que outras lideranças do MST que apoiam o PT. Para os militantes do MST e do PT, esse grupo que gravita em torno de Cláudio especula que com a Vitória do Camarão possam obter cargos e empregos.

O voto disperso e multifacetado que marcou o resultado das eleições de 2000 nas escolhas dos assentados abriu as portas para que, nos próximos anos, todos os assentamentos do município recebessem a investida de candidatos. A eleição de 2004 foi, portanto, marcada pela iniciativa dos candidatos de conquistar os votos de assentados depois que a eleição municipal desvendou que estes últimos não estavam “*fechados com o PT.*” De 2000 a 2008 a campanha política foi como um aprendizado para os políticos locais, no sentido em que foram percebendo, a cada eleição, que os assentados por si só não significavam hermeticamente rupturas ou associações com partidos e/ou com modelos de “fazer política”. Assim sendo, muito mais que uma escolha *fechada*, em sua maioria prevalecem os arranjos múltiplos que, conforme cada família ou grupo vai sendo disposto, são passíveis de alteração ao longo do tempo. Às vezes, dentro do período da mesma eleição, esses arranjos sofrem alterações e fracionamentos bastante profundos. Há uma dinâmica incessante da política no período eleitoral que flexiona posições, especialmente dentro de um espaço, como um assentamento que desde seu nascimento carrega um embate de forças políticas divergentes.

Conversas em 2004 – confluências e variações

Seu Bento: “política é briga de graúdo!”

Quando conheci seu Bento, em 2004, depois de já ter convivido com sua esposa e com seu filho Nico no espaço da escola, fomos travando conversas sobre as candidaturas que nesse ano estavam na pauta. Seu Bento lançou uma das perguntas corriqueiras nessa época para começo de conversa: “*e como andam essas políticas na cidade?*” Para ele, o problema consistia em apoiar seu partido, o PDT depois de este andar fazendo “*muita porqueira*”, conta. Quando tivemos essa conversa, estávamos no início do mês de julho e até a eleição em outubro muito coisa estava por acontecer.

Talvez esse diálogo tenha se dado por já conhecer a família de seu Bento com certa intimidade, pois sendo minha irmã professora da escola da vila Basílio onde todas as crianças em idade escolar do 18 de Maio estudam, construí, por intermédio dela, uma relação inicial com meus futuros nativos que frequentavam os espaços da escola e as reuniões. Curiosamente, acredito que, de fato, o que me ajudou a estabelecer as primeiras conversas com os assentados deve-se à minha semelhança física com minha irmã Patrícia, professora de matemática. Assim, enquanto andava no assentamento ou estava na casa dos professores, onde me hospedei, muitos dos pais de alunos confundiram-me com a professora e, felizmente ela é muito querida entre os alunos; desse modo, eu quase sempre era recebida com carinho e, depois de explicar a confusão, com certo espanto.

Para seu Bento havia ocorrido uma *briga de graúdo*, tornando difícil saber o que acontecia por dentro dos partidos e das definições de coligações, mas ele ainda estava “*dando uma olhada para ir com o PT.*” A candidatura petista definira-se há pouco tempo, pois o partido estava dividido entre uma possível coligação com o PDT ou o lançamento de chapa própria. Dessa forma, a candidatura petista de 2004 no município de Herval, os arranjos entre políticos ligados ao MST e os dirigentes petistas e pedetistas, bem como a disputa travada pelos partidos — PT e PDT — para conquistar em seus quadros a presença de candidatos assentados revelaram uma campanha política cheia de controvérsias.

No dia 20 de maio de 2004, quando reencontro com seu Bento na sua casa, próxima à sede do assentamento, ficamos conversando inicialmente sobre sua vida antes do assentamento e a sua decisão de se tornar assentado. Seu Bento é casado, é vizinho da neta de

d. Lúcia, Aparecida, e mora no 18 de Maio desde o início do assentamento. Acampou cerca de quatro anos em diferentes locais até conseguir a terra, correspondente ao seu lote atual de 25 hectares. Natural de Santiago (RS) tem 45 anos e muita disposição para lutar por uma vida independente. Declara ter acampado porque *“queria adquirir terra, como empregado nunca que se consegue, pensei foi nos filhos.”* Com o lote produzindo, seu Bento considera-se entre os poucos que produz e participa da organização do assentamento. Para ele,

“tem uns assentados que são conhecidos por ter participação no grupo, no assentamento, mas não produzem nada no lote, apenas ficam de reunião em reunião [...] outros são aqueles que pensam só neles, que estão sempre esperando um favorzinho, uma ajuda ou coisa parecida.”

Seu Bento trabalhava de peão de fazenda antes de acampar e sente saudade de alguns aspectos dessa vida passada, como as gauchadas e os rodeios, mas não esquece a vida penosa de muito trabalho e pouca remuneração que marca esse tipo de atividade.

Na época dessa conversa, Seu Bento era o tesoureiro da Associação Comunitária São Roque – associação dos assentados do 18 de Maio que organiza e representa o assentamento junto aos projetos estatais, ao CAPA e ao MST, contando com uma diretoria eleita pelo voto dos cadastrados com lote. Conversamos sobre como se sentia nessa responsabilidade de ser tesoureiro, pois dizia estar em uma *“situação muito delicada”*, pelo fato de se opor a companheiros de chapa, militantes do MST *“que fazem da associação que é de todos um negócio pra eles mesmos”*. Nessa época, há uma briga intensa pelos cargos de direção da Associação Comunitária São Roque, pois alguns poucos assentados pertencentes à mesma chapa de seu Bento pressupõem que o controle da Associação lhes dará projeção política no assentamento e em futuras eleições em Herval. Essa é uma *“tremenda dor de cabeça”* para seu Bento que diz não ter nenhuma pretensão de *“se meter com políticas.”*

Quando conversamos em julho (2004) no 18 de Maio, a perspectiva de seu Bento sobre a campanha eleitoral *“com a participação do pessoal do MST”* não se realizou, e foi marcada pela costumeira virada de casaca, ou seja, venceu a troca de apoio pela promessa de cargos. Depois das mudanças nas candidaturas, seu Bento acha que entendeu pouco do que foi decidido, mas confessa que, após pensar bastante, achou melhor votar no candidato apoiado pelo PDT, pois afinal esse sempre fora o partido de seu pai e o seu, quando pode escolhê-lo. Marcado pela dupla derrota, tanto em 1996 quanto em 2000, o PDT buscou na eleição de 2004 apoios nos assentamentos, levando como mote da campanha que fora derrotado pelo

candidato de uma frente de direita, encabeçada pelo produtor rural Rubem Dari Wilhelmsen, PTB/PMDB/Partido da Frente Liberal (PFL).

Nota-se que há uma referência negativa na fala de seu Bento quando menciona seus companheiros e as dificuldades de convívio e de construção da ideia do assentamento como um lugar de interesses coletivos (BRENNEISEN, 2004). São comuns as acusações entre assentados de “falta de coleguismo”, de prevalência de posições individualistas sobre o que é comunitário, entre outras. De fato, nunca houve experiência de produção coletiva no 18 de Maio, mas existem várias questões que são de interesse geral, tais como a construção de estradas, da sede do assentamento, de assuntos relacionados à escola e de melhorias de infraestrutura, portanto, sobre certos aspectos é imprescindível que ocorram discussões em conjunto. Desse modo, a participação na associação comunitária, onde se discutem os temas de ordem geral, é decisiva para a distinção feita no interior do grupo pesquisado. Distinção polarizada entre quem participa e quem *pensa só em si*. Ocorre que no caso de um assentado ser tachado por algum motivo (ou não) de individualista ou de que *pensa só em si*, ele acaba tendo uma série de dificuldades e sofre censuras caso queira, efetivamente, ter (ou retomar) uma participação ativa, disputando cargos da associação e das coordenações do MST. Melhor dizendo, depois de ser identificado como individualista esse assentado passa a ser reconhecido por todos como tal, indiferentemente de suas posições passadas e intenções futuras. Desconstruir esse estigma é um trabalho bastante custoso para o acusado que, na maioria das vezes, desiste antes (GOFFMAN, 2008).

Há uma clara insensibilidade por parte dos responsáveis pelas políticas públicas de assentamento com relação às trajetórias e às diferenças de condições e situações estruturais próprias e subjetivas com que cada família chega ao assentamento. Condições que são muitas vezes resultado da capacidade de força de trabalho da família naquele momento ou mesmo das condições econômicas prévias à chegada ao lote. A desconsideração a esse aspecto também se dá por parte do MST, que reforça uma relação hierarquizada dentro do assentamento. O MST acaba elegendo certas famílias *mais interessadas* para participarem de viagens, de congressos, das coordenações do Movimento e mesmo dos cursos técnicos e reforça nas outras famílias uma situação de isolamento, um sentimento de estar *por fora*, quando elas por si mesmas já se sentem excluídas, pois acham que sua opinião é pouco considerada (algumas pessoas até mesmo acham que não sabem falar). Cria-se uma situação que acaba fazendo com que esses assentados sejam duplamente recusados: de um lado, pelo

Movimento, por ele ter uma postura insensível aos motivos dessas famílias não participarem ativamente da organização e discussões do MST e/ou pelo próprio assentamento, recebendo a pecha de serem chamados de *individualistas*; de outro, por elas mesmas, que se sentem deixadas de lado. Muitas famílias dão uma explicação condizente com um estado de baixa estima provocado pela situação de pobreza estrutural e de pobreza psicológica criada por essa condição e reforçada pelas lideranças do MST. (D'INCAO e ROY, 1995).

A questão do *individual* sempre foi polêmica e conflituosa na relação entre direção e bases no interior do MST. A exigência da produção coletiva nos assentamentos, cobrada nos primeiros tempos do Movimento, deparou-se com a resistência do modo de ver a terra e nela viver dos agricultores, obrigando a coordenação do MST a flexibilizar sua postura em relação aos que preferiam produzir “individualmente”. No entanto, isso não significa que diminuiu o estigma sob os assentados que se opõem a participar das ações coletivas e a aceitarem os modos de agir instituídos pelas coordenações nacionais e regionais.

Aparecida: “adoro Big Brother, adoro votar!”

No lote vizinho ao de seu Bento, mora Aparecida, que sonha com o futuro das filhas pequeninas e do nenê que espera. Imagina a possibilidade de as filhas cursarem “*a faculdade para serem professoras, e depois até mais, fazerem mais estudo, por que professor também ganha meio mal, né mesmo!*” Aparecida diz não ter nenhuma vontade de sair do lote, gosta de sua casa — das poucas que já tem reboco e pintura em 2004. A casa amarela situa-se em lugar privilegiado, bem no centro do assentamento, defronte ao local onde a sede comunitária está sendo construída, de onde segundo ela “*pode cuidar todos os movimentos que acontecem.*”

A trajetória de vida de Aparecida começou cedo na luta pela terra, aos nove anos acampou junto com sua avó, d. Lúcia, sua tia Regina e sua mãe (que não veio morar no 18 de Maio). A sua história de vida entrecruza-se, devido ao parentesco e à vida em comum, a com

a história de d. Lúcia e Regina. Elas são originárias de Cruz Alta, no noroeste do Rio Grande do Sul, cidade onde a terra é quase roxa, tem tons de vermelho e laranja. Com altos morros cobertos por mata, a terra é mais resistente à agricultura, e o frio é bem mais ameno que no sul do Estado, em Herval. Foi de Cruz Alta que partiram, em peregrinação por vários acampamentos, porque a situação econômica da família era insustentável. A pequena propriedade da família não apenas se tornou insuficiente para o sustento de todos, como seu avô, marido de d. Lúcia, começou a ter problemas com álcool e como disse d. Lúcia “*colocar tudo fora*”. Na quarta série do ensino fundamental, Aparecida foi retirada da escola para ir acampar. Sente falta até hoje dos colegas que nunca mais viu e da escola, porque sempre sonhou em ser arquiteta. Convidadas por um dirigente do MST, deixaram tudo o que tinham em Cruz Alta e dirigiram-se para um acampamento no município de São Miguel (RS). Lá ficaram alguns meses e, devido a rupturas internas no acampamento, partiram com a família e outros acampados para uma viagem de dois meses a pé entre São Miguel e Ijuí.

Depois de muito tempo acampadas, Aparecida já tinha 13 anos quando a Fazenda Santa Alice fora desapropriada em Herval, lugar que jamais soubera existir, mas que lhe deixou muito feliz por saber que enfim a família teria direito ao seu lote de terra. Após muita discussão entre o INCRA e o MST pela divisão dos lotes e seus respectivos lugares, d. Lúcia conseguiu um lote próximo à estrada e bem localizado devido à sua idade já avançada e por ter o filho Gomercindo em idade escolar. Sua tia Regina acabou sendo assentada no lote vizinho ao da mãe. Depois que Aparecida casou, partiu para onde mora com Edílson, um lugar bom, mas separado da família — o que atualmente ela acha melhor, porque em família, diz, sempre tem muita falação.

No ano de 2004, Aparecida estava inserida em atividades nas coordenações da Associação Comunitária São Roque e do MST, o que não considera atividade política. Ela faz parte da coordenação de educação e diz ter que se afirmar para enfrentar as oposições de dentro do assentamento e também de fora. Para Aparecida, o MST da época do acampamento não parece mais o mesmo, conta que em Cruz Alta o Movimento era organizado, tinha cursos de formação e orientação política, mas no assentamento tudo parece ter se esvaziado, alguns companheiros de assentamento sequer se identificam enquanto MST. Aparecida sente falta das reuniões e encontros de formação política do MST, mas faz distinções entre política partidária e política dos movimentos sociais. Desse modo, não acredita que o envolvimento dos companheiros ou do MST com política partidária venha a trazer algum benefício para o

assentamento, porque na política tem muita sujeira em que o Movimento não deveria se meter, e afinal o que deve ser levado em conta *“não são as politicagens todas, mas a pessoa que é o candidato!”*

Seu cotidiano é dividido entre a Associação São Roque, os projetos da agroindústria e do CAPA e sua “lida de casa”. De manhã normalmente fica em casa, tem que preparar as crianças e o almoço, vai à sede quando é muito necessário porque é pertinho. Seu marido Edílson cuida de uma roça de feijão e de algumas vacas de leite — como veremos a seguir, em 2007, devido às dificuldades de produção agrícola do assentamento, Edílson resolve aproveitar a boa localização do lote e montar um bar. Quando volta para casa no fim do dia, Aparecida diz que gosta de assistir TV e ver o que as meninas fizeram na escola. Naqueles dias da semana em que não vai para a agroindústria, aproveita para limpar a casa, “deixar tudinho brilhando”, e receber visitas, especialmente, de suas vizinhas.

Nessa época, sua casa também é visitada por candidatos, especialmente, os que vêm da cidade chegam à sua casa pela centralidade. Aparecida sempre gosta de receber bem, ter assunto para tratar; não gosta da sujeira na política, mas diz gostar muito de participar da política *“nunquinha perdi eleição, desde que posso votar, voto sempre!”* Seu programa predileto na TV é o Big Brother, porque permite que veja como é a vida daquelas pessoas, além de abrir a possibilidade de o público de fora participar. Aparecida brinca *“viu, eu gosto tanto de votar que até no Big Brother voto [risos].”*

A maior dificuldade hoje para Aparecida está na ausência de espírito coletivo de suas colegas de trabalho na Associação e na agroindústria. As brigas internas são frequentes e por motivos dos mais complexos aos mais simples — há desentendimentos, relata, devido à organização dos horários de trabalho, da divisão do trabalho e do dinheiro e também devido a brigas entre as crianças que permanecem no local enquanto as mães estão trabalhando. Conta que às vezes sente vontade de abandonar tudo e ficar trancada em casa, mas isso vai contra seu estilo, porque se sente muito ativa, gosta de estar em contato com as pessoas, decidir e levar adiante projetos.

Administrar todos esses conflitos e ainda receber a pecha de autoritária deixa Aparecida desolada, também porque esses atritos internos à Associação envolvem suas relações familiares, pois entre as participantes da Associação São Roque estava sua tia Regina. Estava porque se envolveu em desavenças com Aparecida e outras mulheres, ao

68

sentir-se isolada, resolveu desistir de participar. Regina ficou bastante amargurada com o fato de ter sido como que *exilada* da participação no assentamento pelo grupo de sua sobrinha Aparecida. Diz ter sido excluída de tudo. Conta que quando foi viajar as coisas se agravaram a ponto de precisar regressar:

“Nunca pude repassar o que tinha aprendido [...] Fui fazer formação em Maceió, cursos básicos a convite do MST. Não fiz procuração para o meu filho que estava aqui e os técnicos não me deram os recursos, eu tive que voltar. Nas reuniões [depois que voltou e esperava colocar em prática o que aprendeu] o que eu tinha que fazer não podia porque o nosso coordenador é um autoritário, o Gordo, não me dava espaço porque fui fazer os cursos e não gosto de mentira dos líderes, fazem tudo ao gosto dele. Um militante não pode deixar o poder subir para cabeça.” (FERREIRA, 2005, p. 66)

Ao contrário de Aparecida que acredita na possibilidade de participação de todos, Regina diz saber as intenções dos grupos que desejam sempre estar no poder no assentamento, impedindo, portanto, a participação dos demais assentados. Segundo ela, quem disputa as coordenações regionais do MST e da Associação Comunitária São Roque faz

“as campanhas para assumir os cargos só quando tem dinheiro. O próprio presidente da Associação não assumia [efetivamente] o cargo na regional, e queria só para ele porque sabia que tinha dinheiro; ele sempre vai onde tem dinheiro. É o cara é sempre bem visto, eu me ‘arretiro’, mas eu conheço ele, os erros estão acontecendo, mas só agora se começa a ver. Tem que ter as ideias limpas, se subiu o poder pra cabeça...” (FERREIRA, 2005, p. 66)

O depoimento de Regina revela um pouco as dificuldades no relacionamento entre os assentados, principalmente quando se referem a questões de disputas por espaços de representação, como no caso da Associação Comunitária São Roque, das coordenações regionais do MST e também da presidência da Comunidade Católica que tem sua sede junto ao centro comunitário. As disputas entre os assentados criam um clima que divide as famílias em algo semelhante a facções, criando, por um lado, constrangimentos entre vizinhos que disputam em posições divergentes, — o que dificulta qualquer projeto que envolva a coletividade do assentamento, já caracterizado por ser essencialmente individual em seu modo de produção nos lotes, — e, por outro, a necessidade de posicionamentos por parte dos assentados em determinados grupos/facções para pleitear a disputa, o que, por sua vez, os leva a buscarem apoios e a questionarem lideranças e coordenações já instituídas.

No caso de Aparecida e sua tia Regina, suas divergências são públicas, exteriores ao âmbito familiar, no qual os conflitos são deixados do lado de fora. Todavia, não são em todas as situações de disputas que sobrinha e tia estão em campos opostos; pelo contrário, em ocasiões em que o assentamento 18 de Maio ou o MST são colocados em questão ou entram

em disputas com setores externos — por exemplo, em disputas por recursos, por legitimidade, em ocupações de terras, marchas e manifestações — ambas, Aparecida e Regina, encontram-se lutando em um eixo comum.

As disputas por posições internas no assentamento não impedem um reagrupamento dessas mesmas forças em torno de um objetivo que está em outro nível. Esses movimentos de fusão são mais comuns em eventos promovidos pelo MST, tais como a participação em ocupações de terra para pressionar o governo a desapropriar (depois de assentadas, Regina e Aparecida participaram de várias dessas ocupações), ou participações em massa na prefeitura para exigir transporte escolar, estrada, maquinário, etc. As eleições também se mostram como um momento de flexibilização dessas contendadas, pois eventualmente os conflitantes acabam por ficar do mesmo lado. O próprio caso de Aparecida e Regina exemplifica: se em 2008 não apoiaram o mesmo candidato a vereador, em 2004 fizeram campanha para os mesmos candidatos, para prefeito e para vereador. Neste caso, talvez o provérbio árabe enquadre melhor toda essa situação: *“moi contre mes frères; mes frères et moi contre mon cousin; mes cousin, mès frères et moi contre le monde.”* (FAVRET-SAADA, 1966, p. 108).

Sobre as contendadas aí envolvidas, também se deve levar em conta que a equipe técnica (CAPA) que promove as atividades na Associação não administra os conflitos, que acabam sendo, na maior parte das vezes, levados para o lado pessoal. Tais conflitos são agravados ainda pelas distinções que a própria equipe técnica acaba criando, ao escolher os nomes que participarão das atividades e, muitas vezes, ao geri-las sem critérios claros e democráticos, pautados com frequência nas relações pessoais dos técnicos. No próximo capítulo vamos observar como os problemas com a equipe técnica ressoam em diferentes campos do assentamento, inclusive nas relações entre os assentados e com os políticos.

Quando retornei ao assentamento no período da eleição municipal de 2008, pude notar comparativamente a diferença no tratamento que anteriormente havia recebido, pois se, de fato, esse retorno não significava algo inédito, tampouco, nada parecia recorrente ou repetitivo. Um tempo relativamente longo passara e as conjunções (não apenas) da política são hoje bem diversas. Reencontrar meus conhecidos para retomar o trabalho de pesquisa foi marcadamente distinto de encontrá-los pela primeira vez como pesquisadora e um tanto diferente de encontros que tínhamos na cidade ou mesmo no assentamento em anos não eleitorais. Chegando às casas e aos lotes do assentamento 18 de Maio, os convites para entrar

e para o chimarrão aconteceram desta vez na primeira hora, encaminhando nossas conversas sobre as eleições que aconteceram destituídas de rodeios, silêncios e inseguranças sobre a minha posição.

Logo percebi que os apoios eleitorais não são revelados no primeiro momento, em certos casos, não por ser um segredo ou pelo fato de eu ser praticamente uma estranha, mas porque, muitas vezes, realmente as escolhas não estão definidas, prontas; encontram-se abertas à dinâmica da campanha política (OLIVEIRA, 2008). Em outros casos, porque realmente é um segredo, mas de modo diferente ao que imaginava em 2000, que tudo era sigilo dada a relação incipiente comigo. Enfim, pude perceber que a rejeição inicial de falar de política, que caracterizou muito de nossas conversas em 2000 e 2004, estava menos intensa. Poderia mesmo afirmar que, influenciada pelo tempo da política, logo a conversa desandou por esses assuntos “*das política*” de que quase todos dizem não gostar, mas que, uma hora ou outra, sempre é colocada na roda do assunto.

Portanto, a experiência de permanecer no assentamento em diferentes temporalidades fez-me entender que, se havia um fechamento ou uma precaução em tratar comigo sobre políticas em 2004, no ano eleitoral de 2008 eu fui mais cedo partícipe dessas conversas e brincadeiras junto aos assentados do 18 de Maio, afinal já era conhecida e por algumas famílias considerada como alguém “da casa”. Logo que retornei ao assentamento, quando visitei meus conhecidos, percebi que não estavam constrangidos de tratar “*das políticas*” comigo, de me perguntarem, sondar-me sobre o que estava pensando das candidaturas e, aos poucos, foram revelando os seus pensamentos e intenções de apoio. Ou seja, as conversas entabuladas, em diversas circunstâncias, acabaram remetidas para o âmbito da política, pois é esse afinal o assunto mais comum em *tempo de política*.

Nesse sentido, tem propósito pensar o “tempo da política” como sugere Moacir Palmeira (1996), pois se o termo chama atenção para os períodos pré-eleitorais e os modos pelos quais a política se enreda nesse momento com o cotidiano de todos, pude observar que, de certo modo, conversar e pesquisar esse tema também se torna mais fácil. Ademais, esse período é também propício para o desempenho de uma das tarefas do antropólogo, nas palavras de Goldman “não apenas abordar abstratamente as conceptualizações nativas, mas em apreendê-las em ato, ou seja, no contexto em que aparecem e segundo as modalidades concretas de sua atualização, levando esforço de restituição das dimensões êmicas das noções

até as últimas consequências” (GOLDMAN, 2006, p. 41). Talvez esse *tempo* seja rico para que se considere aquilo que Peirano (1995) chamou de “resíduos” — aqueles fatos e acontecimentos que resistem às habituais e corriqueiras explicações e somente vêm à tona no confronto da teoria do antropólogo com as ideias nativas (MAGNANI, 2009). Assim, como resíduo podem ser compreendidas as percepções nativas: não necessariamente experiências “negativas” com a política (irracionalidades, clientelismo, favor etc.), mas, algo difuso no cotidiano que pode se destacar ao ser compartilhado. Espero, portanto, que a ordenação desses “resíduos” possa de algum modo perfazer algum resultado, por mais inesperado que seja.

CAPÍTULO II

OUTRO OLHAR, OUTRAS ENUNCIACÕES: O TEMPO DA POLÍTICA EM 2008

*Tem uns que estão sem ver que estão divididos,
mas estão e não sabem que estão de lados diferentes.*

Seu Coralino

Neste capítulo proponho levar adiante a ideia de considerar os “resíduos” difusos no cotidiano, a partir de uma espécie de bricolagem que tem como base observações compartilhadas entre antropóloga e nativos. Procuro realizar, portanto, um exercício metodológico de construir transversalmente o texto para levar em conta os “resíduos” — resultados do encontro entre teoria e fala nativa. Nas eleições municipais de 2008 em Herval, o trabalho etnográfico foi sendo composto com um material de pesquisa e uma memória plural dos eventos da política, pois juntamente com as minhas observações de campo, alguns pontos são construídos a partir das conversas em grupo³⁰ que tivemos na casa coletiva do assentamento Tamoios³¹ e, principalmente, das anotações realizadas por Marília. Outros aspectos são fruto das conversas dispersas, com assentados, políticos locais, observadores atentos, enfim, esse *outro olhar* pertence às muitas pessoas que, de um modo ou de outro, contribuíram com suas observações sobre as eleições para que a construção deste texto fosse possível (PEIRANO, 1995).

O assentamento Tamoios é relativamente perto do assentamento 18 de Maio sendo atravessado pela mesma estrada que serve de acesso à vila Basílio. A participação intensa da família de Marília na elaboração das candidaturas petistas no ano de 2004 e de 2008, a participação no MST regional e a condição de assentados permitem que seus membros estejam não apenas informados dos encaminhamentos políticos em Herval, mas estejam

³⁰ Os diálogos coletivos, segundo afirma Becker (1994, p. 76), podem apresentar um teor diverso dos individuais, especialmente quando realizados junto ao grupo com quem interage o depoente, pessoas cujo julgamento e observação são mais importantes para ele que a do pesquisador, visto que suas opiniões e ações podem revelar um outro conteúdo. Como sintetiza o autor, os entrevistados podem “emitir uma opinião ‘pública’ em público, quer eles a pratiquem ou não, e outra opinião bem diferente quando falam em caráter privado com o pesquisador e indicam uma descrença na cultura comum”.

³¹ Tamoios é o assentamento onde Marília reside com seu companheiro Felipe, sua mãe D. Vera, sua irmã Monica e as crianças Pietro, Lia e Dudu. Marília e Monica participavam ativamente de nossas conversas e anotações.

diretamente envolvidos, compondo decisões e quadros políticos. Assim, ter inicialmente incentivado e depois compartilhado as anotações e as lembranças de Marília certamente trouxe elementos para esta etnografia que foram fundamentais para o entendimento do *tempo da política* vivido nos assentamentos.

Apesar de ter acompanhado os arranjos políticos durante maior parte do inverno em Herval, portanto, no período da reta final da campanha que corresponde aos meses de agosto, setembro e outubro, estive apenas nos primeiros dias de agosto em Herval, devido a minha mudança para Vitória da Conquista onde realizei a outra parte deste trabalho etnográfico. Nesse período precioso para observar os enredos das candidaturas, enquanto fiquei fora de Herval, convidei Marília para anotar o que estava acontecendo na campanha para prefeito e vereadores, dando uma maior atenção para o assentamento 18 de Maio. Evidentemente que a composição política municipal ultrapassa especificamente o universo do assentamento, mas aquilo que o envolve e algumas vezes até mesmo o exclui da disputa eleitoral tentamos observar o mais de perto possível.³²

A disputa interna no 18 de Maio deve ser um dos pontos de partida para a compreensão de eventos e decisões políticas que foram ali engendrados. A repercussão na eleição de brigas e disputas de poder próprias ao assentamento ou à organização do MST devem ser explicadas para o entendimento de muitas mudanças de posições de candidatos, de apoios alterados no fim da linha, de boicote a certas candidaturas, enfim, uma longa lista de eventos que foram tomando assento no decorrer da campanha política, mas que, no entanto, tiveram seu início bem antes. Disputas que aparentemente pareciam não ter relação com o páreo eleitoral, quando observadas por um tempo relativamente longo, tornaram-se fundamentais para entender a tomada de posições na campanha política municipal. Trata-se de perceber o quanto o reflexo do jogo de poder interno estende-se para o arranjo de candidaturas. A rigidez ou a flexibilidade dos acordos durante a campanha, especialmente no apoio a vereadores, está relacionada com a intensidade das disputas entre os grupos internos ao assentamento. Diga-se de passagem que esses grupos são bastante fluidos e permanecem em constante reformulação, sendo mesmo preciso colocar em suspenso em alguns momentos sua constituição enquanto grupo.

³² As falas citadas neste capítulo e nos seguintes são reconstruções de minhas anotações do diário de campo, podendo apresentar alguma variação, no entanto, busquei ser o mais fiel possível as observações registradas no papel.

Uma imensa gama de arranjos é colocada em prática, levando em conta esses grupos envolvidos com as campanhas eleitorais e, por consequência, as redes de relações nas quais as pessoas integrantes desses grupos estão envolvidas. Pode-se adiantar que entre assentados há uma multiplicidade de composições do voto, no entanto, não necessariamente impulsionada por querelas com os poderes instituídos no assentamento. São escolhas que vão sendo exercidas ao longo da campanha, conformadas por diversos fatores. Parece-me, entretanto, possível afirmar que as relações pessoais, isto é, o valor da *pessoa* do político ou de quem o representa, tem um peso considerável nesse arranjo.

A candidatura do assentado Deomar Carlos Schafer (o Gordo) a vereador, nome que se propunha a representar os assentados do 18 de Maio e das localidades próximas, foi marcada por movimentos de disputas internas ao assentamento. Apoiar o candidato petista para prefeito, Roque Oliveira, marcava a distinção de Gordo e seus correligionários de outro grupo dentro do assentamento. Esse segundo grupo coligado ao então prefeito Camarão subdividia seu apoio a outros candidatos à vereança, e, diga-se de passagem, inclusive a outros dois assentados candidatos pelo PT, mas que informalmente apoiavam a candidatura executiva do PDT. Esse grupo tinha em suas mãos a subprefeitura do Basílio, um cargo indicado pelo prefeito do PDT. Como dito anteriormente, a esse grupo pertence Gomercindo.

O grupo ligado ao PDT tem no 18 de Maio duas figuras-chaves: o subprefeito da vila Basílio, seu Coralino e Ari. Ambos articularam a campanha no assentamento. Ari ocupava um cargo de confiança bem próximo ao prefeito Camarão e reside no 18 de Maio em uma situação pouco clara, porque ocupa o lote que é de um sobrinho com quem teve desavenças e que o deixou “*como se fosse dono*”, explicação dada por seus vizinhos. Ari é conhecido porque “*ajuda todo mundo*”, é proprietário de um automóvel que empresta a quem precisa. Há bastante tempo busca por destaque e apoios. Quando chegou ao assentamento distinguia-se por portar recursos que outros assentados não tinham, como carro, dinheiro etc., elementos que foram usados para sua promoção pessoal, para se tornar alguém conhecido. Pelo fato de residir anteriormente em uma cidade grande, próxima à capital, e chegar ao assentamento promovendo seus saberes do mundo político e procurando destacar-se como *figura importante*, Ari concretiza aquilo que alguns assentados chamam, com certa admiração, de não ser um “*simples assentado*”, mas alguém, uma *pessoa* que sabe trafegar por universos diferentes daqueles da campanha, da roça, do mundo rural, e que, assim, não será facilmente ludibriado pelas sinuosidades da cidade e da política. Exemplo disso é que muitos vizinhos

levam todo tipo de papéis para Ari ajudá-los a interpretar; são contratos, financiamentos, receitas médicas etc. Sendo assim, neste ano, Ari desempenhou um importante papel para a construção da campanha do PDT para prefeito e para alguns vereadores entre os eleitores do 18 de Maio. Na sequência do capítulo, tratarei mais detidamente da presença desse grupo e do subprefeito Coralino na campanha.

Para a maioria dos assentados, a política apresenta-se como uma atividade transitória, transcendente, pois é pensada como exterior e superior ao seu grupo de referência, e ainda, poluente ou disruptiva, já que contamina as relações sociais com falsidades e manipulações próprias da política. Todavia, observei que, entre alguns assentados que fazem parte de grupos de interesse político, essa concepção torna-se diversa, uma vez que compreende um sentido positivo e permanente porque eles “fazem política” o ano todo enquanto disputam por espaços de poder no assentamento (GOLDMAN, 2004). Assim, há entre os assentados aqueles que tornam público e divulgam *o lado* em que estão na campanha política, ou mesmo, fazem parte ativa de grupos de disputa ou dos eventos. Pelo que foi exposto, podemos alinhar dois desses grupos: os que apoiaram o candidato a prefeito pelo PT e os vereadores pelo mesmo partido e o grupo ligado ao subprefeito que está vinculado ao PDT.

Evidentemente que há um universo maior e mais difuso de apoios e rejeições presentes entre os assentados do 18 de Maio. Ainda, perceberemos ao longo da etnografia que, mesmo entre aqueles para quem a decisão parecia tomada, muitas mudanças *de lado* e reconfigurações de apoios foram sendo realizadas durante o período que precedeu a eleição. Entre os eleitores do assentamento que não participavam ativamente de nenhuma das candidaturas e que discretamente demonstravam sua decisão de voto foi possível notar um variado e difuso direcionamento na composição do voto. As escolhas feitas são permeadas por arranjos familiares, econômicos, de perspectiva e memória, entre outros motivos circunstanciais e variáveis. Em certas famílias, a trajetória e a memória podem ser uma forte motivação para a escolha eleitoral. A presença de candidatos, suas visitas e comparecimentos à casa dos pretensos eleitores, é algo muito considerado, capaz de alterar posições que ainda estão incertas. A ausência do candidato, a não visita, é sim quase imperdoável.

Do diário

De longe vem a geada sobre os cabelos do campo, que trazem o frio até a beira dos braseiros. O andar acende e a ponta dos dedos roça a pelica e o couro seco dos abotinados. A hipnose aldeã e coletiva faz recolher a lenha seca e fria para o mistério da labareda, sua língua infernal e lúdica dispõe as pessoas em círculos de instinto e prevenção para que se contem os causos.
(Luiz Sérgio Metz, *Assim na Terra*, 1995)

É julho de 2008, os dias são frios, e as noites negras acabam em manhãs de branca geada. Retorno ao assentamento 18 de Maio e no caminho, já cruzando pelos lotes que ficam próximo à estrada, posso perceber que as casas estão diferentes, em processo de reforma, em sua maioria. Algumas já estão maiores, várias rebocadas, outras estendidas e praticamente refeitas. Essa estrada liga Herval a diversos assentamentos e vai até a sede da vila, o percurso é sempre vagaroso e um tanto árduo para quem precisa fazê-lo com frequência. Ao longo do caminho, há diversas bifurcações com estradas menores que são mais conhecidas por “corredores”, estradas vicinais bem estreitas que servem como passagem para lotes que se encontram mais distanciados da estrada principal.

Há ainda um caminho que percorre boa parte do 18 de Maio, ele é reconhecido como estrada do assentamento. Sua entrada principal situa-se a poucos metros da chegada à vila Basílio e está indicada por uma placa com o nome do assentamento. Dessa estrada se desprendem muitos caminhos, ou corredores, para os lotes e para a sede do assentamento, fazendo com que ela concentre uma boa parte da circulação de pessoas. Na estrada principal situa-se o lote da família de d. Lúcia, com quem mantive longas conversas tanto em 2004 como em 2008. A seguir apresentarei as mudanças que observei na casa de Dona Lúcia e como ela está vivendo quatro anos depois. Depois vamos costurando o texto com as relações familiares e de vizinhança de d. Lúcia com os acontecimentos políticos e com os personagens da política. *Adelante*, como dizem na fronteira sul.

Dona Lúcia, sua casa e a vida em família

Quando reencontro com d. Lúcia, depois de nos cumprimentarmos, a primeira coisa que faz é mostrar a casa em plena reforma, paredes, vigas novas, entremeio, e como de sempre, há muitas pessoas no local: os filhos e os sobrinhos além de netos brincando na areia da construção. São parentes que moram, ou estão morando de passagem, devido alguma situação provisória (que, por vezes, chega a se estender a um ano ou mais), outros que estão visitando-a.³³ Essa confluência de pessoas faz com que Gomercindo, como vimos, o filho de d. Lúcia que mora efetivamente na casa junto com sua mulher e dois filhos, entenda que ali “*é bom porque é a casa do povão.*” E d. Lúcia reforça: “*hoje, estamos em 14, tem um sobrinho com os filhos que é acampado em São Gabriel que convidamos ele para descansar um pouco. Está passando uns dia com nós.*” Na casa de d. Lúcia, logo depois da porteira do lote (que está sempre aberta) notei que agora tem um carro. Coberto por uma lona, fica estacionado logo na entrada; pareceu-me ser um antigo Passat e no entorno dele, uma miscelânea de objetos e brinquedos dos netos e seus amiguinhos. D. Lúcia diz que as coisas foram melhorando principalmente nos últimos anos. Com relação à vida como assentada, afirma “*está melhor agora, alguma coisa que a gente perdeu antes, já está melhorando, recuperou, veio o dinheiro para as casas, a ampliação e melhoria.*”

Nossas conversas sempre são entrecortadas por vários assuntos e por envolvimento esporádicos com os parentes de d. Lúcia. Tomamos mate, e d. Lúcia, com a garrafa térmica e a cuia na mão, sai em busca de alguma coisa para me oferecer. Degustamos uns biscoitinhos e caminhamos para que eu possa conhecer as reformas na casa, especialmente em sua cozinha. Ela revela sua indignação com as plantações de eucaliptos pela Votorantim na região, seu desgosto com o que chamou de “*sumiço das abelhas*”. Conta que, desde que as terras vizinhas foram tomadas por monoculturas de acácias e eucaliptos, os enxames de abelha que produziam mel no seu lote e nos de alguns conhecidos seus desapareceram. Diz:

³³ Considerando os riscos desta aproximação, acredito que a **casa** de d. Lúcia aproxima-se do que Lévi-Strauss (1984) chama de unidades que não se deixam definir nem como famílias, nem como clãs ou linhagens. A **casa**, para Lévi-Strauss seria ainda mais uma metáfora que remete aos detalhes da família, da descendência, das alianças, do que uma efetiva consideração de seus aspectos sociais e culturais. Para pensar analiticamente a **casa**, e especificamente neste caso de assentamentos rurais, a **casa** e o **lote** como uma unidade doméstica indissociável de espaço da vida e da produção agrícola, creio que a abordagem dada por Marcelin à casa, também inspirada em Lévi-Strauss seja apropriada. Para Marcelin (1996, p. 80) a casa é pensada como um processo profundamente interligado à permanente construção dos laços que se traduzem em termo de parentesco. Ainda, “*as casas, enquanto construção física e enquanto instituição social, constituem momentos de articulação e de mobilização de laços intra e intergeracionais, segundo os quais ciclos de transformação acompanham os da casa*” (MARCELIN, 1996, p. 80).

“O Gomercindo achou uma colméia esses dias, mas só uma, agora escasseou, esses malditos eucalipto, isso já cortou a água de muita gente também. E com chuvarada, a lavoura se perde. Mas tão aí, plantando por tudo que é canto, parece uma infestação e ninguém pode fazer nada, é? E quem vai ser responsável se nós não tiver onde plantar e nem água de beber?”

Quando lembra que não recebe orientação alguma sobre o que fazer com relação às colmeias desaparecidas, entramos em uma conversa sobre a assistência técnica. Pergunto se os técnicos tinham lhe visitado, dado alguma perspectiva, pois o assentamento se encontra rachado com relação ao trabalho de equipes de assessoria técnica e, nessa briga, fica muito pouco apoio para os assentados. A disputa é entre a Cooperativa de Crédito Rural (Creenor) e seu corpo técnico, a COPTEC, vinculada ao MST, e a organização não governamental CAPA que, antes da chegada da Creenor era escolhida por licitação para fazer o trabalho de apoio técnico e sociológico no 18 de Maio. A família de d. Lúcia está hoje associada à Creenor e vinculada à COPTEC, o que de fato acontece com quase todas as famílias que mantêm maior afinidade e presença dentro do MST. D. Lúcia diz que quem conhece essas tramas todas é sua filha Regina porque faz parte da coordenação estadual do MST e participou da decisão. Ainda assim, explica-me brevemente porque eles ficaram com a COPTEC: *“é o pessoal do Movimento, e o CAPA bem pouco aparecia mesmo quando a gente precisava.”*

Para d. Lúcia e Gomercindo, o CAPA é elitista porque distribui para alguns “escolhidos” convites e projetos, para outros, “vira o rosto”. A criação de abelhas pode ter sido um bom projeto da equipe, mas, segundo contam, nunca receberam ajuda para dar continuidade à apicultura. Acreditam que o CAPA se ocupa de quem é “individualista”, numa clara demonstração de que, enquanto militantes do MST, e ocupados em reuniões e viagens, não podem dedicar muito tempo para o lote, especialmente Gomercindo, fato que não seria compreendido pelos técnicos do CAPA, mas é aprovado pela COPTEC.

O jogo de forças para as escolhas das equipes de apoio técnico ultrapassou em muito as fronteiras de uma questão interna, de cunho burocrático ou procedimental. Ao ser pessoalizada, a disputa acabou transpassada por interesses individuais ou de grupos, não preservando nenhum projeto para além do próprio jogo de poder. Uma discussão longa advém

dessa contenda, porque se criaram muitas divisões no assentamento, envolvendo diferentes perspectivas e apoios às equipes técnicas, que, por sua vez, pouco comparecem ao assentamento, não dando conta do embaraço. Por conseguinte, não se pode simplificar essa segregação em torno das equipes técnicas como apenas rumores particulares, porque além de não caber em uma explicação polarizada do tipo que antagoniza quem é assistido por uma ou por outra equipe, a situação compreende ainda algumas famílias que tratam com ambas equipes, outras que não tratam com nenhuma, e algumas que têm relações ambíguas e difíceis com os técnicos.

Aliado a isso, encontram-se ainda outros elementos que envolvem disputas pessoais de poder entre lideranças: a rejeição à prestação do serviço de assistência técnica de uma dessas equipes pode acontecer meramente pelo fato de haver algum desafeto presente no seu quadro técnico ou mesmo por ela ser apoiada por um. O inverso também é verdadeiro: a equipe pode ser escolhida por uma família pelas relações pessoais que foram estabelecidas. A relação com a equipe técnica constitui-se e é permeada pela diversidade de intenções que, seguramente, caracteriza as intenções no “modo de vida assentada”.

Quero chamar a atenção para esse termo que usei “**modo de vida assentada**”, porque com ele arrisco relativizar a ideia do que seja a categoria “assentado” —, ou melhor, não se trata de dizer quem é ou quem não é assentado, mas de relativizar a categoria “assentado” no esteio das observações etnográficas. Compreender os significados que são emitidos pela própria enunciação nativa sobre sua “situação de assentado” acaba por relativizar os cânones que são sociologicamente e institucionalmente usados para categorizar “assentado”. Ao longo dos capítulos seguintes, diversos exemplos indicam, por um lado, a diversidade de intenções de viver em um assentamento e, por outro, por parte das instituições, equipes técnicas e do próprio MST, as sérias dificuldades de agenciar diversidades de trajetórias e finalidades. Os desencontros de projetos são decorrência, sobretudo, da incompreensão de que os objetivos não são os mesmos, apesar de inicialmente ter sido fundamentalmente um: o de obter o lote.

Quando passa um carro de candidato na estrada em frente à casa de d. Lúcia, começamos então a conversar sobre o *aparecimento* dos políticos em sua casa. D. Lúcia conta seus percursos na política, fala de uma viagem que fez no último final de semana a Herval para o comício do Camarão, diz que saiu ônibus do assentamento para levá-los e expressa no sorriso a maneira divertida e de festejo que esses eventos representam para ela:

“domingo, ontem, fui no Herval. Na carreata do Camarão, estive muito linda, bem grande... do outro eu não sei como foi porque apoiamos o Camarão! [...] tu vê a gente não sabe os pensamentos da pessoa, do que eles [os candidatos] estão pensando de nós, né? Porque às vezes a gente vai, às vezes do Camarão, mas eu não vou te dizer que está bem, bem, porque a gente tem uma amizade com o Rubem, ele quando era prefeito não podemos dizer que nos faltou. Não sei porque na política se para bem difícil não é, a gente não pode adivinhar o lado que vai ganhar, aí nem sabe de que lado ficar. É difícil a tal de política, nunca se sabe onde ficar”

D. Lúcia fala sobre a participação da família no comício e de como acredita ser a percepção dos políticos sobre essa participação:

“[...] para falar a bem da verdade é que o povo vai, e vai, bebe, canta, uns até se perdem por lá. O que vale é esse ‘festerio’ que nós se mete e as caronas para a cidade. Aqui se tem o ônibus periga que a gente vá em [comício] de tudo que é candidato. Uns eu sei que nem querem que a gente vá, mas sempre, quase todos, vem querer nossos votinhos. [risos].”

O pensamento expresso por d. Lúcia vai trazendo diversos elementos para se pensar esse difícil arranjo que está por detrás de toda a decisão política. Dentro dele podemos avistar que nada é fortuito ou impensado. Pode-se ir a um ou outro comício sem maiores problemas, mas assim como a família de d. Lúcia, os assentados sabem aonde ir e onde são melhor acolhidos. Ninguém vai como dizem: “*no escuro*”, exceto alguns jovens que participam das festas da política sem restrições. Quando digo que os assentados sabem onde estão indo, não estou de modo algum sugerindo que se dirijam apenas aos eventos de um candidato ou partido, apenas almejo observar o que a fala de d. Lúcia me diz: procura-se ver quem vai ganhar, para apoiar, ou pelo menos, revelar ou esconder esse apoio. Evidentemente há todo um trabalho de informação e reflexão aí envolvido: ir aos comícios de quem está com maiores chances de ganhar não significa votar nesse candidato, assim como não manifestar adesão, não ir a encontros e comícios de um candidato com poucas chances também não significa não apoiá-lo. Pode ser apenas um modo de se preservar de futuras perseguições por parte do candidato que apresenta maiores chances de Vitória.

Porque não se sabe o que passa na cabeça dos políticos e nunca se sabe quem vai ganhar, como diz d. Lúcia, é melhor que apostas sejam realizadas com certo segredo. Assim, o candidato não votado na casa não sabe se recebeu seu voto ou não. A compreensão sobre como manifestar o apoio a um determinado candidato parece estar articulada com vários aspectos da vida do assentado, sejam aspectos relacionados ao lugar, sejam aspectos da trajetória e da memória política de cada um. Tomar uma atitude tal como a de apoiar um candidato, participar de suas festas e eventos é sempre um ato de repercussão no espaço político de um assentamento. Essa ação pressupõe que se assumam certos compromissos e com eles possíveis ganhos ou perdas.

Dessa forma, não revelar um único apoio, mas participar de diversos comícios e eventos de um ou mais candidatos pode significar bem mais do que não ter decidido ou estar confuso. Creio que essa é uma atitude muito refletida entre os assentados quando a praticam. Ser visto pelos candidatos e seus respectivos cabos eleitorais significa assim aumentar a margem de possibilidade de pedidos, favores, ajuda que estão envolvidos nesse jogo que é a eleição. Quando o assentado, como d. Lúcia e sua família, decide ir aos comícios dos três candidatos e nas festas promovidas por diversos candidatos a vereadores, essa é muito mais que uma atitude impensada e que informa a dispersão. É uma escolha que diminui as chances de ser derrotado, pois, aparentemente, ao dissipar apoios, a derrota dificilmente é total, e o embate com os adversários sempre é relativizado devido a essa espécie de dissolução do voto. Todavia, o inverso disso também é frequente: o apoio exclusivo a um candidato, levado às últimas consequências, é uma forma de participar da política, parecida com o ato de torcer para um time — ou Inter ou Grêmio, o que ganha troça do que perde e vice-versa.

Compreender esse fato permite trazer luz para as reflexões sobre a política desse grupo social que são os assentados. Trata-se de aproximar o sentido expresso em atitudes políticas com o modo como pensam e entendem ser o jogo da política, sem esquecer o que já observou Comerford (2004, p. 106) em outra ocasião: *“a política não apaixona a todos da mesma maneira.”*

O exercício da etnografia, as nossas conversas e o convívio levaram-me a buscar outros (e talvez menos explícitos, ou mais profundos) sentidos para as atitudes relacionadas ao voto e à participação política desse grupo que, em um primeiro momento, parecia confirmar a tese do senso comum e da mídia no geral: “o povo não sabe votar, ou vota sem

pensar; o voto é inconsciente”, ou ainda a máxima: “no MST todos votam em quem as lideranças mandam”, entre outras dessas previsões. Observar a trajetória e a memória política foi o início do caminho etnográfico através do qual pude me interar e perceber diversos outros elementos presentes no arranjo político pensado pelos assentados. Arranjos que são fundamentalmente colocados em prática no momento das eleições. A preocupação aqui foi de não sacrificar as representações políticas dos nativos, sacrifício feito normalmente a partir de um julgamento exterior, mas se buscar tratá-las, segundo propõe Goldman (2006), como “teorias nativas da política”. Para esse exercício é preciso re-situar o espaço da política, perceber sua concretude para além de um domínio hermético, meramente abstrato, e sim aproximá-lo do cotidiano, dentro do universo de relações que são travadas pelos assentados, onde a política, pelo menos durante um período a cada dois anos, é um entre outros elementos que compõe o dia a dia.

Na segunda semana de agosto, na casa de d. Lúcia muitas conversas estavam versando sobre o comício do Camarão que tinha acontecido na cidade de Herval. Conforme é de praxe, um ônibus foi disponibilizado para conduzir os assentados, sendo a viagem uma ocasião privilegiada para brincadeiras em torno do apoio ao candidato ou para ironias sobre o fato de se viajar sem votar no candidato “*que botou o ônibus*” entre aqueles que participam da viagem e alguns que apenas vão “espiar o movimento”. Essa viagem é assunto que se estende pelo restante da semana, e nesse fluxo permanece a maioria das conversas até o próximo evento, político ou não.

Na manhã um pouco fria do dia 16 de agosto, acordo na casa-estação da vila Basílio e percorro os cerca de 20 minutos que me separam do lote de d. Lúcia. À primeira vista, achei que estavam todos ainda dormindo, apesar de as janelas estarem em sua maioria abertas. Vou entrando e logo d. Lúcia aparece saindo do pátio que fica na parte direita, um pouco atrás da casa. Seu rostinho enrugado e doce sorri, convida para “passar pra dentro” e logo prepara um “matesinho”. Conta-me que estava dando jeito de arrumar umas flores muito “judiadas pela geada”.

Nessa hora, Gomercindo que acaba de acordar e vem pegar um mate, de mansinho vai entrando na conversa (diferente de outras vezes que assume o lugar de “falar sobre política” por d. Lúcia), enquanto vai vestindo um menino que aparece ali junto com ele (acho que é o seu filho, mas com tantos moleques na casa fico em dúvida). Gomercindo conta umas

histórias sobre a viagem para visitar os parentes em Cruz Alta e outra viagem para Pedro Osório para comprar umas vacas de leite e fala da precariedade em que se encontra a ponte que liga esse município a Herval, chamando atenção para a despreocupação que os políticos das duas cidades têm com a necessidade de locomoção dos assentados que dependem dessa estrada. Entrecortando-se Gomercindo e sua mãe contam a aventura, hoje engraçada, mas motivo de indignação dos mesmos com a prefeitura:

“D. Lúcia: — Quando fomos comprar as vacas em Pedro Osório, na volta para casa ficamos sentados, esperando a água baixar, fora do ônibus. E era uma friagem e quando deu, atravessei com água na cintura. Guria de Deus, um medo, nem sei nadar!”

Gomercindo: — Ah, mas essa ponte é assim, chove e a água tá por cima, a prefeitura não acomoda e faz a gente ficar a noite às vezes, ali, esperando a água baixar, porque se vem muita chuva, aí o cara não passa, tem de esperar. É uma dificuldade, mas, nem se importam...”

Gomercindo explica que tem tentado plantar, mas sem apoio perde tudo ou pela seca ou pelo excesso de chuva. Depois desse assunto, seguimos no mate um pouco mais e arrisquei perguntar: — e a campanha política desse ano, muita visita aqui para vocês? — d. Lúcia sacode a cabeça, diz que os candidatos devem de aparecer, porque nessa época isso sempre acontece, mas afirma que ainda não chegaram. Gomercindo parece à vontade para falar da sua participação:

“visita, visita só de vereador; candidato a prefeito a gente não teve no caso, ainda não, mas noses tivemos um comício nesse domingo que estava ‘bombando’.

Digo: — Ah é, foi o do Camarão?

Gomercindo: — É, estava minado. [...] Mas olha, o que tem de política, política é que nos esperamos a melhora para Herval, nós precisamos de um prefeito que pensa no povo. Deus me livre, cada dia tá mais difícil... essa administração como tá? Esses 4 anos, na nossa posição, nós fomos esquecidos. Agora, em época de eleição eles vêm com conversinha e pedir o nosso apoio [...] mas, olha que esses 4 anos foram bem difíceis.

D. Lúcia: — Esses 4 anos da administração, para nós horrível, e eles esquecem que dependem da produção do interior, e depende de melhorar tudo, nós não temos saúde, a educação tá horrível. Eu estou por fora da política, mas esses últimos anos... o Rubem vinha nas casas das pessoas, o Camarão nunca veio, esse não desce aqui.

Gomercindo: — No meu ponto de vista, a candidatura do Roque, ao meu ponto de vista, ela foi mal trabalhada. Ele trabalhou de veterinário [na COPTEC] e ficou queimado, não é bem visto no assentamento. Eu tinha um nome, um cara pra prefeito, mas... esse ia pra frente. E tem ainda isso de ter candidato a vereador aqui, dois ainda por cima, o Gordo e o Alziro, mas muito mal trabalhado, o meu nome para prefeito [pelo PT] era o Zé Luis do ônibus, um cara que é muito trabalhador, que se dá bem com todo mundo aqui e no Herval.

D. Lúcia acrescenta: — Um cara muito bom, ah, uma pessoa que não deixa ninguém na mão.”

Gomercindo — Mas tu vê que ele tinha de ser o cara na cabeça [da chapa petista], porque o nome do Roque não é muito bom, é mal trabalhado e no conjunto não é bem vista essa escolha, agora, o que vamos fazer? É o nosso, mas não sei, aqui não é o nosso...

Gomercindo é ligado ao MST e ao PT, entende a candidatura do PT como sendo “nossa”, do partido, mas como o nome de Roque não encontra apoio entre militantes e lideranças do MST, ele cria essa frase que aparentemente soa contraditória: *ele é nosso, mas aqui não é o nosso*, — o “aqui” se refere às escolhas de Gomercindo e sua família, o “nosso” é porque mesmo votando no PDT, tanto Gomercindo quanto d. Lúcia se dizem ser do PT. Essa declaração de Gomercindo explicita também um conflito latente de forças antagônicas que estão presentes dentro do assentamento. Essas forças, de modo geral, sem entrar em seus inúmeros conflitos com ramificações familiares e de vizinhança, podem ser observadas a partir da opção que cada família ou grupo faz pela equipe técnica, um dos retalhos do pano de fundo da disputa eleitoral no assentamento. Optar pelo CAPA significa, em grande medida, afastar-se do MST; optar pela COPTEC é um dos passos para ser reconhecido como parte ativa do Movimento. Pode-se notar que essa divisão, sem dúvida, marca também os respectivos apoios políticos.

Melhor explicando, os problemas entre o candidato Roque e o MST, (dado que o primeiro processou a COPTEC por atraso de salário por um período superior a um ano), significaram o rarefeito apoio do MST à candidatura petista. Isso se reflete nas escolhas de assentados que têm uma maior proximidade com o MST. Para outros, essa pendenga não interfere, já que suas escolhas passam por outros critérios que não os atuais problemas entre a candidatura executiva do PT e o MST. Dessa forma, para algumas famílias, como a de d. Lúcia e Gomercindo, esse debate está no epicentro das escolhas; já para outras, a narrativa vai nos mostrar que esse debate vai chegar de modo mais fragmentado, envolvendo-se e diluindo-se em questões outras que assumem maior relevância para suas escolhas eleitorais.

Gomercindo prossegue falando das candidaturas; sua perspectiva com relação ao candidato que apoia para vereador é boa:

“— O meu candidato vai bem, estou com ele sempre, eu dirijo para ele que não tem carteira, porque o Cláudio é articulado, ele fala por telefone todo dia com as figuras importantes, ele se articula com Paim e tudo. O que me deixa louco é que aqui as pessoas não sabem trabalhar em conjunto, não articulam, eu já gosto de trabalhar com mais de um, com dois ou mais, o Cláudio também, ele se articula mais. Tu vê esse guri aqui [refere-se ao Gordo], se atira na política sozinho, tem só ele e a família. Bah, mas o que que é isso?

— E, tem o outro candidato também, não é? — pergunto.

— Mas olha bem, ia ser muito bom para o assentamento eles lá, mas pensa bem eles lá? Eles iam o quê? Querer fazer por conta, sem falar com ninguém, iam tratar com quem, só com a família deles? Ah, mas Deus me livre, tu tá louco com esses sujeitos!”

D. Lúcia acha um intervalo na conversa para falar um pouco do que melhorou no assentamento depois de 4 anos e do que podia melhorar ainda mais se tivesse apoio político:

“D. Lúcia: — A minha neta, a Vivian, está trabalhando muito para agroindústria, tá que tá ficando uma beleza, precisava de mais apoio! Olhe que tem lá uma brinquedoteca, onde faz brinquedo, tem livro e tem tudo para a criançada e pra elas ficarem enquanto as mães estão na agroindústria. Nós precisávamos muito que isso desse certo, que tivesse uma ajuda maior dos prefeitos e governantes, acha que aí, com um empurrãozinho nós íamos para frente de uma vez!

Gomercindo: — É que aos pouquinhos que as coisa vão melhorando, a agroindústria já tá ‘bombando’, e mesmo assim tem uns aqui que são contra, dão contra, tem que fazer é para melhorar, mas tem uns que veem política em tudo.”

Retomo essa conversa com Gomercindo (pouco depois dele dar uma saída com um primo que é seu hóspede para fazer um trabalho para o vereador Cláudio) perguntando para ele sobre suas expectativas com relação ao resultado da eleição.

“Gomercindo: — Olha, na sinceridade, acho que não, que o Roque não tem chance. É... se der a cassação do Camarão ainda muda as coisas, mas mesmo assim. Tu vê que somos mais de 20 na regional [do MST] e ia ser muito melhor para o Roque se tivesse esse apoio, se tivesse se trabalhado nessa ideia. No peito assim vai ser difícil, porque não tem força o Roque com os assentados nem com muitos outros. Se ainda não fosse ele na cabeça...

D. Lúcia: — Se ainda fosse o professor na cabeça ao invés do Roque... ele é mais simpático, é um cara que tem mais a simpatia das pessoas. Tem outros também...

Gomercindo: — Se o professor Jorge fosse na cabeça aí eu acho que podia dar certo, porque podia contar com mais apoio da companheirada, tu vê que eu chego nas reuniões e vários vêm me dizer que com ele [o Jorge] ia. Agora o Roque, bah, é brabo tchê... não tem como, aí gente fica sem poder votar nele, fica apoiando o Camarão que não é lá essa coisa, porque o Roque vai perder.”

Conversamos sobre coisas diversas durante o convívio intenso que a casa de d. Lúcia propicia, porque *a casa do povão*, como diz Gomercindo, permite que ali se encontrem muitas pessoas do assentamento ou moradores da vila, de outros assentamentos, técnicos e quiçá candidatos. É onde além de encontrar d. Lúcia e Gomercindo para conversar, são possíveis as conversas cruzadas; é onde também marco reencontros e recebo frequentes e agradáveis convites para almoçar, como os de Regina, filha de d. Lúcia e quase vizinha. Caminhando da casa de d. Lúcia subindo um pouco a estrada principal que recorta uma parte do assentamento e dá acesso ao centro da vila Basílio chega-se à casa de Regina. A filha de d. Lúcia mora pertinho, *“para nós tudo ficar reunido”*, como diz a matriarca que gosta da casa cheia e da proximidade de seus parentes.

Regina, militância no MST x lar?

Regina convive bastante com a família de sua mãe e seu irmão Gomercindo. É minha conhecida há bastante tempo e com quem tive um bom convívio durante esses anos em que frequento o assentamento 18 de Maio. Talvez pela pesquisa e pela amizade que tenho com seu filho Juliano, mais conhecido como Dino, desenvolvemos uma relação de maior proximidade e de longas conversas em sua casa no lote.

Regina é uma mulher dinâmica e atuante dentro do assentamento e, conforme ela mesma explicita, participar ativamente da organização e coordenações do assentamento pode significar ter apoios de muitos, mas também a repulsa de outros. Ser conhecida, diz, traz seus benefícios, mas, às vezes, isso não compensa porque significa muito trabalho e dedicação pessoal voltada para o coletivo que nem sempre reconhece esse esforço que por ele é feito. Conta Regina que durante muitos dias deixa de fazer coisas para si própria para se dedicar à tarefa de militante do MST, às funções burocráticas de pedir financiamentos e entregar “*a papelada de cada um e ir explicando para os que não entendem bem*”. Dona de casa e do lote, Regina vive atualmente com seu companheiro Toco. Bem jovem, Toco quase nada fala enquanto estamos conversando sobre o assentamento, política e MST, apenas trocamos algumas ideias no que se refere a músicas e rádios que escuta quase todo o tempo em que está em casa. É ele mesmo quem faz a ampliação da moradia com a ajuda de um conhecido.

A casa de Regina, como tantas outras, também está em reformas. No primeiro dia de meu retorno, o reboco externo de algumas paredes estava sendo começado. Para o fundo, estavam sendo feitos aumentos de peças que serviriam como quartos sobressalentes para possíveis visitas de parentes e amigos. Nas casas do assentamento, sempre observei o desejo de seus moradores de que elas servissem como um lugar para a família toda, parentes próximos e mais distantes, — como se ter, por fim, um lugar definitivo marcasse também um espaço para acolher a todos. Mais que um lugar para morar, a casa tem um significado muito importante nesse aspecto, de possibilitar em certas ocasiões o encontro e a reunião da família, normalmente dispersa por acampamentos, empregos, cidades, changas, andanças... A casa no assentamento alicerça relações e apresenta o espaço em que a vida é representada, no sentido de que sua aparência e seu aspecto revelam certos preceitos que são estendidos aos donos(as)

da casa. O capricho, o gosto, o aroma e o tamanho da construção são características singulares que anunciam as condições e o estilo de vida de quem a habita (MARCELIN, 1996).

Em um domingo de inverno, Regina fazia o trabalho doméstico na rua, estava, por conta da reforma, cheia de percalços para fazer seus afazeres que se estendem à casa, ao lote e à coordenação estadual do MST. Toco estava trabalhando como pedreiro, acompanhado de um ajudante vindo de Pedro Osório. Toco conta-me que não é o pedreiro, está quebrando um galho, pois o verdadeiro pedreiro, proveniente de Porto Alegre que fora contratado para fazer a obra aprontou para eles: *“ah, mas ele levou mais de 2 mil nosso aqui e de outros mais de mil, levou mais de 5 mil de nós todos. Pagamos adiantado e ele se sumiu. Deve de ter um outro pedreiro que vai aparecer aí mais tarde, estamos esperando e fazendo.”* As relações informais que sempre marcaram a vida dos moradores do 18 de Maio algumas vezes lhes prega peças como esta relatada por Toco. Esse hábito de confiar na palavra dada pode ser motivo de honra para quem se compromete moralmente e, por sua vez, cumpre o compromisso, assim como o contrário pode ser motivo de difamação e incredulidade (SIGAUD, 2004).

Sob a avaliação de Regina, em seus primeiros momentos a campanha eleitoral de 2008 está muito fraca no assentamento, ela acredita que vai esquentar pelo andamento da própria disputa. Conversamos sobre mim, meu retorno e minha ida à Bahia. Regina lembra de ter estudado na escola de formação do MST com diversos assentados baianos. Conta-me que os acha muito diferentes de nós, mais extrovertidos, sempre dispostos e bem humorados. Diz ainda não saber se é verdade que são o que se fala, *muito preguiçosos* [risos], mas acredita que a Bahia tem gente muito boa, e

“os assentados de lá são muito lutadores, enfrentam muitas dificuldades com aquelas maldades de governos e da seca, da pobreza que a gente sabe bem que lá tem, nós aqui não podemos dizer que não temos pobreza e outras coisas ruins, mas lá é ainda mais do que nós aqui. Pode ser que melhore para eles agora com esse governo do Lula, acho que lá ganhou o governo do mesmo partido, do PT não foi?”

Enquanto conversamos, tomamos mate, agora dentro de casa, pois do lado de fora, a obra de reforma da casa segue e seus ruídos chegam até nós. Regina quase todo dia sente-se incomodada com o andamento da obra, com a sujeira que causa e a situação de ter os utensílios e móveis da casa amontoados, e ainda com a falta de tempo para arrumar tudo isso devido as suas obrigações de militante. Diz-me que está tão cheia de coisas para fazer por conta de ser tanto da coordenação da cooperativa Creenor quanto também do MST que não

tem tido tempo para arrumar e limpar a casa para as visitas. Regina lembra de nossas conversas voltadas para a política e diz que falar disso é um esforço atualmente.

“Regina: — Tenho feito tanto que nem tenho tido tempo de pensar nas políticas! [...] já nem sei, tenho de me puxar pela cabeça para me envolver no assunto. Nesses quatro anos desenvolveram algumas coisas no município, mas no nosso aqui houve mais é atraso — a gente nem questiona quem é que tá administrando, porque as verbas tão mesmo curtas. Eu acho que o município deu a volta por cima nas dívidas — mas se atrasou em outras coisas. A gente agora tem candidato e tem já vereador que representa-nos. O Cláudio passa as coisas para nós, informa direitinho, agora em muita coisa ele se queimou né, as promessas são grandes, agora a realização foi bem pouco... acaba que pega um pouco para outro lado e vai esquecendo o assentamento, porque depois de ‘elegido’ não aparece mais aqui não! Quatro anos inverte muito, o próprio Cláudio tem uma preocupação, mas em quatro anos será que vai pôr na prática tudo? [...] é difícil, ele tem que terminar os projetos que já tem lá para poder começar os dele. Quatro anos é muito pouco, falando no ‘geralção’ — é do presidente, do governador e de todos — o povo cobra muito e acha que pode botar os pés pelas mãos, por quê? Porque quando tá pegando o jeito o povo já tá brigando com ele. Aí eu acho que entra muito do dinheiro [na campanha política]; tem candidato que dá dinheiro aqui para o povo aqui que tá precisando. Esse candidato se dá mal porque o povo pega e não sabe se vai votar nele, tem os ativos que se fazem, os políticos também se aproveitam dessa situação. O que fazem é promessa de emprego, disso e daquilo e não realizam. Tem uns que são puxa-saco de político maior, grande assim, mas nosso povo ignora, é um povo humilde no pouco entendimento que eles têm se sente humilhado porque é coisas para uns e para outros não, por isso eu acho que candidato não devia garantir voto por dinheiro. [...] puxando pelos nossos, porque os assentados dão voto e não têm direito como os fazendeiro. Olha, Letícia, que tem tanta coisa, que nem acho, nem sei... eu estou bem discreta este ano [e falando com tom mais baixo] mas eu estou do lado do Camarão, o Cláudio aqui não aparece, é... difícil, o resto nem sei, não quero ficar mais envolvida que tem muita falação por aí. A mãe e o Gomercindo foram no [comício] do Camarão, parece que não gostaram muito não.

Pergunto: — E tu, tens ido a algum comício ou recebido visitas?

Regina: — Até que nem fui ainda, ainda não deu. Até que aqui em casa não vem, tem o Alziro que é vizinho, só os que são daqui do assentamento. Acho até que eles podem ter vindo aqui, mas eu que não paro em casa. Tu vê esses eucalipto aí pela volta toda? No próprio município? Não devia apoiar isso a administração, não podia, mas eles estão vindo e vindo.

Pergunto: — Mas, seria possível a prefeitura impedir?

Regina: — Claro, em Sarandi não tem essas pragas lá não, a prefeita não deixou eles irem pra lá, lá eles não tem vez. Lá a prefeitura é a favor dos assentados, ela apoia e ajuda sempre que precisa, e tem o apoio nosso. Aqui é contra. [...] o que mais tem nessa prefeitura é promessa de emprego, bha! E o que nosso povo precisa é de formação, muito. Para não cair nessa conversa mole de vender o voto, tu vê, eles [os candidatos] vêm de fora e dão para tudo [que é assentado] pouco mais de cinco mil e ganha os votos. É uma tristeza, o povo tem que se ligar, tem que se informar.

— É claro, — digo, — podia ser até melhor para o assentamento, — ao que Regina me responde falando de seu esforço pessoal:

— Tu vê a minha casa como tá? Um relaxamento, entrei no projeto para aumentar, mas anda devagar, fico muito na luta, sem tempo para nada, mas quero ver se consigo alguma melhoria. Hoje estou representando o assentamento e levo e trago papel para a Creenor. Nós aqui somos sócios da Creenor porque é criada pelo MST, é do Movimento.

Ao conversar sobre as melhorias de que o assentamento precisa, do que, sob o ponto de vista de Regina, falta para que a situação melhore no 18 de Maio e as principais queixas e

problemas enfrentados, Regina fala da falta de água que acontece em período de seca em alguns lotes, do preparo do solo, das cobranças que entende como exageradas das contas de luz e menciona ainda o descaso das equipes técnicas. Regina comenta os projetos de financiamento e a dificuldade que está tendo para cumprir com o pagamento de suas dívidas. Conta que recebeu cinco mil do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), mas não sobra muito para plantar porque esse dinheiro é necessário para o sustento da sua família, e o que resta não comporta o preparo do solo e o gasto com adubação da terra. Conta ainda que o projeto PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) é muito rígido em suas exigências de devolução da quantia financiada, devolução que deve corresponder rigorosamente ao igual número estimado para os hectares financiados — o que Regina questiona:

“e não se come daí? E não se gasta? Aí tem que vender o milho para pagar a dívida, se não paga tem o CPF calçado e não faz nada depois. A boi não se faz mais lavorão, e eles só pensam se os 10 ha financiado foram plantados, e os gastos? Eles esquecem, eu acho. É um desespero, quando chegar a época não temos como pagar — aí Deus nos acuda e fica tudo na inadimplência — tem até gente entrando em depressão porque tem conta no Banco do Brasil, aí que tu vê, os pequenos são preocupados, os grande chegam lá eles passam a mão! [...] e tem os pequenos que tão ficando mal e não têm saída e os políticos nem tão para nós. Eu pedi na secretaria [da Agricultura] alguma ajuda vê se ganhei? Tem que vê, nós trabalhamos e tem gente, como os políticos, que tão só pensando em ganhar o deles!”

A situação relatada por Regina não é nova. Pelo contrário, as dificuldades, as sensações de abandono nesses anos desde que conheço a realidade do assentamento são frequentes. Suas descrições permitem pensar ainda nas técnicas de trabalho, nas condições físicas do espaço e nas relações sociais que daí emergem. As condições de mudança de vida, de sustentabilidade pela agricultura no assentamento não se dão necessariamente pela condição de assentado. A dissociação entre essa nova situação e o conhecimento de técnicas de trabalho apropriadas à natureza local coloca o risco para o assentado de não conseguir os mínimos sociais e vitais de que precisa para se manter equilibradamente (Candido, 2001). Muitos planos são abortados pela falta de verbas ou pelo desencontro de projetos, não apenas entre agências de financiamento do governo e assentamento, mas também pelas muitas posições divergentes no interior do assentamento. São posições antagônicas que se estendem do campo técnico de produção agrícola a projetos de produção e até mesmo à escolha dos representantes internos ao assentamento, tal como coordenadores e dirigentes do MST e do assentamento, e externos, como os representantes políticos: vereadores, prefeito etc.

Neste último caso, talvez não seja correto falar em posições antagônicas nas escolhas dos representantes, mas sim em pensamentos diversos, pois considerando as contingências de cada um e respeitando seus pontos de vista e motivações, a tomada de escolha de representantes — consista ela por companheiros de assentamento ou por políticos profissionais — está sempre situada dentro de contextos específicos a cada um, onde encontra a sua razão de ser.

O vereador e novamente candidato Cláudio figura nas falas dos assentados de uma maneira muito interessante e elucidativa de *certo modo* de pensar a política. Por um lado, sua primeira eleição é percebida como uma Vitória de todos os assentados em um município que, de modo geral, sempre os desprezou social e politicamente. É uma conquista importante que vinha sendo perseguida desde 2000 quando outro assentado, Sabela, ficou na suplência. Eleger um vereador significa bem mais que uma porta para as reivindicações no âmbito de políticas públicas, mas o reconhecimento político da presença e da força dos assentados em Herval. Por outro lado, o vereador Cláudio apresenta uma rejeição muito grande dos assentados, principalmente ao fim de seu primeiro mandato. Cláudio fora dirigente regional do MST antes da vereança e permanece como uma liderança. Segundo uma informação de Marília, o nome de Gélvio Silva, hoje o dirigente regional, é proposto por Cláudio e um dos líderes do Movimento em Herval.

Tal como declara Regina, é frequente entre outros assentados essa opinião que reflete certa decepção com o vereador pelo fato de ele ter preocupações particularistas quando olha mais para o lugar onde é assentado (o assentamento 15 de Novembro) do que para o conjunto de comunidades rurais assentadas. O principal desapontamento está no distanciamento que marca a relação com o vereador: “*parece que nem lembra que saiu daqui do meio de nós*”, diz d. Lúcia. A ausência de visitas ao assentamento por parte de Cláudio e o não cumprimento de algumas promessas de campanha — o que sugere, nessa perspectiva, que o vereador parece ter esquecido de suas relações, compromissos e lealdades (muitas cunhadas na palavra dada, confiadas na relação pessoal) — reforçam o descontentamento com seu mandato. Ao mesmo tempo, apesar do que é dito, Cláudio é também motivo de orgulho e simboliza em sua figura a luta e a participação na Câmara Municipal. O mandato de Cláudio expressa essa ambivalência de sentidos que na política aparece, nem só isto nem só aquilo...

No entender de Regina, caso seus companheiros recebessem uma formação política não cairiam em *“conversa de político”*. Regina acredita que os políticos, todos eles, independentemente de partido, quando estão portando uma quantia de dinheiro para a campanha, procuram comprar os votos e, pensando nos pobres, no geral, pensa ser muito difícil resistir. Regina insiste em sua convicção de que

“é preciso dar formação, o povo pode se ligar desse modo, tem que se informar para não ficar no atraso, cair de bobo em conversa de político. O nosso povo aqui, sabe Letícia, é às vezes meio bobo, não que eles não saibam quem vem aqui só na hora de ganhar uns votinhos, tá cheio deles, mas tem aquela necessidade e daí precisa da ajuda.”

É particularmente interessante observar essa percepção dos impasses surgidos no limiar da tomada de uma decisão política revelada por Regina: não que seus companheiros desconheçam os meandros desse jogo político de compra de votos, de trocas e promessas vãs, mas estão cercados por situações de vida que nem sempre lhes permitem negar a ajuda do político. Ocorrem aí questões diversas e, portanto, importantes de serem tratadas para não correremos o risco de cair em chavões de explicação fácil: sabe-se que o candidato aparece circunstancialmente e oferece ajuda de diferentes modalidades e, com isso, espera ganhar em troca o voto. Isso é um fato sabido, mas as reações a esse evento são muito diversas e merecem não ser enquadradas, sobretudo, porque nem todos reagem do mesmo modo a essa possibilidade de “ajuda” catalisada pela presença do candidato. É uma situação observável por diferentes aspectos: pode ocorrer em alguns casos a negação categórica, pode haver uma aceitação parcial da ajuda, e o apoio não ser exigido pelo político de modo pessoal, como no caso de caronas e outros eventos de menor reflexo para estabelecer um compromisso. Mas em outros casos ocorre o envolvimento da honra e da moralidade na aceitação da ajuda do político, criando uma relação semelhante à do tipo descrito por Mauss (2003), em que um dom pressupõe seu contradom.

De todo modo, mesmo que determinado candidato seja considerado pouco confiável ou mesmo um tanto ausente (queixa que Regina apresenta de Cláudio), aparecendo no lugar apenas em época de eleição, a sua ajuda em algum momento de dificuldades ou certo tipo de ajuda de maior peso pode significar um comprometimento moral entre eleitor e candidato. Como me foi dito no assentamento: *“eu agora não posso deixar de apoiar o homem, depois de tudo que ele me ajudou, eu tenho mais que uma dívida de ir com ele”*.

Depois de recebida a ajuda, outros elementos, praticamente inumeráveis, entram em cena. Eles podem ser identificados, de um modo geral, como honra, comprometimento com a palavra empenhada e lealdade com o compromisso estabelecido. No entanto, observei que em algumas casas os acertos entre eleitores e candidatos, para que não se configurem como uma dívida para o assentado, materializam-se numa estratégia de divisão de voto. A família divide o seu voto entre diversos candidatos, assim, se houver o dom recebido há de ter seu contradom, mas outros desejos de voto também podem ser realizados. A política em diversas situações é pensada como um assunto de família e será tratada nessas condições perante a negociação com candidatos ou seus representantes. O candidato entabula esse acordo sem maiores problemas também, não se opondo a essas subdivisões do voto na grande família, afinal, ele também compreende desse modo o cumprimento de acertos eleitorais. Essa é uma interpretação do mundo político que não rompe com o mundo da vida, pelo contrário, a política é vivida como extensão de acordos e compromissos semelhantes ou próprios do cotidiano. Contudo, não se pode dizer que o “*tempo das políticas*” não seja caracterizado por momentos de exceção, quando se recebem visitas de estranhos, se vai a comícios e se articulam acordos e acertos com candidatos.

Ainda assim, o mais importante aqui é observar que cada situação tem um enquadramento e um desfecho diferente nesse jogo político; não é possível dizer que quem precisa de ajuda vota em quem o ajudou, ou pelo contrário, que isso não ocorra dentro de um assentamento. Explicar o voto como contrapartida da ajuda é um modo muito simples de falar de escolhas e de eleições, contudo, amortiza a enorme riqueza de acordos, possibilidades e proposições que são lançadas nesse encontro de inúmeros personagens, que são os candidatos e os eleitores. Não há *um jeito* de votar entre assentados do MST. Na contingência da campanha muitas situações são criadas e recompostas, novos personagens entram em cena, enquanto outros saem. Figuras políticas perdem e ganham forças no decorrer desse percurso até as urnas.

Seu Coralino

Seu Coralino é meu conhecido desde 1998 e mora com sua esposa e dois filhos relativamente próximo à casa de Aparecida. É um dos agricultores com melhores condições econômicas do assentamento, mantendo o lote produtivo, sempre cultivado, apesar de sua dificuldade de relacionamento com as equipes técnicas. É filiado ao PT e, assim como Regina, participante ativo da organicidade do MST regional. Seu Coralino encontrava-se durante o ano de 2008 em uma posição particular e inusitada: fora convidado pelo prefeito Camarão para ocupar o cargo de subprefeito na vila Basílio. Certamente o primeiro assentado a ocupar essa função, seu Coralino, no entanto, encontrava-se em uma situação um tanto delicada, pois estava fazendo parte de um governo com baixa aprovação de sua comunidade e marcado por acusações de corrupção. Para seu Coralino era sua obrigação moral com o assentamento aceitar esse cargo, *“para ver se conseguia trazer alguma coisa para nós daqui.”*

Nos meses de junho, julho e agosto, seu Coralino estava muito preocupado com o rumo que as eleições estavam tomando. Não sabia se permaneceria no cargo ou se deveria sair, falava da escolha da candidatura petista como uma decisão apressada. Conversamos diversas vezes sobre sua opção de estar naquele momento no governo pedetista; sua principal preocupação era com a interpretação que os demais assentados faziam de seu posto de subprefeito.

Seu Coralino recordava a luta política para a eleição do governador Olívio Dutra no ano de 98. Os embates com os partidos de direita foram intensos, e pela primeira vez o PT chegou ao poder estadual no Rio Grande do Sul. Poucos eram os assentados que podiam votar nessa época, seu Coralino conta que ficou apenas na torcida, pois ainda não tinha transferido seu título para Herval e por mais que quisesse votar as condições econômicas do momento não o permitiram ir à sua cidade natal. A sede da candidatura do PT no centro da cidade de Herval estava repleta de assentados no ano de 1998, mesmo que muitos não pudessem votar, o lugar talvez representasse para os assentados mais um ponto de encontro e de início de uma sociabilidade entre si e com os escassos hervalenses que propriamente um espaço de militância política. Grande parte dos que transitavam pela sede do PT na época pertenciam ao assentamento 18 de Maio que, por ser quase o único assentamento do município, concentrava

muitas expectativas dos dirigentes políticos com relação à participação política até então inédita do MST na cidade.

O resultado foi aquém do esperado, pois o candidato Antonio Brito recebeu mais votos no município que Olívio Dutra ³⁴, porque na época — e nos anos de eleições seguintes — os petistas locais não previam o fato de os assentados não terem transferido seus títulos, nem de não serem um grupo que vota em único partido (lembro-me bem dessa desilusão “dos companheiros” porque participei ativamente da campanha de Olívio Dutra, dirigindo o carro da regional do MST destinado a rodar também pela campanha política do PT; como nenhum de seus membros tinha habilitação e a Brigada Militar os perseguia por isso, Sabela e seu Coralino eram na época meus “caronas” em incursões pelos assentamentos da Glória e do 18 de Maio).

Seu Coralino sempre recorda as aventuras que foi *fazer a campanha do Olívio*. Parecia que a sua presença e a dos demais assentados fosse “*a chegada dos comedores de criancinha*.” Para ele, a cidade rejeitava muito a presença de *qualquer coisa de meio diferente, ou de pessoas de fora*. Refere-se aí duplamente à rejeição à candidatura petista, que significava de certo modo uma novidade na época pela força que ganhou no estado, e também à rejeição com que as pessoas chegadas de outro lugar na cidade, no caso, os assentados, eram recebidas.

O entrosamento entre assentados e boa parte da população residente em Herval persiste como um longo e demorado processo ainda em andamento, pois sequer podemos dizer que a aceitação como cidadãos, no sentido formal e institucional, está inteirada, considerando que não ocorra uma separação entre uma política pública de integração desses novos moradores e a visão que o agente da política pública tem do assentado. O que quero dizer é que não é divisível o sujeito que discrimina o *estranho* que percebe como “invasor, deturpador da ordem etc” e o sujeito que se elege prefeito ou vereador e tem o dever de tratar a todos como cidadãos. Nesse tempo transcorrido da chegada dos assentados em Herval, percebo a aproximação entre pessoas — assentados e hervalenses — que se deixam conhecer e interagem, construindo novos espaços de sociabilidade independentemente de qualquer política que, por operar apenas na formalidade, discrimina sendo, portanto, ineficaz quando

³⁴ O candidato Olívio Dutra (PT) venceu a eleição em 1998 no estado do Rio Grande do Sul, mas perdeu na cidade de Herval, onde o resultado foi favorável a Antonio Britto que obteve 1.962 votos enquanto Olívio recebeu 1.432 votos. (Fonte: TRE-RS).

chama todos para “serem cidadãos.” Isso significa que, segundo o ponto de vista dos assentados, infelizmente os políticos locais dificilmente os tratam como um hervalense ‘legítimo’, e sim como um estranho, uma espécie de intruso (SIMMEL, 2005).

No mês de agosto, seu Coralino despachava no “gabinete” destinado à subprefeitura do Basílio, uma pequena peça situada no antigo prédio da estação rodoviária. Diversas pessoas o procuram, não apenas moradores do assentamento ou da vila Basílio, mas também chegam carros da cidade de Herval, políticos, secretários, enfim, uma movimentação que seu Coralino diz tomar muito do seu tempo como agricultor, obrigando-o a deixar a produção do lote um pouco de lado. Segundo ele, as pessoas são impacientes com os poucos recursos que pode manejar e acabam ficando decepcionadas com ele por não poder resolver os inúmeros pedidos que recebe. Essa situação é muito incômoda para seu Coralino, pois afirma que sua principal motivação para estar ali é ajudar o assentamento a obter serviços da prefeitura. Estando entre as pessoas que procuram seu Coralino em seu gabinete, podemos *conversar sobre as demais visitas e seus principais dilemas. Seu Coralino conta que:*

“entrei no momento errado, que não é muito bom. Tivemos oito anos de Rubem, e o que houve? E o PT nosso é bem fraco, muito fraquinho! Fica assim que, melhor para nós é o Camarão; nós não conhecíamos nada nos quatro anos últimos, não tinha envolvimento nenhum, quando nos esperávamos um trator e diziam que os tratores não chegaram para nós, já tinha trator por aí. E nós aqui, não tinha ninguém para nos ajudar, para dar alguma informação, ficava lá com eles tudo que era recurso. Agora tem mais presença nossa, tem vereador e assessor e tudo mais. Mas é claro que o Camarão deixou muito por fazer, fez pouco é certo né, mas é o melhor cá para nós. O Rubem nos chama de praga e ora, um homem que quer ser público não pode falar isso, e ele falou.”

Assim como vários outros assentados, seu Coralino rememora a discriminação e o preconceito com que o então candidato Rubem os tratou quando candidato a prefeito em 2000. Nesta eleição de 2008, a esposa de Rubem, Rosana é candidata a vice pela coligação PP-PTB-PMDB, depois que seu marido foi judicialmente impedido de candidatar-se. A fala de Rubem, ainda que ele não seja o candidato, não é esquecida pelos assentados. De diversos modos, a memória parece sempre agir na escolha dos candidatos, fazendo do momento da escolha um ensejo no qual diversas temporalidades e experiências podem se tornar simultâneas. O ontem e o hoje permeiam as conversas com seu Coralino, sempre capaz de compor suas experiências passadas com sua situação hoje.

“Nós estamos ficando numa situação difícil, nós defendemos o Camarão porque nós defendemos o que pode chegar lá. Eu entrei para tentar alguma coisa para nós lá, não muda nada esse salário que eu recebo aqui. Não é isso, como tem muita gente falando, não entende que estou trabalhando para nós tudo aqui, que antes nunca se

teve nada de recurso para nós, que nem sabíamos que vinha coisa para os assentamentos. Agora nós já temos o Ari lá dentro que o Camarão colocou. Nesses próximos anos, se eles ganharem fica pior, porque o Rubem não gosta de nós aqui, mas tem muita gente se vendendo aí dentro, eles compram voto com muito dinheiro que tem. O que eu penso é que a política não pode ser assim, esse vende e compra, e depois de quem cobraremos?”

O andamento da campanha de 2008 vai marcando posições bastante opostas no assentamento, pois os grupos que trabalham distintamente com as duas equipes técnicas vão se distanciando de qualquer possibilidade de acerto ou de consenso em nome de alguns dos candidatos mais próximos, como esperava seu Coralino:

“mas aqui dentro tem de tudo, porque não tem como não ser, o Marino e outros são do PT, mas assim fica difícil para todos, porque o PT não vai ganhar! Não que eu não seja PT, mas não tenho que deixar de olhar a situação e quatro anos se paga por isso. O Camarão pode ser melhor que o Rubem e esses que tão com ele dão dinheiro aos pouquinhos. Daqui, de nós, ficamos entregues se não pensamos na política da coisa. Eu penso que tem que pensar em não se dividir. Tem uns que estão sem ver que estão divididos, mas estão e não sabem que estão de lados diferentes. Os do PT é que não tão vendo isso — eu mesmo, eu estou com o Camarão porque não vejo outro jeito e não quero que os outro voltem, os do Rubem.”

A posição de seu Coralino é questionada pelos demais assentados, principalmente por aqueles ligados ao PT que esperavam pela sua participação e apoio na campanha eleitoral do candidato petista Roque. Assim como acontece com outros assentados, muitas acusações de oportunista lhe foram feitas a partir do momento em que aceitou o cargo de subprefeito em ano eleitoral e fez a campanha para o candidato da posição. O convite, feito um pouco antes do meio do ano, para assumir esse cargo foi realizado diretamente pelo prefeito Marco Aurélio Camarão. A indicação do nome de seu Coralino foi dada por Ari, que ocupava um cargo não muito claro, mas era uma espécie de assessor direto do prefeito, sendo ainda articulador da campanha do candidato Camarão nos assentamentos do município e principalmente na região do Basílio.

A nomeação de seu Coralino teve o efeito simbólico de aproximar o prefeito dos assentados, no sentido de colocar um deles para um cargo de confiança, como representante da comunidade da vila Basílio como um todo. Contudo, essa também foi uma ação política que, visando à eleição próxima, buscava não apenas alavancar apoios para a reeleição do prefeito, como provocar rupturas e dissenso na construção da candidatura petista. De fato, o efeito esperado dessa manobra foi atingido pelo PDT, o assentamento ficou, como em outros anos também ficara, bastante dividido. Possivelmente também houvesse divisão de votos e grupos sem essa estratégia do PDT, mas, sem dúvidas, ela foi capaz de criar uma ideia de

confiança delegada aos assentados quando promove um deles ao mais alto cargo da maior vila rural do município.

A atuação de seu Coralino depende muito da sua capacidade de negociação de prioridades com a prefeitura municipal, e seu esforço vai nesse sentido, imbuído da obrigação de conseguir algumas melhorias e benefícios para a localidade. Uma das principais preocupações do subprefeito são certos problemas estruturais que só podem ser enfrentados com o apoio dos governos estaduais.

No dia 27 de agosto, posteriormente à ocorrência do assassinato do Juquinha,³⁵ seu Coralino estava muitíssimo abatido, com o rosto cansado, olhos vermelhos, falando pouco e baixo. Para ele, esse crime de extremada violência nunca acontecera no assentamento e era muito ruim que tenha vindo a acontecer quando havia muita preocupação de sua parte com a segurança das famílias assentadas. Na verdade, o crime deixou todos abalados; na vila, no assentamento, na escola, por toda parte só se falava disso. A falta de explicação e, aparentemente, de motivos para tal brutalidade aumentava esse clima de violência e desregramento.

Ainda nesse mesmo dia, quando saí da vila Basílio para ir até a casa de d. Júlia e Marino, na outra extremidade do assentamento, seguindo pela principal estrada interna, ao tentar passar na frente da sede da Associação Comunitária, local central, onde funciona o bar do marido de Aparecida, Edílson, e próximo ao local onde o assassinato ocorrera na noite anterior, fui interpelada pela Brigada Militar que estava investigando o caso. Muita gente estava no local, inclusive os candidatos, todos cercados por conhecidos e moradores. Para minha surpresa, eu fui interpelada pela polícia: o que estava fazendo naquele local? Quem pergunta é o PM, meu conhecido e ex-colega do ensino médio na cidade. Respondo que estava apenas passando ali para me dirigir a outro lugar. Imagino que abismado por uma guria de classe média estar frequentando *aquele lugar*, Geraldo, o policial, não se deu por convencido e educadamente prosseguiu: — Mas o que fazes por aqui? Passeando? Tens conhecimento do que aconteceu por aqui? — Enfim, uma das interpretações que faço para esse comportamento do policial é, sem dúvida, essa separação entre assentados e hervalenses não assentados, clivagem que está um tanto dissimulada atualmente, mas que em certas ocasiões de exceção, como essa, acabam sendo exteriorizadas. Depois de explicar novamente

³⁵ Na noite de 26 de agosto, o assentado conhecido por Juquinha foi brutalmente assassinado. O suspeito era um jovem rapaz que recentemente retornara ao assentamento e que negava veementemente a autoria do crime.

todos os meus motivos de frequentar o assentamento 18 de Maio para o policial, pude então seguir meu caminho.

Quando retornei à cidade, o assunto era o mesmo, adjetivado em alguns casos de considerações discriminatórias: “*esses assentados vão acabar se matando tudo*”, ou ainda “*isso é fruto de tanta cachaça na cabeça*”, enfim, conversas de fila de banco e dos botecos de Herval.³⁶ No assentamento, os comentários sobre o acontecimento perduraram por semanas e, se era geral o espanto com a brutalidade do crime, também era o inconformismo com a atitude do possível criminoso, pois mal acabara de chegar e manchava seu nome, levando junto o do assentamento. Inconformismo que revelava a preocupação com a imagem do assentamento, com a renovação de uma visão negativa *dos assentados* que aos poucos estava sendo desfeita na cidade. Sem dúvida por alguns dias do mês de agosto, o assentamento ficou parece que em suspenso, nas atividades cotidianas dos adultos e das crianças, nas conversas, de modo cabal, todos pareciam indignados com a violência. As preocupações estendiam-se a vários aspectos, desde a solução desse crime até a educação dos jovens que precisavam sair e depois retornavam ao assentamento *modificados pela rua*. Também causava apreensão a ausência de policiamento na localidade do Basílio; a culpa das autoridades nesse quesito incluía desde seu Coralino, o prefeito, a governadora e até o presidente da república.

Com o correr dos dias, o fato foi sendo lentamente deixado de lado, e as conversas foram ficando permeadas de assuntos diversos. Esse caso permite perceber que a violência, quando ultrapassa certos graus de tolerância instituídos pela comunidade, surpreende e assusta, sendo chamado o auxílio de fora para ajudar na busca de solução e/ou no apaziguamento. No entanto, a conflituosidade cotidiana, a que acontece promovendo rupturas entre vizinhos, violência dentro de casa, seja entre pessoas da mesma família, seja entre grupos antagônicos do assentamento 18 de Maio e também entre grupos de outros assentados no âmbito da regional do MST (especialmente no tempo da política) não é percebida como violência. Ou seja, de acordo com o que observa Comerford entre as famílias de sindicalistas que pesquisou, prevalece a afirmativa “*aqui todo mundo se dá bem*”, dada certa adesão naturalizada às relações vivenciadas no conflito (COMERFORD, 2003, p. 18).

³⁶ De fato, pode-se dizer que as fofocas ganharam folêgo, pois cerca de dois meses antes do assassinato no 18 de Maio, um outro assentado na Fazenda Nova cometera um ato também de extremada violência: em uma discussão com a esposa, enquanto esta amamentava, deu-lhe um tiro no rosto.

As ocorrências costumeiras de fofocas, conflitos e agressões, principalmente verbais, são assuntos para serem resolvidos no seu devido lugar, ou seja, onde aconteceram e entre aqueles que foram seus protagonistas. Somente se recorre à polícia em casos extremos como esse que aconteceu. O MST, nas instâncias de sua coordenação regional ou estadual, pode ser acionado em algumas situações, especialmente entre brigas de vizinhos por questões relacionadas à produção no lote, sociedades desfeitas e não resolvidas, mas nunca ouve-se falar de presença exterior quando a violência ocorre dentro de casa, especificamente contra mulheres e crianças, pois notavelmente são muito comuns. De modo geral, a conflituosidade parece estar estreitamente ligada ao modo como as relações pessoais são fundadas, e, portanto, apenas quando excede certos limites é pensada como violência e merece atenção de órgãos externos.

O MST tem lutado muito para diminuir os casos de violência dentro dos assentamentos, segundo seu Coralino devido às tentativas de interferência do Movimento em questões antes vistas como “*briga de família*”, “*de marido e mulher, que ninguém deve meter a colher*”, ou entre vizinhos e parentes, e principalmente, parentes que são vizinhos, fonte de inúmeras discórdias.

Para seu Coralino, nas eleições esse clima de animosidade tende a acentuar-se; principalmente por conta das festas e das beberagens, as provocações decorrentes acabam em brigas e desentendimentos. As discussões tornam-se mais intensas e acirradas nesse período de eleição fazendo com que algumas pessoas, sobretudo mulheres, desgostem de política por associá-la a brigas e disputas. Do seu ponto de vista, muitas vezes aquele que é responsável pelas tratativas de pacificação, que tem o papel de conciliar é quem acaba se dando mal, porque pode ser que um dos lados se sinta prejudicado. Especialmente em briga “das políticas”, para seu Coralino, a interferência é o mesmo que mexer com abelha braba por que cada um quer defender seu espaço, seu lado.

Os dois candidatos a vereador residentes no assentamento 18 de Maio pertencem a grupos distintos, ou seja, a grupos de trabalho e de apoio que pouco dialogam entre si, criados na ruptura que ocorrera no assentamento envolvendo principalmente as decisões em torno do contrato com equipes de assistência técnica. De modo geral, pode-se dizer que cada candidato representa um grupo, no entanto, essa é uma regra carregada de exceções, pois relações de outra ordem coexistem com as clivagens de grupo. Amizades, cordialidades, parentesco entre outras questões cotidianas que envolvem a relação estabelecida com o candidato, podem ser bem mais importantes que as desavenças por conta da escolha da equipe técnica. O candidato é uma esfera de relações de natureza diversa que tanto podem ser fundamentais para seu bom desempenho como candidato como para seu fracasso. Marivani, esposa de seu Coralino, conta que eles estão em dúvida sobre em quem votar para vereador no assentamento, porque sendo os dois candidatos conhecidos e amigos da família, ela se sente na obrigação de não decepcionar ninguém. Diz que não gosta dessa situação de divisão que a eleição cria no assentamento:

“já não basta por tudo que se discute e entra em briga, agora tudo é pior, quando vem ‘as política’ fica todo mundo puxando para um lado, tem outros que puxam pra outro e sempre acaba não dando em boa coisa. É uma divisão entre as pessoas que às vezes se dão bem, nem tinham por que brigar, mas vêm as tal das políticas e traz as brigas. Pra mim é isso, a gente se dá bem com todo mundo aqui, o pessoal se dá bem e tudo, mas não sabe suportar provocação desses mais fanático. Porque tem gente que é fanatizado por política!”

Seu Coralino, por sua vez, parece buscar uma solução para poder manter as boas relações que diz ter com ambos os candidatos locais. A sua solução é bem comum no assentamento: o voto é dividido entre os membros da família de modo a não desagradar os amigos que são candidatos. Mesmo que no fim um voto anule o outro, persiste o empenho, para além da política eleitoral, em manter amizades, relações de parentesco e de ajuda mútua. Do ponto de vista de seu Coralino, essa é a única atitude correta a ser tomada, pois antes de tudo estão as relações que as pessoas travam entre si, depois a disputa política. Para ele, não parece haver nenhuma contradição no fato de ser cabo eleitoral da candidatura do PDT e não apoiar nenhum dos candidatos deste partido, pois todos sabem que tem um compromisso maior com os seus vizinhos e amigos candidatos. Seu Coralino explica esse seu raciocínio:

“temos dois guris candidatos a vereador aqui, aconteceu de se lançarem os dois, talvez não devesse ser assim, porque fica complicado para todos. Tu vê que aqui, eu e a Marivani estamos dividindo os votos, por que disse? Porque são os dois nossos amigos, mas sabendo que corremos o risco de não eleger nenhum, isso é o mais provável de acontecer. O PT está desentendido na cidade, não conversa direito, e não busca entendimento algum com lado nenhum, com que base se lançam esses candidatos, eu não sei como é que pode, aliás nem ele sabem por que são candidatos, acho que por que tem uma família grande pensa que pode sair vereador, mas não é bem assim, porque [risos] todo mundo aqui tem baita família e empata. Era o PT que tinha que ver isso, eu da outra vez trabalhei para o Cláudio, mas agora não deu, não tem como... muita coisa errada foi acontecendo. Eu tenho muita dor por isso, eu ajudei a fundar o PT, esse partido, desde quinze anos milito e não reconheço esse partido daqui. Digo assim, se não tem trabalho de debate com grupo pequeno nada adianta, tem de começar aos poucos, discutindo em grupos. Não devia ser assim tudo por dinheiro, um PT que se vende, parece que vendeu a alma até, eu não sei muito, mas quando tu vende o teu voto por dinheiro é porque tem alguma coisa que tá mal, vê que é o que temos de igual é o voto, de qualquer um aqui de nós ao presidente da república, tudo vale o mesmo. O companheiro que vende não tem essa noção do que pode!”

Na percepção de seu Coralino, o modo como acontece o agenciamento dos votos no assentamento coloca em aberto a ausência do PT e do MST na construção de uma nova forma de os companheiros pensarem e agirem no campo político. Sendo um militante do Movimento, mas sem ocupar cargos na coordenação regional, sua principal preocupação é com os rumos que a eleição municipal pode dar para os projetos do assentamento: se o futuro prefeito apoiará os assentados, se virará as costas, ou ainda, se ficará de mãos atadas, caso não conte com um apoio recíproco dentro do assentamento. Assim, não fazendo parte formal do MST, em cargos de coordenação, seu Coralino coloca-se em uma posição independente para fazer o que diz ser sua principal preocupação política: construir as conexões entre as necessidades dos assentados, suas principais demandas e carências, com as respectivas secretarias do governo municipal, buscando trazer para sua comunidade a solução de problemas básicos, aqueles que estão no dia a dia do assentamento. É nessa preocupação que seu Coralino foca as energias de seu trabalho de militante nos últimos meses.

De certo modo, distanciando-se de alguns de seus companheiros militantes do MST, para seu Coralino não adianta sonhar com a revolução, com reforma agrária para todos, sonhar com uma justiça social no futuro, mas não ter o que comer, não ter emprego, não ter estrada para ir à cidade vender e comprar produtos, enfim, com os pés no chão, os dilemas diários condensam os esforços políticos de seu Coralino. Esse pensamento prático e que busca por soluções básicas para os companheiros assentados é colocado em prática por seu Coralino e também por sua esposa Marivani no que diz respeito à organização dos trabalhos agrícolas. Os projetos de produção que são direcionados para os lotes e a organização que cada titular faz do financiamento que recebe são outra preocupação do subprefeito, que diferentemente da

maioria dos militantes políticos, tem em seu lote uma produtividade acima da média do 18 de Maio. Portanto, não apenas as posições políticas e partidárias assumidas envolvem seu Coralino em disputas e no jogo de forças divergentes do assentamento. Ao assumir os encargos relacionados aos projetos de produção de alguns conhecidos, seu Coralino recebe diversas críticas de companheiros do MST, acusado de concentrar em seu nome o poder de decisão sobre o manejo do lote, o que deveria ser de cada um. Ainda é severamente criticado pelas equipes técnicas que o acusam de interferir nos financiamentos dos assentados “mais fracos”, gerenciando de modo escuso os recursos alheios.

Segundo seu Coralino, o problema é que tanto o MST, em nome de seus dirigentes locais, quanto os técnicos agrícolas não estão efetivamente preocupados com “*os companheiros assentados que parecem remar contra a maré*”, mas dão assistência e atenção apenas a quem vai bem, produzindo, participando e sem maiores problemas. Dentro desse seu modo objetivo de pensar, seu Coralino coloca-se na obrigação de acionar o que lhe for possível para o andamento do assentamento, mesmo que muitas de suas ações e soluções encontradas possam ser postas em suspeita por seus companheiros e por técnicos agrícolas.

Em setembro, seu Coralino está bastante preocupado com o rumo que a campanha está tomando; a situação do candidato Camarão frente à justiça e ao Tribunal de Contas agrava-se, e os boatos de impugnação da candidatura correm à boca pequena por toda parte. Os grupos de oposição política, ou seja, apoiadores do candidato petista Roque e os mais velados e dispersos eleitores do candidato Ildo, entre outros desafetos de seu Coralino, são divulgadores das contendas do prefeito Camarão com a Justiça e anunciam a queda de sua candidatura.

Seu Coralino, por sua vez, continua rebatendo essas acusações enquanto efetua seu trabalho de subprefeito e argumenta que são nada mais que fruto da desinformação ou da maldade de alguns que desejam ver o pior para a comunidade do Basílio. Sempre em contato com Ari, o assessor do gabinete do prefeito, seu Coralino diz que está seguro da legitimidade da candidatura do Camarão e sente-se apenas preocupado com a falta de reconhecimento de muitos de seus companheiros de assentamento do acordo que o prefeito fez com os assentamentos do município de Herval ao chamar diversos assentados para serem membros de seu governo.

Evidentemente que até agora, uma década de assentamentos em Herval, nenhum assentado havia ocupado cargo no primeiro escalão, mas o que seu Coralino não observou, ou

prefere não comentar, é a vinculação dessas nomeações ao período eleitoral e a necessidade que qualquer candidato hoje tem de buscar o apoio dos assentamentos. Uma manobra habilidosa do prefeito Camarão, que muito pouca atenção deu durante seu governo para as áreas de assentamento, não constando em seus projetos de governo nenhum que tratasse do desenvolvimento e melhoria para os assentamentos no município. Essa situação de total descaso com os assentamentos e com a zona rural como um todo durante os quatro anos de mandato não passa despercebida da comunidade rural, e o trabalho de seu Coralino, por exemplo, consiste em tentar recuperar o tempo passado, situando as soluções no âmbito da disputa eleitoral.

Desse modo, mesmo escolhido para a função de subprefeito no período eleitoral, quando tudo é política, e quando poucas são as obras que podem ser realizadas, seu Coralino ocupa-se o dia todo de realizar atendimentos e encaminhar para a prefeitura. Entre suas batalhas está a melhoria da escola, que, mesmo sendo estadual, recebe o apoio municipal para o transporte escolar e para merenda. Aliás, entre as diversas pequenas contendas que acabaram ganhando a forma da disputa eleitoral municipal, a mais significativa foi a eleição do Conselho de Pais e Mestres da escola. Essa eleição de chapa tornou-se um nicho de disputa partidária que mais lembrava uma prévia de partido que um conselho escolar.

De acordo com seu ponto de vista, seu Coralino explica os arranjos que foi decidindo fazer nessa eleição de 2008, pelo menos, por enquanto:

“Se o Camarão perde estamos mal, por que como é que vamos chegar lá para pedir alguma coisa? Se ele nos deu aqui a subprefeitura foi é um sinal de sua preocupação em ajudar o povo nosso daqui. Então o que eu acho que tem que votar pensando na comunidade, no que se vai poder trazer para cá, os médicos, as estradas, um policial que a prefeitura ficou de ver isso, não tem como agora deixar de tentar por esse caminho, o MST que pense nisso ao invés de ficarem no blábláblá de criticar tudo. O PT dentro do Herval só pensa em ser oposição e tem é que fazer trabalho de base, ir nas casas, ver o que está se precisando, oferece ajuda, isso é que acomoda a eleição, não é? Agora só faz oposição, nunca quer ninguém de outro partido, ninguém serve pro PT daqui, assim eles não se coligam com ninguém e ficam isolados e perdem e perdem e acham que o caminho é ser oposição e ficar de cochicho em esquina. O que se fez nessa eleição, é o Roque, é o Toninho, vai ser um assentado, o Cláudio, ninguém sabe, né? Sei é que se briga dentro do PT para ser o mais de esquerda, mas no fim não dá em nada essas brigas.”

Construindo mentalmente uma ponte com o PT nacional, seu Coralino faz a comparação sobre o que toma como intransigência nas negociações partidárias por parte do PT municipal com as coligações que Lula fez para se eleger e principalmente se reeleger. Apostando na possibilidade da coligação entre PT e PDT, que não vigorou, seu Coralino

acabou ficando deslocado dentro do partido e muito incomodado com a negativa do PT de aceitar ser parte da chapa executiva com o PDT ocupando o lugar de vice. Seu Coralino, como se viu, optou por continuar trabalhando na subprefeitura e subsequentemente na campanha do prefeito Camarão:

“O Lula consegue fazer isso de dividir o poder com os outros, mas ele faz um governo de exemplo, parece que aqui não se aprende isso. Não pode fazer sempre oposição com o Camarão, não tem como ficar sempre de fora ou querer chegar sempre sozinho, porque aí quando cai na coisa não faz nada!”

O apoio dado ao candidato e prefeito Camarão por seu Coralino não deve ser pensado como absoluto ou mesmo como mera virada de casaca oportunista, acusação que lhe foi proferida por vários companheiros de assentamento. As situações que surgiram e as bifurcações que foram se criando entre o PT e o PDT ao longo do ano precisam ser levadas em conta para se entender que posições na política não são imutáveis e dificilmente decorrentes de um único elemento colocado em jogo. Pelo contrário, o elenco de possibilidades e fatores criados no calor da disputa política, muitas vezes, cria situações inusitadas e que podem ser irremediáveis para quem está no jogo.

Seu Coralino precisou tomar uma decisão que não queria tomar, forçado pela situação política que se criou. Melhor dizendo, quando aceitou o cargo comissionado de subprefeito do distrito rural do Basílio, ele não consultou o partido ao qual é filiado e, portanto, tomou sozinho e particularmente uma deliberação que, em tese, seria partidária. Conversou apenas com algumas pessoas do PT, das quais a maioria se opôs à sua decisão, como o caso de Marino, amigo de seu Coralino, assentado no 18 de Maio e também uma figura de destaque no local que apresento no próximo capítulo. Convencido *a priori* de que o PT iria se coligar com o partido da posição, o PDT, seu Coralino criou para si a necessidade de tomar uma decisão política que não condizia por inteiro com sua forma de pensar a política. Sendo militante petista, mas descontente com os rumos que as campanhas desse partido sempre tomam quando decide não se coligar e sofre derrotas astronômicas, seu Coralino não gostaria de seguir o modo isolado e derrotado de fazer a campanha do PT. Contudo, o PDT não é o seu partido, e a administração do Camarão deixa muito a desejar, mas, no seu entendimento, seria indispensável uma coligação do PT com o PDT para impedir o crescimento do candidato de direita Ildo Salaberry (PP).

Dentro desse contexto o que fazer? Sua decisão inicial foi buscar a coligação; no entanto, quando esta não se efetiva, cria-se um novo dilema: ficar no cargo de subprefeito e permanecer na campanha do PDT indo contra os companheiros e o PT? Ou voltar para o PT e batalhar na campanha eleitoral de Roque, mas consciente da derrota do PT e, ainda pior, abrindo caminho para a Vitória do candidato do PP, o conservador fazendeiro Ildo? São vários os dilemas que se colocaram para seu Coralino ao longo da construção das candidaturas, de modo que cada decisão pode carregar mais de uma solução ou ainda implicar problemas variados. Durante as conversas que temos, seu Coralino frequentemente expressa as objeções que faz ao candidato da “*direitona e sua turma*”, como chama, relacionando-as às dificuldades que enfrenta, não apenas para realizar as tarefas de subprefeito, mas também lembrando de como os desgovernos que “*essa turma*” [de direita] fez atingiram o assentamento como um todo e, particularmente, acabaram atingindo a sua produção no lote.

Seu Coralino remete a política estadual à *turma local*, deslocando suas críticas do atual governo do estado para a administração municipal anterior a esta de que participa:

“Na época do Rubem não se teve nada, não buscou melhoria nenhuma aqui pra nós, na agricultura sofremos o que não deu com ele, tirou todo o maquinário de circulação, muito pouco conservou a estrada, para ir no Herval demorava, caminhão quase que não queria vir aqui buscar e trazer nada para nós, nós por eles da turma do Rubem íamos ficando isolados.”

Trazendo problemas que no passado identificou no governo do prefeito Rubem Wilhelmsen para o dia de hoje, seu Coralino faz uma avaliação positiva de aspectos do trabalho da administração atual:

“esse prefeito [Camarão] não deixou de trazer o supletivo, está aí, se conseguiu. Só não está indo quem não quer. Nesses quatro anos tem diferença sim, não pode dizer que tudo foi melhorado, mas não é o mesmo que antes, que eram contra nós aqui, tinham um preconceito. Agora esse governo tem mais a ver com nós.”

Sobre a posição quanto ao candidato Ildo Salaberry, é bom lembrar que não apenas os partidos da coligação — PP-PTB-PMDB — são reconhecidos como espaço político da direita, como essa chapa é formada com Rosane Wilhelmsen, que assumiu a posição de seu marido, o ex-prefeito Rubem, impedido de candidatar-se por problemas pendentes com a Justiça desde quando fora prefeito.³⁷ Nas conversas de rua, no assentamento ou na cidade é

³⁷ No ano de 2003 começaram os problemas do então prefeito Rubem Dari Wilhelmsen com a justiça, quando foi condenado pela admissão de 108 funcionários entre os anos de 2000 e 2001, sem a devida realização de concurso público. A pena foi de 9 meses de detenção, substituída por pagamento de 30 dias-multa à razão de meio salário mínimo ao dia.

comum se ouvir a dita *“ela é a candidata, mas quem vai mandar é ele!”* Para muitos assentados, o primeiro prefeito que conheceram em Herval foi Rubem Wilhelmsen, produtor rural, criador de gado de corte, mas principalmente ligado ao ramo de plantações de semente de cebola, principal produto agrícola do município. Nunca antes da eleição de 2000 houvera participado de atividades políticas, pautava sua campanha em uma ideia moralista de impedir a *“turma do PDT”* de permanecer no poder.

Como candidato, Rubem fora um tanto hostil em suas declarações de campanha quando se referia aos assentados. Se naquele ano de 1996, o candidato Rubem procurava afirmar-se como o candidato que representava os interesses do município, principalmente os dos proprietários de terra, mas também os do grande número de moradores urbanos e rurais que se mostrava avesso à chegada *“dos sem-terra”*, não podia imaginar, todavia, que suas palavras hostis continuariam sendo lembradas doze anos depois e, certamente, não podia imaginar que ao invés de um assentamento — o 18 de Maio —, o município receberia nos próximos anos mais oito assentamentos, somando um total de quase 2.000 pessoas, um pouco menos da metade da população de Herval até aquela data.

Sendo assim, depois de 1996 tornou-se impossível para os candidatos à prefeitura e à vereança de Herval fazerem suas campanhas políticas sem buscarem pelos votos dos assentados. Isso significa uma guinada na construção das campanhas políticas, diria que não uma guinada no resultado, mas no meio do caminho, quando o assentamento torna-se parada obrigatória das visitas e comícios de candidatos de todas as frentes. Contudo, essa campanha de 2008 tem diversas semelhanças com a de 1996, pois os partidos que formam a coligação da direita mudam pouco: se antes o PMDB e o PFL estavam coligados ao PTB, que tinha a cabeça de chapa no nome de Rubem, em 2008, sai de cena o PFL (antiga sigla do Democratas — DEM) e entra o PP, que encabeça a chapa, o PTB fica em 2008 com o nome do vice e o PMDB está lá, porque acredita ser esta a candidatura vitoriosa e porque não está em outro lugar... O principal lema da campanha é o mesmo, ou seja, moralizar a administração local e retirá-la das mãos da *“turma do PDT”*.

Na interpretação de seu Coralino, eles não são em nada diferente do que até então a direita tem sido na cidade:

“conheço o Ildo só de agora, da eleição, mas eu sei que ele é o mesmo que o Rubem que tá com ele, vai ser o mesmo, a mesma coisa, vão ajudar os mais fortes e nós nem contamos para gente como eles. Só na hora de votar que se lembram que pobre

existe! Ele diz [o Rubem] que quem está é a mulher dele, mas o quê? Vamos ter fé dela ser outra coisa? Coisa nenhuma, tudo do mesmo saco, querem é ter a vez deles agora no poder, tão querendo é fazer governo para eles.”

Apesar de toda crítica de seu Coralino à direita, ou “*direitona hervalense*” como prefere chamar, seu apoio ao PDT ao invés de ao PT foi um passo para que ele próprio começasse a ser chamado de “*direitoso*” pelos militantes petistas. Todavia, precisa-se adentrar nos acontecimentos da eleição de 2008 em Herval para contextualizar e melhor compreender as posições que estão sendo defendidas por seu Coralino, pois, segundo Abélès (1989, p. 348): “*car le politique entretient un rapport étroit et complexe avec le territoire*”.

O candidato do PDT, Marco Aurélio Camarão, no início da campanha tinha plena convicção de que chegaria a um novo mandato, não apenas afirmava isso em discurso, como impedia outro nome no partido para a chapa majoritária, desconsiderando que desde o início do ano de 2008 enfrentava problemas com a justiça e um desgaste muito grande devido a acusações de desvio de dinheiro público e nepotismo. Seguros de si, uma gama de militantes pededistas, em sua maioria quase absoluta em cargos municipais, alimentava junto ao prefeito um discurso de Vitória garantida.

Conversando com alguns conhecidos, ligados ao prefeito Camarão, a principal aposta política da campanha do PDT era a de que Camarão emprega quem precisa, *ele pode até não ser santo, mas não deixa ninguém na mão*. A possibilidade do vereador Bebeto (PDT) ser candidato a prefeito chegou a ser cogitada nos meses anteriores ao lançamento da campanha política municipal, mas seu nome foi logo vetado pelas forças ligadas ao então prefeito Camarão, forças estas que substancialmente gravitam em torno de seu mais expressivo líder. Evitando a disputa interna aberta que representa uma prévia, Bebeto não levou adiante a indicação de seu nome por partidários e, no acordo de *cavalheiros*, recandidatou-se a vereador, recebendo a maior votação no cômputo final da Câmara Municipal.

A convicção de ganhar o pleito estava estreitamente vinculada à ideia de que as pessoas de Herval deviam algum tipo de agradecimento à pessoa do prefeito. Para a então primeira-dama Magda Nunes Gonçalves, a derrota e a impugnação da candidatura nada mais foram que atos de pessoas “*mal agradecidas, depois de tudo que fizemos por eles*.” Vale lembrar ainda que um grande número de famílias hervalenses tem algum de seus membros empregado na prefeitura e isso, na arquitetura da campanha do PDT, era um fato sólido para contar com o voto de todos os familiares desse funcionário, fundamentalmente daqueles dos

cargos comissionados. Para esses funcionários, mesmo exercendo funções técnicas, o apelo político do PDT é de impressionar: existem poucas chances de se permanecer no cargo caso não se manifeste publicamente apoio ao prefeito Camarão. Até aí isso parece ser uma prática comum, mas é preciso dizer ainda que os cabos eleitorais controlam a participação e manifestação pública de apoio desses funcionários comissionados, chegando mesmo a ir “visitar” aqueles que se ausentam com muita frequência de comícios, jantares e outros eventos que promovem a campanha do prefeito.

Nessa conjuntura, o PDT na cidade de Herval opera com certos mecanismos para coagir a participação política e pública de certos setores da população, especialmente por meio do controle da presença ou não aos comícios do partido. Não apenas o ocupante do cargo em comissão é observado, mas seus familiares também precisam “*fazer por onde o familiar ter aquele emprego*”, ou seja, se não quiserem ameaçar o emprego do familiar, os parentes próximos devem manifestar seu apoio incondicionalmente ao prefeito Camarão. O cerceamento da administração do PDT se estende para além daqueles portadores de cargos comissionados, os funcionários municipais são advertidos caso não participem de eventos promovidos pela administração municipal. Para exemplificar melhor, relembro aqui uma conversa com minha tia, funcionária de carreira da Secretaria de Assistência Social da prefeitura de Herval. Perguntei a ela se tinha participado de alguma Caravana Rural, pois no dia anterior eu havia passado por uma fileira de carros, ônibus e caminhões da prefeitura parados em uma estrada rural saindo para essas caravanas, dessa vez no distrito do Cerro Chato. Isso era em meados do mês de novembro de 2007 e essas caravanas eram incursões da administração municipal para atender demandas na zona rural e, especialmente, promover e anunciar desde então a campanha política. Respondeu-me:

“Sim, somos todos obrigados a ir para fazer volume [risos]! O Camarão vai com o livro ponto para a porta do ônibus gritando que irá marcar os que não estiverem indo para o Cerro Chato, sacode aquele livro ameaçando a gente, parece um coronel velho! Mas, o que nós vamos fazer lá? Fica virado numa farra dos fanáticos dele, porque não se faz nada, nós ficamos parados ‘para fazer movimento’.”

Essa percepção das caravanas rurais como um momento em que a prefeitura vai para as comunidades rurais, combinando diversão e lançamento da campanha do prefeito Camarão no interior, é uma percepção quase geral na população hervalense, ou como se fala “*todo mundo sabe que é politicagem*”.

O estreito controle sobre os funcionários, do ponto de vista político-eleitoral, criou em torno do prefeito situações ambíguas. Por um lado, ele tem seguidores *“até debaixo d’água”* — como me disse um funcionário concursado para trabalhar na limpeza pública, mas ocupando um cargo administrativo, por conta de ser *“de confiança do homem”*. Esse apoio incondicional ocorre principalmente entre os funcionários concursados que, ao apoiarem o PDT nas eleições municipais, são compensados com privilégios de ocuparem cargos acima da remuneração e da função para a qual prestaram o concurso e entre os muitos cargos comissionados que exercem funções diversas, algumas até bizarras como a de ser guarda municipal da cidade e cuidar de vacas e bois, que não andam passeando pelas ruas e praças da cidade..., ou ainda, menos engraçada e mais grave: ser caseiro da chácara do prefeito. Por outro lado, há setores da população que se indignam com as práticas e denúncias de corrupção que correm à solta, *“a olhos vistos, nem escondem mais”*, conforme me disse alguém que não tem emprego ou parentes próximos empregados na prefeitura. Nesse grupo de oposição à administração pedetista, estão os funcionários ligados a outros partidos ou que não aceitam participar da campanha do prefeito. Assim, para estes *“toda perseguição que se imagina ainda é pouca”*, conta-me uma conhecida que trabalha como contadora municipal e que se diz neutra, mas *“ninguém pode ser neutro para eles, não compreendem que tu não queres apoiar um lado ou outro, [...] para eles, se tu não é do lado deles é porque tu é do lado”*.

Entre essas denúncias que circulavam pela cidade, havia ainda as dívidas e questões que estavam sendo apuradas pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público Estadual e que acompanharam toda a campanha política do prefeito Camarão. Entretanto, foi somente às vésperas da eleição que sua candidatura foi finalmente impugnada pela Justiça Eleitoral, e devido à proximidade da data do pleito, não foi possível retirar os nomes da chapa do PDT da configuração da urna eletrônica. Para a surpresa de alguns, a cassação não impediu que o candidato recebesse um bom número de votos e principalmente revelasse o quanto de descrédito foi atribuído à decisão da justiça sobre o candidato e prefeito Camarão. Uma onda de boatos dizia que o prefeito acabaria desqualificando a decisão judicial e que os votos seriam computados e teriam por fim sua validade reconhecida. Contudo, é preciso que se diga que, no meio de todas as denúncias de corrupção, o que impugnou a candidatura do prefeito Camarão foi um ato até leve, afinal, ele foi condenado por realizar um desfile pelas principais ruas da cidade com kombis escolares novas, doadas pelo governo do estado, cometendo o erro de usar esses veículos para promoção eleitoral.

Voltando um pouco mais que um mês no tempo, em fins de agosto na antessala do local onde funciona a telefonia pública do Basílio, conversando com seu Coralino, este se mostrava confiante na eleição de seu candidato: *“o Camarão se safou, a gente sabe, o Ari me avisou que vai correr a campanha, que não tem como não. Mas, tu vê tchê, ele faz coisa... faz coisa que parece que não sabe que não se pode fazer.”*

Nesse momento seu Coralino está batalhando para fortalecer a campanha do PDT na vila Basílio e no assentamento 18 de Maio. Sua atenção é redobrada para as visitas que recebe eventualmente onde funciona “seu gabinete” — uma pequena sala, ao lado do posto telefônico e ao lado da casa das professoras da escola. Todas lado a lado, em sequência como um vagão, no estilo da arquitetura típica das antigas estações de trem. Seu Coralino confessa um projeto que está articulando junto aos coordenadores da campanha do Camarão na cidade:

“eu quero ver se pode fundar uma sedezinha aqui para o PDT, para o pessoal vir aqui, assim a gente reúne melhor o povo, fica mais sabendo dos apoiadores, pode se divertir. Fica tendo um lugar pra encontrar quem tá na mesma. E quem sabe o candidato né, o Camarão, quem sabe ele vem e já faz uma inauguração aqui pra nós. Ia ficar bem bom, melhorava a condição de fazer a campanha.”

No meio da conversa, observo que seu Coralino está um tanto queixoso, fala de se sentir por vezes deixado de lado, sente que há alguma rejeição relacionada à sua escolha de trabalhar na campanha do PDT, diz estar em posição delicada ao decidir aliar-se à prefeitura para “trazer melhorias” e nem sempre ser reconhecido por seu esforço. Depois dessa conversa, arrisquei perguntar:

*“— E os seus companheiros de assentamento, aqueles mais ligados ao PT, como o Marino, o Gordo, seu Coralino, como está sua relação com esse pessoal?
— O que eu vejo? Eu vejo que sempre o PT é que bate, e bate no que tá lá. Sempre acham que pode criticar o que se faz, aqui não fazem diferente, mas tem de tentar não só ser da oposição, tem que ver que às vezes é preciso ficar do lado que pode fazer alguma coisinha, por pouca que seja, mas ficar parado, só criticando aí que não vai se sair do lugar. Hoje a gente sente que não tá fácil, se bota daqui, mas tira dali, são poucos os recursos. Agora o PT sabe que não pode ser mais só oposição, o Lula sabe disso, ele faz uma política com um monte de gente, gente de interesse diferente até do dele, mas aqui ainda não sabe se acorda, se coliga pra chegar onde precisa. O governo Lula vai indo bem, eu penso, hoje a gente se assusta até de comer quatro anos depois a comida pelo mesmo preço no mercado.”*

E voltando-se para a política local, especialmente para a situação do PT, seu Coralino observa os transtornos enfrentados pelo partido ao optar fazer política sozinho, sem realizar coligações com partidos com maior representatividade local. No campo da vereança, até a eleição de 2004, o PT não havia eleito nenhum vereador, e a Câmara Municipal tem maioria de vereadores filiados ao PDT. A eleição de Cláudio na avaliação de seu Coralino não deixou de ser importante, no entanto, devido a esse isolamento que mantém o PT distanciado das principais decisões e acordos político, o mandato de Cláudio, o Maneta, como é conhecido, vem sendo muito prejudicado:

“O Cláudio não é uma pessoa que quisesse fazer a coisa errada, mas acontece que ele virou vereador de Herval” — comenta seu Coralino, — e acontece que não pode fazer nada do que tem de ser feito, tinha de ter no mínimo dois nomes lá [...] acho que tenta fazer o que pode, mas ele é só e sem governo do lado dele. Então é por isso que eu acho importante a coligação, ter uma Secretaria na mão para poder ir fazendo a tua política. O PT precisa assumir uma Secretaria, eu acho, mas não fazem acordos... desse modo não tem política que dê pra eles, aí não dá pra acompanhar essas radicalidades que não pensa na situação.

Para seu Coralino, naquele ano o candidato Cláudio encontrava-se em uma situação mais instável junto aos assentados de modo geral, pois o afastamento do local de moradia e do convívio mais próximo que um cargo público demanda acaba desagradando muitas pessoas. Entre outras questões em torno do nome do candidato Cláudio, o fato de buscar novas bases no centro urbano de Herval fez com que se escutasse no assentamento a seguinte explicação para a sua ausência durante o mandato: porque parece “*ter até se esquecido de que era assentado*”, o que significou para muitos receber menos atenção do vereador que faz um trabalho de “ajudar” dentro dos assentamentos. Além disso, por diversos momentos no início das colocações de candidaturas, as posições e, principalmente mudanças e instabilidades no apoio aos candidatos ao executivo, por parte do vereador e candidato Cláudio deixaram sua própria candidatura sem lugar certo. De acordo com o que veremos a seguir, para alguns assentados, essa instabilidade na tomada de *lado* pelo vereador Cláudio permaneceu até os últimos dias, próximo às vésperas da eleição e a cassação do mandato do Camarão.

Bem, durante o ano de 2007 e parte de 2008 pude assistir a algumas das reuniões semanais da Câmara de Vereadores ou então frequentemente ouvi-las pela rádio local que transmitia todas às quintas-feiras, às 19 h, os discursos proferidos. Assim, lembrando as observações de seu Coralino sobre a composição da Câmara de Vereadores e tomando os próprios discursos como elemento de análise, percebe-se o conjunto complexo de relações no

qual o vereador Cláudio encontrava-se inserido, dentro de um contexto de inúmeras disputas, poucos aliados e de rara clareza nos atos e falas.

Desse modo e sem qualquer sutileza, fazer qualquer projeto político em anos eleitorais ou até um pouco antes (se é que para políticos profissionais tem ano que não seja eleitoral) significava nessa conjuntura compor acordos com vereadores pedetistas. Evidentemente que existe uma esfera de legitimidade em torno das decisões e proposições desses vereadores, que se sustenta pela credibilidade que diversos segmentos sociais lhes conferem. Seja pela eficácia simbólica de práticas e discursos, seja pela construção prática de estratégias políticas, ou por ambas, o processo de legitimação desses políticos, pensando no sentido weberiano, conduz ao reconhecimento e a produção de crenças que atuam para a aceitação de suas ações no campo da política (ABÉLÈS, 1989).

Considerando que de certa forma há uma legitimidade constituída e reconhecida pela população dos vereadores do PDT, a aproximação com o PDT, portanto, de algum modo acaba facilitando para quem está chegando na política, como Cláudio, adentrar nesse campo já instituído. Do contrário, precisaria não apenas construir para si um espaço de reconhecimento e legitimidade, como também, ao ser oposição, buscar minar esse campo nos adversários.

As estratégias políticas do PDT são bastante perspicazes e operam na experiência adquirida na política local, afinal, depois da abertura nos anos 80 elegeram-se quatro vezes e mantiveram maioria na Câmara Municipal. Dentro dessas estratégias, podemos retomar as conjunções de forças que levaram à escolha de seu Coralino para ser subprefeito da maior vila rural do município. Essa decisão é intrinsecamente atravessada pelas relações que se travaram entre o vereador e candidato Cláudio e o prefeito Camarão. Desse modo, a campanha política para o então prefeito Camarão se fez intensamente no assentamento 18 de Maio através de figuras como seu Coralino e Ari que lhe representavam.

Ao fim, o desgaste do nome de Roque por conta de mal-entendidos com o MST e a presença sutil, porém, poderosa da candidatura da frente de direita, que acabou se saindo vitoriosa, revela, acima de tudo, a necessidade de que as observações de campo penetrem nesse jogo, às vezes obscuro, do poder em suas pequenas esferas e linhas de transmissão (DELEUZE, 1988). Ou ainda, como chama atenção Marc Abélès, “L’ethnologue s’intéresse avant tout à la circulation du pouvoir dans nos sociétés, aux conditions dans lesquelles

s'obtient et e se transmet la légimité des hommes auxquels les citoyens confient le soin de les représenter.” (ABÉLÈS, 1989, p. 13)

No capítulo seguinte, continuo as descrições dos enredos das candidaturas para vereador e para prefeito. Adentraremos um pouco mais nesse imiscuir-se da política com o andamento dos dias no assentamento (dias pouco tranquilos, ao contrário do que sugere Abélès), nas coisas da vida com os jogos propriamente políticos, em que inusitados acordos são descritos, e desfechos surpreendentes acontecem onde não esperávamos mais que o óbvio.

CAPÍTULO III

A VOLTA AO DIA EM OITENTA MUNDOS: CANDIDATOS E ELEITORES, DISPUTAS, APOIOS E ESTRATÉGIAS EMBARAÇOSAS

Em agosto as manhãs no sul se escondem atrás de uma névoa mais conhecida por cerração ou, dependendo da intensidade, por “baita cerração”. Nesta manhã, a cerração estava particularmente muito densa, escondia o sol e dificultava a visão, de modo que só pude perceber que a grande casa, sede do assentamento Tamoios, estava escondida na cerração quando já estava praticamente na porteira e ouvi os ruídos provenientes da casa. Enquanto caminhava pelo branco úmido do nevoeiro, por motivos não muito claros, lembrei do livro do Cortázar: *A volta ao dia em oitenta mundos* e particularmente de uma passagem. Logo que pude voltei ao livro:

“A realidade é flexível e porosa, e a repartição escolástica entre física e metafísica perde todo o sentido quando nos negamos a aceitar o imóvel, quando damos um passo mais para frente e se possível de ladinho. Não estou falando de filosofia, me refiro ao pão com manteiga desta manhã ou ao encontro que temos [...]”

Encontrando com Marília e d. Vera para o mate, de certo modo, me surpreendi com algumas das observações feitas sobre a campanha eleitoral do PT. Evidentemente que a minha surpresa não era de todo, porque antes tinha escutado não apenas os discursos do vereador Cláudio, mas muitas conversas entre amigos ligados à campanha do Roque, da qual apenas formalmente o candidato Cláudio fazia parte. Ao se tratar dos meandros da política o interessante é isto: formalmente sim, e na prática, às vezes, também Cláudio apoiava Roque, mas eventualmente e em determinados lugares, outros acordos eram possíveis e provavelmente mais vantajosos. Outros dois candidatos — Gordo e Alziro — também são assentados ligados ao MST. Gordo é ligado à candidatura de Roque; Alziro, tal como Cláudio, às vezes. Falaremos sobre eles a seguir.

Reproduzo abaixo algumas das anotações que fiz de uma parte dessa conversa que tivemos na casa do assentamento Tamoios e as observações feitas por Marília e d. Vera sobre o candidato, vereador e assentado Cláudio. Na eleição de 2008, Cláudio conseguiu reeleger-se

para vereador apesar de concorrer com outros quatro candidatos ligados ao MST. Resultado que revela a dispersão de seus votos, pois em quase todas as urnas, o candidato conseguiu votos, poucos votos, decerto, mas todos imprescindíveis para sua eleição. Isso me remete ao que Goldman (2001, p. 84) escreveu inspirado em Deleuze e Guattari (1972): “o político bem-sucedido é aquele que é capaz de ‘sobrecodificar’ de alguma forma essa dispersão, e obter a quantidade de votos suficiente para elegê-lo.”

Segundo Marília,

“— O que aconteceu, na verdade, de inusitado nessa história toda é que o Cláudio no final não fez campanha para o Camarão que era para quem ele tinha trabalhado antes, ele fez campanha para o Ildo no final.

— Ué, mas ele fez campanha para o Ildo? Nem Roque nem Camarão? — pergunto. Cautelosa, d. Vera responde: — Na nossa avaliação né, Marília, não é nada oficial, mas fez, ele fez campanha pra o Ildo nos dois últimos meses da eleição. Mas a gente observa, observa o resultado. Nós discutimos os dois últimos meses e ficava claro o trabalho dele pra o Ildo.

Eu gostaria de fato, de entender, como que Cláudio articula sua campanha política, sobre que bases, considerando que nesta última eleição sua votação foi bastante dispersa entre a zona rural e urbana. Afinal, querendo ou não ele tem capital político nos assentamentos, pois foi o primeiro assentado eleito em Herval, já que o Sabela não conseguiu ser eleito em 2000, ele ficou na suplência de alguém. Porque queiramos nós ou não ele é um fato na história dos assentamentos aqui...

Marília: — Sim, é. Mas o sistema dele é muito semelhante aos dos poderosos daqui de Herval, pega as pessoas pelo que elas não têm e depois cobra. Claro que nem todos caem nesse papo dele, de ajudar e cobrar.”

O fato de os principais cargos de dirigentes regionais do MST em Herval na época estarem durante muito tempo nas mãos do vereador Cláudio ou com nomes que são por ele indicados promove entre os assentados muitas conversações e gera versões bem diferentes tanto sobre esses dirigentes como sobre a própria figura do vereador. Para entender melhor é preciso descrever a forma como têm sido realizadas as eleições para escolha dos dirigentes do MST, que representam a regional sediada no assentamento Terra do Sol, município de Herval, mas que engloba também assentamentos dos municípios vizinhos de Arroio Grande e Pedro Osório.

Para chegar até o assentamento 18 de Maio pela estrada principal que liga Herval ao Basílio, mais ou menos na metade do caminho, encontra-se a sede do Terra do Sol, um prédio que fora imponente, era a casa que pertencia à antiga fazenda que deu origem ao assentamento. Durante o ano de 2004, quando cruzava com muita frequência nessa estrada com esse prédio, notava que, principalmente, um imenso galpão que fica muito perto da estrada encontrava-se em estado de abandono: o telhado havia afundado e não tinha mais

portões. Nos últimos anos, depois que foi escolhido como sede da regional do MST, o prédio da sede do assentamento Terra do Sol passou por algumas reformas para permitir a realização de encontros e reuniões em seu interior. Porém, na realidade, muito pouco foi usado e encontra-se novamente praticamente abandonado. Para alguns assentados, esse fato exemplifica a ausência de eventos do MST na região, pois nem mesmo assembleias são ali realizadas, ficando concentradas no prédio da Creenor no centro da cidade de Herval, frequentado por um grupo muito restrito. Esse grupo que, na percepção de muitos, é ligado ao Cláudio e “domina o MST” não abre muito espaço para a participação mais ampla dos assentados nas decisões. A eleição para a direção do MST na regional, que não mais é discutida nos assentamentos como antes, é considerada um exemplo disso.

Conforme a descrição que Marília fez-me da eleição para a regional, nos dois últimos pleitos, o modelo de escolha que normalmente é seguido pelas instâncias regionais e estaduais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra fora sempre descumprida na regional de Herval. O modelo de eleição interna que vem sendo realizado em Herval descumpre vários dos requisitos que o próprio Movimento considera fundamentais para a participação democrática dos assentados nas decisões tomadas pelo MST. Muitos poucos assentados no 18 de Maio lembram de participar da votação de seu representante, ficando quase sempre a cargo do grupo restrito de lideranças ou de alguns poucos assentados mais participativos nessas questões indicar o nome de alguém. No 18 de Maio, o nome que atualmente pertence à Regional do MST é o de Gomercindo, irmão de Regina (que é a dirigente estadual), no entanto, muitos assentamentos sequer apresentaram nomes para serem seus representantes nas últimas prévias.

Do ponto de vista de boa parte dos assentados, as possibilidades de participação política nas instâncias internas do MST estão bastante ofuscadas devido ao fechamento das coordenações em um circuito de poucos nomes. Melhor explicando, nos últimos pleitos internos, a Regional do MST tem recorrido a uma prática que acabou substituindo as escolhas de representantes em cada assentamento e também desobrigando a eleição de uma chapa a partir do voto desses representantes: ocorre que os assentamentos são apresentados aos nomes para formar a direção regional, de modo a isentar a participação de representantes locais na eleição, o que torna restrita até mesmo a participação dos poucos aliados desse mesmo grupo que tem sido reeleito. Assim, é comum em vésperas da escolha interna dos dirigentes regionais que esse grupo de dirigentes e lideranças que atualmente preside a Regional [do

MST] circule de carro pelos assentamentos que compõem a regional levando e apresentando os possíveis nomes para compor os “*novos*” quadros do MST.

A exposição de seu Coralino, apresentada no capítulo anterior, sobre a situação de fragilidade do vereador Cláudio frente a um número muito superior de vereadores que são dos partidos da posição é apenas uma entre outras interpretações feitas no assentamento sobre o mandato do único petista na Câmara Municipal de Herval. Para Regina, o que impede o exercício da vereança em favor dos assentados é muito mais uma mudança de postura do vereador, pois a cada dia estaria mais afastado e desatento com as demandas da zona rural e preocupado em conquistar um novo eleitorado na cidade. Mesmo como “aliada” na Regional do MST ao grupo de Cláudio, Regina não deixa de ser bastante crítica com o distanciamento dos assentamentos que marcou o mandato do vereador eleito pelo voto dos assentados. No seu ponto de vista, não há qualquer aspecto de fragilidade na posição do vereador Cláudio, pelo contrário, suas alianças são antes de tudo estratégias para se manter como “*senhor dos assentados*”. Assim, podemos dizer que é “aliada” entre aspas, porque Regina compõe com o grupo de Cláudio a Coordenação Regional do MST, mas suas divergências com o vereador são inúmeras.

No ano de 2004, a família de Regina — sua mãe d. Lúcia e seu irmão Gomercindo e a esposa — apoiou e fez campanha para Cláudio no assentamento 18 de Maio. Neste ano eleitoral de 2008, uma das vezes em que almocei na casa de Regina, o candidato a vereador Alziro (PT) estava articulando com ela a sua campanha para vereador como assentado e como um dos candidatos que buscava representar o assentamento, marcando o descontentamento dos assentados do 18 de Maio com o mandato do vereador Cláudio.

Era meados de julho e as candidaturas ainda não tinham entrado em disputas mais intensas no interior do assentamento. Nessa época, pude encontrar diversas vezes com Alziro na casa de Regina e participar de algumas de suas conversas. De antemão, parecia que Alziro estava empolgado com a candidatura para prefeito de Roque pelo PT e com os apoios que

estava recebendo no assentamento, como o de seu Coralino que, mesmo apoiando a candidatura ao executivo da chapa do PDT, empenhou-se na campanha de Alziro para vereador, sem deixar de revelar sua simpatia e dividir os votos da família, se possível, com Gordo e também com Cláudio.

É preciso lembrar que a candidatura de Alziro chocava interesses políticos no interior do assentamento 18 de Maio, especialmente para aqueles assentados que se envolveram em lançar a candidatura de Gordo, para os quais o nome de Alziro tinha apenas o objetivo de “roubar” os votos do Gordo. Na perspectiva de Alziro e de Regina, trata-se do contrário, eles compreendem que há melhores chances de dois candidatos serem eleitos pelo PT se for maior a votação na legenda e se houver o trabalho de angariar votos para o PT no assentamento. Para tanto, defendem que seria preciso ampliar o número de candidatos, pois se existe um espaço para o crescimento político desses petistas é preciso ocupá-lo com nomes de pretendentes a vereança. Obviamente que a disputa interna ao assentamento está presente nesse jogo eleitoral, tomada como algo positivo e até saudável para a pluralidade e a democracia. Por enquanto, os conflitos de grupos divergentes não transpassam as fronteiras do assentamento e do MST, mas são visíveis as forças de desintegração que permeiam toda e qualquer tentativa de unidade tanto do assentamento quanto do MST na regional de Herval. A ausência de uma organicidade do MST chega a tal ponto na região que para alguns assentados, como disse d. Vera, faz-se de conta que ninguém sabe que o Movimento está passando por uma grande desorganização interna aqui no sul.

No dia 3 de agosto, passado quase um mês desde nosso último encontro, reencontrei Alziro e então pudemos conversar calmamente. Encontrava-se outra vez na casa de Regina, onde tinha comparecido para resolver assuntos relacionados à estadual do MST e fundamentalmente para tratar do andamento de sua campanha política. Enquanto Regina preparava o almoço e tomávamos mate, Alziro foi contando como se sentia sendo candidato à vereança: mesmo sendo sua primeira vez, considerava-se alguém preparado para tal disputa por ser conhecido em todos os assentamentos e com isso portar certo capital político. Conta o que vinha pensando do processo eleitoral:

“Minha campanha está bem, tá bem. Porque o candidato não diz que está mal [risos], mas de verdade, se tivesse mal eu me ‘arretirava’. A gente vem fazendo um trabalho praticamente individual, porque aqui se fica meio isolado. [...] Com relação ao Roque, a gente não conseguiu se encontrar, acertar as agendas. Agora eu penso que a campanha do Roque não tem como ter nenhuma previsão muito grande! [...] Aqui no assentamento temos dois candidatos, a gente pensa nisso de

disputa, é disputa? Disputa, mas na minha avaliação o MST ganha com isso, o que estamos fazendo é um trabalho para entrar um de nós daqui, e quem ganha é a comunidade. [...] Eu estou indo nas casas e pego o pessoal que está com tempo para ajudar nessa caminhada. Aí é assim, em grupo que vamos nos outros assentamentos. O pessoal dos outros assentamentos tem aceitado bem o material de campanha, é sempre bem recebido, vejo que tem um aceite desse pessoal do que a gente vem propondo, nem tanto aqui mesmo na comunidade, mas vejo que aí fora, nas comunidade vizinha nos assentamentos até os bem mais longe há um interesse pelo nosso nome. Então, está boa a campanha, apesar de ter uns enredo que sempre tem, por que é isso, na política tem os que são contra e aqueles que estão do lado da gente, tem que ser mesmo por aí, se não nem era para se dizer que está fazendo política, as brigas fazem parte da luta, da consciência que tem que se criar entre as pessoas que estão por escolher aqueles que são os que vão servir eles, não é ? [...] Eu, para mim, está boa mesmo a campanha, até porque eu tenho conhecimento grande a nível de Movimento (MST) das andanças, da luta política. E porque na regional eu conheci todos os assentados da região, tu vê que eu conheço desde que era da regional tudo que é assentado por aqui, isso me deu uma entrada medonha, eu posso ir nas casas que eu sei com quem estou falando, porque eu já fui antes lá, já fui outra vez que não era para pedir voto, sabe o pessoal daquela casa daquele lote que eu sou do MST, que era quem era da Regional, não é um assim... [...] um que seja estranho, da cidade que está chegando ali e pedindo o seu voto, mas eu sou alguém que fez um trabalho de luta pelo povo do MST. Pode até ser que esse povo mesmo escolha outro que não tenha nada a ver com a luta de reforma agrária e isso acontece muito aqui, mas ele sabe que eu sou um cara que participo da luta, se não quiser votar em mim é escolha de cada, mas tenho certeza que tudo que assentado sabe que o meu nome é o nome de quem está bem dentro da luta. Lá no assentamento Querência I tem a d. Luciene, e fazem campanha para mim, mas eu sei que são quatro os candidatos dos assentamentos, isso divide um pouco, sem dúvida. Mas tem que observar, tu vê, por exemplo, 150 votos se elege e com 570 elege um sem legenda; aí que com 850 elege dois, por exemplo, elegemos o Cláudio com 577 voto, então, do prefeito não conta na legenda, mas eu acredito que temos chance de pôr dois lá. No ano passado [eleição passada] eram seis candidatos, esse ano vamos concorrer com onze no PT e com mais força. Tu vê que entra candidato aí com 156 voto, somando tudo. Essa indicativa que estamos apostando, e até que dê para entrar dois nosso e até mais [...]. Acredito sim que a campanha corre no melhor jeito. Eu hoje de noite ligo para o Roque para gente ver se vai ter coisa, alguma função de campanha, ainda não tem nada programado que pelo menos tenham me avisado, mas às vezes fica meio difícil para eles lá avisarem a todos os candidatos, e aqui é uma luta com os telefones, nem sempre pega, foge a ligação e eu fico sem saber muita coisa, mas muita coisa sempre se faz, as funções mais importantes a gente se combina antes e eu vou. Quando tem comício mesmo, sempre que teve, eu estava lá.”

Quando Regina entra na conversa, Alziro propõe que ela fale como dirigente estadual da importância das candidaturas a vereador das lideranças do MST.³⁸ Argumento que essa estratégia encontra interpretações diversas no assentamento, inclusive a própria Regina não concorda integralmente com Alziro. Apesar de apoiar a candidatura deste, Regina contrargumenta sobre a questão de lideranças entrarem na política institucional e distanciarem-se da militância do MST, afastando-se de sua principal base de apoio político que são os agricultores assentados e sem-terra. Ao mesmo tempo, ela reconhece que são apenas os nomes conhecidos entre os assentados, tais como os de lideranças, que podem ter chances reais de

³⁸ Regina permaneceu no cargo de dirigente estadual do MST até a primeira quinzena de junho de 2009, quando renunciou. Seu companheiro na direção estadual Gélvio Silva permanece e busca uma substituta para Regina.

ganhar um pleito para vereador e eleger um representante para câmara que seja envolvido com demandas da comunidade assentada. Alziro bastante convicto da importância política das candidaturas de assentados e das possibilidades desses candidatos elegerem-se comenta sobre a disputa interna ao 18 de Maio, no caso, o fato de haver dois candidatos locais dividindo os votos:

“Nós temos o outro candidato, o Gordo. Ele ficou de suplente [na eleição de 2004] e a gente é capaz de mostrar que pode chegar lá. Podemos chegar, eu ou o Gordo. Para o MST é importante — minha prioridade é o MST e as comunidades assentadas, é aí que a gente prioriza o trabalho. Eu tenho trabalhado quase específico com o assentamento. O pessoal aqui não me pede muito porque sabe da situação, da minha situação financeira e da própria situação de ser da coordenação do MST. O pessoal pede ajuda, mas na minha avaliação pede a nível de comunidade e os que estão ‘engranjado’ pede o material de campanha, o plano de governo, é pede isso [...] o Roque pela situação econômica não pode se expor muito. Eu particularmente não posso achar que o Roque não é aceito, mas ele tem alguma restrição sim... Tu vê que, como o pessoal pede, o Roque não tem muita disponibilidade e isso pode ser um empecilho.”

Alguns candidatos petistas, segundo Alziro, procuram construir sua campanha destituindo o espaço de candidatos tradicionais da localidade. Como explica: *“os outros focam o Batista, por exemplo, as aposentadorias que ele faz todo mundo sabe que a primeira fica para ele, mas agora tem mais outros aqui que podem fazer muito melhor que ele.”*

Em outro encontro com Alziro, desta vez na casa de seu Coralino, o candidato articulava a obtenção de votos dentro do 18 de Maio no contexto de disputa que se armou devido à presença de diversos candidatos no assentamento. Alziro não permaneceu, ao longo das conversas que tivemos, com a mesma perspectiva de companheirismo entre candidatos representantes do MST, pelo contrário, passado menos que um mês, sua visão da disputa entre “colegas de MST” é bem outra. Desabafa: *“não existe candidato companheiro. A verdade sai é no dia 5.”*

Os candidatos petistas que estão mais ligados na qualidade de militantes ao MST são os mais reticentes com a candidatura de Roque para prefeito. Alziro explica:

“Eu acho que o Roque faz o diferencial — eu não esperava ser candidato, mas na última hora saí [candidato], mas o Roque é um avanço, mas é um atraso. Porque pode ser bom ele ser candidato para o PT, mas como o nosso povo não gosta dele, ele não se elege, aí é um atraso de novo...”

Com exceção de d. Vera, Alziro, como todos os demais do grupo de candidatos petistas e assentados a vereador, fez uma campanha para prefeito de um modo tanto ambíguo,

ora subindo no palanque do Roque e discursando junto com ele, ora fazendo visitas de campanha, defendendo o nome do Camarão . Na casa de seu Coralino, Alziro tratou de manifestar sua simpatia pelo candidato do PDT, Camarão, e nos demais lugares públicos onde o encontrei mostrava-se vinculado à candidatura do PT. Essa não é uma postura diferente da de outros assentados no 18 de Maio, nem do próprio vereador do PT Cláudio, que busca a reeleição. Cláudio sobe no palanque com Roque, mas não esconde que faz campanha para o prefeito Camarão.

Encontrei no bar do Basílio, em agosto, alguns dias depois da última conversa que tive com Alziro, os irmãos Mauri e Jauri — *os mano*, como são chamados por todos no assentamento. *Os mano* estavam bebendo dentro do bar quando chegamos — estavam comigo nessa tarde a pesquisadora francesa Manuela Deliveguier e o candidato a vereador pelo PT Antonio Carlos Velleda, o Toninho. Pedimos uma cerveja e sentamos do lado de fora do bar para conversar. Alguns minutos depois, simpático, vestindo um boné do MST e com um pequeno copo de cachaça na mão, Jauri aproximou-se de nós e logo foi indagando a Toninho *como ia a campanha política?*

Toninho foi assessor da bancada petista na Câmara de Vereadores de Herval, militante do PT já há alguns anos, foi cogitado para sair na chapa majoritária, e abriu mão dessa indicação para se lançar candidato a vereador. Nesse dia, está na região do Basílio acompanhando a pesquisadora Manuela e fazendo campanha política. Respondendo a pergunta de Jauri, diz que está trabalhando bastante nas empreitadas da eleição e devolve outra pergunta para Jauri: *como anda a política ali no Basílio?* Ao que Jauri responde de pronto que gosta muito dessa época por causa das agitações que ocorrem — as festas, os comícios, a visita dos políticos, — e conta que sua casa é procurada para a realização de festas.

Pergunto para Jauri se ele já sabe em quem vai votar nesta eleição, ele responde com convicção e sem meios termos:

“eu só voto no PDT que é o meu partido desde sempre, bah! Mas, agora passada essas eleição quero ver se saio, vou-me embora daqui [de Herval], mas antes voto para o Camarão, sempre que precisamos, ele nos ajudou; o Roque, esse eu já disse para ele que ele não ganha o meu voto, não fui nunca com a cara dele! Desde quando era o veterinário nosso, do MST não podia atender a gente. Eu digo na cara dele que nele não voto.”

Nesse momento o *outro mano*, Mauri, vem juntar-se a nós, e tendo escutado o mote da conversa diz: *“votar no Roque é perder, eu para ele não dou meu voto. Ele passa e chega na porteira [do lote] e não é capaz de descer.”*

Pergunto para Mauri se, tal como o irmão, ele é do PDT. Responde: *“comecei a ler o livrinho do Brizola e fiquei para sempre aí; eu era PMDB depois que troquei para o PDT, fico lá para sempre. Eu não voto no Roque porque ele não chega em casa de pobre, como o tal de Ildo também que passa de camionete espia e não chega!”*

— E para vereador? — Toninho arrisca perguntar.

— *“Para vereador, bueno, aí muda a coisa, porque do PDT sempre foram meu avô, meu pai e agora eu sou, sempre, sempre, mas para vereador vou te dar o meu voto.”*

Agora é Jauri quem retoma a conversa para contar uma história:

“— Quando cheguei no comitê do Gordo e perguntei: ‘de quem é esse conhaque?’ O Cláudio que é bem parceiro me disse: ‘do primeiro que pegar’, e eu peguei [risos]! O Cláudio mete churrasco, fez um na minha casa, de 19 caixas de cerveja que tinha tomamos foi é 20 [risos]. Fizemos é muita festa com o Cláudio, bah! Mas, e tu tchê, és candidato? [a pergunta é para o Toninho]
— *Sim, também sou* — responde Toninho.
— *E, é pelo PT?*
— *É pelo PT* — responde Toninho.
— *Mas tchê, mas me dá teu número que em ti eu voto. No Roque não voto e não voto mesmo! Sou PDT acho que desde que nasci! Do PDT sei de quase tudo, é de família. O meu pai, finado já, que Deus o tenha, mas era doente do PDT! Mas tive um avô que era PDS, esse que nem existe mais!”*
— *A sigla agora é outra* — afirma Toninho.
— *Não, esse não existe mais esse PDS* — responde Jauri.
— *Como assim?* — pergunta Deliveguier.
— *Tem outro nome apenas* — argumenta Toninho — *mas as ideias continuam aí, o Ildo é quem representa aqui essa ideia.*
— *Ah tá, bah* — surpreende-se Jauri! — *Eu era na minha primeira eleição PMDB, agora sou sempre PDT, mas para ti vou dar meu voto, para o Roque não, que não ajudou quando chamava, ele era veterinário do MST, mas não tinha jeito, não nos ajudava! Eu até se for do agrado voto no PT, mas no Roque que é contra o nosso MST não voto, em outro voto, mas sou sempre primeiro PDT.”*

Ficamos mais um pouco conversando sobre as eleições e também sobre a vida deles em Herval. As falas tanto de Jauri quanto de Mauri são bastante marcadas pelo desapontamento de terem recebido seus lotes em Herval e pelo desejo de estarem em outro lugar onde sabiam conduzir suas plantações sem auxílio técnico e que não fosse tão frio. Os *mano* são vizinhos de seu Coralino, com quem costumam discutir seus negócios e pedir ajuda para a gerência do lote, ficando este último praticamente como encarregado dos pedidos de

financiamentos e recursos de Jauri e Mauri. Quando conversamos tempos depois, estavam se preparando para tentar retornar à cidade onde nasceram na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Segundo os planos dos irmãos, suas partidas dependem de conseguirem articular a compra de terras em Santa Cruz com a venda do lote em Herval. A decepção com o lugar onde receberam a terra parece marcar esses dois assentados que perambulam quase sempre embriagados pelo 18 de Maio, destituídos de perspectivas de ficar no lote de reforma agrária devido ao que chamam de “*diferenças com o nosso lugar*.” Ficam bastante tempo na vila Basílio e no bar. Quando vai se aproximando o fim do dia e a hora do micro-ônibus escolar partir, eles correm em direção à escola para conseguir uma carona. Nesta tarde de agosto, saem gritando para o Toninho: “*tchê, em ti votamos!*”

O mesmo livro de Cortázar a que me referi antes apresenta como subtítulo “Para uma antropologia de bolso — vê mole tudo o que vê”. O autor relata a história de um amigo que resolveu deixar de ser duro e passou a relativizar a vida. Conta que certo dia o amigo lhe disse: “*tchê, assim não dá, então certa manhã começou a só ver, cuidadosamente a nada mais que ver, e claro que desde então passou a ver mole tudo o que via, a amolecer as coisas só de vê-las, e estava contente porque não gostava de jeito nenhum das coisas duras.*”

###

Marino e Júlia: o trabalho, a vida e o zelo

Vozes do frio e frias, atraídas pelos acordeões rogados pelo minuano. Para o fim da pequena rua, para o limite, para a zona neutra dos paisanos acordados nos bordoneios. Uma pequena labareda ferventa um caldo num panelão bojudo e o cheiro de tasca é de milonga e carne. Aqui dentro é região áspera e desamparada, estreita, acantonada. De códigos sem verbos. Mas a fala e o século se assemelham e o clima determina o diálogo, e é dito que o sul – tá de renguear Gomercindo.

(Luiz Sérgio Metz – *Assim na terra*)

Uma das famílias mais conhecidas no assentamento 18 de Maio é a de Marino e Júlia. Diferentemente *dos mano*, esse casal procura efetivar seu sustento através da agricultura familiar e tem planos de longo prazo para a produção do lote. São ligados aos projetos da Associação São Roque, tais como a agroindústria, a casa do mel, o artesanato, e são ainda participativos nas decisões e reuniões do MST na região. Além disso, estão inseridos em projetos com a Cooperativa de Produtores Ecológicos de Pelotas, conhecida como Teia, para a qual fornecem alimentos — beterrabas principalmente, sem agrotóxico. Ao longo desse tempo que permaneci indo ao assentamento [de 2004 a 2008], sempre encontrei com Marino e Júlia, assim como foram comuns alguns encontros na sede do município de Herval.

A família é ligada ao PT e tem participado ativamente das campanhas petistas tanto no âmbito das eleições presidenciais e estaduais, quanto das municipais. Marino e Júlia participam junto à direção do partido da escolha de candidatos e das demais decisões. Neste ano eleitoral de 2008, apoiaram a candidatura de Roque a despeito de toda crítica ao nome do veterinário que os companheiros de MST promovem. Também ligados ao MST, a militância de Marino e Júlia se conforma de outro modo e em oposição ao grupo hoje dominante no Movimento. Ligados ao CAPA e a todas as possibilidades de desenvolvimento do 18 de Maio, não deixam de indignarem-se com a tentativa de imposição por parte do MST de colocar sua equipe técnica no lugar do CAPA. Percebem a COPTEC como um mecanismo do MST que tem como primeira preocupação a arrecadação de dinheiro e depois a de assistência técnica. Aliado à militância política, o casal é muito ligado ao trabalho na terra e à educação dos dois filhos. A menina, mais velha, já cursa o ensino médio fora de Herval, enquanto o jovem menino, ex-aluno de minha irmã, é muito dedicado à escola e acompanhado de perto por seus pais, sempre presentes às reuniões e eleições escolares.

A casa arborizada situada em um canto do assentamento, distante da sede e da vila Basílio, estava passando por um amplo processo de reformas em julho e agosto de 2008. Ao chegar, percebe-se que o terreno da frente está todo plantado de beterrabas e salienta-se ainda um novo prolongamento no avarandado da casa onde Marino está tomando mate. Logo que começamos a conversar me diz que “aqui temo de pulso”, ou seja, na luta, na batalha diária para se manterem e produzirem no lote. Quando pergunto como vão a vida e o assentamento, procuro reiniciar uma conversa interrompida no verão.

Marino responde que

“— Tá bom, a relação do assentamento com o poder público federal melhorou muito porque o INCRA depositou um valor das casas para o federal e voltamos a acessar crédito depois de quatro anos. Eu ainda acho que todos esforços são pouco, a administração que fez mui pouco — essa do Camarão —, mas acho que esse ano pode mudar o que foi o que está sendo esse mandato que está aí não melhora nada. Essa terceira possibilidade está aí — o Roque né.

— Pois é Marino, mas o que será que vai acontecer nesta campanha? Tu te lembra que em 2004 o PT andou meio mal...

— Olha durante esse tempo que nós somos assentados não fizeram nada por nós... e se fazem é por obrigação. Anteriormente se fez alguma coisa porque tinha um convênio com a outra administração. O Rubem ainda tinha alguma preocupação porque nós tínhamos o que dar — só veio um maquinário e ajuda porque o governo mandou para os assentamentos, se não, não tinha nada!”

Para Marino, a percepção da vereança e do relançamento da candidatura do Cláudio para vereador tem aspectos positivos e outros nem tanto:

“— Tivemos um projeto bom que foi a entrada do Cláudio que projetou a escola técnica. Esse projeto, na verdade, o projeto desse vereador é do Gordo que entrou de suplente do Cláudio e ele assumiu esse projeto da escola técnica no tempo que ele esteve lá, mesmo pouco. Eu vejo que o Gordo tem chance real. É o que eu acho, o pessoal aqui dentro se for da vontade do pessoal aqui ele se elege. Tu vê que tem outro candidato [Alziro] aqui dentro, mas mais de 70% dos votos não tem esse outro. Do Cláudio, eu acho que esse projeto de escola ajuda, mas tem os outros, tem os vários que entram para buscar voto e o camarada tem que ver que não é por ser de um lado que todos tem de ser, se não, não se conviveria, até poderia se conviver em forma de alienação.”

Passados uns dias, Marino e eu conversamos sobre os acontecimentos mais recentes no assentamento. Trata de falar sobre a Associação São Roque e os diversos estranhamentos com as diretorias que frequentemente se dissolvem bem antes do fim do tempo para o qual foram eleitas. Para Marino, a Associação é hoje bem-vista pelo prefeito porque há um assessor do prefeito que é assentado no 18 de Maio e apoiador da Associação, mas, segundo observa, nesse momento seria melhor que tivessem se mantido independentes de filiação partidária, pois esse vínculo político-eleitoral não deveria ser uma característica da Associação cujo princípio é a organização e o apoio à comunidade assentada.

“— A nossa Associação pode estar bem-vista, eu agora não estou mais nela, o presidente é nada menos que escolhido assessor do prefeito, o Ari. Ele foi o presidente, nem sei se ainda é, mas lá é ele e o Coralino, subprefeito. Eu não vejo com bons olhos porque estamos em fim de mandato e depois não se elege o deles e fica mal para nós tudo. A diretoria da associação fica até dezembro, se ficar, [risos], bem poderá não afetar se trocar a diretoria conforme quem ganhe [a eleição]. Fico contra que o secretário e o subprefeito sejam de qualquer um partido, seja o nosso presidente, aí a Associação fica partidária mesmo que dessa forma pudesse trazer algum benefício. Das 76 famílias que hoje temos aqui, nem 10 acho, participam da Associação, não se mexem para nada. O transporte escolar está muito complicado, por exemplo, semana passada reuni os pais com a diretora e o conselho escolar, se chamou a Secretaria de Educação, aí vê bem, no mesmo dia veio as kombis — veio umas que parece que tem mais de dez anos, mas ele tinha que liberar. Esse prefeito não tem condições nenhuma!”

— É, temos eleição esse ano...

— *Em que pé tá a cassação do Camarão eu nem sei, porque por um lado seria bom dar uma mexida no Herval! Por outro lado, o Ildo é pior, é o candidato dos fazendeiros.*

— E no assentamento como anda a política?

— *Candidato tem até demais, mas o que importa para o assentamento, aqui para nós, o que se demanda é uma Secretaria da Agricultura que funcionasse, e... tinha que ser em todas as comunidades, precisava das patrulhas agrícolas que funcionassem nas comunidades, trazendo benefício e assistência às famílias. A Emater que temos como assistência não funciona e é um dos braços da prefeitura, agora para funcionar tem que colocar as patrulhas, fazer projeto para agricultura familiar. Porque para quem está estabelecido não precisa tanto como quem está iniciando. O que precisamos aqui: fortalecer esses grupos, mas para isso precisava da administração municipal. Outra coisa que eu vejo que precisa andar neste lugar que tem que fortalecer é a agricultura, é uma cidade rural, daí que tem que formar as crianças pra área rural. Por isso a importância do colégio agrícola, aí é que o município pode crescer, é nessa área, não vejo outra. [Pausa] Claro que não é só que se tem problema, a saúde hoje, vê que é a mesma de quatro anos atrás e não se faz nada por aqui. Me diz quanto custa levar pra Pelotas o paciente?*

— E como tem sido a relação do assentamento com o prefeito?

— *Na época que eu era presidente da Associação São Roque, o Camarão veio para a inauguração, era recém-eleito e tal! Já o Rubem nunca veio. O Camarão prometeu ajudar na merenda escolar, mas só conseguimos foi colocar ônibus. Eu acho que — vê bem, — a merenda podia ser toda daqui, o pão, bah, tudo podia ser feito aqui e suprir as necessidades, os legumes, as coisas daqui que podiam ser colocadas na merenda. Aí envolve políticas, por que, porque... a licitação é feita na Secretaria de Educação, que prometeram ver isso, mas não se concretizou nada. O suco, o pão, o mel, não foi nada para merenda. Se a secretaria da agricultura se tivesse disponibilizado recolher os legumes podia suprir as escolas.*

— E como foi essa escolha da COPTEC?

D. Júlia, esposa de Marino: — *Foi uma coisa que nem sei, era só quinze a favor do CAPA na assembléia e então a COPTEC ganhou, mas aí o que acontece, nós, eles fizeram um projeto, botaram no banco que não aceitou. Bah! No CAPA nós éramos direto no banco, aí nós fizemos o empréstimo porque nós já tínhamos pego nosso projeto com o CAPA, aí quando a COPTEC veio fazer para uns aqui o banco não aceitou, o pessoal ‘embrabeceu’, fizemos uma reunião, nós éramos 27 que agora queriam o CAPA de volta. Porque o CAPA, ele atende a gente, e só votou os cadastrados, queriam que o CAPA desse assistência os 27. Eu prefiro o CAPA, não para falar da COPTEC, os técnicos são boa pessoa, mas só faz o que o MST manda fazer, e eu, eu não vou dar 1.500, 500 real cada vez para o MST ou para a Creenor, entra sempre aí a porcentagem para o MST. Então o que aconteceu, o assentamento rachou!”*

D. Júlia vai falando calma e com orgulho das lavouras, que designa como “minha plantação” enquanto vai mostrando as plantas que tem no entorno da casa. Vamos andando um pouco para ver a horta e, ao retornar para a varanda da casa, em um dia particularmente bonito de agosto, d. Júlia revela sua aposta política na eleição de Gordo para vereador. Amigo pessoal de sua família e pertencente a um mesmo grupo de apoios e decisões dentro do assentamento, é a partir dele que d. Júlia acredita ser possível virem coisas melhores para os assentados. O grupo de Júlia e Marino é distinto do grupo de seu Coralino e Ari, assim como também do grupo de Gomercindo, Regina e Cláudio. Conta de seus gostos e desgostos na política, falando do modo como sente e percebe:

“O Gordo vai nos levar, vai nos melhorar, ele tem que se eleger! Porque o Cláudio foi o mesmo que nada, fica sempre só brigando aqui e lá dentro [da Câmara]. Os planos que a gente tem são os mesmos que foram discutidos para se lançar o nome do Gordo, ele sabe o que se precisa aqui, como é a vida nesse lugar daqui. Claro que tem muito jogo de força.”

Do seu ponto de vista, D. Júlia acha que há muita sujeira na política e que ninguém fica ileso ao se envolver, mas distingue entre as diferentes intenções dos candidatos e dos políticos. Faz uma análise muito refinada do perfil dos candidatos no assentamento e revela que os nomes que são oriundos dali do assentamento não têm perspectivas semelhantes com relação à eleição. No caso de seu candidato para vereador e para prefeito, Roque, acredita serem pessoas plenamente interessadas no conjunto da população hervalense, sem fazer distinção entre pobres e ricos, assentados e não assentados. Distinção que, segundo ela não é uma característica apenas *dos que são do Herval*, porque dentro do assentamento também é perceptível tratamentos desiguais entre os próprios assentados. Na sua interpretação das conjunções da política, d. Júlia entende que as outras candidaturas de assentados são em boa medida arquitetadas para dispersar os votos de novas lideranças que “honestamente” procuram construir seu espaço e acabam batendo de frente com o vereador que se acha dono dos votos dos assentados, o Cláudio. Nesse sentido, percebe a política como um espaço onde não existe amigo, e se há disputa é preciso entrar com todas as energias e estratégias possíveis.

Em diversos dos encontros que tivemos ao longo do tempo em que nos conhecemos, ou seja, desde 2004 até esses dias do inverno de 2008, um dos pontos sobre os quais as conversas com Marino e Júlia sempre recaíam era o lugar da moradia, o espaço do assentamento e a cidade. Como já foi dito, as relações com o passado ainda estão muito presentes, especialmente as que marcaram a chegada do assentamento no município. Como ir fazendo de um lugar desconhecido, distante e, de certo modo, bastante inóspito, o lugar para viver? Essa é uma questão que persiste no tempo e, a despeito do modo fechado e pouco receptivo que marca o contato com a população nativa de Herval, as estratégias de sociabilidade e de construção de vínculos têm sido colocadas em prática.

Um dos aspectos em que é perceptível esse movimento de aproximação é sem dúvidas o comércio. O aumento do número de pequenas mercearias e mercados nos últimos cinco anos é percebido pelos olhos do mais desavisado caminhante. A duplicação da estrutura das agroveterinárias é um efeito do aumento da população rural pela chegada dos assentamentos. Nas ruas, a cada esquina há um pequeno ou médio mercadinho, o que colocaria a pergunta:

como sobrevive uma cidade tão pequena com tantos estabelecimentos comerciais? A resposta para quem conhece um pouco da nova configuração populacional da zona rural é fácil, principalmente, se observado o movimento de entrega de mercadorias na rodoviária em dias de saídas de ônibus para os assentamentos. Nesses dias, especialmente, quartas e sextas-feiras, quando os ônibus provenientes das comunidades rurais chegam à cidade pela manhã e retornam ao final da tarde, um grande burburinho se faz na rua da rodoviária: são os proprietários de mercado estacionando seus carros para entregar os ranchos nos respectivos ônibus; são inúmeras pessoas procurando por suas compras.

Não apenas o mercado de gêneros alimentícios aumentou na cidade, o comércio de rações e o de produtos agrícolas e veterinários também cresceu muito a partir da chegada dos assentados no município. Em volta da rodoviária, também são vistos sacos de rações, de adubo entre outros produtos serem descarregados para serem transportados pelo ônibus. É um momento de encontros entre conhecidos que moram em regiões distantes, ou mesmo entre aqueles que moram em localidades próximas ou vizinhas, mas não conseguem tempo ou condução para se visitarem. Nas conversas, feitas normalmente no curto espaço de tempo antes do ônibus partir e, por vezes, aos gritos de uma janela de ônibus a outro, predominam os relatos sobre as compras realizadas, preços, ofertas, a respeito da saúde, notícias da família e algum evento da época, que pode variar entre rodeios, festa junina, eleições, entre outros acontecimentos circunstanciais.

Portanto, não precisa ser nenhum “especialista em observar” para perceber as mudanças na movimentação no comércio e no transporte rural na pequena Herval nos anos seguintes à chegada dos assentamentos. Está acontecendo, mas de modo lento e gradual, a aproximação dos moradores locais com os assentados e, exceto em poucos casos, a relação é fundamentada na compra e na venda. Eventualmente, algumas casas têm “*uma colona*” como empregada doméstica. A hostilidade inicial dos hervalenses vem sendo desfeita, mas não a dificuldade de perceber esse *outro* morador como parte da vida social e econômica. Pelo contrário, raras pessoas percebem, por exemplo, de onde vem o público consumidor que ampliou o comércio local. O que expandiu a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria da Saúde municipal e, ainda, a malha rodoviária intramunicipal? Se fizermos essas perguntas na cidade, não haverá respostas...

O que observo é que, mesmo com a participação econômica dos assentados na cidade, a sua presença em eleições e as suas demandas públicas, como saúde, educação, transportes etc., os moradores da cidade ainda os percebem como estrangeiros, *de fora*, — aqueles que permanecem como um estranho, não reconhecidos como *um igual*, mesmo quando buscam ser reconhecidos como tal. Estrangeiro é uma designação dada por aqueles que se colocam como ‘*locais*’ em oposição ao ‘*outro*’, que não é identificado como alguém do lugar, mas infundável estrangeiro (SIMMEL, 2005). De certo modo, o estrangeiro nos termos de Simmel, também é ambivalente porque é sabidamente de fora ao mesmo tempo em que pode ser absorvido pelo ‘outro’ (OLIVEIRA, 2008, p. 121; SIMMEL, 2002).

Invertendo a situação, penso no meu lugar no assentamento, afinal, desejava, sim, ser parte do mundo do assentamento, ser alguém ‘de casa’, como dizem; entretanto, eu não sou assentada, nem militante do MST e sou alguém *de Herval*, como dizem. Essa ideia de Simmel — de ser absorvida — coloca-se no encaminhamento do trabalho etnográfico: trata-se de compartilhar a vida no assentamento na tentativa de *entrar* na experiência dos assentados; deixar sentir e *afetar* pelos enredos e dramas que orientam o pensamento nativo. Penso que seja o caso, como sugere Viveiros de Castro (2002, p. 123), não de imaginar uma experiência, mas de experimentar uma imaginação.

Bem, mas para d. Júlia, a questão de Herval é que os moradores são fechados e recebem muito mal as pessoas que vêm de outros lugares, principalmente, aqueles que chegaram na condição de sem-terra, no caso, já assentados — estes são sempre estrangeiros. Tal como d. Lúcia, ao comparar Herval com a cidade vizinha de Pedro Osório, d. Júlia aponta algumas diferenças nas particularidades de cada município:

“porque Herval é diferente de Pedro Osório, lá a gente é bem recebido, entra em tudo que lugar. Em Herval é mal recebido, nem é recebido, porque as pessoas são assim, fechadas e não gostam de colono, eu acho [risos]. Pedro Osório todo mundo cumprimenta a gente, até os mais velhos que nem conhecem a gente! Bah, Pedro Osório é muito melhor, assim, o jeito sabes, o tratamento das pessoas. Tem uma evolução, eu acho, vai ter até candidatura própria para prefeitura [do PT], e forte!”

Marino corrobora que até a estrada que leva a Pedro Osório é mais bem conservada que aquela que se dirige até Herval. As observações sobre a cidade vizinha ser mais próxima ao assentamento que Herval, sobre a estrada ser relativamente bem melhor transitável, além da simpatia que a família sente por Pedro Osório, tudo isso revela um certo incômodo que marca a relação com o município para o qual o assentamento foi destinado. Uma certa

dificuldade de acesso aos serviços públicos deve ser acrescida a essa lista de contrariedades na relação dos assentados com Herval, agravada pela obrigatoriedade de organizarem a vida formal: entre outros trâmites que precisam ser tratados junto aos órgãos municipais estão documentação, acesso a crédito, saúde, escola, serviços de cartório, da prefeitura municipal, inspetoria veterinária, bancos, além de outras questões estritamente locais.

Para Marino, ir a Herval é mais dificultoso que ir a Pedro Osório, afinal, a localização de seu lote é na embocadura de uma via de acesso à estrada para Pedro Osório, e a distância torna-se significativamente encurtada. Como a família dispõe de carro, pode ir à cidade vizinha, mas para aqueles sem veículo próprio, o deslocamento é possível apenas de carona porque não há ônibus entre o assentamento e Pedro Osório, o que, segundo Marino, faz as pessoas perderem muito tempo e dinheiro indo a Herval ou esperando uma carona. Veja-se que para sair do assentamento e ir até a sede do município de Herval é preciso percorrer árduos 48 quilômetros em uma estrada bastante ruim, já para ir a Pedro Osório são 27 quilômetros em uma estrada relativamente melhor.

Nesse contexto, a família mantém uma relação ambígua com o município de Herval, porque se por um lado é nesta localidade que receberam o lote de reforma agrária e onde, portanto, encontram-se de modo irremissível associados, por outro lado, a cidade não corresponde praticamente a nenhuma de suas expectativas, nem de sociabilidade, nem econômicas, nem políticas. Assim, de certa maneira, as experiências concretas que são vividas pela família recolocam a todo o momento essa dissociação entre o sentir-se como *do lugar* ou sendo *um de fora* — ou ainda, suas construções de vínculos, sejam eles políticos, sociais, econômicos, pessoais etc, são sempre, de algum modo, atravessados por essa ambiguidade que reúne em si os liames institucionais da vida (o lote, a produção etc.) com os gostos, afetos ligados a outros lugares.

Aparecida: atividade e luta

Logo que retornei ao assentamento, era, se não me engano, uma quarta-feira e eu estava me dirigindo para casa de Marino e Júlia para passar o dia com eles. Na véspera, eu tinha encontrado com o filho do casal, o adolescente loiro e tímido Júnior, nos arredores da escola e perguntado se seus pais estariam em casa no dia seguinte, ao receber resposta afirmativa, me organizei para passar o dia por lá. Mas no meio do caminho estava a casa da neta de d. Lúcia e sobrinha de Regina, Aparecida.

Aparecida mora na região mais central do assentamento, não muito próximo do lote de seus parentes que residem junto à estrada Basílio-Herval, na entrada do assentamento. A sua casa é construída bem pertinho da estrada interna do assentamento, e as janelas da frente da casa acabam criando uma espécie de contiguidade da casa com a rua, pois é comum Aparecida interagir com os transeuntes que circulam por ali, para lhe dar um olá ou mesmo conversar durante um bom tempo, quando, eventualmente, até um chimarrão é alcançado pela janela como se o interlocutor estivesse dentro da casa.³⁹ Quando a conversa se alonga muito, o convite de “*passa pra dentro*” é feito da própria janela, daí pode-se ultrapassar a pequena cancela situada na cerca de arame que divide o lote da estrada e, certamente, a porta da casa, situada na lateral, estará aberta. Aparecida é muito receptiva comigo desde a primeira vez em que conversamos, e sua casa foi dos poucos lugares que, ao chegar inicialmente para conversar, o “*homem da casa*” não veio chamado para *responder a pesquisa*.

Ao lado de sua casa, existe agora um bar que é da família e é administrado pelo marido de Aparecida. Construído não faz muito tempo, no período em que receberam o financiamento para as reformas das casas, o bar é bastante frequentado, principalmente por homens. É também objeto de muitas conversas e controvérsias quanto à sua regularização, porque dentro do espaço de um assentamento, existem diversas regras para a comercialização, especialmente de bebidas alcoólicas.

A localização do lote é privilegiada tanto para conversar na janela como para ter um bar: é situado em frente à Associação São Roque, onde são realizadas as atividades do

³⁹ No caso, poderíamos dizer que esse estreito entre a casa e a rua, pelo acolhimento e a intimidade com que são recebidos os passantes, traz ressignificação a ideia de Da Matta (1997) em que a casa pressupõe a intimidade, a dimensão familiar e cálida, em oposição à rua, lugar do incerto, impessoal e individualizada.

assentamento como um todo, desde encontros religiosos, as reuniões de grupo e as do MST. Funciona ainda nesse espaço a agroindústria, a casa do mel e um ambiente para as crianças, algo como uma brinquedoteca onde os filhos das trabalhadoras da agroindústria permanecem no horário de trabalho. Para Aparecida, que é uma ativista da luta pelas melhorias e empreendimentos no assentamento e uma das principais atuantes da agroindústria, a proximidade de casa é uma vantagem por aspectos diversos: para ir e vir ao trabalho, para conciliar o cuidado com sua casa, mesmo quando está em horário de atividade, e principalmente, porque essa vantagem de posicionamento lhe permite controlar a circulação no entorno da associação e, logo, da própria agroindústria na qual ocupa um papel importante de coordenação das equipes de trabalho. Boa parte das conversas de Aparecida dizem respeito à sua dedicação ao trabalho na produção dos sucos e conservas da agroindústria, além de um novo empreendimento em confeccionar acolchoados e edredons.

Entre a casa de Aparecida e a agroindústria está a estrada do assentamento e atravessando esta se encontra uma espécie de largo, um espaço de sociabilidade composto por um campo de futebol e alguns poucos bancos de madeira. Ao fundo, fica a agroindústria, funcionando juntamente como sede comunitária do assentamento 18 de Maio. Assim, fica fácil imaginar a confluência de pessoas em torno de sua residência e atualmente frequentando o bar de Edílson, seu marido. Não é apenas por questões geográficas que a casa é visitada, mas principalmente porque a família é muito receptiva, sendo Aparecida muito diligente e sem indolência para os encontros e conversas, especialmente comigo, uma antropóloga que adentrava sua casa e buscava participar de suas atividades.

Acho que o chamado espontâneo de Aparecida para que eu parasse e passasse para dentro para sentar e conversar não deixa de colocar em cena essa ambivalência, característica da situação vivida pelo antropólogo: “ser de casa” e “de fora”. Assim, entrei na casa de Aparecida atendendo seu chamado para compartilhar de seus feitos e desfeitos, de sua fala solta e pertinaz e de seu dia a dia atribulado que engloba a agroindústria, a casa, o lote, os filhos e as visitas.⁴⁰

O fato de Aparecida participar com intenções objetivas e operar de modo decidido em espaços de disputa — como as coordenações da agroindústria e da associação São Roque —

⁴⁰ Como observou Marcelin (1996, p. 81) em contexto diverso, a casa não deve ser compreendida como unidade absolutamente autônoma ou circunscrita a espaços delimitados, pois “a casa é inseparável das redes na qual ela se define. Ela participa de uma configuração de casas.”

convive, portanto, com relações de conflito de onde procedem muitas polêmicas sobre seu modo de agir nesse meio. Em 2007, Aparecida foi vice-presidente da Associação São Roque e conta que as disputas políticas são muitas porque os grupos formados dentro do assentamento não são efetivos, impedindo que se obtenham recursos essenciais para projetos que deveriam ser desempenhados por esses grupos. Ou seja, a criação dentro do assentamento de grupos de trabalho que visem a objetivos em comum é um requisito para receberem projetos de financiamento, como o PAC, no qual o assentamento 18 de Maio (projeto Santa Alice) foi o pioneiro no estado do Rio Grande do Sul,⁴¹ — implantado desde 2003 e, diríamos, sem muito sucesso. No entanto, antes mesmo de finalizarem qualquer projeto esses grupos estão em pleno conflito por desacordo sobre as mais variadas questões, desde brigas entre vizinhos, sentimento de segregação etc., constituindo permanentemente novos grupos.

A característica dos grupos é sua reconstituição e decomposição em subgrupos e novos grupos (SIMMEL, 1983). Esses “faz de conta que um são um grupo” foram minando as possibilidades do assentamento estabelecer linhas de apoio para obtenção de recursos de plantio e firmar acordos com a equipe técnica do CAPA.⁴² E ainda, as situações de divergência interna afastaram Aparecida da vice-presidência, como me contou em raras tardes ensolaradas de agosto quando estive em sua casa.

No primeiro dia que voltei para visitar Aparecida, que eu não via desde 2005, foi muito interessante, porque, na verdade, eu ainda não estava pensando em ir à sua casa, tinha me programado para fazer isso mais no fim da semana e, quando passava pelo local, ouvi alguém gritando meu nome e abanando com a mão de uma das janelas frontais da casa.

Aparecida logo me coloca para dentro onde está também de visita d. Eva, uma companheira de trabalho, vizinha e amiga de Aparecida. Em uma das poltronas forradas por um enorme pelego de ovelha me sento orientada por Aparecida que exclama que eu tinha ficado muito tempo longe e que ela tem tanta, mas tanta coisa para me contar, que já estava me esperando desde que soubera por sua avó, d. Lúcia, que eu andava nas bandas. Encurtei a

⁴¹ Cabe lembrar que este PAC é anterior e tem outro sentido que o PAC do Lula e da Dilma, o Programa de Aceleração do Crescimento. O PAC em questão aqui é o Programa de Aperfeiçoamento da Consolidação de Assentamentos que, segundo o INCRA, teve como objetivo superar o déficit estrutural nos assentamentos visto como o maior empecilho no desenvolvimento dos projetos; muitos entraves, como a falta de estradas e energia elétrica, impedem a sustentabilidade plena das famílias.

⁴² Ver nota de rodapé 6.

caminhada em alguns poucos quilômetros, e o retorno à casa de Marino e d. Júlia teve de ser adiado.

Imagino que Aparecida não queria que houvesse ninguém de visita, pois entendi que desejava me revelar algo relacionado ao fato de que havia sido vice-presidente da Associação, motivo de muito orgulho para ela e, simultaneamente, como pude depois perceber, motivo também de aborrecimento e mágoa. Entre a minha chegada em sua casa e uma situação apropriada para conversarmos, Aparecida diz:

“As coisas são uma sequência. As mudanças a gente, às vezes, acha que não são para melhor. Muda por briga e politicagem, acho que as coisas para mudar tem que ser não no partido, mas no social e se é para falar — porque aqui todo mundo gosta de falar muito e fazer pouco — tenho que ter certeza do que vai mudar. Então, aqui tem que parar de fazer de conta que faz o grupo que vai trabalhar junto e fazer isso e aquilo se não faz nada, e só faz política. Quando eu era vice-presidenta da associação nem sempre se faz o que é aceito por todos, uns querem quando muitos não querem e assim é... mas me ajudou muito amadurecer, assim como pessoa entendes? Saí por não aceitar o que não é certo e estou só como sócia, sócia ativa. Eu não vou deixar de te dizer que fiquei magoada e triste com quem queria o meu lugar e estavam se portando contra mim, porque era isso, sempre tem quem quer quando vê que estás fazendo algo, pra se promover acho, nem sei... mas não fico chorando por não ter alcançado isso ou aquilo, o que eu acho é que tem que agir. Eu fiz tanta coisa que olha, só te falando... ah eu viajei, andei por esse Brasil que eu nunca tinha viajado nada, aí pude ir pra São Paulo, também nós tivemos em Brasília, isso é uma coisa que eu vou guardar pra sempre as viagem que fiz.”

Muita coisa estava implícita na fala de Aparecida. Apesar de toda sua ansiedade para contar de suas viagens, dos encontros com mulheres de outros estados, das comidas que experimentou, enfim, era nítido que nem tudo havia sido exteriorizado. D. Eva ainda permanece na sala, interagindo mais com a janela de onde espia o movimento da rua que conosco que tomamos mate doce dentro da casa. Acredito que entre os motivos de suas visitas a Aparecida conta bastante a possibilidade de ficar observando *o movimento da gurizada*, como dizia. Afinal, sua casa ficava *pra dentro*, distante da estrada principal e ao sentir-se sozinha, sem ter alguém para conversar ou sem poder espreitar os acontecimentos do dia a dia do assentamento, dirige-se para o lote de Aparecida, onde também discute assuntos do interesse da agroindústria. Parti nesse dia com a sensação de que muita coisa tinha ficado no ar, percebi a ansiedade de Aparecida e seu desconforto para falar na frente da vizinha. Ao me despedir, dei certeza de que logo voltaria.

Passados alguns poucos dias, reencontro Aparecida, retornava da parte dos fundos da casa, onde fica a zona de criação de animais domésticos e adiante os locais de plantio do lote. Pergunto se estava lidando com alguma plantação ao que me responde que estava com pouca

coisa por que afinal ainda era inverno, a geada queima tudo e ainda por cima estavam sem projeto e sem financiamento desde que o CAPA tinha ido embora. Para Aparecida, que era amiga dos extensionistas do CAPA, a equipe técnica não ter conseguido renovar o contrato com o assentamento foi muito triste. Ela conta que as *gurias do CAPA* sempre apareciam em sua casa para conversar, davam dicas e convidavam ela para atividades, “... *mas é assim com tudo aqui, com o CAPA alguns não gostavam e dizem e fazem e acontecem, uns não querem ter a semente e ter que plantar, querem que até plante pra eles...*”

Para Aparecida, o CAPA não apenas promoveu melhorias agrícolas no assentamento, mas condições de cidadania e sociabilidade, especialmente no que se refere às relações de gênero: “*Várias mulheres conseguiram sua documentação e até o cadastro do lote. Aí que possibilita a mulher pegar crédito e projeto dela mesma. Antigamente, tudo dependia do homem.*” Do ponto de vista de Aparecida, a cidadania da mulher fora promovida pelo CAPA a partir do momento que permitiu que elas pudessem ter o cadastro do lote e daí tirarem o seu próprio sustento e da família, sem necessariamente depender do marido ou companheiro. Também faz parte de sua percepção de condição cidadã, o CAPA trabalhar para que as mulheres tivessem documentos, como carteira de identidade, CPF, entre outros documentos que para muitas eram até mesmo desconhecidos. Ainda, os encontros e as viagens, além dos cursos de artesanato, promoveram um grande salto na vida social das mulheres assentadas, permitindo que saíssem de casa, organizassem atividades que não apenas as domésticas e participassem de eventos onde podiam conversar e aprender novos saberes.

O dilema com relação às equipes técnicas é um fato que durante um período longo permeou os assuntos no assentamento. Com Aparecida não foi diferente. Manifestar contrariedade ou contentamento pela saída do CAPA e a entrada da COPTEC no 18 de Maio proporcionou um amplo campo de debate e disputas internas que se fizeram presentes em boa parte das conversas que mantive com os assentados no inverno de 2008. Voltaremos mais adiante à contenda com as equipes técnicas e como isso ressoou na eleição municipal. Continuaremos agora com Aparecida.

Como foi dito, sua casa é aberta e receptiva, estreitando distâncias entre o interior e a rua, chamando amigos, vizinhos e conhecidos para uma pausa, uma conversa, tornando-se um ambiente de encontros, e, por conseguinte, ao ser transpassado por muitos assuntos, é também espaço privilegiado para a fofoca! Para Aparecida, muitas pessoas têm o hábito de falar muito

e fazer pouco, o que ela reitera repetidas vezes julgando negativamente os convivas, gerando algumas vezes sérios e permanentes desentendimentos por usar da fofoca como se fosse uma espécie de entretenimento. O que parece estar sendo colocado por Aparecida é a percepção do quanto a sociabilidade no assentamento carrega consigo situações de conflito, de confusão, encrencas, disputas, enfim, são atividades que merecem destaque no cotidiano (COMERFORD, 2003, p. 81).

Há, portanto, situações e períodos em que as situações de conflito e fofoca são intensificadas. Pode-se observar, em diversas narrativas, momentos em que os processos conflituosos são elevados em alto grau por disputa e polarizações, sejam elas internas ou externas a acontecimentos locais. De fato, é algo presente e circunscrito a determinados momentos da vida no assentamento, e comum tanto nas narrativas dos agricultores do assentamento 18 de Maio quanto aos agricultores do assentamento Amaralina. Exemplos típicos, mas não exclusivos, de situações de conflitos intensos são mais comuns em épocas de eleições, sejam estas para cargos internos aos assentamentos, sejam nas disputas do âmbito municipal, estadual e nacional. Nesses casos, os conflitos normalmente são temporários, podendo ou não deixar sequelas nas relações litigiosas. No entanto, outro “tipo” de conflito é muito frequente e gera muita fofoca e, por esta, é gerado: são questões de família. Essas questões de família podem ser derivadas, por exemplo, de partilha de herança, de desentendimento entre parentes por questões de aspecto econômico, de uso do lote e dos recursos familiares. Podemos considerar juntamente com os conflitos entre parentes aqueles comuns às relações de vizinhança. São diversas narrativas que apontam nesse sentido: os desentendimentos de cunho íntimos, ou seja, entre parentes ou entre vizinhos, sugestionados pela fofoca.

Na fala de Aparecida, pode-se observar mais de um “tipo” de situação de conflito presente e ocasionado pelas constantes fofocas, ou pelas “falações”, como prefere chamar. Conta haver sido vítima de muita “falação” enquanto ocupou o cargo de vice-presidente. Acredita que o motivo das fofocas eram inveja e disputa, pois *muitos* desejavam estar no seu lugar. De modo geral, esses *muitos* a que Aparecida se refere parecem não ter nunca uma fisionomia, um nome, uma família. São alguns “poucos,” [dentre esses muitos] para os quais ela cita nomes e revela os interesses que entre eles estão em jogo. Para Aparecida, algumas mulheres do assentamento — inclusive uma parenta sua — queriam ocupar o seu lugar na coordenação da produção da agroindústria. Isso fazia com que ficassem o tempo todo criando

intrigas relacionando seu nome, falando que *ela não tinha espírito de coletivo, apenas porque era muito decidida!* Segundo me conta num momento em que estamos sozinhas, na frente de sua casa, essas acusações eram infundadas e aconteciam porque tomava decisões que muitas vezes eram urgentes e não podiam esperar que todas resolvessem aparecer para deliberar o que deveria ser feito.

Acredito que durante vários dias Aparecida queria me dizer algo, mas alguma coisa embaraçava-a ou a situação não era propícia. Desde o primeiro dia, quando me chamou ansiosa para conversar, ficávamos falando dos problemas, das fofocas, das visitas dos políticos que já tinham começado a aparecer em sua casa, afinal, ali é o ponto central do assentamento, mas faltava alguma coisa. Durante alguns dias, não pude ir à casa de Aparecida pelo fato de permanecer em outras residências do assentamento. Foi também durante esse tempo que pude compreender algumas fofocas *pelo outro lado*. Melhor explicando, estive na casa de assentados que, em algum momento, estiveram muito próximos de Aparecida ou são seus parentes e fizeram parte do *universo da fofoca* da qual Aparecida se sentiu vitimada — universo da fofoca é aquele circuito em que determinado assunto é tratado em várias casas e sofre a ação de várias versões, recebendo diferentes julgamentos morais.

Na casa de Regina pude entender um pouco melhor seus desentendimentos com Aparecida — na verdade, são duas mulheres que ocupam cargos importantes no assentamento: Regina é dirigente estadual do MST enquanto Aparecida foi vice-presidente da Associação São Roque e marca uma presença importante no funcionamento da agroindústria. Regina é tia de Aparecida, a primeira é filha de dona Lúcia e a segunda é neta.

A questão colocada por Regina diz respeito não apenas a Aparecida ter uma postura dentro da agroindústria de “patroa”, de “se achar a dona e por isso ficar sozinha lá”, mas também a certos arranjos políticos que fizeram da sede da associação “um antro de pedetista”. Ademais, Aparecida apoia a presença da equipe técnica do CAPA, enquanto Regina aposta na COPTEC. Para Regina situações de oportunismo acabaram fazendo com que a diretoria da Associação fosse cooptada com muita habilidade pela prefeitura devido ao momento eleitoral. Segundo me conta: “*agora todos lá tinham um cargo na prefeitura.*” Havia ainda outras situações de conflito ou “falações” entre Aparecida e Regina que acabavam gerando muita “*falação na família*” e, por vezes, excedendo esse âmbito e espraçando-se pelos vizinhos e demais assentados como, por exemplo, o fato de a agroindústria ser organizada a partir de

grupo de trabalho e, segundo Regina, *“há grupos que são escolhidos e outros, como o meu, que parecem não poder ser convidados.”*

Pelo que conta Regina, não existe motivo algum para que o ‘seu’ grupo não seja interado das atividades das mulheres na agroindústria. No entanto, diz que não tem nada além do fato de elas [as mulheres de seu grupo] não aceitarem ordens e acatarem decisões sem serem consultadas. Pelo que pude perceber, esse é um motivo para lá de justificável, considerando-se que a agroindústria é um espaço privilegiado de disputa pelo prestígio e pelo capital simbólico agregado aos cargos de direção.

Por parte de d. Lúcia, há uma clara demonstração de orgulho pelas atividades de Aparecida quando diz: *“a agroindústria da mulherada, das mais novas que eu, claro! [risos], está a mil, e a minha neta Aparecida que agita muito lá, ela é uma guria muito ativa.”* Enfim, as relações são sempre rearranjadas no assentamento, principalmente em situações de tensão ou de conflito. Elas permitem diversas posições e interpretações dos agentes envolvidos na contenda diretamente, ou indiretamente, no caso de parentes e amigos que tomam partido. As disputas cotidianas de maior ou menor amplitude fracionam o assentamento em grupos diversos e constantemente em movimentos de reestruturação.

Em alguns casos, observo que o fato de alguma pessoa não compartilhar de um grupo e evitar relações, devido a atritos e desentendimentos sobre determinado assunto, não impede que elas compartilhem outras esferas da vida. Evidentemente que isso depende do grau de intensidade e violência que o conflito atingiu. Tomando como exemplo o caso de Aparecida e Regina que não compartilham, ou melhor, disputam, na esfera pública do assentamento por prestígio e espaços onde afirmar, cada qual a seu modo, um modelo de administração e trabalho, vemos que em eventuais encontros ou em festas de família na casa de d. Lúcia, o litígio público não tem maior relevância: acontecem a interação, as conversas, o chimarrão, enfim, não se percebe falta de respeito ou desconsideração, mas se pode observar oportunas ‘alfinetadas’, piadas e, principalmente, distinções. Transpassa as conversas certa necessidade de ser ou mostrar-se distinto (a), de revelar gostos e opções diferentes e de delimitar posições e apoios políticos pessoais.

Por fim, Aparecida e eu pudemos conversar a sós. Apenas as crianças corriam entre a casa e o terreiro. Entre um mate e outro retomamos o fato marcante para Aparecida que foi sua ocupação de vice-presidente da Associação São Roque. Uma acusação sobre sua

administração que rolava de boca em boca no assentamento era o assunto sobre o qual Aparecida queria tratar, afinal, não gostaria que falassem dela para mim sem que pudesse se defender. Para ela, a acusação de ter sido cooptada pelo prefeito Camarão e, portanto, favorecido o empréstimo da sede da Associação para eventos da campanha deste não é de todo verdade. Aparecida está convicta de que o que falam não é verdade, visto que, na sua percepção, o que dizem (“*foi usada pelo PDT*”) é um absurdo, pois isso lhe colocaria numa situação de louca ou de alguém que parece não ter noção do que faz. Segundo ela, esteve consciente o tempo todo de seu apoio ao PDT na campanha eleitoral e emprestar a sede não foi um favorecimento, apenas o candidato Camarão teria sido o único a pedir o local emprestado. Mas, nem tudo havia sido revelado por Aparecida nessa conversa, ainda outras novidades de sua relação com a prefeitura e o PDT iriam aparecer.

É recorrente que as conversas sobre escolhas eleitorais reforcem oposições que são inicialmente próprias do mundo cotidiano e transcendem para a disputa política. O que pude constatar é que durante o *tempo da política* demarcar qual é seu ‘lado’ na corrida eleitoral, em caso como esse, significa balizar as diferenças entre o ‘teu lado’ e o ‘meu lado’. Aproximando-me do que John Comerford percebeu nas comunidades do interior de Minas Gerais, pude observar que “as linhas de tensão política da localidade nem sempre coincidem exatamente com as linhas de pertencimento familiar nem necessariamente com as linhas de tensão inter e intrafamiliar que perpassam o cotidiano.” (COMERFORD, 2003, p.105)

Em 2004, ao longo do trabalho de campo pude perceber o quanto as disputas internas ao assentamento traziam consequências para a eleição municipal. Portanto, em 2008 quando retornei para dar prosseguimento à etnografia, observei que novos fatores que estavam sendo colocados em jogo na eleição eram originados na vida cotidiana. No entanto, não é com a mesma intensidade que a política é vivida em cada casa, família ou lote. De acordo com o que descreveu Comerford,

“há famílias ou segmentos de famílias que apesar de estarem abertamente em conflito votam em um mesmo ‘lado’, bem como há famílias que têm relações de confiança, respeito e ajuda mútua que votam em ‘lados’ diferentes na política. É preciso levar em conta que a política, apesar das recorrências de sua caracterização como um ‘paixão’, não apaixona a todos na mesma medida. Há pessoas e famílias que são reconhecidas como ‘partidárias’ e há as que nunca o foram” (COMERFORD, 2003, p. 105).

Por sua vez, em algumas casas há um trato sobre não se falar de política para evitar brigas de família, pois, ao se compreender o efeito de disrupção que a política tem, é melhor não deixá-la fazer parte dos bate-papos caseiros (GOLDMAN, 2006).

Acredito que posso apontar para determinados fatores, entre muitos outros, que foram importantes para ampliar a presença dos arranjos sociais dentro do campo político-eleitoral. Primeiramente, é bem provável que eu, enquanto antropóloga, estivesse agora mais atinada para esse transpasse das lealdades e conflitos comezinhos para o universo de apoios, adesões e voto típicos do processo eleitoral. Depois, o lançamento de dois nomes de dentro do assentamento 18 de Maio para candidatos à vereança indicava o fracionamento nos grupos que alicerçaram essas candidaturas. E havia ainda a divisão surtida nas escolhas entre as equipes técnicas do CAPA ou da COPTEC.

Durante o período que o CAPA realizou a assistência técnica para o assentamento 18 de Maio, algumas famílias criaram laços de amizade com os agrônomos, a assistente social e o veterinário do grupo. Como toda relação pressupõe, além de disponibilidade, também afinidades e simpatias, isso não foi diferente nesse contexto. Seguramente que os graus de entendimento entre os agricultores e os técnicos não é igual para todos. Enquanto muitas famílias lamentavam a falta de ajuda especializada, Aparecida sempre esteve muito próxima dos técnicos. Sua opinião era escutada e sempre fora consultada e convidada a participar de projetos promovidos pelo CAPA.

Aparecida nunca deixou de receber os convites e participar do curso de bijuterias, da fabricação de doces e conservas, de confecção de tapetes, enfim, das diversas atividades que aconteceram nesse período. Até mesmo em textos e relatórios publicados pelo CAPA, os depoimentos que são citados são falas de Aparecida.⁴³ Se nas falas e fofocas que circulam no assentamento correm ditos de que Aparecida é um tanto autoritária ou, na linguagem local “*muito metida a patroa*”, ou, como sugere sua tia Regina, constrói segregações entre as organizações de trabalho na tentativa de concentrar certo poder de decisão para si, Aparecida, por sua vez, parece ter clareza sobre essas acusações e não se deixa abalar. Pedindo a confirmação do que ia falar para d. Eva, que, naquela tarde, também passava *para tomar uns mates*, Aparecida diz: “*mas é que, aqui, a maioria sabe falar de quem faz alguma coisa,*

⁴³ Refiro-me ao texto de Hans-Ullrich Ide, *A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar*, publicado na página <http://www.capa.org.br/uploads/publicacoes/A_gente_pegando_junto.pdf>. Em outros trabalhos também citados na página do CAPA, é possível encontrar-se o nome de Aparecida como interlocutora dos autores.

parece até que inveja porque para nós aqui, em vez de ficar falando dos outros, nós demos as mãos e seguimos, né, d. Eva? Esse é nosso lema: sempre que tiver dois é um grupo.”

A ideia de participar das atividades existentes no assentamento é sempre colocada por Aparecida para si e para algumas de suas companheiras. Apesar do que ‘as fofocas’ dizem, Aparecida prossegue no seu estilo de líder e esteve bastante envolvida no curso de “Capacitação em Bijuterias”, um dos últimos promovidos pelo CAPA até o inverno de 2008.⁴⁴ Ela afirma que foi muito importante a realização do curso porque são atividades desse gênero que proporcionam meios das mulheres conseguirem obter novas modalidades de renda.

Para algumas das mulheres do assentamento, a possibilidade de ter uma renda própria tem cada vez mais incentivado a participação em cursos de formação e grupos de trabalho. Essas atividades permitem, além de uma renda independente, processos de socialização entre as mulheres. São oportunidades privilegiadas de encontros, brincadeiras e conversas do universo feminino: tratam da educação dos filhos, do cuidado da casa, da vida cotidiana e de interesses econômicos, como as compras, os lugares baratos para fazer o rancho, falam do atendimento da saúde e trocam receitas caseiras de remédios. Não ficam de fora discussões sobre recursos e financiamentos, problemas no pagamento de dívidas com o Estado, produção no lote, perspectivas e projetos futuros. Aparecida sempre está atenta a essas possibilidades e envolve-se de corpo e alma nos projetos que surgem no 18 de Maio.

O desenrolar de nossa conversa sobre *fofocas* que aconteceram na Associação foi lento e demorou bastante tempo. O que no decorrer dos encontros Aparecida lembrou que, quando era vice-presidente da Associação São Roque, a administração municipal do prefeito Camarão a procurou para ocupar um cargo comissionado. O trabalho seria prestado na Escola Corinto Ávila, na vila Basílio. Ao aceitar essa atribuição, Aparecida conta que não imaginava o quanto de *falação* recairia sobre seu nome. O contrato realizado com a prefeitura em ano eleitoral não foi visto com bons olhos pelos assentados, pois Aparecida não era naquele momento uma *simples* assentada, uma vez que estava ocupando a vice-presidência da Associação. Essa prática já fora usada pelo PDT em outras ocasiões e com outros personagens, como seu Coralino, por exemplo. Aparecida aceitou e logo percebeu as implicações políticas de sua decisão. Precisava do emprego, mas não tinha intenção de ser

⁴⁴ Cito até este período do inverno de 2008, porque recentemente o CAPA está com um novo projeto junto ao assentamento, voltado para preservação ambiental em convênio com o INCRA.

cabo eleitoral do PDT. A questão não se colocava de modo simples, porque sendo ano eleitoral o PDT não a chamaria fortuitamente Aparecida para o cargo, haveria de exigir sua presença na campanha eleitoral.

Considerações finais do capítulo

Todo o cenário descrito anteriormente revela o espaço de disputa de poder que compreende o assentamento. Algumas linhas pelas quais as relações de poder correm foram alinhavadas, todavia, não podemos imaginá-las como estáticas ou permanentes. Como sabe-se, Foucault não nos permite pensar as relações de poder dissociadas dos movimentos típicos da ação humana, das relações de força que são eventuais, presentes e futuras. De maneira sintética, Deleuze coloca: “poder de afetar ou de ser afetado, o poder é preenchido de maneira variável, conforme as forças em relação” (DELEUZE, 2006, p. 96). Essas relações se espriam entre alguns pontos de dispersão ou de conagraamento no assentamento. Os candidatos locais são um desses pontos onde as diferentes forças encontram-se ou separam-se. Essa fragmentação não se objetiva somente nos candidatos, como vimos, o MST, as equipes técnicas e a Associação São Roque também são espaços desse jogo de forças.

A presença constante de três candidatos assentados, dois residentes no local (Gordo e Alziro) e um terceiro (Cláudio) que frequentemente comparece ao 18 de Maio, especialmente naquele momento de campanha, simbolizava essa segmentaridade das forças políticas no assentamento. Ademais, vários outros candidatos fizeram sua campanha no 18 de Maio, principalmente do PDT, com ligações mais nucleares com algumas famílias, intensificando esse já fragmentado campo de escolhas. Na seção 21, da urna localizada na vila Basílio o candidato Gordo foi o que recebeu o maior número de votos, um total de 69, seguido de Alziro com 41 e, para surpresa de todos, especialmente de Gomercindo e do próprio candidato, Cláudio recebeu apenas cinco votos. Mesmo que tenha conseguido se eleger pela votação que obteve junto aos outros assentamentos e aos eleitores da cidade onde foi bem

votado, Cláudio Maneta revelou após a eleição seu descontentamento com os assentados do 18 de Maio, que não teriam reconhecido seu trabalho de vereador.

Veja-se que em 2004, Gordo conquistou 55 votos em seu assentamento e, no total do município, 65, enquanto Cláudio conquistou quase o mesmo número de votos (52) entre os assentados do 18 de Maio. Aqueles que percebiam a candidatura de Alziro como uma manobra que servia às disputas internas dos grupos locais e tinha como principal foco atrapalhar a candidatura de Gordo, parecem não ter se enganado, afinal, se eventualmente os votos de Alziro passassem para Gordo, este teria sido eleito.

Na campanha para o executivo, os resultados não foram tão surpreendentes. Apesar de impugnado, Camarão ganhou na urna do Basílio do candidato que venceu a eleição, Ildo do PP: 109 a 97 votos. Já o candidato do PT, Roque Oliveira, obteve apenas 25 votos nessa urna, como se pode notar, bem menos que os votos recebidos por Gordo e Alziro. Ou seja, os eleitores do assentamento 18 de Maio que votaram nos candidatos a vereador do local foram 110, e o total de votos para candidatos a vereador pelo PT, contando com os votos recebidos por Cláudio e d. Vera, que são assentados, e com os votos de Valdirão e Toninho, que são moradores da cidade, foi de 123 votos.

Notemos então que a grande maioria dos assentados no 18 de Maio que votou para vereador nos candidatos do PT não votou no candidato a prefeito desse mesmo partido. Apesar de Gordo fazer campanha para o Roque, este não tinha boas relações no local e ficou com apenas 25 votos, enquanto Alziro e Gordo que fundaram suas campanhas na rede de relações internas obtiveram juntos os 110 votos no local, ou seja, nem a metade dos eleitores dos vereadores petistas votou no candidato do partido para prefeito. A eleição saiu vitoriosa para aqueles que foram eleitores do candidato Ildo Salaberry (PP), ligados a partidos de direita e sem nenhuma afinidade política com os assentamentos. Apesar de ter recebido uma votação expressiva no local, as expectativas de que *“faça alguma coisa pelos assentamentos”* é das menores.

O candidato Ildo acabou congregando não apenas as forças ligadas aos partidos de sua coligação, pois a derrota política de uma administração desacreditada publicamente fez do adversário seu maior aliado. Como observa Velleda (2010, p. 4): “A administração municipal, sob o comando do Partido Democrático Trabalhista, andava de mal a pior. O governo eleito de forma esmagadora empunhando a bandeira da esperança tropeçava assustadoramente em

erros políticos e administrativos que certamente não ficariam impunes.” Acrescente-se que a frente formada pelos partidos ligados ao candidato Ildo tinha, vamos dizer, boas reservas de capital político, além de contar com um excelente poder econômico, em termos locais. O êxito da candidatura de Ildo Salaberry traz muitas semelhanças com a Vitória no ano de 1996 de Rubem Wilhensen, quando partidos que se situavam como oposição ao PDT coligaram-se em torno de um ideário de “*livrar a cidade da turma do PDT.*” Desse modo, pode-se entender que a eleição de Ildo deve-se, entre outros fatores, especialmente ao caráter de oposição ao Camarão e, como já foi dito, da invisibilidade do PT enquanto força política na concepção da maioria da população.

A partir das descrições acima, creio ter ficado nítido que as escolhas estão embaralhadas por uma simultaneidade de orientações que tensionam qualquer ideia de determinação no pertencimento político, seja ele partidário, pessoal ou ligado ao movimento social ou à família. Ao lançar um bom número de conversas nativas no texto, a proposta nada mais é do que anunciar a diversidade de posições e colocar o leitor diante do imprevisível das escolhas eleitorais. Escolhas que vistas de perto revelam um universo no assentamento muito mais complexo do que aquele do senso comum formado pelo que se costuma ler ou ouvir falar: os assentados são eleitores exclusivos de candidatos vinculados ao MST e de candidatos militantes do PT.

Enfim, entre muitas de minhas idas e vindas ao assentamento 18 de Maio, provei em vários momentos um gosto esquisito de dúvidas e impasses com relação aos diferentes pontos de vista apresentados em cada relato. Cada casa conta um *causo*. Tudo diverso e reconstituído por fragmentos muitas vezes desconexos, envolvidos por segredos e descompassos. Assim, por altos e baixos, fui me deixando levar pelas histórias e pelas contingências da vida no assentamento. Tenho dúvidas se seria possível outra aproximação que não a de seguir junto, deixando-me ir pelas versões de cada lugar ou afetar, nos termos de Fravet-Saada (1977). Não estava ali para ser juíza, queria adentrar nos percursos das narrativas, percorrendo cada um dos muitos lados dos conflitos que transcorrem no assentamento. Percebi, no entanto, que minha presença sugeria entre alguns assentados certa necessidade de expor para mim sua versão dos fatos, afinal, eu estava percorrendo não apenas caminhos e estradas, mas também percorria o campo das interpretações e pontos de vista que disputavam, em certa medida, um lugar no meu trabalho.

Os votos no candidato Ildo Salaberry (PTB, PP, PMDB, DEM), segundo meus conhecidos no 18 de Maio, devem-se a mais de um motivo. Para alguns, apoiar o candidato Ildo era uma forma de rejeitar a desastrosa administração pedetista; para outros, a coligação com o PTB do ex-prefeito Rubem remanejava seus antigos eleitores para Ildo; e ainda, de acordo com vários depoimentos que pude ouvir na cidade ou no assentamento, outros acreditam que os votos dados ao candidato Ildo Salaberry deveram-se ao perfil de “bom administrador” pelo qual é reconhecido. Não devemos de modo algum subestimar a força política que o PTB conseguiu angariar na cidade, especialmente, depois das Vitórias consecutivas nas eleições de 1996 e 2000.

A administração desse período, encabeçada por Rubem Wilhensen, recebeu muitas críticas no segundo mandato, no entanto, o grupo de apoio político que lançou o nome de Rubem, manteve o apoio até 2000, conseguindo uma nova Vitória contra o PDT e o PT. Em 2004, o PTB lançou a vereadora Iádia Martins que não conseguiu se eleger, e o PDT retornou ao poder. Ocorre que, em 2008, o PTB e os demais partidos que se caracterizam por lhe apoiar na cidade — PMDB, DEM, PP —, aliam-se novamente em torno do nome de Ildo Salaberry e buscam retomar os antigos nichos de apoio de 1996.

No assentamento 18 de Maio, o voto na eleição de 2008 foi marcadamente dividido entre os grupos, as famílias e, dentro delas, entre seus membros. A coligação formada em torno de Ildo Salaberry angariou votos que não fogem das motivações acima apresentadas, considerando ainda que o poder econômico da campanha de Ildo teve um peso relevante na campanha do candidato, tendo condições suficientes para ajudar muitos assentados que em certos momentos de seu cotidiano buscaram por essa ajuda.

Quero com isso chamar a atenção para a possibilidade etnográfica de relativizar alguns pressupostos que encobrem normalmente as análises das eleições municipais. Ou seja, se de modo genérico podíamos imaginar que o PDT ou o PT angariariam os votos no 18 de Maio em 2008 devido à relação do MST e dos assentados com esses dois partidos, especialmente no caso de Herval, com o PDT, tivemos, todavia, uma outra resposta dada pela pesquisa etnográfica.

Melhor explicando, as alianças políticas que se forjaram em torno do candidato Ildo Salaberry foram capazes de penetrar em vários nichos eleitorais do assentamento. De modo geral, podemos reconhecer, por um lado, que algumas das motivações para o voto em Ildo

146

estão vinculadas ao antigo prefeito Rubem, porque mesmo tendo uma relação difícil com os assentados, as relações pessoais que o prefeito desenvolveu em seu governo são levadas em conta, pois muitas das ações públicas (atendimento médico, ambulância etc.) são atribuídas à bondade do ex-prefeito Rubem. Quero com isso dizer que um ex-prefeito de uma cidade do interior como Herval, mesmo tendo a administração criticada, estabelece relações com os moradores que o reconhecem pela amizade e fidelidade, especialmente as pessoas que foram atendidas em alguma de suas demandas pelo serviço público.

Por outro lado, o candidato Ildo é visto com ressalvas por uma boa parte dos assentados, devido ao seu perfil político e também pessoal. O candidato é presidente do sindicato rural patronal, é fazendeiro e ex-dirigente da empresa de telefonia Brasil Telecon na região sul. É julgado por alguns dos assentados “como defensor dos ricos”, no entanto, precisamos considerar que uma outra parte dos assentados, vamos dizer que “relativiza” esse perfil do candidato, contrapondo uma percepção de que ele é um bom administrador, bem relacionado com “políticos grandes” e “personalidades de peso” de fora de Herval, e que poderá trazer recursos para o município; assim como sendo “bom administrador”, terá condições de administrar o caos econômico e político em que a prefeitura municipal entrou nas mãos do prefeito Camarão. Dessa forma, as motivações para votar na coligação PP, PTB, DEM, PMDB, encabeçada por Ildo, foram bastante diversificadas e capazes de envolver, não apenas a pessoa do candidato, mas também seus aliados que tinham um passado na política local, ampliando assim os motivos para receber votos.

Nesse sentido, este capítulo buscou ampliar as perspectivas de análise das eleições municipais em Herval. Tratou-se de observar e descrever a porosidade dos limites que envolvem militantes, políticos, assentados e o voto. Considerando as observações do primeiro capítulo sobre a eleição de 2004, podemos ter um olhar mais demorado sobre a vida política no assentamento 18 de Maio. O que temos são multiplicidades de pertenças e escolhas, sempre recompostas. Se o PDT congregou maiores forças em 2004, em 2008, a conjuntura de alianças políticas modifica-se — os grupos de apoio que em 1996 uniram-se em torno do PTB e conseguiram vencer o PDT, retornam em 2008 um pouco modificadas. No ano eleitoral de 2008, o PTB está aliado ao PP e volta a ganhar as eleições do PDT: as duas principais forças que disputam a prefeitura de Herval.

Desse modo, ensaio essa interpretação dos eventos da política no assentamento como processos de segmentação nos quais os grupos ou os indivíduos se dissolvem do MST, e não necessariamente se tornam oposição, podendo ser interpenetrados uns pelos outros em contextos específicos e, sobretudo, permanecerem de algum modo ligados ao MST.

CAPÍTULO IV

INCURSÕES AO MUNDO *DESIGUALDOSO*

*...é a ceguêra de dexá/um dia de sê pião
num dançá mais amarrado/pru pescoço cum cordão
de num sê mais impregado/e tomem num sê patrão
u'a vontade é a qui me dá/dum dia arresolvê
jogá a carga no chão.
(Elomar – O peão na Amarração)*

Esse texto serve como ponto de partida para situar minha entrada no assentamento Amaralina. É como se, voltando na tese, começássemos do início, pois aqui me preocupo em apresentar ao leitor os primeiros passos da minha inserção na pesquisa feita em Vitória da Conquista, no assentamento Amaralina. Optei por seguir o percurso do diário de campo, conforme comentei na introdução, portanto, apresentarei neste momento uma narrativa de meus primeiros contatos, especialmente, minha primeira tomada de campo que foi a relação com seu Edu, liderança local.

Sendo assim, este capítulo que inicia as descrições sobre o assentamento baiano será construído a partir do ponto de vista de seu Edu sobre a constituição do assentamento — ele que foi o meu primeiro *guia nativo*. A primeira parte do capítulo refere-se à uma entrevista que gravei com seu Edu, na qual ele a descreve a sua trajetória de vida, intrinsecamente ligada à história do assentamento. A outra parte do capítulo corresponde às descrições que faço das primeiras visitas que, junto a seu Edu, realizei no assentamento. Com isso, objetivo também apresentar etnograficamente o assentamento Amaralina.

A entrevista que fiz com seu Edu foi realizada em um de nossos últimos encontros, acredito que nesse momento seu Edu já se sentia bastante à vontade comigo para me contar de sua vida. Uso essa entrevista nas primeiras partes deste capítulo por acreditar que ajuda muito na compreensão desse personagem tão importante para esta etnografia.

A vida e suas dobras; seu Edu: encontro e trajetórias

Seu Edu é uma das figuras mais conhecidas do assentamento Amaralina. Sua história de vida se confunde com a história de criação do assentamento Amaralina e também com as histórias de embate político, militância e luta pela terra em Vitória da Conquista, onde foi precursor da criação do MST. Quando cheguei à Vitória da Conquista pela primeira vez em fins de 2007, ainda não sabia ao certo em qual assentamento realizaria o trabalho de campo, pois se desde princípio tinha em vista o assentamento Amaralina por ser o primeiro do município e, desse modo, como diria Lévi-Strauss, estaria buscando o mesmo “ângulo de enfoque” que utilizei em Herval, lideranças e funcionários do MST na regional de Conquista sugeriram fortemente que trabalhasse com o assentamento Pátria Livre, visto que o compreendiam como “modelo de coletividade” e organicidade do MST, lugar onde as pessoas eram “*politizadas*”.

Essa insistência era latente, e os argumentos sempre depunham contra qualquer investida no assentamento Amaralina por nem ser “totalmente MST”, ou porque “era uma confusão porque a FETAG estava metida lá”, ainda, era muito *desigualado*, tinha comprador, posseiro, morador... Enfim, todos que trataram sobre o assunto, fosse na Secretaria de Agricultura fosse na sede do MST, lideranças ou não, tentavam me dissuadir: o Amaralina não mereceria minha pesquisa. Bem, confesso que aí me pularam pulgas na orelha!

Contudo, ao comentar sobre meu interesse de pesquisar o assentamento Amaralina com meu amigo e anfitrião Nielson, funcionário da Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia Ltda (Coopasub), e bom conhecedor de todos os assentamentos da região devido ao seu trabalho de agrônomo e prestador de serviço técnico, logo de pronto me aconselhou: se quisesse realmente pesquisar o Amaralina, procurasse por seu Edu.

Quando retornei à Vitória da Conquista em junho de 2008, assim procedi, mesmo inicialmente sem sucesso, tentei diversas vezes encontrá-lo tão logo cheguei, pois já estava praticamente decidida a pesquisar o assentamento Amaralina. Meu primeiro encontro com seu

Edu ocorreu no dia 18 de junho na sede do MST, no centro de Vitória da Conquista, onde por intermédio da secretária regional do Movimento, a gentil Iana, consegui agendar um encontro.

Por telefone, Iana (secretária estadual do MST) marcou para a manhã de uma quarta-feira às 9 h, na sede do MST. Isso foi na segunda-feira e passei o resto do dia conversando com pessoas que estavam na sede do MST. Durante a terça-feira, fui à prefeitura encontrar com Afonso Silvestre, (secretário de gabinete do prefeito, meu conhecido através de Juliana, minha colega do CPDA - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), que se tornara meu companheiro de gostos musicais e de formação em história. Por meio de Afonso pude saber muitas questões relacionadas à história política recente de Vitória da Conquista nas longas conversas em seu gabinete na prefeitura. Conversas que serão oportunamente trazidas à baila aqui. Bem, mas as expectativas estavam na quarta-feira, dia 18 de junho de 2008.

Enquanto esperamos por essa quarta-feira, peço licença ao leitor para fazer um corte, ou melhor, folhear o calendário, antecipando-o em quase cinco meses, e trazer aqui a entrevista a que me referi antes. Esta entrevista gravada foi uma exceção em nossos encontros, mas se tornou uma espécie de síntese de uma vida tão cheia de histórias, como a de seu Edu. A conversa aconteceu na sede do MST em fins de novembro desse mesmo ano. Acho que subverter o tempo de um diário de campo não é um pecado imperdoável, especialmente quando se espera que tenha o efeito de ajudar na compreensão do que (no caso, de quem) está se tratando, pois são temas que serão insurgentes em vários outros momentos.

Antecipo aqui essa longa conversa recheada de relatos sobre migração, reforma agrária, violência no campo, política, MST, assentamento Amaralina, enfim, a trajetória peculiar de um militante que a retrata com muita fluidez. Depois continuaremos exatamente de onde paramos e, por mais esquisito que pareça, do primeiro encontro com seu Edu. Eventualmente, esse corte pode fazer com que certos temas tratados ao cruzarem diferentes temporalidades de nossas conversas sejam um pouco repetitivos. Em todo trecho referente à entrevista, usarei outro formato de letra, e quando se tratar do relato *ipsis litteris* de seu Edu, o indicarei entre aspas e em itálico.

Seu Edu conta sua história de vida com a astúcia de quem percebe a importância das lutas políticas em que se empenhou ao longo da vida. Filho de pais gaúchos sem terra, mas nascido na caatinga baiana. Sua família traz uma longa história de migração rural, mudou-se em busca de terras melhores que a caatinga para a região de mata, Acaraci, povoado no município de Itagibá, quando Edu tinha 8 meses. Frequentemente a família mudava-se de um lugar para outro. Embora isso seja fato comum entre as populações pobres do meio rural, não deixa de impressionar a itinerante vida de seu Edu: ainda menino percorre inúmeras localidades em busca de melhores condições de vida, é peão de fazenda de cacau no sudoeste baiano e cansado da exploração segue o trajeto de inúmeros nordestinos: *“Ficava passando trabalho, abusado disso fui pra São Paulo em 1972.”*

São Paulo não seria o fim da linha. O trabalho pesado e mal remunerado leva seu Edu a tentar a sorte no retorno para a Bahia: *“[Em São Paulo] lá fiz os piores serviços possível que o ser humano pode fazer, de ar comprimido né, ar comprimido, fazer esse negócio aí de fundação de prédio, ponte, barragem essa coisa né, para os ricos, e ficava só com nós o trabalho, a força do trabalho de qualquer coisa, passei 14 anos lá, depois vim embora para Bahia procurar a reforma agrária.”*

A procura não encontra também uma realização imediata, mas o processo de luta pela terra está nessa época dando os seus primeiros sinais na região do semi-árido baiano e a Fazenda Santa Marta, que originou o assentamento Amaralina, é o foco dos debates desde o início dos anos 80. Essa fazenda é ocupada por camponeses, operários, desempregados, enfim, por populações que viviam nas periferias da cidade e foram organizados principalmente pela CUT, PT, PC do B e CPT. Serão mais de 200 famílias de trabalhadores que irão acampar no local, dessas aproximadamente 138 serão assentadas. As interpretações sobre a origem do assentamento Amaralina são muito particulares; em cada casa, em cada família há modos de rever esse evento. Aqui descrevo as narrativas feitas por meu amigo, seu Edu, ao longo do período em que convivemos. Sua participação no início da organização da luta pela desapropriação da Fazenda Santa Marta, seu espírito de aventura ao inicialmente se lançar sozinho em busca da terra, sua disposição de participar e militar foram constituindo sua presença no lugar, onde hoje ocupa uma posição especial, espécie de liderança contínua e honorífica.

No seu retorno, depois de várias tentativas durante o primeiro ano de retorno, conta que fez de tudo, que *“trouxe uma kombinha, pra trabalhar aqui como voluntário, né, trabalhei assim de autônomo durante um ano e pouco, me empreguei de novo aí não deu certo, fui pra reforma agrária, aí a reforma agrária nós fundamos aqui em Conquista que é Amaralina.”*

O ano era 1986, seu Edu era cobrador de ônibus em Vitória da Conquista e passava o tempo lendo o jornal, através do qual descobriu a ocupação da Fazenda Santa Marta:

“Uma fazenda chamada Amaralina, popular aqui, popular das empresas dos gaúchos chamada Santa Marta do Nordeste, né, os gaúchos pegaram só pra lavar o dinheiro, aí plantar mandioca, né, os caras da Sudene, pegou para criar animais e tal, e depois não criou animais, deixou lá para criar búfalo... é criando capim e cobra, né... aí nós pegamos essa área para poder fazer a reforma agrária. [...] Eu morava na vila e aí tinha um vizinho, um vizinho aqui e outro aqui, aí eu convidei o de cá pra poder ir comigo: ‘— Você conhece a Santa Marta e tal?’ ‘— Conheço, conheço... que é Amaralina né?’ Daí eu disse: ‘— Amanhã dá para nós irmos lá, amanhã é sexta?’ ‘— Nós vamos’... Ele meio interessado também, mas depois ele foi comigo, no primeiro dia, já no segundo dia ele se negou, aí quando nós chegamos lá no primeiro dia, eu vi aquele ‘mondaral’ de gente discutindo rascunhos, terras e camionetes e não sei o quê, e grupos... aí eu me interessei, aí fiquei ali de observador, né, quando foi no segundo dia, aí eu voltei para cá, quando foi no segundo dia, nesse primeiro dia eu já conheci o Robério, né, aí no segundo dia eu convidei o vizinho ele já disse: ‘— Não, aquilo não é para mim não, não gostei’. Falei, agora vou ter que ir só, fui só, aí comecei me enturmar, daquele dia em diante não saí mais, me enturmei com o pessoal, aí conheci vários, passei a conhecer algumas pessoas dos quais ao me ver, uns me desenganaram, ‘aqui não precisa mais de ninguém’.[...] Depois, aí viemos para o sindicato trabalhadores rurais, aonde eu já tinha ido, tinha tido assim não boa recepção porque o presidente parece que já namorava aquela área para outras pessoas.”

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais na ocupação da Fazenda Santa Marta configurava-se como mais um dos grupos que ali estava. No entanto, nesse momento, para seu Edu, o Sindicato representava interesses diversos aos do grupo que estava apoiando. O embate de posições foi tomando grandes dimensões, e as disputas por poder e liderança iniciaram uma onda de violência e agressões entre os acampados na Fazenda Santa Marta. Considerando a postura dúbia do Sindicato, e influenciados pela Igreja Católica, alguns dos grupos unem-se nesse momento para criar a Associação dos Lavradores da Fazenda Amaralina – ALFA. A associação buscava organizar as diferentes frentes de interesses ali presentes e emitia notas oficiais para divulgar o que acontecia dentro do território ainda litigioso da Fazenda Santa Marta. Não imune às divergências e à entrada de pessoas com interesses contrários, (os infiltrados, como acabam sendo chamados), a ALFA que foi criada segundo seu Evaldo como “[...] associação aberta, para formar posição e nesse meio tempo veio gatos e lebres”, também se tornou um espaço de negociação difícil: “Com área ‘aselicionada’ por cinco ou mais grupos de interesse diversos, aí imagina o que não deu? aí veio a questão de nós se firmar e os grupos reacionários combater nós.”

O Sindicato mantém uma posição de apoio a um pequeno grupo e seu Edu vai aliar-se a grupos presentes ligados a outras forças políticas que não percebiam o Sindicato congregado aos trabalhadores rurais. Conforme conta: “será construindo assim uma oposição ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais da época... foi quando eu comecei fazer política, a militar na igreja, juntei com a CUT da época, o PT, essas forças aí que a gente começou. [...] e a oposição ao sindicato, eu comecei a ser oposição ao sindicato; [...] Aí esse presidente do sindicato a princípio ele tinha um

projeto para aquela área também viu, e o prefeito da cidade, que era para fazer o chamado balneário do prefeito, para botar ali aqueles cabos eleitorais dele, mais fechado com ele. [...] sindicato dos trabalhadores rurais, mas não tinha muita coisa para o trabalhador rural, tinha para a oligarquia atual, tanto é que eles dominavam aqui a questão da prefeitura, do município, até o estado se proteger com 30 anos de poder, e os trabalhadores ficaram fora desse bolo aí, esse bolão, esse bolão era só 'dos cabeças'. Aí chegando no sindicato eu percebi, pela segunda vez, que já tinha um canal pra gente poder questionar mais os dirigentes do sindicato e firmar na reforma agrária, tanto é que foi os camaradinho tiveram que dividir campo com nós."

Como a luta pela terra e a posse dos lotes duraram cerca de um ano, as turbulências e disputas de poder não cessaram. Conseguindo um lote no local, seu Edu permanece na atividade de militante, sendo cada vez mais presente nos embates políticos que o Assentamento Amaralina ainda terá de passar. O assunto de luta pela desapropriação da Fazenda e divisão dos lotes entre um número muito maior que o terreno poderia comportar consta nos documentos da ALFA, que registram: restaram 157 famílias sem poderem receber terras no Amaralina. Na época, de um total de 191 famílias que efetuaram cadastro para ocuparem os 2.700 hectares, apenas um número bem menor pôde receber lote, em torno de 130 famílias. Contudo, se esses embates iniciais serão logo superados, os novos problemas relacionados que irão emergir no assentamento perduraram até os dias de hoje, com inúmeros desgastes para todos. Refiro-me às questões relacionadas com a venda ilegal de lotes no assentamento. Por este fato, seu Edu será perseguido, terá sua vida, sua família e sua casa ameaçadas e, por isso, quando o conheci, não estava residindo no assentamento.

Voltemos ao que ele conta de sua história de vida, embalada pelas lutas agrárias em Vitória da Conquista. Diferentemente de alguns companheiros que foram lideranças no acampamento Amaralina e tiveram formação pela Igreja e na experiência da greve do café em 80, seu Edu foi ter seus primeiros envolvimento com a política e a militância nessa ocasião da ocupação da Fazenda Santa Marta. Esse processo foi mediado por sua participação no processo de organização da ocupação, aliado à participação na CUT e no PT. Foi a partir disso que tirou um aprendizado que até hoje o acompanha: quando um militante marca seu campo, marca também o campo contrário, e acaba trazendo para si o embate de muitas questões que são do todo.

Seu Edu carrega uma lembrança positiva da concepção do militante e, ao mesmo tempo, certo desânimo com os acontecimentos mais recentes, como a venda de lotes e a violência que adveio desse processo: *"nós tinha uma formação melhor, sabia, nossa formação naquele tempo era melhor, hoje tá tudo meio misturado. [...] Esse período aí dos anos 90 pra cá começou, parece que essas coisas é interligadas, quando se tem uma queda no processo esquerdista do Brasil, né, com a reformularização, tem também pra nós aqui, que nós ajudamos ali construir muita coisa aqui em Conquista, naquele pequeno espaço ali, ajudamos construir um projeto popular pra Conquista, o PT de Conquista, foi nós que ajudamos..."*

Do passado, do tempo de operário em São Paulo também fica alguma lição de vida política que foi compondo sua memória de vida:

“o que mais me despertou na luta foi a questão das injustiça, por exemplo, nos anos 70, em plena ditadura, né, pra 74, 76... anos 70, eu comecei a ver um processo de desapropriado de umas fazenda lá em Andorinha e a fazenda Anoni no Rio Grande do Sul, aí por volta de Ronda Alta, pelo meio ali, né, é isso em meados, nos final dos anos 70, aí comecei acreditar que haveria uma coisa para o trabalhar que não seja só vender o dia de trabalho, né, aí comecei admirar ali as lutas do ABC paulista em 1978, né, comecei já ver a questão da prisão do Lula, né, eu trabalhava de fiscal de ônibus coletivo, e houve aquela greve no ABC paulista, eu acompanhava aquilo de perto, mas de longe assim um pouco, mas lá em São Paulo mesmo eu tinha aquela admiração. Eu fiquei me perguntando ali mesmo, porque... eu falei: pô, sabe que nós temo alguma coisa a discutir. Aí, nesse tempo eu já tava casado, me casei em 77, né, 76, aí eu tava casado, aí assim, já tinha mulé, falei: pô veia, e agora pra seguir essa... como eu vou fazer. Aí comecei admirar o PT que foi criado em 1980, né, aí comecei admirar o Partido dos Trabalhadores lá em São Paulo, mas sem saber como podia chegar, né, aí me mudo pra Bahia em 86, aí entrei na Amaralina e fui convidado pro PT, aí pronto, aí comecei visitar o PT, naquele tempo o PT dava um respaldo muito grande pra gente, né, que era aquele sonho, não era respaldo financeiro não, nunca tive isso, era respaldo de sonho de militante, que é militante, não leia muito Marx, Karl... o MST é questão de admiração, em 88 quando o movimento entrou aqui na Bahia, a Bahia fazendo algumas ocupações massiva, nós já tava com a Amaralina dois anos aqui, já tinha encontrado em Salvador as lideranças desses assentamentos, aí me encontrei com Joelson, com Volnei. Eu saí de Amaralina pra Salvador pra cobrar coisas para o assentamento, cobrar coisas de lote, cobrar... alimentação pro pessoal, cobrar assim, um bocado de benefícios do assentamento. Fui falar com o governo, e lá nós se encontrava com esse pessoal, aí encontramos com o Bogo, que é o Edemar Bogo lá de Santa Catarina que criou o movimento aqui na Bahia... aí começamos a conviver junto, e nisso nós fizemos a proposta de convidar eles aqui pra Conquista, aí eles demoraram de vir, aí nós começamos a fazer umas ‘ocupaçanzinha’ aqui, só nós mesmo né! Mas... mas só que é o seguinte: a nossa resistência aqui com os nossos companheiros aqui, que hoje tão no movimento, era grande, é que eles militavam dentro do PT, e tinha umas correntes que achava que o movimento do PT era social democrata, nós acreditava no movimento e eles não, esses mesmos aí e outros aí... foi difícil de implantar aqui por isso, mas quando esclareceu... a partir da granja Amaralina, né, ajudamos com as lideranças, e aí veio o seguinte: no ano 93 a gente conseguiu fazer o projeto pra tomar a prefeitura de Conquista do pessoal da chamada direita, oligarquia antiga, né, e conseguimos tomar sim... com Zé Novaes, com Guilherme Menezes, aí e Robério, o pessoal todo, tem um bocado de gente nessa história aí, Deli, né, Florisvaldo que já morreu, né! Também, nosso time é muito grande, muito forte e aí ficamos. Para o nosso espanto, começou as vendas da terra a partir de 92, o que já vai para 14 anos...”

Morar no lote, plantar e não trabalhar para patrão tornara-ser um dos principais objetivos de seu Edu nesse momento de sua vida. Para quem recebeu um lote de reforma agrária esse sonho parece quase concretizado. Mas, o drama da disputa política pela terra está apenas começando.

Apoiados por forças, como o Sindicato dos Trabalhadores e a FETAG, alguns assentados acabam comercializando seus lotes logo nos primeiros anos do assentamento Amaralina. Como consequência, um período de mais de dezesseis anos será marcado pela violência dos conflitos de retomada e posse dos lotes comercializados e por uma postura de absurda negligência por parte do órgão encarregado de solucionar o conflito: o INCRA.

Do ponto de vista de seu Edu, o sofrimento de ser perseguido por compradores de lote foi um dos maiores de toda sua vida. Atualmente vive ainda muito em função desse momento extraordinário, pois espera a saída de seus desafetos do assentamento para poder retornar à vida no lote. Sua vida na periferia da cidade de Vitória da Conquista parece com um tempo de exílio, provisório e indefinido. Entre as tantas vezes que andamos pelo assentamento, tanto a pé quanto de carro, sempre seu Edu apontava para as casas ocupadas por compradores e os locais onde ocorreram confrontos.

Tratar do passado e expô-lo aos que o desconhecem talvez seja uma forma de superar os traumas vividos. Sua memória desses eventos vai sendo reconstituída não apenas nos trajetos e caminhos que percorremos, mas especialmente quando encontramos com outros assentados, amigos de seu Edu que também passaram pelo mesmo trauma. É uma espécie de autobiografia da sua vida, antes e depois do acontecimento, que seu Edu vai expressando através de um relato oral, fragmentado, pautado nos encontros que tivemos. Como lembra Pollack (1986, p. 23), Halbwachs acerta ao se referir a essas recordações e à retomada das mesmas como parte de uma “communauté affective”. Ou seja, trata-se de entender, como nossa memória ajuda a memória dos outros, construindo terrenos em comum, seja quando tem pontos de contato, seja quando há silêncios e sombreamentos.

O longo e doloroso processo de venda dos lotes no assentamento Amaralina começou em 1992 e suas consequências prolongam-se até os dias de hoje, marcando a vida de pessoas como seu Edu, até hoje vítima de perseguições por parte de desavenças políticas locais. O início de uma vida militante e a solidificação de sua presença como líder reconhecido no Amaralina advêm dessa época.

“Isso aí caiu sobre nós, passou um teto muito pesado, e até hoje a gente paga o preço, entendeu? Porque a gente reclamava na época a não venda das terras, o próprio órgão que fatiou a terra [o INCRA], não queria resolver. Foi doloroso, é o seguinte, veja só, os caras compraram lote com preço baixinhos. Em 92, 92 até 94 eles estavam comprando, levou dois anos comprando né, até 93, foi um ano só de compra. Compraram 39 lotes, veja só... é 39 lotes, nós reclamamos, aí nós chamamos o INCRA. O INCRA mudou, mudou de superintendente, e aí o superintendente entendeu... enviou a equipe técnica para fazer a avaliação dos lotes comprado, transação, né, ilegal, aí ele fez a avaliação técnica, e colocou o pessoal que tinha comprado o lote irregular pra fora, entendeu? E nós, e assentou os novos. Só que o seguinte, só que quando foi depois de um ano esses compradores voltaram... [...] eles se prepararam e voltaram fortemente armados e houve um confronto com nós, desse confronto eles conseguiram resgatar 24 lotes. Na base de armas, armas,

sequestrou três companheiros nosso, inclusive o Zé, sabes. Bateram, judiaram dele, prenderam, vendaram os olhos, e... [...] A partir disso que eu comecei levar a bandeira contra eles, contra as vendas de lotes, o meu lote podia não ser transacionado, mas eles criaram uma birra comigo sabe! Para poder tirar eu também de lá... [comprador] pagou um pistoleiro pra me buscar, né, deu um revólver 38 mais naquela época 50 reais, naquela época era um dinheirinho até bom... era 50 mil naquele tempo... deu pra um outro cara um revólver 38, um cara que tinha comprado dois lote, deu pra um que tinha vendido outro lote em outro canto... Como eu fiz uma casa que morava com a família, minha mulher e três filhos, e tinha a minha roça, minha casa perto da estrada e a roça dentro da mata, porque eu gostava de preservar a mata; eu fazia a volta lá numa queimada que eu achei, aí notei que me perseguia... Imagina, com 3 filhos, aí é o seguinte, eu sabedor disso, até aí eu não sabia que tinha o perigo todo, só desconfiei, aí pedi a comunidade que se podia remover o meu lote, dado daquela mesma forma, que é o lugar mais limpo, igual que eu estou hoje. Aí foi removido para outro canto, aí eu saí para cá, aí nessa época que eu tinha saído eu botei um companheiro lá pra ficar na casa enquanto eu voltava, quando ele percebeu esse cara escondido na moita, ele foi e me avisou: ‘— Olha eu vou sair da casa porque eu pareço com você e é o fulano que tá lá vigiando, e eu pareço com você... —’ Ele era caboclinho como eu assim né. Eles não ameaçavam pessoalmente, não, na surdina, né, que é bem pior! Ficavam uma turma num canto aqui, na cidade, iam para as emboscadas, voltavam para me vigiar e um ficava lá dentro, e ficava nesse vale.

Aí eu saí, fui lá para baixo, perto da sede, fiquei lá, morei na sede uns tempos, aí na sede eles foram lá também acertar, fazer... e tal, nos aguardava também, pronto, aí ficou, aí sim, quando deu, acabou, foi que eles voltou que retomou esses 24 lotes. Aí atacaram casa e casas, atacaram num dia de sol umas 13 casas, queimaram, queimaram, derrubaram casa que esse pessoal tinha feito nesse um ano né... quebraram a minha casa... para nossa sorte eu não tava dentro da casa, né, tá certo, a minha família não tava, quebraram a porta, derramaram coisa, foram três vezes, né, aí ficou... nesse dia que foi que sequestrou os três também, o Zé que tu conhece bem, Tim e Lucas; Tim é sobrinho de Zé. E Lucas que é genro dele também, aí pegaram esses três, pegaram o seu Daú também, depois seu Daú dialogou muito, aí eles soltaram né... e eu não, e eu era o alvo que eles queriam, né, mas como eu dificilmente eu fico quieto, tá certo, eles até me chamavam de não sei o quê, porque eu era muito livre e tal, pelos colegas né... para você ter uma ideia, dessa vez eles não me acharam e de outra vez ficou nadinha em casa, minha casa, aí eu tinha saído, a gente tinha um caminhão branco, um caminhão grande, tinha ido em outra comunidade fazer uma reunião, na casa da sogra de Robério, lá nos Pilão, e por lá nós ficamos, jantamos, proseamos, saí de lá 12.30h por aí, 1h da manhã por aí, quando eu cheguei em casa, eu mais Nino, aí a minha esposa, a minha ex-esposa e os menino tinham desconfiado, foram dormir na casa do vizinho. Ela pensou: ‘— Hoje não dá pra nós dormir aqui sabe —.’ Ela deixava a chave em algum lugar que eu sabia, aí eu cheguei mais o colega e a gente parou no transporte lá: ‘— Vamos dormir aqui mesmo — Vamos embora... — Não, vamos lá pra casa... — Não... — Tenho a chave aqui — Não vamos embora para casa’. Tinha alguma coisa estranha ali. Isso era 2:30h da manhã, aí peguei a chave, mas nem abri a casa, quando

foi 5h da manhã só os estrondo, foram lá e quebraram tudo de novo, imagina só, e eles vinham em grupo armados, 30, 40 armados, só carro ia 20, 30 mais ou menos, entendeu, ia tudo de carro. [...]

Com a polícia era o seguinte, eles faziam vista grossa, eles não gostavam de nós, o governo não queria que eles fossem lá, quando eles iam, eles faziam o seguinte, iam para casa desses compradores de lote tomar cerveja, café e comer galinha assada, entendeu? E nós se danava viu, era nós contra, contra, só nós mesmo e nós, e nessa altura do campeonato as entidades também não queriam muito não, tava meio fraco, viu. O prefeito contra, que sindicato nada, ajudou vender o lote acredita? O sindicato dava documento, aí quer dizer, a gente enfrentou uma barra né? [...] Veja bem, nesse tempo, foi em 94 nós tinha criado o Movimento Sem Terra que tava tentando se engatilhar, aí essas forças que venho falando, que na época esses caras saíram, já foi uma influência do MST, quando o MST viu que a coisa pegou mesmo, claro que o Movimento não é um Movimento assim de guerrilha, né, é um movimento assim mais de popular social e tal, 'queitou-se' um pouco, né, foi para outros cantos, não sei o quê, e nós ficamos aqui mesmo, tinha uma liderança do Movimento aqui também. [...] Eu fui pra Juazeiro, eu era agente político regional lá do norte né, durante a confusão, e depois eu voltei, vim assim mesmo... toquei, eu dei de conta que eu tenho um lote assentado, tenho filho pra criar e tal, e não posso ficar muito fora não, e é assim, ó Letícia, em 2009 vai ser minha bandeira morar lá de novo..."

Para embaraçar ainda mais a história dos conflitos devido à disputa de lotes no Amaralina, um dos antigos assentados que vendeu seu lote tornou-se "pistoleiro" a serviço dos compradores, dos quais recebeu dinheiro para perseguir ex-companheiros que tão bem conhecia, como seu Edu. Surpresas como essa serão frequentes ao longo do percurso de disputas, pois encontraremos histórias de compradores que se tornaram sócios de assentados; assentados que defendem a permanência dos compradores a despeito dos antigos assentados despejados por estes mesmo compradores. Quero salientar que não cabe nenhum tipo de classificação para as relações que se estabeleceram entre assentados, despejados, compradores, vendedores de lotes no assentamento Amaralina.

Evidentemente que se podem observar relações violentas e constrangedoras, mas não se podem ocultar as inúmeras outras relações (negócios, casamentos, compadrio) que foram capazes de se forjar entre partes que estiveram ou nunca se sentiram de fato em contenda. Diferente é a percepção dessa situação para as lideranças. A posição do MST e dos líderes locais do assentamento Amaralina — e, diga-se de passagem, as lideranças resumem-se basicamente ao nome de seu Edu e de seu aliado Marcel — é de total rejeição a qualquer acordo ou mesmo proximidade com o grupo de compradores de lote.

Passado o tempo, muitas das querelas foram amainadas entre os assentados e os compradores, ficando marcadamente acentuada a disputa política entre estes compradores e as lideranças do MST que tem projetos de assentar outros demandantes nos lotes que foram comercializados. Acrescente-se ainda a presença da FETAG que tem vários compradores entre seus

membros e defende a permanência dos mesmos. E da parte dos possíveis novos assentados ocorre certo temor de serem colocados em lote que foi retomado de comprador e sofrerem o mesmo processo de despejo violento que ocorreu no passado. Como veremos adiante, esse embate entre grupos muito segmentados têm suas implicações no processo eleitoral.

Para seu Edu, a presença da FETAG no interior do assentamento aparece como uma força que provoca desavenças e apoia irregularidades, como compra e venda de lotes de reforma agrária. Na disputa política, a FETAG apoia candidatos próprios, normalmente vinculados ao PC do B, e acirra ainda mais sua quebra de braço com o MST. Nesta eleição de 2008, o lançamento da candidatura de um assentado no Amaralina pelo PC do B não foi vista com bons olhos pela cúpula do MST que organiza uma candidatura única para representar os assentados. Quando fala de eleição, seu Edu traz sempre uma posição que, segundo ele, é ‘revolucionária’, pois acredita que todo processo eleitoral não apenas institucionaliza as lideranças como fatia a mobilização do movimento em partidos e ainda torna visível o candidato, no caso, uma liderança para possíveis repressões políticas. Seu Edu questiona a presença desse outro candidato:

“O assentamento teve dois candidatos por quê? Porque um já teve a ‘intipatia’ nossa, da nossa candidatura aqui, que foi o José Carlos, né, aí o PC do B, sabe, o PC do B gosta dessas coisas, ele aproxima, na medida que o candidato que ele tinha lá no assentamento que era o vendedor de lote, agia como corretor, né! Era o Benício, né, que não emplacou porque apoiou o cara da outra direita, o PC do B se injuriou com ele. E, ele [José Carlos] se considera [do MST], mas sacerdote da FETAG, né, FETAG é o quê? PC do B né? Mas aí queria, e ficou injuriado, queria apoiar nós [do MST] se fosse eu no caso [o candidato a vereador], ou ele, ou familiares dele, se fosse eu, disse, então ele me apoiava, mas agora é ele, eu tenho que apoiar ele, falei — nãooooo! Não fizemos essa discussão e nem esse compromisso, e outra, se tiver que apoiar algum partido ainda é o PT que mantém um projeto, um projeto político —’. Isso não dá certo comigo, não gosto do PC do B, olha as figuras como agem! O pessoal do PC do B, não é tudo não, com exceção, tenho alguns amigos no PC do B, mas não gosto dela, da trajetória política. Eu não vejo assim, então pra mim apoiar eu estaria fazendo compromisso com eles, falei, aí eu não quero isso aí, por isso e por aquilo. Mas, eu era justamente de forma a não apoiar nem um nem outro, por isso, porque eu não gosto muito, eu acho a eleição dentro do assentamento ela causa problema, entendeu? Problemas, eu acho que um assentamento nosso, um dirigente nosso é como se fosse assim um enamorado popular, que não casou ainda, tá certo? Na medida que você lança um candidato, você lança para casamento certo, e se o casamento não deu certo, entendeu? A aliança chamada, se as alianças não deu certo, então não tem casamento, aí por exemplo, hoje toda a população sabe que nós fornecemos aqui 2.198 votos e sabe que o Zé Carlos só merece duzentos e poucos votos, entendeu?”

Para seu Edu já que a eleição é uma necessidade, então não vale a pena os assentados dividirem seus votos e deixarem de apoiar o candidato lançado pelo MST. Ainda, como me explicou, a regional do MST de Vitória da Conquista procura tirar um nome dentro de seus quadros para se

candidatar a vereador, nome este que deverá receber o apoio dos assentados. Esse candidato, portanto, não deveria encontrar oposição dentro dos assentamentos, dada a ideia de que apenas esse candidato re-conhece e luta pelas questões ligadas à terra e à reforma agrária.

Desse modo, a candidatura de José Carlos coloca um problema a mais no já dividido assentamento Amaralina. Não é de graça que o lugar tem fama entre as lideranças do MST de ser um assentamento problemático, sobre o qual fui desaconselhada a fazer pesquisa, pois vários de seus grupos não são reconhecidos pelo MST como 'seus assentados'.

Circuito eleitoral: política traz *divisão*⁴⁵

É preciso voltar agora para aquela quarta-feira, dia 18 de junho. São 9h da manhã, estou na sede do MST de caderninho na mão, cara de antropóloga, Iana me recebe, oferece uma cadeira e diz para esperar que logo seu Edu há de chegar. Às 10h, a cadeira já está incômoda e nada de seu Edu chegar! Iana me convence: “ele deve estar chegando, sempre aparece por volta das dez!” Com razão, não demora muito, seu Edu chega. Logo percebe que eu devo ser a pessoa que o procura, afinal sou a única estranha em um ambiente que lhe é bastante familiar. Baixinho, devendo ter perto de 60 anos, com tez índia e um boné do MST, seu Edu fisicamente se parece com os demais frequentadores da sede do MST. Aguardo que Iana faça as breves cerimônias de apresentação. Vamos então sentar em uma sala do andar de cima do prédio do MST, onde funcionava o setor de educação, e neste momento está vazia.

Começo me apresentando, vínculo acadêmico, lugar e o interesse da pesquisa, essas apresentações iniciais que me pareceram muito conhecidas de seu Edu, experiente em “pesquisadores”. Sua recepção calma e sua fala aberta de início me tranquilizam, pois estava temerosa de que fosse uma liderança nos moldes do jovem coordenador do MST que procurei em 2007 e quase vociferou comigo, quando propus (sem saber de sua importância local!) gravar a conversa com ele, falando alto que “certas lideranças” têm ordens expressas de não

⁴⁵ *Divisão* é uma palavra frequentemente usada em Vitória da Conquista como sinônimo de *divisão*.

deixarem gravar suas vozes etc. Seu Edu, por sua vez, é sem pieguices e revela desde logo sua preocupação com a pesquisa, com estudos que possam mostrar como se vive no assentamento. Parece ter muita admiração “pelos estudos”, como diz, e expõe que tivera muito desejo de estudar quando moço, o que talvez explique a importância e o respeito com que trata esse assunto.

Depois de apresentar meus interesses de estudo, é seu Edu quem faz uma breve apresentação do assentamento Amaralina, fala dos conflitos entre compradores de lote e antigos ocupantes, que são o principal problema do assentamento ao gerar violência, conflitos e inimizades. Trata ainda de sua luta política para solução dessas questões, de sua impossibilidade de morar lá devido a esses conflitos. Conta ainda com certo orgulho do inchaço populacional do Amaralina, diferentemente de outros líderes do MST que entendem o fato de o lote tornar-se para muitos lugar de moradia como uma deturpação da proposta de assentamento para produção agrícola. Já segundo seu Edu, cada lote poderia ter até mais de três casas, devido ao crescimento da família originária, chegando a comportar mais de 1.500 pessoas. Para ele, isso era um sinal de que o lugar era bom de viver. Discorre brevemente sobre disputa interna entre o MST e a FETAG, considerando que a “FETAG com algum é parceiro, aqui para nós é inimigo!”

Seu Edu conta da fundação do assentamento em 1987, da chegada do MST em Vitória da Conquista logo depois da fundação do Amaralina, que fora um marco da luta pela terra na região. Em 1988, diz seu Edu, *“fomos assentado, tudo lá dentro, mas os interesses eram os mais diversos. Tinha como cinco grupos de interesse”*. Puxando pela memória seu Edu lembra que estavam presentes na ocupação da Fazenda Santa Marta no ano de 1987 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a Prefeitura Municipal com um grupo organizado em torno do prefeito Pedral Sampaio, os pedralistas, como eram chamados.

Um verdadeiro saco de gatos de interesses deu origem ao assentamento Amaralina, porque o Sindicato Rural também estava envolvido, mas era muito pelego, resume seu Edu. Conta que ainda hoje há rescaldos dessa fragmentação originária, intensificada pela venda de lotes que começou a ocorrer cerca de dois anos depois da efetivação dos lotes pelo INCRA. Das 133 famílias que oficialmente são assentadas no Amaralina hoje, 82 são ligadas ao MST,

o restante pode ser ligada à FETAG, como pode não ter nenhum vínculo. Percebi que sempre retornamos a esse assunto “das divisões do assentamento” em nossas conversas porque não apenas é muito importante para seu Edu, como tem implicações com muitas outras esferas do assentamento, especialmente com a política.

Transcorre o tempo e os assuntos introdutórios vão rareando quando seu Edu propõe uma visita ao Amaralina, pois no dia seguinte Salviano, funcionário da Coopasub, iria de carro até o assentamento e poderíamos pegar uma carona.

Viagem — primeiro percurso

No dia seguinte, Salviano, colega de trabalho de Nielson em cuja casa estou hospedada, me busca às 6h 20min da manhã. No carro, além de Salviano, seu Edu e eu, viajam também duas professoras da escola. Tomamos café da manhã na escola enquanto esperamos seu Marcel, presidente do assentamento e da cooperativa do Amaralina⁴⁶. Sou apresentada à merendeira Dora muito brevemente, pois está muito atarefada. Seu Edu nesse momento me anuncia que ela seria alguém interessante para eu entrevistar... Depois desse curto comentário, explica-me que a escola está esvaziada nessa época por causa da colheita do café. Diz que às vezes se prolonga a colheita de abril a agosto, e as crianças faltam muito às aulas: *“tudininho quase ficava na colheita, mas tem um trabalho nosso para conscientizar os pais da importância da escola.”* No entanto, a ausência ainda é muito grande nesse período, segundo a professora, tem criança que apenas comparece uma vez por semana por causa da colheita.

Com a chegada de seu Marcel e de outro jovem assentado, chamado de Adriano, partimos para a “difícil tarefa”. Até então, eu não sabia ao certo do que se tratava, no caminho seu Edu me adiantou alguma coisa e o restante pude captar das conversas no interior do carro. Salviano apenas nos levava de carona, mas seu Edu, Marcel e Adriano (e eu) estávamos indo

⁴⁶ Trata-se da Cooperativa dos Produtores Agropecuários do Assentamento Amaralina (COPA). Afora seu Marcel ser o presidente e marcar reuniões, não soube de nenhuma atividade efetiva da Cooperativa exceto a criação de uma associação entre os assentados que usufruem da água da barragem para atuar no controle e na cobrança para manutenção de uma bomba e de um duto de água na represa que abastece o assentamento. Marcel também é encarregado pela associação.

à casa de um assentado que estava “dando problema”, ou seja, tinha envolvido-se em briga com os vizinhos, parece que bebia e andava armado dando tiros a esmo! Segundo Marcel *“vamos ver como anda o moço, avaliar o lote, pois que o sujeito quer vender; daí nós vê os pé de café que tem desse tal Airton.”*

Quando chegamos, entramos pelos fundos do lote, e ao chegarmos à residência, a mulher é quem nos recebe. Seu Edu diz que estávamos de passada por ali e dá algumas desculpas para não revelar a empreitada sigilosa de averiguar a quantas anda a situação por ali. A situação externa da casa é penosa e a interna ainda mais triste, deitado com febre em um sofá de uma pequena sala meio escura, está Airton! Aspecto doentio, parece que não nos enxerga direito, ao seu redor, várias crianças pequenas muito magras e uma menina que deve ter uns 13 ou 14 anos. Seu Edu fala mais algumas poucas palavras vagas, pois a ideia não é tratar sobre o assunto, apenas observar a situação. Partimos a pé, antes de cruzar pela cerca que delimita o lote, volto-me para a casa que tinha ficado nas minhas costas e percebo que todos haviam saído do interior e voltavam olhar para nós, Airton parecia mal manter-se de pé, segurado no ombro da mulher, as crianças acercavam-se de suas pernas.

Ao principiarmos a caminhada por entre lotes, Marcel está visivelmente abatido e triste com a situação e me diz: *“o mundo dá tanta volta, sabe lá em que voltas dessas a gente pode estar, ‘vixe’, olha essa que esse pobre homem está”*. A discussão sobre o que fazer com Airton e a possibilidade dele querer vender por influência de “pessoas da FETAG”, que se aproveitam daqueles *“meio fracos das ideias”*, prolongou-se por toda nossa caminhada de quase duas horas.

Quando chegamos de volta à escola, a professora comenta que a menina de quatorze anos, filha de Airton, trabalha muito no lote, planta e colhe o café, ainda cuida dos irmãos e da casa, pois os pais não estão em condições de fazê-lo. Diante disso, seu Edu que permanecia bastante duro e pensando em estratégias para remover Airton, parece ter sido atingido no coração. Rompendo o aspecto de “liderança preocupada” que manteve durante essa empreitada, e comovido com o que havia dito a professora, dá uma guinada em seus argumentos e começa a tratar da possibilidade de incentivar a menina a produzir no lote. Conclui que afinal eles tem toda uma família ali, que o lote não pertence apenas a Airton e os meninos também ajudam a escola a existir etc. Chega a hora de partirmos e a nenhuma decisão haviam chegado, pois Adriano nada falava, seu Marcel era pura sensibilidade e estava

quase calado, quando murmurava algo, era para amenizar a tristeza da situação — a mim nada cabia dizer, apenas escutava calada, com certa vontade de chorar que me ardia na garganta, afetada pela visível degradação daquela família. Pegamos uma carona de volta, seu Edu e eu, os outros ficaram. Essa foi minha primeira vez no assentamento Amaralina, muita coisa estava por vir.

###

Retorno em setembro

Quando retornei para Vitória da Conquista, na primeira semana de setembro, tinha em mente procurar seu Edu para que ele pudesse me apresentar para alguns outros assentados. No mesmo dia de minha chegada, liguei para ele e combinamos um encontro para as 9h do dia seguinte no local de sempre, a sede do MST. Enquanto espero, vou lendo os cartazes dos políticos. Uma Kombi bizarra, cor de rosa, faz campanha para uma candidata a vereadora petista, andando pela avenida com *jingle* em volume alto. Enquanto espero seu Edu, leio os folhetos que estão juntos ao balcão de recepção do escritório do MST do candidato, também petista, apoiado pelo MST — Júlio Honorato. De Iana ganho um calendário com a foto do candidato Júlio Honorato e recebo o convite para participar da formatura em *Gestão* de um grupo de assentados no sábado.

Depois da costumeira espera até às 10h, reencontro seu Edu, simpático e afetivo, como fora da outra vez comigo. Sentamos dessa vez em uma pequena área que se situa na frente do refeitório da sede, onde seu Edu depois de abraçar a cozinheira e apresentar-me, pediu um cafezinho. Tomamos os três o café, como sempre bastante adoçado, aliás, uma característica imprescindível do café nessa região: ser muito adoçado, o que me fazia aceitá-lo por cortesia. Conversamos novamente sobre o assentamento, informações que seu Edu tem na ponta da língua e sobre as quais gosta de falar. Procurei anotar o máximo que pude, enquanto seu Edu tomava o cafezinho e dizia “*ralinho e doce, tal como na roça*”, proseando sobre a minha estranheza com o café.

O assentamento divide-se por regiões — Baixa da Fartura, Cannaã, Goiabeira, Landinho, Santa Marta e São João — e aventamos em visitar famílias mais antigas em todas essas localidades, buscando por uma divisão espacial mais equitativa na extensa região que corresponde ao Amaralina. Durante o mês de junho, já havia conversado rapidamente com algumas famílias, agora era estreitar esse encontro e conhecer outras.

Partindo de minha experiência em Herval, faço-lhe uma pergunta sobre o funcionamento de equipes de assistência técnica no Amaralina, pois no 18 de Maio isso é questão com significados em várias esferas. Seu Edu fala da EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola), na Bahia, e da dificuldade de qualquer acerto mais efetivo com técnicos. Diz que, por vezes, o MST monta uma equipe, mas explica que os técnicos são desviados para outros caminhos que não o assentamento e conclui: *“é, efetivamente não se tem é nada, é meio complicado.”*

Continuando a conversa, procuro tratar do assunto do momento, sobre como está a campanha eleitoral no assentamento. Seu Edu diz que eleição e voto são sempre coisas muito complicadas; arrisco perguntar ‘como se encaminha a eleição lá no Amaralina?’ Ao que recebo uma longa resposta que pude transcrever assim:

“— Ahah, olha, minha prezada, apesar dos pesares ainda é um assentamento que tem laços muito fortes, quem sabe se resgata a história que fala de [política] específica, daquele tempo, né, de antes das alianças, lá respira um ar assim, mais progressista, como dizer, um quadro muito mais progressista, da antiga esquerda, e falando de candidato antigamente se deixava mais solto o assentamento, a gente começou a lançar o candidato de um outro assentamento lá, esse tem influência fortíssima lá, que é do PT o Júlio Honorato. Mas, por aproveitamento, por isso e por aquilo, podia dizer assim oportunamente um companheiro nosso foi seduzido pelo PC do B e se candidatou a vereador.

— Aqui a FETAG é ligada ao PC do B?

— É. Mas ele disse que me apoiava, que eu devia ser o candidato, eu disse que não era assim, que não, ele disse que eu devia ser o candidato, como eu disse que não tinha essa intenção, aí ele disse então que devido ele ser do assentamento como ele me apoiou eu agora devia apoiar ele. Disse de bate pronto que não podia por meus princípios partidários, não. Ele nem tinha trabalho de abrangência, o José Carlos.

— E tem outros candidatos que circulam por lá?

— Assim tem, mas não se destacam, os de direita até pode ter, mas tenho andado por lá e não se vê bandeira, nada nas casas. Lá não tem cartazes, pode até ter mas, não é isso lá que aparece. Apesar dos apesares, o assentamento, ele andou mal sobre as pernas sobre esse assunto. O candidato a prefeito, do PT, o Guilherme Menezes tem grande aceitação.

— E como são as famílias lá, como é a relação das famílias com a política, o vínculo da família com candidatos, porque no assentamento que pesquiso no sul, as brigas de família decidem muito, dependendo de quem tal família apoia a outra que não se dá bem não apoia, e como é aqui?

— Aqui é mais na sua vontade, de cada um. A gente faz uma discussão, mais de trabalho político, né, que discute política porque nós não somos a-políticos não, eu

sou um camarada que tenho 21 anos de assentamento e de luta em assentamento, então eu vejo é o seguinte que a minha pessoa está sempre à frente de alguma coisa e a minha família é grande de 13 irmãos e nenhum é daqui, nenhum tá aqui.

— Mas, no Amaralina tem famílias grandes não?

— Tem também, tem irmãos, pais de assentados, o camarada que te falei [do PC do B] tem família grande, muitos são pessoas que nem votam nele, mas não quero tirar por aí, nos trabalhamos independente, por isso que eu digo que Amaralina tem esse ar independente, acho que lá não tem isso de compra de voto, isso lá já é processado. Não existe isso porque se ganhou consciência disso.

— O senhor acha que tem uma relação entre o MST...

— Ah. Tem, uma relação de não clientelismo, certo, tem uma formação, na maioria é pouca, mas na prática se trabalha muito de não clientelismo, eles buscam pelas coisas não realizadas. Tem que ver bem, porque olha o nosso presidente, ele não tá muito pra sem-terra, quer ser é um estadista, ter diplomas e tal. [...] Eu sei que a minha presença é política no assentamento, às vezes, vou lá com o Júlio. [...] O MST faz um trabalho lá, já teve mais. O Amaralina tem 133 famílias no começo, hoje tem mais 300 famílias, tem lote com sete casas, é de filho que casou, ixiiii, mas agora vai diminuir com a saída de uns da FETAG.

— Como assim?

— Por que como falamos de outra vez, a FETAG entrou na parte bandida da coisa, entrou com os que compraram lote lá e vão ter de sair. Está julgado já para os compradores saírem; vê que o Amaralina é um assentamento que você não pode falar qualquer coisa, não pode ir na casa daqueles da FETAG e falar do MST, aí a coisa pega. Agora tem um cara meu amigo, vizinho meu, muito próximo que são da FETAG, gente que veio pra ali para fazer sua vida, para ficar mesmo, esses eu acho que a gente podia agendar para você conversar com eles. É gente boa mesmo, gente muito próxima minha, quem nos tempo dos conflitos me acolhia sabe, quando a polícia batia atrás da gente. Dava aquela cobertura desinteressada, humana, ia ser bom tu ouvir eles, é o outro lado também não é? Agora a FETAG vai enfraquecer com a saída desses comprador.”

Seu Marcel aparece na sede, senta conosco e seguimos conversando sobre minha pesquisa, acertamos o dia para eu ir à sua casa, pois ele se dispõe a me levar para conhecer todas as partes do assentamento. Ele revela sua simpatia por minha pesquisa porque na sua percepção trata do MST: *“é o movimento mais autêntico que se tem na história desse país. Quando o MST chegou, veio resgatar as famílias que antes estavam abandonadas, moça. Muita gente que ia estar na rua hoje, pedindo, na marginalidade, hoje está no assentamento.”*

A conversa transcorre de tal modo que nem percebemos o tempo passar, já se aproximava do meio-dia. Depois da fala de Marcel, seu Edu pergunta se estou decidida a “enfrentar” o Amaralina, respondo afirmativamente ao que ele sugere uma visita ao assentamento assim que fosse possível. Na verdade, digo que estava na expectativa dessa visita. Tendo aceitado a sugestão, disse que não dispunha de carro e talvez pudéssemos ir de ônibus. Seu Edu falou que tinha *“um carrinho, assim, de pobre, né, mas andava, estava meio mal era de combustível.”* Sugerir dar uma “força na gasolina” para que no dia seguinte pudéssemos fazer o “passeio.”

Viagem ao Amaralina – segundo percurso

Na manhã de uma quinta-feira, perto das 10h, seu Edu e eu nos encontramos no mesmo local para partir rumo ao assentamento Amaralina. Quando seu Edu chegou a pé na sede do MST, pensei “hum, creio que deu alguma zebra no carro!”. Mas, bem animado me pergunta de chegada: “*pronta para a aventura?*” Respondo que sim enquanto seu Edu pede para Iana a chave do portão de um imenso galpão situado ao lado que compõe a sede do Movimento. Esperei na rua com curiosidade logo desfeita, pois vi surgir o corcel II azul-celeste com seu Edu sorridente dentro: “*embarca que tá meio custoso hoje, não é bom deixar apagar!*” Explica que guarda o carro no galpão do MST porque tem espaço de sobra e na sua casa não possui garagem.

Assim começamos a viagem, breve até o Amaralina, mas depois de adentrar no assentamento, percorremos longos trechos de estradinhas de terra e visitamos todos os pontos principais de cada localidade. Também visitamos as famílias selecionadas cuidadosamente por seu Edu para me apresentar.

Seguimos pela principal estrada interna do assentamento, chegando primeiramente à parte central, onde tem a escola central, o campo de futebol e a antiga casa da fazenda onde funcionou a sede organizativa do assentamento durante algum tempo. No espaço de entorno do campo de futebol, situada a uma distância de mais ou menos 50m, fica a casa de Dora, por um lado segue tendo algumas casas, pelo outro, a estrada. Na diagonal, fica a escola e na outra diagonal tem um bar e na esquina seguinte, outro bar. A primeira parada foi na escola, onde reencontramos Marcel — presidente do assentamento Amaralina e vigia da escola, com quem viria conviver quase diariamente. Depois fui re-apresentada para Dora, merendeira da escola, minha futura anfitriã e amiga. Ambos são amigos de longa data de seu Edu, compartilham muitas histórias, também muitas brincadeiras e permanecem todos os dias da semana na escola, ponto certo de encontro do assentamento. Seu Edu falou para Dora sobre meu trabalho e sugeriu que ela podia me ajudar, afinal, era moradora no assentamento desde o início, assim como a família de sua mãe.

Dora prontamente se dispõe a me ajudar e, para minha grande surpresa, já nesse primeiro encontro oferece sua casa. Confesso que fiquei surpreendida porque tinha uma experiência de pesquisa no Rio Grande do Sul onde para se conseguir um convite espontâneo para uma refeição demora bastante tempo de convívio e para pousar na casa ainda mais, antes de um mês, nada feito. Contente, digo para Dora que talvez aceite sua oferta. Ao que me responde: “*tenho até um quartinho sobrando*”, eu estava começando a entender que o tempo para se estabelecer uma relação era outro, por sorte...

Partimos para o interior do assentamento. A ideia de seu Edu era me apresentar para o maior número de famílias (“confiáveis”) em cada ponto do assentamento, para que depois eu pudesse andar pelas minhas próprias pernas. Assim fizemos uma espécie de *tour* pelos lotes de diferentes zonas do assentamento. Fomos principalmente às casas dos assentados do período de fundação do Amaralina. Enquanto percorríamos as estradas, que me pareciam incríveis labirintos, seu Edu ia apontando, ali mora um comprador, ali é posseiro, mas é “dos deles”, (ou seja, da FETAG), ou ainda, fazia algum comentário que revelava a ausência de vínculos do morador. *En passant* visitamos o total de onze casas, onde seu Edu apresentou-me bem como os meus propósitos de pesquisa e incentivou seus amigos a me ajudarem.

Naquele momento, ele já me apresentava como a *gauchinha*, e junto alguns de seus amigos lembravam com carinho de um militante gaúcho que lhes ajudou na luta pela desapropriação da Fazenda. Dentre as casas selecionadas, fomos à casa da família da tia de Dora, dona Vitória e seu José de Souza, conhecido por seu Zé. Na casa deles funciona também o bar da família, onde sempre tem vários assentados ou pessoas de fora. As três filhas do casal moram ali com seus respectivos filhos. Uma delas é casada e tem casa separada, porém dentro do mesmo lote. Voltarei a tratar de seu Zé, d. Vitória e das meninas muitas outras vezes, pois continuei frequentando quase diariamente a casa.

Também dessa primeira visita estabeleci contato com a família de seu Tião, especialmente pelo fato de que seu filho Chico Cabeludo reside ao lado de Dora. No caminho até a casa de seu Tião, passamos por duas casas: uma apresentava um cartaz com a foto de José Carlos, o candidato do PC do B, — para seu Edu da FETAG —, e a outra, uma foto de Júlio Honorato, do PT e candidato oficial do MST. Antes de chegarmos à porteira do lote, seu Edu me avisa: “*não repara não, que a mulher do Tião não aparece quando a gente vem aqui, ela às vezes espia por uma porta. É que a pobre ficou traumatizada com a bandidagem que os*

compradores fizeram com a família deles.” De fato, as histórias de muitas famílias no Amaralina são marcadas pela situação de violência ocasionada na disputa de lotes entre assentados e compradores. É recorrente nas narrativas menções a esse acontecimento, embora passados 14 anos, ele permanece não apenas como parte viva da memória dos envolvidos, mas insolúvel no campo da justiça.

Depois de percorrermos mais algumas casas, e em certas visitas, enquanto conversávamos, seu Edu também aproveitava e repassava cartazes do candidato a vereador Júlio Honorato. A princípio não consegui perceber qual era o critério da distribuição, depois comecei a achar que era para aqueles que seu Edu tinha convicção do apoio. Não me parecia ser seu estilo arriscar-se a causar algum constrangimento entre seus amigos.

Retornamos para a escola onde almoçamos com Dora, as duas professoras e todos os alunos. À tarde continuamos nossas visitas em outra região do assentamento, bem distanciada do centro, conhecida como Landinho. Em cada uma das casas escolhidas para chegar, seu Edu propunha que a família contasse sua história de chegada. São muitos relatos e cada qual recheado de particularidades. As disputas entre os grupos de interesse no momento inicial, de fato, é um dos poucos fatos em comum. A dificuldade em ser escolhido para ser assentado no local também, lembrando que havia mais famílias que disponibilidade de lotes. Nesse campo de batalha, era difícil saber quem estava do seu lado ou do outro, pois cada um buscava assegurar sua vaga. Na casa que visitamos no Landinho, casa de d. Judite e seu Felinto, seu Felinto me conta que precisaram brigar com primos para se manter:

“[...] Terra é um sonho, um sonho muito bom. E nós precisamos da família para poder ter. É, mas precisamos também de brigar. Porque eu me lembro da Dil, minha prima que um dia tava de bem, outro dia tava de mal. Ela quando entrou aqui fez de tudo pra nós não entrar aqui, daí o Hélio precisou dizer que era parente nosso para deixarem nós ficarmos. [...]”

Observei que seu Edu não entregou os cartazes do candidato a vereador, acredito que uma pergunta feita por seu Felinto deixou a situação um pouco embaraçosa para que pudesse fazê-lo. Falando que gostava de seguir a mesma linha do lado do PT, que era o lado do presidente, seu Felinto, porém, revela um receio: *“e agora Edu, aqui com dois candidatos, da mesma luta. O que vamos fazer agora Edu?”* A resposta foi breve, pois seu Edu disse apenas que sabia de que lado ia escolher ficar. Para prosseguir o assunto, seu Felinto contou que, passados poucos dias, arrancaram todos os cartazes do Júlio das casas da vizinhança. — foi por conta de uma briga com apoiadores do Zé Carlos. E diz ainda:

“o Zé Carlos ainda não veio discutir com nós aqui, não sei se está com o MST, o que eu sei é que o tal do Fabrício (PC do B) convidou o Zé Carlos para ser o candidato aqui. Ele e o Mazinho que são puxador do Zé Carlos. [...] Agora tão dizendo que um parente do Zé Carlos comprou uma moto, e que apostou a moto com ele que não tirará mais de 250 votos. Eu, Edu, não sei, estou só vendo.”

Seu Edu fala que Zé Carlos é um laranja do Fabrício:

“Na época que o INCRA tirou os compradores, Mazinho apoiou os compradores, até foi contra o Zé Carlos que entrou aqui rapazinho, depois que se firmou como assentado. Agora ele entrou junto com o Mazinho que era contra ele. Para mim um cara como Zé Carlos não presta. Fica ainda danificando cartazes dos outros. O PC do B é que nem bicho do porco, entra onde não cabe!”

Logo é a vez de dona Judite contar: *“dizem que a filha dele anda dizendo que o pai vai ganhar essa aposta da moto para jogar poeira na cara dos bestas! Dizem que ela diz isso, eu não fui que ouvi.”*

Depois que partimos da casa de seu Felinto e d. Judite, pegamos a estrada ainda ensolarada, mas a tarde começava a cair. Fomos direto para casa de outra companheira de seu Edu, d. Belanilha, a quem se referiu como *“mulher de coragem, guerreira”*. Como nas outras casas, depois de uma breve apresentação de seu Edu sobre a minha pesquisa, logo começávamos a conversar, normalmente se tratava das lembranças do período de fundação do assentamento. Acho que por um lado falavam desse assunto de saída porque, de certo modo, era isso que as pessoas entendiam que eu queria ouvir, pois seu Edu explicava que eu queria saber da história, da vida ali, como era etc. Por outro lado, acho que sentiam um grande desejo de contarem essa passagem dramática da vida, especialmente quando alguém se importa em escutar... O tema das eleições também sempre era mencionado, afinal é setembro, candidaturas e fofocas borbulhando por todos os lados e a figura de seu Edu também sugestionava esse assunto.

Como os demais, d. Belanilha também convoca seu Edu para lembrar-se do sacrifício de ter conseguido um lote. São exclamações *“que luta que foi, hein Edu! Aquele mundaréu de gente atrás de um chão; e as maldade tudo que fizeram para nós, ‘vixe’, Maria Mãe de Deus!”*

Conta que seu

“pai era igual cigano, andava atrás de terra para plantar por esse mundo afora, e que certo dia a gente ouviu pela rádio essas coisas de reforma agrária. Foram meus filhos que souberam, mas meu marido não quis saber dessa reforma agrária,

achava que era coisa de gente ‘mundeira’, vagabundo e tal. Daí eu que decidi que vinha, ai ai Deus do céu, ‘cê’ soubesse, menina, eu chorei, andei 12 dia aqui dentro, procurando o grupo que me aceitasse, e parecia que ninguém ia deixar eu ficar! Quando foi das medição das terra não tinha para mim, daí eu disse: sou baiana e sou brasileira, por que eu não caibo aqui? Éta povo que tinha implicância, o povo implica demais. Foi que foi, daí um cara saiu e meu filho comprou os beneficio do cara. ‘Adespois’ eu troquei de lote com o Hélio e ele trocou com o Marcel. Agora de meus nove filhos seis mora cá mais eu. [...] Eu sei não, Edu, mas acho que periga as brigalhada voltarem, ando vendo o movimento deles. Esses que compraram andam se ‘mucuvando’ que eu já vejo maldade. Eu vejo o mal se preparando.”

Seu Edu concorda, diz que é época de eleição e “os comprador” estão se articulando com candidatos que apoiam a permanência deles no assentamento. Salienta que inclusive agora tem um de dentro do próprio Amaralina (Zé Carlos) que anda se passando para o outro lado. Seu Edu vai encaminhando as despedidas, vai até o carro e retorna com santinhos e cartazes do Júlio. É a terceira casa em que distribui, portanto, oito moradias visitadas não receberam... Despedimo-nos e partimos. Passamos rapidamente na casa de outros assentados da primeira leva apenas para eles me conhecerem e caso desejasse marcar encontros com eles já saberiam quem eu era.

No cair da tarde, por volta de 18h voltamos. Na escola não havia mais ninguém, passamos na casa de Dora para nos despedirmos e combinarmos meu retorno. Daí seguimos direto para *a rua* — como os moradores da zona rural daqui se referem ao ato de ir para a cidade. Ao despedir-me de seu Edu, combinamos de ir juntos para a assembleia que aconteceria domingo na escola central do Amaralina. Durante o restante da semana, permaneci indo ao assentamento e também a eventos da campanha eleitoral na cidade. Chegado o domingo, nada de seu Edu, ligo para sua casa e escuto apenas um recado da empresa de telefonia, ao qual seu Edu ironicamente se refere como problemas técnicos... Iremos nos encontrar novamente passados alguns dias.

CAPÍTULO V

A VIDA NO ASSENTAMENTO AMARALINA

*Lá dentro no fundo do sertão
Tem uma estrada/de areia de ouro
Por onde andaram/Outrora senhores-de-engenho
E de muitas riquezas/Escravos e Senhoras
Naquelas terras imensas...
(Elomar – Da estrada das areias de Ouro)*

A proposta deste capítulo é descrever o cotidiano no assentamento Amaralina. Trata-se de uma narrativa dos meses que permaneci no assentamento e nos quais pude conviver com certa intimidade com algumas pessoas, compartilhando do dia a dia de suas famílias. O tempo em que permaneci no assentamento corresponde ao que temos chamado de “tempo da política”, o que me permitiu observar a política não como algo isolado do cotidiano, mas em seu contexto, “no vivido” em relação com o restante das atividades, conflitos e experiências dos assentados (GOLDMAN, 2006).

Por fim, o texto procura mostrar o universo em que as pessoas do assentamento Amaralina constituem suas vidas e suas atividades. Partindo daí, podemos também observar como questões políticas atravessam esse universo e recebem sentidos diversos. A trama do capítulo, assim como a dos demais, está tecida a partir de situações etnográficas. São relatos e narrativas que serão o principal fio a ser seguido pelo leitor. Fio de uma meada que compõe parte da vida e, portanto, está envolta em muitos labirintos. Optei neste momento por descrever as narrativas que se encontram ao longo das páginas de meu diário de campo, anotações que, ora foram realizadas por mim no momento do encontro descrito, ora anotadas posteriormente, quando me encontrava sozinha, portanto, dependendo de cada situação, muitas dessas conversas são reconstruções que procurei trazer o mais próximo que minha memória permitiu e que as palavras escritas conseguem revelar.

Dora: efervescência e desamparo

Conheci Dora e sua família através de seu Edu. Morei na casa de Dora durante três meses e comparti com ela, seu marido e seus dois filhos o dia a dia, a rotina da casa, o deslocamento para trabalho entre outras atividades cotidianas.

Na sequência, apresentarei a rede de relações pessoais de Dora, seus conhecidos tornaram-se também os meus principais conhecidos. Trato especialmente de relatar os momentos de convívio com a grande família de Dora.

Dora é natural de Vitória da Conquista, viveu sua infância no bairro rural chamado Capinal situado a cerca de 25 km do centro do município para onde retornou depois de algumas peregrinações pelo sudoeste do país e de onde partiu para onde reside agora, no assentamento Amaralina. Dora teve 10 filhos, dos quais 6 morreram, 2 moram com ela, com quem pude manter contato próximo, são conhecidos como Sambinha e Veinho. Os outros 2 moram no Capinal, onde passaremos a eleição e poderemos conhecer melhor seus filhos. A mãe de Dora, Dulcinéia, e seus tios Vitória e Zé também moram no assentamento Amaralina. Dora morou um ano e meio em São Paulo, onde trabalhou em casa de família, segundo ela, uma patroa muito boa que devido ao seu bom tempero lhe permitiu montar um pequeno restaurante para entrega de marmitas. Depois a dona desse espaço o reivindicou, e Dora teve de abandonar o local, voltando para a Bahia. Em São Paulo, conta-me, era muito querida e conhecida como “*a baiana*”; tinha uma vida com muito trabalho, mas com confortos que não consegue ter atualmente. No decorrer das descrições, acompanharemos Dora em seu dia a dia no assentamento Amaralina.

Para não perder o embalo das apresentações que me foram feitas por seu Edu, retorno sozinha ao Amaralina nos dias seguintes. Desço do ônibus no ponto em frente à escola. Ao descer, percebo um grande número de adultos no pátio, logo avisto Marcel sentado perto da cozinha. Assim que adentro o portão de entrada, ele me acena e chama por Dora que está no interior do prédio. Cumprimento as pessoas sentadas, em sua maioria, mulheres, e dirijo-me até onde está Marcel e agora também Dora. Sorriem, e Dora diz: “*e não é que ela veio, ixiii, demorou que te esperei para o almoço.*” Marcel aponta para uma cadeira, entre uns bancos e uma mesa que sempre permanecem em frente à cozinha — “*achegue, dona moça*”.

Explicam-me que está acontecendo a visita semanal do médico, por isso aquela aglomeração de pessoas na frente da escola. Marcel avisa que tem umas mulheres ali que eu deveria entrevistar porque são envolvidas na luta política do MST. Tomamos cafezinho que Dora tinha preparado e, sentados na frente da escola onde será frequentemente nosso ponto de encontro nos próximos meses, conversamos um tanto. Antes mesmo de apresentar as mulheres que acreditava serem importantes para a pesquisa, começou a falar da vida dele mesmo, porque perguntei se fazia tempo que ele também que era da luta do MST.

“Olhe, moça, [Marcel sempre se refere às pessoas como moça ou moço; a mim chama de dona moça quando está brincando] eu mais Edu colocamos o MST aqui para dentro. Porque veja que se passava era fome aqui, muita fome. Aí com o MST começou a se conseguir algum recurso. Porque aqui era antes de Régis Pacheco, mas ele deu pra reforma agrária, mas a SUDENE arrendou, e deixou tudo mal das pernas. Mas eu afastei daqui em 88, fui ser gerente de fazenda, achei que saindo daqui era a solução melhor. Eu precisava de produzir feijão, leite, mandioca, tenho 10 filhos. Agora tudo estudam, nesta área de reforma agrária [risos] mas eu só não morri porque a mulher era uma gestante [...] porque houve a venda de lote e só não me mataram porque a mulher estava gestante. Comprador queimou tudo meu, tudo. Eles eram gente ‘du ruim memo.’ Eram do tal MLT e da FETAG. É política, muita política.”

Dora aparece e manda Marcel parar de se exhibir e ficar contando vantagem... ao que responde “*Eitê jararaca, sucuri!*” Estes dois estão sempre zoando um do outro, pois convivem o dia juntos no entorno da escola. Apesar das brincadeiras, às vezes pesadas, são bastante amigos e, como veremos, Dora deposita muita expectativa no poder de Marcel, sendo presidente da cooperativa, da associação da água e coordenador do assentamento, para obter a renovação de seu contrato de merendeira junto à prefeitura

Adiantando um pouco a narrativa para esclarecer — essa expectativa de Dora será o centro de muitas de suas ações (políticas, afetivas, econômicas, enfim) por ser sua principal preocupação e o objetivo principal de sua vida mais imediata. Portanto, Dora aposta suas fichas para conseguir essa renovação de contrato. No entanto, suas apostas não serão em apenas em um número, melhor dizendo, elas envolvem estratégias que precisam ser entendidas de perto para não parecerem contraditórias. Assim, estive com Dora na maioria das vezes em que buscava uma garantia, provável, de que teria o contrato novamente, para então poder entender o sentido de tanto esforço e de sua não menor insegurança para andar entre dobras tão complexas de poder.

Ainda nessa tarde, depois de um café com bolachinha maria, junto com Dora, Marcel apresentou duas mulheres que esperavam atendimento médico. Dentre muitos novos

conhecidos, foi preciso fazer alguns cortes. Conversei muito brevemente com d. Izabel e, mais demoradamente, com Elandia. Esta última se apresentou como irmã do Fernando do Bar da Entrada, o Nino. Como ainda não sabia quem era, me sugeriu que falasse com ele, pois sabia tudo do que acontecia no Amaralina (realmente, Nino, será uma figura emblemática da disputa de poder e política no Amaralina). Comenta que ele também fora perseguido por comprador e ainda sofria ameaças para se manter no lote. Diz que acha o Amaralina um lugar que podia ser bom, mas disputas e brigas acabam separando e estragando o que poderia ser bom.

Bem, segundo comentário posterior de Marcel, parece que as atitudes políticas de Nino não andam muito em linha reta, pois tem ao mesmo tempo conversado e tratado da possibilidade de acordos entre comprador e posseiro, e também conversado com seu Edu, colocando-se do lado do MST e desejando a retirada imediata daqueles que compraram lotes.

Passados alguns dias, aceitei o convite de Dora para pousar em sua casa. Mesmo que permanecêssemos a maior parte do dia na escola, para mim, especificamente, essa permanência era muito interessante, afinal, várias coisas aconteciam na escola — desde aquelas de um plano mais institucional, como as reuniões do assentamento, da cooperativa, as reuniões de pais de alunos (boa parte dos moradores), o atendimento médico, até outras mais do plano microcósmico, como os encontros casuais (ou nem tanto), ou mesmo ainda os “atendimentos” de Marcel, já que ali na varanda da escola funcionava uma espécie de “gabinete” do presidente da cooperativa e do assentamento, para onde todos recorriam quando precisavam tratar algum assunto. O espaço da escola também era onde Dora encontrava suas vizinhas e amigas, que passavam por ali para conversar. Assim, meus dias ficavam prioritariamente entre a casa de Dora e a escola, e também ia à casa de sua tia Vitória e seu Zé. Frequentava também a casa da mãe de Dora, Dulcinéia.

No primeiro dia na casa de Dora, ela preparou um prato especial para o jantar. Uma carne seca muito bem temperada, feijão de arranque, proveniente da casa de Dulcinéia, com

farinha e salada de tomates. Tudo feito na hora, no fogão à lenha. Os dois filhos de Dora que moravam com ela chegaram somente na hora do jantar. Eram chamados apenas pelos apelidos, o mais jovem era o Sambinha e o outro, Veinho. Tinham 21 e 23 anos e estavam desempregados. Veinho tinha trabalhado em uma empresa que opera no setor terceirizado de energia elétrica e ainda sonhava ser novamente contratado, guardava pendurado na parede da sala o crachá do emprego. Sambinha fazia alguns bicos entre os vizinhos, mas não tivera nenhum trabalho formal. Nenhum deles frequentava a escola, o sonho de Veinho era ser engenheiro mecânico, e o de Sambinha, caminhoneiro. Eram extremamente ligados um ao outro, surpreendentemente. Quando conheci a casa de Dora não conseguia imaginar onde eu poderia dormir, pois não passou pela minha cabeça que os meninos dividiam um mesmo quarto e uma mesma cama. Ao ir me hospedar na casa, Dora me apresentou os cômodos e fiquei na dúvida de ter entendido certo, pois havia três quartos com camas de casal, e um quarto era para mim, o outro era o seu e o outro, o dos meninos. Andavam a cavalo, caçavam e saiam para as festas sempre juntos, ligados por uma relação afetuosa carregada de brincadeiras, sacanagens, e, principalmente, cumplicidades. O pai dos meninos, ex-marido de Dora, morava e trabalhava em São Paulo, não vinha à Conquista há muitos anos. Eventualmente, era acionado via telefone por Dora para lhe ajudar nas despesas pessoais e com os filhos.

A casa era, além dos quartos, composta por uma sala que desembocava na cozinha, aos fundos, um avarandado onde havia umas peças sendo construídas. Dora, além dos filhos, morava com seu atual companheiro Gastaldo. Simpático e falante, Gastaldo vivia bem à parte das questões do assentamento. Chegara para morar com sua mãe que era assentada ali e foi ficando. Era pedreiro, mas fazia muito tempo que não arrumava um trabalho. Dora e Gastaldo se conheceram em uma festa no bairro Capinal e depois foram morar na casa que serve para moagem de farinha que é utilizada pela mãe de Gastaldo, dona Maria. Dora logo falava que Gastaldo não gostava de trabalhar, por isso cobrava mais caro que os demais “*só pra não pegarem ele pra fazer o serviço*”. Pelo visto, isso a deixava mais preocupada com a manutenção do emprego dela. Na maior parte do tempo, Gastaldo e os meninos permaneciam na sala assistindo à TV, senão, estavam sentados na frente da casa ou na cozinha. Sambinha e Veinho viviam num ir e vir entre a casa e a casa de vizinhos e amigos, pois tinham inúmeras relações. Dora, quando estava em casa, permanecia na cozinha praticamente todo o tempo.

Jantamos os cinco — Dora, Gastaldo, Veinho, Sambinha e eu —, logo após fomos dormir. O quarto que me fora destinado era separado da cozinha por uma pequena cortina, sendo assim, à noite foi difícil pegar no sono porque os gatos invadiram a cozinha para comer o que sobrara do jantar, derrubando pratos e louças. Mas, o que demorei em me adaptar foi ao banheiro da casa de Dora, pois como ela era a única mulher, sendo mãe e esposa, o banheiro, por sua vez, não concebia a ideia de porta. Isso sem dúvida colocava a hóspede em apuros.

Na manhã seguinte, desperta-se com os primeiros sinais do dia, e com os primeiros barulhos, o café de Dora, os meninos. Apesar de levantar antes da 7h, fui a última a sair da cama, encontrei Gastaldo sentado na porta da frente da casa, calmamente preparando seu cigarrinho enrolado. Dora tinha deixado recado para que eu fosse para escola, que iríamos almoçar lá.

No pátio da escola, ficamos sentados à sombra de uma árvore, no início, eu e Dora, depois vão chegando Marcel, Gastaldo, uma vizinha chamada Deuzinha que traz o catálogo da Avon para mostrar para Dora. Como Dora tem que fazer e servir a merenda para os alunos, permanece inconstantemente entre a cozinha e o pátio e quase sempre, ao retornar, solta algum chiste sobre nosso assunto. Enquanto isso Gastaldo e Marcel vão me contando sobre as brigas do assentamento. Evidentemente que pelo momento se discorria muito sobre os candidatos. Para Marcel, as brigas ali dentro se resumiam às “*trairagem*’ *que os FETAG sempre aprontavam.*” Acreditava que a candidatura do Zé Carlos era uma criação da FETAG para gerar mais brigas e, portanto, confundir a cabeça daqueles que não têm bem claro o que é política.

A casa de Zé Carlos, aos fundos do bar de seus irmãos, ficava exatamente na linha de frente da escola, bastava atravessar a estrada e o campo de futebol. Gastaldo achava que ele era um “sem convencimento”, ou seja, que não tinha condições de convencer as pessoas a votarem nele. Evidentemente que Marcel sabia que muitas das “trairagem” a que se referia não eram exatamente atos de traição, mas de descontentamento com certas negligências da prefeitura petista e do MST. Pois não apenas tinha consciência de que a presença do MST era significativa somente na época da eleição, orientando em quem os assentados deveriam votar, como também reclamava do fato de o deixarem só para assumir várias responsabilidades no assentamento. Especialmente naquele dia, Marcel parecia exausto dos problemas com a distribuição da água e com a impossibilidade de conseguir ajuda para resolver a questão.

Havia recorrido a Noeci, liderança do MST que tem um cargo de coordenação dentro da Secretaria de Agricultura e não obteve respostas. Também não encontrou no MST o apoio que procurava. Frente a situações como essa, Marcel acabava, talvez sem perceber, acatando o discurso dos apoiadores da campanha de Zé Carlos —, ou seja, de que o Amaralina precisava de alguém que olhasse por eles —, ao dizer que: *“nós aqui não precisamos mais de quem vem pedir voto e se esquece de nós tão logo se elege, tem que ver alguém que tem preocupação, ver que tem muito problema aqui, que eu não tenho como dar conta sozinho. Vê se vem um aqui saber se está precisando? Vem nada, moço!”*. Gastaldo concorda e Dora, por sua vez, acabando de escutar a parte final da prosa diz: *“ó Marcel, mais quem tu pensa que vai ter preocupação com os outros? ‘Ixiii’ coisa ruim, nunca vai se ocupar de uns pobres como tu [risos].”*

Dora me chama para uma conversa particular. E apontando para o portão de entrada da escola, onde sugestivamente de um lado tem um cartaz do Júlio e do outro do Zé Carlos, pergunta se estou vendo uma mulher parada nesse lugar que também serve de ponto do ônibus. Ao responder que sim, percebo que é Elandia, com quem eu tinha conversado na outra semana. De acordo com Dora, Elandia não precisaria tomar o ônibus ali, pois tem um ponto mais próximo de sua casa, mas ela viria até ali para ser vista por Marcel; no seu entender:

“Marcel tá de asinha pra cima dela, pensa que não noto, tá fazendo acordo com essa mulherzinha para ela ficar com o contrato de merendeira. Dizia a vadia que era FETAG, sempre dizia isso, agora rapidinho passou pra MST.”

Para Dora, os argumentos de que talvez Marcel não tome nenhuma decisão sozinho de nada servem, está convicta de que o poder de indicar o nome para o contrato da merendeira é do representante do MST, se não for Edu, será Marcel, porque no fim das contas, diz, no Amaralina não tem nada de assembléia, quem dá a palavra final e escolhe o que quer, quem vai e quem fica são eles os dois.

Na concepção de Dora, o que está em jogo é o poder de indicar cargos que compete àquele representante do MST que está mais próximo, afinal, ela não dispõe de acesso a outras instâncias. Essa descendência do poder, para usar um termo de Foucault, se ramifica mais ou menos assim: como o governo do PT conta com o apoio do MST na campanha eleitoral, e é preciso que se diga, de fato, o Movimento envolve-se na campanha eleitoral para o executivo e para o candidato único escolhido pela coordenação do MST para concorrer à vereança, esse apoio dado pelo MST tem sua contrapartida em cargos que serão ocupados por militantes —

vamos dizer, do alto escalão do MST. São as secretarias da agricultura e da educação as que têm em seus quadros figuras-chaves para o MST, pois podem através delas tanto prestar serviços demandados quanto indicar funcionários para contratos de outro nível.

Portanto, Dora sabe bem da existência desses trâmites e sabe ainda que em cada assentamento, como no caso do Amaralina, onde tem vaga para contrato da prefeitura, serão chamados os nomes que seguirem mais ou menos o mesmo percurso: a liderança local passa os nomes que escolheu para a coordenação regional do MST que repassa para esse funcionário-chave das secretarias. Pode haver ainda outros percursos que pressupõem competências, especialidades e também as relações diretas do assentado. Há ainda um caminho mais curto, dependendo da relação entre essa liderança e o funcionário da secretaria, se é uma relação significativa que permite que a liderança acesse diretamente o funcionário, a indicação pode se dar por essa via. Provavelmente existem outros contextos e meandros presentes nas negociações entre prefeitura e MST, levando em conta a importância estratégica e de fortalecimento político que isso reflete para ambos.

São esses cargos comissionados que mexem muito com os ânimos do MST na campanha eleitoral. Afinal, são estratégicos para que o próprio Movimento tenha poder de articulação na prefeitura e também ganhe força no jogo político ao ter na mão essa possibilidade de “redistribuir” cargos. Noeci Salgado é um personagem central para se entender essa relação entre MST e o governo do PT. Abro um breve parêntese aqui na história de Dora para entender um pouco o papel de Noeci como intermediário entre o MST e a prefeitura.

Noeci participou no sul do país do grupo de apoio aos acampados em Encruzilhada Natalino, conhecido como ocupação que origina o Movimento Sem Terra nos anos 80; participou na região de Vitória da Conquista da luta pela formação de diversos assentamentos e hoje circula como uma figura-chave na mediação entre a Secretaria de Agricultura e as demandas dos assentados. Conversar com Noeci foi como percorrer as histórias das lutas pela terra de ontem e visitar o momento de hoje vivido pelos assentados do município. Falando da situação econômica dos assentamentos revela as diferenças acentuadas entre os assentados, diferenças na qualidade de vida, possível de ser observada *“nas casas, nas melhorias no lote, filhos na universidade etc., mas outros não conseguiram modificar a situação que chegaram. O gargalo de Vitória não é tanto a produção, mas a comercialização, o escoamento.”* Noeci

mora com a mulher no assentamento Lagoa das Flores e foi indicado pelo MST para ocupar esse cargo comissionado de Coordenação na prefeitura.

Ex-vereador pelo PT (2000-2004), na época lançou-se como o candidato escolhido pelo MST para representar os interesses dos assentados. Para os assentados, seu mandato deixou muito a desejar, e em 2004 não conseguiu se reeleger; em 2008, o seu nome foi substituído pelo de seu sobrinho Júlio Honorato. Devido à sua presença na política é que foi chamado para trabalhar em um cargo de articulação política com os assentamentos dentro da Secretaria de Agricultura, de onde busca associar os interesses do MST com a prefeitura. Seu trabalho é reconhecer demandas internas aos assentamentos e buscar soluções no âmbito da secretaria, além do trabalho político de articulação com e no MST. Noeci acredita que a formação da política eleitoral feita pelo MST começa no barraco de lona, acredita que há uma formação continuada de luta pela terra avançando por outros caminhos, outros temas. Esse processo de formação continuada, segundo Noeci, também leva os assentados a “*votarem em quem as lideranças indicam*”, o que, segundo ele, não exclui outras opções políticas no interior dos assentamentos, pois

“as pessoas têm também outros motivos, têm outras relações que não a com o Movimento, o comércio, o povoado, seus parentes, mas o Movimento tem uma política clara, nacionalmente a maioria das lideranças são filiadas ou são simpatizantes da esquerda, ou do PT em sua grande maioria ou de outros partidos da esquerda [...] Aqui é maioria do PT.”

Sua interpretação e seu trabalho são inquestionavelmente os de um militante dedicado. Quando conversamos pela primeira vez, em dezembro de 2007, Noeci me levou para conhecer os “*melhores assentamentos, os mais politizados*.” Hoje é uma figura-chave não apenas para decidir as contratações de funcionários comissionados que vão trabalhar nos assentamentos, também passam por suas mãos importantes decisões de políticas públicas.

Mas, voltemos às preocupações de Dora com seu emprego que precisam ser mais bem explicadas para que se saiba da intensidade de sua apreensão com esse contrato. Dora morava antes com sua mãe Dulcinéia no assentamento, depois mudou-se para São Paulo com seu marido Wilson que é pai de três de seus 4 filhos — pai de Sambinha, Veinho e de Jojô, que mora no Capinal. O quarto filho de Dora também mora no bairro do Capinal, e Dora o vê com pouca frequência. Na verdade, Dora conta que “*pari dez, esses foram os que sobraram vivos*”, e dá uma risada que não sei ser debochada ou de consolo. Quando retornou de São Paulo, foi

morar no Capinal, promovia algumas festas na sua casa e vendia a bebida e a comida para se manter.

Depois de conhecer Gastaldo, mudaram-se para uma antiga casa de farinha (colada na casa atual de Dora) da mãe de Gastaldo, d. Maria. Dora diz que não queria sair do Capinal para ir morar no Amaralina, mas Gastaldo acabou fazendo a casa para eles ao lado da casa de farinha e ela acabou ficando por ali. No terreno, tem a casa de farinha e agora a casa de moradia, restando um espaço muito restrito que não daria para plantar. Depois que começou a trabalhar na escola, o sustento da família recaiu sobre ela, e, como ninguém mais em sua casa trabalha, o salário que recebe é essencial para que possam custear suas necessidades básicas. Evidentemente que se pode ter uma ideia da importância desse salário para Dora. Também é preciso que se diga que para Dora era clara a situação instável em que se encontrava, portanto, ficava desassossegada, não apenas pela precariedade do presente, pois seus desejos de arrumar a casa, comprar alguns móveis mais novos, ir ao cabeleireiro, à manicure não cabiam no apertado orçamento, além disso tirava-lhe o sono a incerteza do amanhã. Claro que sua vida não se resumia a isso, diversas outras questões entravam no cotidiano de Dora. Pelo que dizia, acredito que cuidar de sua saúde, pois não andava boa do coração, e ter um ganho para se manter eram suas preocupações mais constantes — ela tão cheia de inconstâncias.

Depois de um almoço na escola, Dora solicitou a ajuda de uma aluna adolescente para lavar a louça. Ficamos sentados à frente da cozinha, Dora, eu, Gastaldo e Marcel. Este último quer saber a idade da menina, ao que ela timidamente responde ter 14 anos. Voltando-se para nós comenta que ele e Edu estão selecionando jovem com mais de 16 anos para o Pró-Jovem, em convênio com o MST — *“tinha que dar um jeito de colocar essa menina, mas como faz, hein, moça? Conheço a família dela, passa muita necessidade.”* Dora pergunta se não é com 18 anos, mas Marcel repete apenas a frase: *“como faz para colocar essa menina, ‘oxentê’, como faz? Vou tratar com o Edu desse assunto.”*

Seguimos conversando enquanto a tarde seca e poeirenta teimava em não findar. Era preciso dar mais atenção ao que Dora havia sinalizado anteriormente, porque costumava soltar o verbo, revelando sem peias a sua interpretação dos fatos, e, de fato, parece que me anunciou quem é que toma realmente as decisões no assentamento — as decisões normalmente eram tomadas por Marcel e Edu. Marcel partiu para seu lote, Gastaldo já tinha tomado sua pinga digestiva e estava animado para falar, às vezes proferia contra o pessoal do assentamento

porque não se identificava como pertencente ao lugar, apesar de morar há muitos anos e ter sido lugar escolhido por seus pais para viver.

Aparece para conversar e fumar cigarro enroladinho, Ari, vizinho e amigo da família de Dora. Gastaldo conta que antes é que era bom lá, tinha trator, máquina; isso quando era a Fazenda (entendo que Gastaldo se refere ao pessoal que não é do MST como da Fazenda). Antes de o povo começar a brigar para tirar comprador ou ser MST ou o que fosse, era um lugar tranquilo, agora questiona a Ari o que é feito da administração do assentamento — afinal o que é feito do dinheiro da água já que cada assentado paga 15 reais e, pelas suas contas, os gastos são de apenas 900 reais? Ari titubeia um pouco e diz que realmente ninguém sabe de nada do que é resolvido pela direção do assentamento.

O que parece ser considerado como “resolução da direção”, pelo menos, no espaço de tempo em que estive no assentamento trata-se de fundamentalmente de conversas entre seu Edu, Marcel e alguns outros poucos que participam das reuniões. De fato, as reuniões são marcadas, mas alguns poucos são os que comparecem, outros não participam e ainda há os que não são convidados. O convite para participar também depende da pauta, porque dependendo de qual é a pauta tirada para a reunião, alguns nomes são cortados, enquanto outros são convocados. Pode acontecer ainda, o fator surpresa, afinal sempre ocorre de comparecem personagens que não são esperados pelos organizadores da reunião, como também pode acontecer de personagens-chaves não aparecerem. Ainda assim, é esse um espaço de sociabilidade e construção de redes de relações, podendo servir para que se estabeleçam parâmetros para a disputa ou o questionamento do poder instituído no assentamento (COMERFORD, 2001).

As reuniões são em sua maioria convocadas pelas lideranças locais ou muito extraordinariamente por sugestão de alguém da base. Apesar de terem enorme importância para os rumos do assentamento, isso não significa que seu resultado não seja decepcionante, especialmente para aqueles que a organizam. Segundo tratou Comerford, reuniões são de natureza quase obrigatória no contexto das organizações de trabalhadores rurais, porém, no geral, as avaliações daqueles que as promovem pendem para o lado da ineficácia das mesmas, apesar de serem bem avaliadas no espaço que abrem para o encontro entre os trabalhadores, para as conversas informais, enfim, como sociabilização (COMERFORD, 2001, p. 150).

“Aqui tem muita *dividição* por causa de comprador de lote.” (Zé)

Nos dias seguintes, parti da casa de Dora para a casa de seus tios Zé e d. Vitória, na outra extremidade do assentamento. Sendo localizado no ponto final do ônibus que faz a linha entre a cidade e o assentamento, o bar da família de seu Zé e d. Vitória serve como uma espécie de anexo do ponto, pois não apenas alguns passageiros vão um pouquinho antes do horário para conversar, como também os conhecidos que desembarcam dedicam um pouco do seu tempo para os donos da casa ou para alguém que está no local.

Faz tempo que não chove em Vitória da Conquista, portanto, a estrada está poeirenta, e as roças situadas ao longo do trajeto revelam o ar desértico que assume o semiárido nesta época. Os caminhantes que se arriscam a sair usam largos chapéus, e algumas mulheres não dispensam a sombrinha. Nas estradas pequenas que atravessam o assentamento em muitos sentidos, as pessoas caminham sozinhas ou muitas vezes em pequenos grupos. Alguns andam montados em jegues ou em cavalos, dividindo a passagem com bicicletas e motos, estas últimas são muito frequentes nos últimos anos e são usadas para vários fins, podendo carregar até quatro pessoas e objetos diversos e inusitados, como um sofá. Circulam também pequenas carroças puxadas por pequenos jegues que realizam o incrível esforço de suportar até três pessoas e todo tipo de barril e recipientes neste período em que a água escasseia, e as chuvas da primavera teimam em não vir. Para os que não dispõem de jegue e nem carroças e, sendo a água para o uso doméstico uma preocupação imanente às mulheres, é bastante comum vê-las com pesadas latas na cabeça, como se olhássemos uma foto, no calendário dos anos 40.

Antes de chegar à casa de Zé e d. Vitória, a estrada se bifurca, uma continua para a zona “das Goiabeira” e a outra termina ali. Na parte da frente da casa, tem uma grande varanda onde se permanece a maior parte do tempo. Há duas portas quando a varanda encontra a parede da casa, uma central onde fica a entrada para a casa familiar e outra maior que dá para uma pequena peça, com algumas mesas, um freezer e um pequeno balcão, onde formalmente funciona o bar. No entanto, é na varanda onde duas mesas de sinuca dividem o espaço com outras mesas de bebidas que os fregueses permanecem sempre misturados à família. Na parede da casa, funciona uma espécie de mural, onde muitos cartazes são colados,

os mais variados — podem ser de propaganda de cerveja, convite para *shows* de grupos artísticos e, nesta época, de políticos. Uma variedade de nomes e partidos estão lado a lado sem que isso seja visto como contradição. Pelo contrário, a ideia é que todos os candidatos conhecidos da família se sintam contemplados por ter sua foto na parte central do bar.

Quem permanece mais tempo no bar é Zé e sua filha Magnani que é a filha do meio. Nasceu depois de Brenda, a mais velha que reside no lote, mas em uma residência que se situa na diagonal da casa dos pais com o marido e os filhos. E tem ainda a caçula Jéssica, que ainda estuda e pretende fazer jornalismo. Todos circulam por ali, os dezesseis netos(as), filhas e genros sempre se misturando aos fregueses, pois o bar é frequentado por amigos, vizinhos e conhecidos.

Enquanto d. Vitória cata um feijão tropeiro sentada com uma imensa bacia no colo e quatro netos no entorno, seu Zé conta sobre sua história no assentamento. Com uma fala mansa e um jeito paternal que dispensa aos próximos, diz que sempre foi da Fazenda Santa Marta, seu pai era peão ali, e ele foi ficando e passou por tudo que passou. Quando pergunto se teve problemas com os compradores, exclama: *“‘vixe’, nem sei se dá para falar tudo que passei. ‘Homem’ armado, trinta e cinco ‘homem’, me botaram no hospital de tanto pau que tomei.”* O que aconteceu é que a paz foi embora daqui, era dia 30 de maio de 1995, diz seu Zé, não esquecendo essa data e nem de seus dramáticos acontecimentos. Lembra que o drama todo começou com a entrada da FETAG, respaldando os compradores, e declara algo ainda inédito para mim: *“pode ter certeza, pode apostar, metade da Fazenda apoia comprador.”* Dada a surpresa que sua declaração causa, acrescenta ainda:

“olha as pessoas vão se acostumando uns com os outro, e aqui tem três vizinhos meus que são FETAG. Eles aqui se dão com a gente, mas tem cara que apoia comprador porque ele carrega bateria para eles. Nós tá numa boca braba, nós que é o morador, porque eles [do MST] fazem reunião e vão ‘s’embora’, nós ficamos aqui.”

Com relação à situação que hoje se coloca no Amaralina, seu Zé conta que desde o momento em que sofreu demasiadas perseguições e ameaças de morte não ousa mais ocupar nenhuma função como liderança ou presidente:

“eu afastei de tudo, não podia ficar, logo que registramos a cooperativa eu era o vice-presidente, agora eu fico bem quieto. O Edu eu entendo ele de não morar aqui, porque se ele saiu foi por causa das juras de morte na pessoa dele. Porque eles tão aí ainda, o policial que nos ameaçou mora ainda aqui, é o M.”

A Cooperativa, hoje presidida por Marcel, não se opõe frontalmente ao fato do sócio ser filiado à FETAG, porque afinal de contas a proposta é que seja dos assentados do Amaralina. Não seria o caso de a cooperativa criar ainda mais *dividição*, diz Zé.

Na casa de d. Vitória e Zé, algumas coisas parecem ficar um pouco mais claras, contudo, envoltas em um emaranhado muito mais complexo de redes de amizades e vizinhança. Melhor explicando, se as relações sociais funcionassem no assentamento de modo absoluto — compradores não devem estar no local, estão isolados, são malfeitores e coadunam interesses apenas com o PC do B e com a FETAG etc — tal como parecem pensar as lideranças local e regional do MST e também alguns políticos e candidatos do PT, seria mais fácil de entender as tramas, pois, afinal, teríamos de um lado, o MST e os assentados e de outro, os outros — FETAG, comprador, PC do B, desvinculados, residentes urbanos etc. No entanto, tudo indica que não são arranjos simples e fechados assim as relações que as pessoas estabeleceram nesse tempo de convívio e que estão sempre em movimento, numa constante reconstrução ou eventualmente em rupturas. Aliás, mesmo as rupturas podem ser transpostas e darem início a outras variações de relacionamento, como no caso de relações que não são de amizade, mas se tornaram, por meio de filhos ou netos, relações de parentesco entre antigos inimigos. Seu Zé lembra que o filho de um vizinho seu namora a filha de um comprador de lote, também vizinho. E agora as coisas estão se pacificando entre eles.

É preciso refletir com calma sobre a visão mais dura e inflexível de algumas lideranças quando descrevem a história do assentamento. Contudo, não há razão para que deixem de ter seu discurso, nem deixem de usá-lo como gesto para defender a legitimidade de seu empenho em devolver lotes de reforma agrária que foram irregularmente vendidos e depois retomados à força, em atitudes de violência inadmissível.

No entanto, na sequência dos dias e na medida da proximidade com outros grupos não tão diligentes em resolver essa questão da presença de compradores, é possível vislumbrar que não é para todos que tudo é *dividição*. Ou seja, as disputas, as visões entre os grupos ou mesmo entre assentados individualmente não se conformam do mesmo modo, nem são percebidas de um ponto de vista homogêneo ou semelhante que seja. A divisão, a segmentação vivida no assentamento, que aos poucos foi se revelando, é inesgotável se considerarmos não apenas o campo da disputa por lotes, entre MST *versus* FETAG, ou PT *versus* PC do B, mas entendendo que entram nesse circuito divisões que se estabelecem nas

relações pessoais, de parentesco e vizinhança. Enfim, inumeráveis arranjos podem estar sendo refeitos a cada dia, que podem dividir os convergentes ou unir posições antes divergentes.

Assim, saindo de mansinho do discurso militante ortodoxo (levando-se em conta que em algumas situações é de suma importância) e buscando entre os assentados as posições tomadas com relação aos fatos de que tratamos, observa-se que ficaram bem mais esmaecidas as situações de rigidez e inflexão e mais preeminentes as variações de discursos e arranjos relacionais. De fato, cria-se um grande quebra-cabeças que, por vezes, achei que nunca iria montar — e montei apenas uma pequena partícula, pois se há inimigos que se tornaram amigos e vice-versa; posseiro que se tornou comprador de lote; comprador bem relacionado; assentado que é candidato contra o candidato do MST, importa chamar a atenção para o significado ao qual essas questões remetem, especialmente, no campo político. Assim como nas demais situações, na política também as posições são fragmentadas e as suas divisões não se resumem entre isto ou aquilo, ou seja, entre PT ou PC do B, mas se misturam a outros partidos como o Partido Liberal (PL), o PMDB, o PP, e a outros candidatos que compõem o cenário político do assentamento.

Para Zé parece claro: *“os do MST também votam em Zé Carlos, pois ele não é só FETAG, ele também é MST e é amigo do pessoal todo aqui.”* D. Vitória começa a dar jeito no banho das netas, ainda precisa buscar água que não tem sido suficiente, pois tem chegado muito pouca através do abastecimento operado pela associação. O último ônibus já está no ponto, o cobrador conta umas novidades *da rua* para Zé, fofocas de época: eleição.

Dora, Gastaldo, d. Maria e César: a casa de farinha

Dois dias após ter retornado para a casa de Dora, encontro Gastaldo e sua mãe, d. Maria. Os dois estão assistindo a moagem da mandioca na casa de farinha ao lado, que pertence “no uso” à d. Maria. Gastaldo fica mais ausente, mas d. Maria está concentrada na contagem dos sacos, apesar da nuvem de poeira branca que paira no ar da peça. Todos estão meio cobertos de pó e esbranquiçados pelas partículas de mandioca levantadas pelo processo de trituração e enfarde. A mandioca colocada na grande roda de moagem, antes descascada e

depois comprimida, à medida em que a grande roda completa seu giro, vai aos poucos perdendo sua forma de círculo estirado e dando vez a pequenos gomos, bagaços que também acabam se desintegrando em pequenos pedaços, cada vez menores até o ponto de virarem farinha. É depois de prensada que se revolve em mil partículas de pó, confundindo-se com o ar e permitindo que seja respirada. Os homens lutam para ensacá-la o mais breve possível, mas o próprio movimento de levantar os carregados sacos para que sejam pesados faz esvoaçar densa poeira que cobre a todos, sequer a lente da máquina de fotografias é poupada.

Ao fim do processo, uma negociação difícil se estabelece. Para os assentados que usaram o moinho a porcentagem que deveria ser paga tradicionalmente seria de 20% do produto, d. Maria e Gastaldo afirmam que o trato sempre foi pautado em uma porcentagem de 25%, ao que argumentam que desde o tempo do finado Escurinho (marido de d. Maria) foi cobrado esse preço. O acerto custa, os homens começam a tentar tirar o pó do corpo enquanto falam à meia voz que estão sendo abusados no preço, que da próxima vez levarão na outra casa de farinha que tem para os lados “das Goiabeira”. Sussurram entre si, mas dentro de uma medida em que podem ser ouvidos, mas que precisa parecer que o que é dito não está frontalmente sendo pronunciado, pois isso pode gerar um atrito não desejado. Gastaldo se retirou à francesa, talvez tenha percebido que sua posição (masculina) ali era mais difícil, porque colocava o embate em um campo de disputas que podia sobrepor-se a uma negociação de preços, partindo para o enfrentamento. D. Maria permanece atenta em seus setenta e alguns anos, inflexível na taxa a ser paga, prolonga o impasse. Sentada no beiral do moinho observando cada saco que foi carregado faz cálculos. Vence a contenda e volta-se para dentro da casa de Gastaldo e Dora, também falando à meia voz sobre a pretensão dos moedores.

Sentados no pátio estão Gastaldo e seu irmão César esperando por d. Maria. César é muito magro e na maioria das vezes está um tanto embriagado, o que lhe faz se tornar uma figura conhecida e um tanto cômica no local. Assim como Gastaldo, não se sente parte do assentamento. Apesar de morar com a mãe no lote, também tem uma casa em um bairro urbano, portanto, prefere não se “ocupar” com o que acontece no Amaralina. Gosta de se vestir “super chic”, como diz, e usa praticamente todos os dias um terno preto que ganhara de d. Maria para o casamento da irmã. Nos dias mais quentes, usa-o sem camisa. Esforça-se para falar bonito e ter opiniões fortes. Através da loquacidade de Paulo Sérgio — que prefere ser chamado de César (e não Sérgio) ou, como se convencionou chamá-lo no assentamento, Nego César — vários aspectos do assentamento que eram pouco ou nada falados pelos sóbrios

vinham à tona em seus bombásticos discursos. César não falava bobagens destituídas de sentido e não discorria a esmo suas conclusões, só as expunha quando se revelavam interesse e alguma disposição para escutá-lo, já que, exceto pela família, não era muito considerado no lugar porque tinha ficado *nesse estado* desde que a mulher morreu.

No interior da casa, começa a ser transmitido pela TV o programa eleitoral. Entramos para a sala onde dividimos o sofá e uma poltrona para assistir. Era o momento em que o candidato a prefeito Herzem Gusmão (PSDB) estava falando, ao que César se põe a palestrar: “*vou votar em ti, mas tu não vais ganhar!*” E explica que sua relação com Herzem trava-se desde que ele era menino, na vila Patagônia em Conquista, pois Herzem é radialista e ia lá fazer reportagens. Para César, além de ser sabido, jornalista advogado e até mais que advogado — bacharel —, Herzem é homem muito bom, fantástico. Para escolher um candidato, diz César, precisa ser alguém que lhe tenha alguma amizade; para vereador seu critério é o mesmo, apesar de não ter tomado nenhuma decisão ainda. Ao começar o programa de Guilherme Menezes, d. Maria comenta que, no seu entender, esse foi o melhor prefeito que Conquista já teve, pois limpou a cidade quando esta se encontrava suja e abandonada, além de ter pagado os funcionários que tinham seus salários atrasados, característica de um homem honesto e preocupado com os pobres. Todos na sala concordam e tentam recordar quem fora o prefeito que entregou a cidade naquele estado para Guilherme; fica a dúvida, ninguém sabe ao certo, talvez Pedral que estaria completando já seu segundo mandato.

Na hora de jantar, Dora pede para Sambinha buscar um peixe do freezer da escola. Gastaldo e Dora não se entendem sobre quem vai preparar o peixe. Dora diz que quem sabe fazer peixe é Gastaldo que, por sua vez, deixa Dora brava ao responder que estava no bar porque esperava ao chegar em casa encontrar janta pronta! Ao que Dora chama d. Maria para desabafar:

“viu seu filho, viu! Eu chego da rua [cidade] onde fui marcar exame do coração tendo passado até fome todo o dia por não ter dinheiro pra comer nada além de um picolé — e esse homem que não presta para nada deixou tudo sujo, é a louça na pia, êta inútil que nem para trabalhar presta!”

D. Maria escuta calada, recebe queixas de um filho de quase 50 anos. Cria-se um clima pesado, Dora se sente cansada, começa a preparar o jantar reclamando que, além de não fazer nada, Gastaldo comeu uma carne que ela descongelou mais cedo para nosso jantar.

Depois desses desabafos, Dora diz para D. Maria que o seu maior desejo é lhe devolver Gastaldo e morar só.

Depois de muito atrito, o que era comum nos dias em que Dora trabalhava muito e encontrava Gastaldo olhando TV ou bebendo, conseguimos jantar tranquilamente, porém d. Maria não quis comer conosco. Partiu e foi preciso ajudá-la a embarcar no ônibus porque carregava um pesado saco de farinha, recebido como pagamento pelo uso da casa de farinha. Agradecida, convida-me para uma visita à sua casa, diz que tem muita coisa para contar desse assentamento, porque conhece a todos. Ficou combinado que dali a dois dias poderíamos almoçar e *assuntá*, como costumava convidar.⁴⁷

Dora precisa ir até o telefone público situado em frente à escola para ligar para seu ex-marido Wilson, pai dos meninos, que reside em São Paulo. Conta um pouco constrangida que precisa lhe pedir dinheiro para poder realizar os exames cardíacos que está recomendada a fazer. Sua pressão arterial está altíssima e precisa comprar remédios para poder controlar. Como tem ficado indignada de esperar na fila do posto de saúde municipal para conseguir os medicamentos, não se furta de xingar o prefeito e todos os demais, e parte em busca do dinheiro para adquiri-los por conta própria. No percurso até o telefone, avista o bar do irmão de Zé Carlos e diz *“pensei em até pedir para esse peste ver se tem como renovar esse contrato, mas ele não deve ter força, [risos] está crente mesmo que eu vou votar nele, eu hein, deixa ele que vá pensando [risos]! Ó vê ‘cê’ fala com o Edu pra mim, agora ele tá sempre te ouvindo.”*

Do telefone saímos em busca de um vinho para dar uma bebericada pós jantar, percorrendo os botecos de entorno do campo de futebol com dois copos na mão que, depois de certa busca, — afinal os bares dedicam-se mais à venda de cachaça, — foram por fim completados com vinho *rosé* suave. Na passagem pelo primeiro bar, foi possível reencontrar Gastaldo, com cara de poucos amigos, bebendo uma pinga na única mesa que cabia no recinto, quase todo ocupado por uma sinuca. Quando entramos no local, exceto Gastaldo que não se moveu, o atendente e o jogador da vez, além de todos os outros homens, encostaram-se no balcão situado ao fundo do bar, voltando-se para a porta de entrada. Eram uns quatro ou

⁴⁷ *Assuntá* é ter assunto, ou seja, conversar. A expressão é muito usada na região para situar alguém, por exemplo, “fulano tá assuntando na frente da casa com sicrano” ou também para convidar alguém para bater um papo: “qualquer apareça para nós assuntá!”

cinco que com uma das mãos na cintura e a outra com o copo de bebida, dois deles com chapéu de vaqueiro, pareciam fazer parte de um cenário de filme de *cowboy*.

Dora conhece a todos e, ao gracejar com alguns, ajuda a situação a se desembaraçar. Era notável que ali não era um espaço muito frequentado por mulheres. Tal como no bar de seu Zé, também havia cartazes colados às paredes, alguns de nomes já vistos, como Júlio Honorato (PT), Zé Carlos (PC do B) e Luciano Gomes (Partido da República — PR), outros nem tanto como Vivi Mendes (PT, ligado ao sindicato) e Lúcia Rocha (DEM). Carregar os copos cheios no lusco-fusco durante a travessia do campo de futebol foi um exercício de equilíbrio.

Durante a maior parte do dia, a rotina de Dora é o trabalho na escola. Normalmente, acorda antes das 6h para se preparar para ir fazer café e a merenda do meio da manhã. O almoço também é realizado na escola que funciona em dois turnos. Na frente da cozinha, nos horários menos corridos, juntava-se a Marcel e ambos achavam muito divertido e curioso ficar tomando o chimarrão que eu levava. Assim muitas manhãs transcorreram enquanto se conversava e tomava o mate amargo.

As questões do fornecimento e distribuição de água continuavam atormentando Marcel porque a associação estava com dívidas junto ao técnico que consertou a bomba de imersão (que puxa a água para o assentamento) pela última vez e não conseguia arrecadar o dinheiro suficiente para cumprir com todas as despesas. A encarregada de fazer as cobranças era Lúcia, que morava na casa que foi sede da Fazenda. Além de não conseguir receber os pagamentos atrasados de um grupo, Lúcia enfrentava uma situação nova: bons pagadores começavam a não querer pagar porque se sentiam onerados pelos maus pagadores, consequentemente, estava sem muita saída. Lúcia levava o talão com os recibos para apresentar para Marcel, o presidente da cooperativa e, portanto, responsável pela distribuição da água. Muitos eram os inadimplentes, e maiores eram suas justificativas, o que deixava a cobradora agoniada e Marcel procurando soluções. Pensava em pedir novamente ajuda para a prefeitura, mas esta já tinha participado doando os canos e a mão de obra para instalação. Cogitava falar com Júlio Honorato, porque entendia que afinal a preocupação do candidato era prioritariamente resolver problemas dos assentamentos, mas se desiludia quando pensava na agenda do candidato naquele momento.

Na verdade, tanto Marcel quanto Lúcia sentiam-se com as mãos amarradas porque no fim das contas reconheciam que a situação econômica entre uma parte dos devedores era complicadíssima, portanto, o valor de quinze reais era significativo no restrito orçamento. Marcel me explica que no assentamento Amaralina algumas famílias tem como principal orçamento os programas de governo, como o Bolsa Família e o Bolsa Escola, e também os financiamentos para agricultura, como o Pronaf, sendo em parte usados para poder suprir às despesas alimentares da família.

D. Maria e César

Partindo da escola pela estrada principal, no sentido contrário ao da cidade, a casa de d. Maria ficava a um pouco mais que 20 minutos de caminhada. Cheia de árvores no entorno, a casa de d. Maria situa-se um pouco para dentro do lote, passando a porteira caminha-se trecho até chegar à residência que divide com seu filho César. A casa tem uma sala na entrada onde ficamos conversando com a TV sempre ligada. O quarto de César é separado da sala por uma cortina e o de d. Maria situado ao longo de um corredor que leva até a cozinha.

O lote de d. Maria produz, tem cabeça de gado e quando ela precisa plantar ou colher café, contrata diaristas. Nascida em Goiás, assim como o seu finado marido José de Souza (homônimo de seu Zé), conhecido por Escurinho, d. Maria veio trabalhar como feirante. Tinha barraca na feira da Ceasa de Conquista e morava na vila Patagônia:

“nós tínhamos barraca, barracão, comprava caminhão de laranja, de manga, caminhão de cana, aí apareceu o rapazinho e disse: ‘— seu Escurinho, aí tá reforma agrária’. — Aí não tinha isso de reforma agrária, a primeira, primeira foi essa aqui, a mãe das outras. E não era para tá aqui assim hoje, mas as outras pessoas querem passar na frente. Deram para vender terra, e vender, mas essa terra não se vende. A moça de Salvador falou para nós: ‘óia’ que a terra de reforma agrária é um casamento civil, não se vende, é para os pais, para os filhos, para os netos e até para os bisnetos. E não sei do tempo que foi que veio recurso, nem veio para ninguém. Porque depois que venderam muito lote, que puseram na justiça, não vem nada, nada mais. [...] Mas daquela época não era como é agora, não se tinha nada de reforma agrária, nem se ouvia falar. Aí ele veio [seu marido], mas por causa da idade dele, não colocou no nome dele, colocou no meu nome, e aí foi como bilhete de loteria, por que tinha 280 famílias, juntada com fome e sede. Daí as mulheres de Salvador falou: — ‘Nós vamos levar os nomes de vocês para cadastrar, mas não é todo mundo que vai conseguir’ —. No dia que chegou, foi alegria e choro, porque muita gente que era vizinho, que nós era já ‘custumadinho’ com eles, aí não veio o nome deles, aí o meu nome veio. Aí veio um cara do sindicato tomar

café, olhe que nós morava lá embaixo, num barraquinho, acampada, aí o cara chegou lá e falou: ‘— Seu Escurinho, o senhor vai pra reunião e joga duro porque o nome de sua mulher veio e juntou uma turma lá e tirou, tirou o nome de sua mulher e botou de outra pessoa. O senhor vá lá porque riscou o seu e botou de outro.’ — Aí, o meu marido era desse que não levava desaforo pra casa, no meio de todo mundo lá, mais de 500 pessoas ele chamou o homem de ladrão na cara! E foi na casa do homem! Aí acalmaram meu marido, Wilton pegou falou: ‘— Seu Escurinho se hoje aqui nós começa uma briga, vira uma guerra!’ — Aí a pessoa falou assim: ‘— Seu Escurinho, nós então vamos tirar fulana de tal, que ela era sem-terra, e nós colocamos o nome de sua mulher lá.’ — Escurinho disse: ‘— Não, não quero, quero no nome que veio, não quero que vocês tirem ninguém pra botar nós.’ — Aí se reúnem umas quinze pessoas, aí o sujeito que estava organizando perguntou: ‘— Ó que que você tem contra esse casal?’ — Porque naquela época não podia ser mau vizinho, não podia brigar, porque perdia a terra. Hoje não né, quer virar guerra em cima, vira. O povo briga e briga, tá nem aí mais. Aí eles disseram que nada, que sabia que nós éramos trabalhadores e tal. Aí ele, o cara falou: ‘— Coloca esse casal nesse grupo que é boa esperança, eles ficam nesse grupo’ — porque o nome desse grupo aqui é Boa Esperança, porque cada grupo tem um nome, é tudo com nome os grupo daqui é São João, Santa Marta, Goiabeira, tem Canaã, tem Baixa da Fartura que é da sede pra lá, e o Boa Esperança é da sede para cá. Esse grupo que nós moramos é esse, Edu é do Boa Esperança. Aí, aí nós ficamos nesse lote aqui. Não quis lá embaixo, porque Escurinho disse assim para o agrimensor, disse assim: ‘— Olha te dou um frango pra ‘ocê’ me achar um bom lote’. — Aí ficamos aqui e fomos é trabalhar. Veio gado do governo, governo mandou carneiro, mas o povo devorou, comeu todos carneiros, povo bagunçou, bagunçou. Ué ‘cê’ não sabe que todo lugar tem pessoa que cresce o olho em cima de outro? No início, o governo mandou vinte cabeças para todos, aí ia parindo e as pessoas iam ficando com as crias, mas ninguém viu nada, dividiu nada, deu briga, deu briga, briga, demais. Daí veio um empréstimo no banco, para gado, para comprar e mais um empréstimo e um dinheiro para casa e para fazer cerca, arame. Desse gado do empréstimo é o gadinho que eu tenho, tinha trinta cabeça, agora tenho só dezesseis por causa da seca e porque eu casei uma filha. Eu vendi um bocado, porque eu casei uma filha o ano passado, fez um ano agora dia vinte. Uma festa, minha filha, queria que ‘cê’ visse!’”

D. Maria, portanto, nunca em sua vida tinha ouvido falar de reforma agrária, sequer sabia o significado dessa expressão quando o então representante do sindicato veio lhes informar do processo da Fazenda Santa Marta e perguntar se não desejavam participar: *“eles diziam que estavam dando terra para o povo.”* Participando então da ocupação com o grupo do Sindicato, d. Maria recorda que a Fazenda se transformou em um palco de gente, de pessoas necessitadas, principalmente. Arruma o lenço que usa para cobrir os cabelos ainda não totalmente grisalhos e lembra que ficou assustada de ver tanta gente em volta da sede da Fazenda Santa Marta passando fome e sede; fora uma época dramática, muitos acampados não tinham nada e até mesmo conseguir água era um transtorno. Conta ainda que o fato de seu nome ter sido retirado fez Escurinho sofrer muitíssimo. Como contou anteriormente: *“ele [Escurinho] chamou o homem que tirou nosso lote de ladrão em frente a mais de quinhentas pessoas! E olhe que você conhece bem ele! A pessoa que tirou meu lote ‘cê’ conhece, foi ele que te trouxe aqui! E olhe que quando nós entramos não tinha nada de MST.”*

A situação fica um tanto embaraçosa porque era evidente que se referia a seu Edu. Entendo nesse instante porque sendo das moradoras mais antigas do assentamento seu Edu nunca me sugeriu que fosse até sua casa. É perceptível que havia ali uma querela antiga que deixou suas marcas, possivelmente alentadas pela intensidade com que fora vivido o momento dramático do acampamento. Desfazendo a situação de enleio da conversa, d. Maria diz que hoje em dia se dá bem com todos no assentamento, não se importando com o lado que estejam, nem com as brigas que travem entre si: *“me dou com Edu sim, agora me dou; me dou com Benício, com Zé Carlos”*. Apesar de afirmar sua aversão à política e aos políticos, acha que *“deviam era se entender para melhorar as coisas aqui e não se apartar por qualquer coisa”*.

D. Maria conta que:

“quando foi um dia, tempos depois, em uma reunião, Edu perguntou assim, para mim:

‘— Por que seu Escurinho tem raiva d’eu, d. Maria, é por que sou petista?’

Eu disse:

‘— Não, é porque você roubou ele!

‘— Eu roubei ele, foi?’ — disse rindo.

‘— Uai, — eu falei — o sonho dele era essa terra e nós ficamos mais um ano e dez meses no barraco lá embaixo esperando, estraga lona, rasga lona.

Aí ele veio aqui um dia, eu pensei o que fez, fez. É passado. Aí ele disse:

‘— Posso entrar, seu Escurinho?’

‘— Pode’.

Entrou, conversou, tomou café e depois puxei o assunto. Eu disse:

‘— Tá na hora de vocês deixar disso, desse ‘lengo-lengo’, deixa pra lá. — Pois foi que ele disse:

— ‘Foi para isso que vim aqui.’ — Aí ele começou a sorrir se deram a mão, acabou a bronca! Edu tinha os parente, eu sei que ele queria colocar os parente dele, então que ele tirava o nome de certas pessoas para botar os parente dele, mas aí cabou os ‘lengo-lengo’ deles, fizeram as paz, foi bom.”

Atualmente é outra a questão que está importunando dona Maria, trata-se da casa de farinha. Era um bem da comunidade, foi desapropriada junto com o restante das benfeitorias da Fazenda Santa Marta e funcionava nos primeiros anos do assentamento com um total de dezessete sócios. Depois por problemas administrativos e contendas entre os sócios, acabou sendo abandonada por um período de dez anos. Posteriormente, Escurinho reformou toda a casa de farinha, colocando novamente em funcionamento. Para d. Maria, o terreno que compreende a casa de Dora e Gastaldo e a casa de farinha pertence à sua família. Todavia, na interpretação de outros assentados, esse terreno e a casa de farinha são comunitários, e no entender de Dora, a casa que está ali lhe pertence.

César aproxima-se vagarosamente da sala, parece disposto a falar. Entre uma charada e outra sobre história do Brasil ou assuntos que acha importante, aproveita para descompor lideranças do assentamento e políticos da cidade. Parece que a situação de itinerante no assentamento e também por o considerarem “um bêbado” lhe dá permissão para expor seus pontos de vista abertamente sem que com isso receba qualquer reprimenda. Seus “melhores discursos”, no entanto, fez sem estar bêbado, situação na qual prefere permanecer mais calado. Encadeando nas observações sobre Edu, tratou de dizer como percebe a situação do Amaralina:

“Aqui tudo vive do que Edu diz. E só tem ele e Marcel, quando um entra, o outro sai, não tem pra mais ninguém [risos]. Agora, que presidente é esse Marcel que não fala, ele não se soma de vocabulário [questão respeitável para César] precisa que Edu fale por ele, recite sempre o que deve ser. Homem que quer ser presidente do não sei o quê lá, associação que seja, tem que ter a palavra quando precisa.”⁴⁸

Há diferentes modos de pertencimento ao lugar entre aqueles que ali convivem, podendo mesmo haver aqueles que sequer se sentem como pertencentes. O caso de Gastaldo e César (entre tantos outros possíveis) é bastante exemplar do não pertencimento ao lugar — ou um pertencimento diferenciado, por assim dizer — apesar de passarem maior parte de seu tempo no Amaralina. Também são diferentes as maneiras como as questões locais afetam cada morador, pois para César, e tampouco para Gastaldo e d. Maria, o fato de conviver com comprador de lote não lhes incomoda em nada, apesar de ter ficado claro que a terra de reforma agrária não poderia ser vendida. Talvez por não terem sofrido nenhum tipo de constrangimento com a presença dos compradores, para eles é claro que não se trata de uma briga que tenha algum comprometimento; é o desejo de se darem bem com todos que pesa nessa posição.

Não lhes restam dúvidas de que houve um processo ilegal de vendas de lotes, mas entendem que se sobrepõe o fato de “que quem comprou pagou”, assim a posse da terra dos compradores é legítima do ponto de vista de d. Maria e César. Portanto, o erro foi ter sido feita a transação em algum momento, agora a briga deveria ser deixada de lado, principalmente pelo MST, visto na casa de d. Maria como o principal promotor dessa discórdia. A contenda entre MST e FETAG acaba sendo percebida como um tanto anacrônica no que consta o dilema da compra e venda de lotes, mas sempre atualizada porque disputam um espaço político no assentamento que é praticamente homogeneizado pelo MST, que são os

⁴⁸ Ou seja, para César uma liderança precisa saber “falar bonito.”

cargos de liderança e presidência da cooperativa. No fundo, para César — o filósofo, como se intitula, —, tudo é porque estão querendo o poder, nada mais que poder e ninguém quer ceder um pouco do que tem.

D. Maria tem mais três filhas que moram na cidade, Miriam que tem um bar no bairro Patagônia onde também moram Ilda e Ivone, que estava de mudança para São Paulo. Miriam e as irmãs visitam a mãe e o irmão, pelo menos, uma ou duas vezes por semana. D. Maria também vai frequentemente para *a rua*, fica na casa das filhas quando precisa fazer compras, ir a médico. Às vezes, permanece por vários dias na vila Patagônia onde seus filhos têm casa, pois quando a seca está muito intensa, e a água escasseia no lote, tem a possibilidade de ficar na cidade. D. Maria considera que conseguiu ter sua casa depois de muito trabalho dela e do finado marido, seu Escurinho, pois se preocuparam em manter o gado, o que poucos fizeram, *“pois tem gente do povo aqui que não trabalha, não tem nada, porque a pessoa com vinte ano dentro da terra não era pra passar tanta necessidade como tem uns que passa. Eu estou meio fraca já, mas tem minha roça, arrumo, quando precisa, um que me ajude.”*

No fim de semana ia ter uma feijoada na casa da filha de d. Maria, a Miriam. Será ofertada como despedida de Ivone que está sentida de se separar dos seus. Miriam é muitíssimo simpática e alegre, e não se conforma com uma resposta negativa à sua feijoada, foi preciso, pelo menos, relativizar e, por enquanto, compartilhar o café passado, cheiroso e doce.

As relações difíceis que são apontadas por d. Maria estabeleceram-se no início do assentamento quando os cinco grupos estavam presentes disputando o espaço e a representação. Ainda não se sabia quais pessoas que receberiam terra, muito menos poderia ser previsto que aqueles que a obtivessem logo a venderiam. A revelação feita por d. Maria — sobre o fato de ter seu nome retirado da lista de selecionados para receber lotes, enviada pelo INCRA, através de uma decisão arbitrária de liderança local — anuncia a existência de interesses e disputas que estão pautados por outras regras que se afastam das definições por condição social, aptidão, trajetória de agricultor etc., usadas pelo INCRA, pois antes disso estava a inserção em redes de conhecidos que defenderiam ou retirariam nomes. O fato do grupo do finado seu Escurinho e de d. Maria ser representado pelo Sindicato não impediu que seus nomes fossem retirados da lista, a princípio; eles não tinham vínculos estreitos nem com dirigentes sindicais, nem com aqueles de outros grupos (especialmente PT e CPT) que

estavam com maior poder de barganha naquele momento. O pertencimento não é igual para todos.

Efetivamente a preocupação dos grupos estava em colocar o maior número dos “seus” para se consolidar na então recente experiência de reforma agrária que foi o assentamento Amaralina. Todavia, constata-se que essa estratégia persiste nos dias de hoje, em outros planos de decisões. Essas experiências passadas parecem informar os modos de organização e de tomada de decisões quando se observa que reuniões são realizadas, com pauta, ata e todas as formalidades necessárias, — dimensões solenes e, por vezes, festivas — para que se tomem decisões em grupo (COMERFORD, 2002). No entanto, o convite ou a falta do mesmo para alguns grupos define o estilo do grupo ou dos indivíduos que coordenam as reuniões e efetivamente predominam nas tomadas de decisão e deliberações em geral. A escolha discricionária de quem será convidado ou quem ficará com o nome de fora da lista de chamadas para reunião ajuda a entender a permanência das mesmas lideranças, no entanto, não esclarece tudo. É preciso relativizar o peso desse “não chamar” — evidentemente que ele é sempre excludente — mas não é uma ação que seja reconhecida como a pior possível, mas justifica-se porque “é preciso agilizar coisas”, como o diz seu Edu, e nem todos ali estariam dispostos a colaborar com o “andamento” do Amaralina. Seu Edu argumenta ainda que todos sabiam que as reuniões aconteciam no domingo pela manhã, portanto, apareciam sempre os mesmos, “os interessados”. Com o passar do tempo outras datas foram sendo combinadas e, apenas eventualmente, avisadas para o resto da comunidade com a alegação de que dificilmente participariam.

Claro que existe um espaço de contestação desses líderes “constantes”, mas ele é disperso em vários vetores que podem direcionar a crítica por meio de fofocas, diz que diz que, contestações entre conhecidos, mas que não entram na reunião como pauta, mesmo que fosse para chegar aos ouvidos de quem deve ouvi-la e ser rebatida no âmbito da reunião. Um outro vetor que é usado para contestar, mais ou menos como pensam d. Maria e seus dois filhos, é do tipo “*eu não quero me envolver em briga, eles que resolvam,*” retirando-se de qualquer contenda coletiva. Ainda existem aqueles que direcionam suas críticas na reunião sem chegar a enfrentamentos que possam causar rupturas, pois, afinal, não estão dispostos a assumir cargos de dirigentes. Note-se que tal diferenciação de posições ou dos vetores em que a crítica se manifesta não se excluem mutuamente, o assentado pode ter uma dessas atitudes

em sua interpretação das lideranças e pode ainda usar de todas. Além do mais, sempre são reinventadas essas resistências e percepções da dominação.

Ao se pensar o assentamento como portador de uma esfera de moralidade, a qual, hipoteticamente, deve redigir as regras de conduta do grupo e do indivíduo pertencente a essa “comunidade moral”, espera-se, portanto, que ele aja sobre os preceitos de moralidade. O problema desse arranjo é quando a política entra em jogo: mesmo quando buscamos tratar moralidade e política em intersecção, evitando separações tais como tradicionais x modernos como sugere Strathern (1998), a política é onde se organiza a competição, a disputa, tensionando o exercício de igualdade moral. Ademais, a própria moralidade é conflitante, como declara Frederic, há “[...] procesos en que los conflictos morales, o la coexistencia de distintos estándares de evaluación moral del comportamiento, organizan — a veces conflictivamente — la política.” (FREDERIC, 2004, p. 31)

Por isso, ao estudar esses processos é preciso outro deslocamento para não recair em explicações teleológicas que encaixam a realidade em modelos preestabelecidos, do tipo sociedade tradicional, clientelista, familista x sociedade moderna, individual, racional, ou mesmo pós-moderna. Como sugere Frederic, trata-se de perceber a moralidade na política “para mostrar que, en el juego de las ambigüedades sobre la intersección entre política y moralidad, reside la riqueza del estudio etnográfico de procesos políticos concretos.” (FREDERIC, 2004, p. 31).

Depois que o assentamento se solidificou como um espaço de disputa, moral e política, podemos dizer, as demais organizações se retiraram do local restando apenas o MST e a FETAG. É a partir da intensificação dos conflitos nos anos seguintes, com medidas extremas de violência e expropriação, que o embate assumirá apenas dois campos opostos — quer dizer, dois campos formais de oposição, porque o jogo de disputa de poder tem inúmeros outros personagens em cena.

Os candidatos pertencentes a esse movimento e a essa associação têm representação política de seus associados, de pessoas que se sentem vinculadas a um ou outro e, portanto, fazem suas escolhas com esse critério. No entanto, seria demasiado estender essa pertença para todos os assentados e mesmo para aqueles que são mais proximamente vinculados a essas siglas. A segmentaridade de posições encontra-se não apenas entre os *desvinculados*,

pois os acordos familiares podem configurar arranjos muito mais complexos do que aqueles previstos pela proposta de representação do MST ou da FETAG.

Quero chamar a atenção para uma dinâmica interna ao assentamento Amaralina e, com isso, retomar a discussão da segmentaridade. Ao termos duas organizações que, em dadas ocasiões, repartem o pertencimento no local, podemos observar que esses grupos, além de não serem estáticos, estando em constante rearranjo, transigem entre si, permeados por relações bastante maleáveis entre os sujeitos de um e de outro grupo. Mas, não paramos por aí. Se em algum momento FETAG e MST centralizam posições, em outros momentos, ocorre uma verdadeira relativização dos arranjos e forças políticas no assentamento, forças capazes de, eventualmente, criarem a fissão da posição centralizada e abrirem espaço para a presença de outros grupos, muitos organizados em torno das relações de parentesco e vizinhança que, por sua vez, não deixam de serem políticas (GOLDMAN, 2001). No entanto, em determinadas ocasiões, esses grupos de assentados retornam às suas posições antigas, ou seja, conforme o contexto e o jogo de forças, é provável que voltemos à primeira situação: se é MST ou FETAG.

D. Vitória e seu Zé

Na cidade de Vitória da Conquista, há um ponto de onde saem vários ônibus para a zona rural, entre eles está o “Fazenda Santa Marta”. Tal linha parte em intervalos irregulares, mas nunca com diferença menor que de uma hora entre uma partida e outra. No final do expediente, vai cheio de moradores do assentamento que trabalham na cidade e retornam para suas casas. Entre eles vão estudantes da UESB que usam esse ônibus como uma alternativa de horário no transporte até a universidade e também agricultores que vêm, de modo geral, fazer compras ou exames na cidade e retornam ao fim do dia.

No entorno desse ponto de ônibus ficam várias barraquinhas de lanches e bebidas, que se situam principalmente no canteiro central da avenida. Do outro lado da rua, tem um grande muro que se tornou um lugar privilegiado para propaganda eleitoral pelo fato de as pessoas ficarem voltadas para ele enquanto esperam o ônibus. Portanto, encontra-se coberto de

cartazes de candidatos de vários partidos. As barraquinhas de madeira pintada de vermelho, além de venderem salgados e refrigerantes, são um lugar de encontro entre conhecidos que estão esperando o transporte. Algumas têm banquinhos ao redor, que, em certos horários, ficam repletos de agricultores (as). Eles brincam, bebem e conversam e também guardam compras que são feitas ao longo do dia, e ali depositadas, para serem carregadas na hora da partida.

Encontram-se no ponto do ônibus hoje, misturados a muitos outros assentados, seu Edu e Marcel. Seu Edu não embarca, é Marcel quem vai levar um maço de papéis para os assentados assinarem — refere-se aos papéis como “um projetinho”, sem dar mais explicações. Na parte de dentro do ônibus, está Zé esperando a partida que, às vezes, pode demorar cerca de 30 minutos. Sentado na parte reservada, pois pela idade não paga mais bilhete, conversa com Edu que está no primeiro degrau da porta dianteira do ônibus. Tem pesados sacos para carregar, cheios de mantimentos. Na viagem até Amaralina, cumprimenta praticamente todos que pegam o ônibus, alguns param para trocar algumas palavras e depois procuram um lugar para sentar.

Ao desembarcar, seus netos correm para recebê-lo. À Edna, a neta mais velha de quem tem muito orgulho, pede para chamar d. Vitória que se encontra na roça. Correndo com os cabelinhos presos em um pequeno “rabo de cavalo” que se sacode muito, Edna pega uma trilha à direita da casa que leva até o espaço no lote onde fica a roça. Todos os outros correm atrás, o pequenino chora como louco por ter sido deixado por último até encontrar o colo de seu avô. Por enquanto d. Vitória está limpando o terreno, pois ainda não tinha feito o roçado naquela parte. A seca está muito forte e não tem quase nenhuma vegetação viva a não ser aqueles espinho baixos e ferozes, comuns no semiárido. Depois de colocar fogo no que sobrou desses pés de espinhos, o trabalho consiste em arrancar o que sobrou, o que nem sempre é fácil, pois muitos não tiveram suas raízes atingidas suficientemente pelo fogo e resistem bravamente aos puxões que deixam as mãos e todo o resto do corpo em que encosta tismado e preto. O preparo dessa roça é para plantar feijão de arranque, por enquanto resta esperar e deixar o solo limpo e pronto para receber a planta quando a chuva vier.

O cenário do preparo da terra com fogo para servir de roça não é dos mais atraentes, especialmente pela escassez de chuvas. Os pequenos pés de espinho e demais pragas que

foram queimados ardem por mais de um dia e ficam como se estivessem a fumar, largando uma fumaça esparsa e fina que sobe lentamente nos dias sem vento.

Quem cuida da roça é d. Vitória, do preparo da terra, passando pelo plantio e a colheita. Diz sentir-se em paz quando está na roça; em casa, às vezes fica muito “apoquentada” com o som alto que as meninas colocam e com a agitação toda dos netos e dos frequentadores do bar. Prefere o sossego de ficar mexendo na terra e sente prazer em ver as plantas na mesa depois. Antigamente a família tinha cafezal com bastante pés de cafés, agora restam poucos porque na época que Zé cuidava da roça, antes de se aposentar, suspeitam que um vizinho, por motivos que não sabem ao certo, colocou óleo diesel nos pés de café levando metade da plantação a adoecer e morrer.

Sem entender propriamente essa atitude, as explicações são as mais variadas, para seu Zé pode ser a inveja e o olho gordo, — gente ruim que teria feito essa maldade porque não suporta a fartura dos outros. Ele também lembra da possibilidade de ser alguma coisa relacionada ao passado, afinal, o suspeito mora em lote comprado, mas custa a crer que seja por isso, porque se dava com ele — aquilo era coisa do passado, mas então por que motivo tomara aquela atitude, se pergunta seu Zé? D. Vitória responde: *“coisa do mal, gente que pensa o mal, que quer a desgraça alheia”*, ao que Magnani acrescenta *“‘etâ’ gente ruim essa daqui, dão conversa é para o capeta!”* O que de fato tinham certeza é que em uma noite de inverno alguém destruiu quase uma centena de pés de café, colocando diesel no entorno da planta. Também sabiam que era alguém do lugar que tinha algo contra eles, visto que a pessoa sabia perfeitamente onde se situava a plantação a ponto de conseguir encontrá-la durante a noite.

Depois de ouvir essa história até agora insolúvel, quando estavam sentados na varanda, mostro as fotos da família batidas nas semanas anteriores. Como não dispunham de máquina de fotografia, fotos em situações cotidianas não eram muito comuns, sendo a maioria de eventos, como aniversários e casamentos. Zé fica encantado com as fotos em que apareciam ele e quase todos os seus netos, em uma situação bem caseira, ele sentado na cadeira do bar rodeado de crianças. Magnani, Jéssica e Brenda também vêm olhar as fotos nas quais aparecem com seus filhos e sobrinhos. Antes estavam sentadas em torno da mesa de sinuca, exceto Brenda, que permanecia de pé. Jéssica conta do debate dos candidatos na televisão e diz que o achou muito fraco. Ao ser interrogada por Brenda do motivo dessa visão,

já que tem achado os programas eleitorais bem “emocionantes,” Jéssica responde que os candidatos não sabiam muito o que dizer, parece que nem sabem do povo, que vivem em outro planeta. Acrescenta ainda que nunca, “*nunquinha ó*”, que votaria em Herzem Gusmão porque este teria chamado certa vez no rádio o povo do Amaralina de ladrão, uma ofensa irretratável para quem já tem a estima abalada por acusações de todo porte. Segundo Jéssica, ele não só caluniou, chamando de ladrão, como ainda teria acrescentado que eram “uns vagabundos.” D. Vitória intervém, não se conforma com o que a filha diz ter ouvido de Herzem Gusmão e fala com determinação que isso não é provável, afinal

“Herzem foi um herói minha filha, ele foi o único jornalista que entrou no Amaralina para denunciar o que os compradores fizeram com a gente. Na época, teu pai tinha sido espancado por essa gente, era da Cooperativa, estava muito no MST, e o Herzem veio saber o que se passou aqui, não é de acreditar numa coisa dessas, que ele tenha dito essas ‘bobageira’ toda.”

Nesse momento, Zé, que estava absorvido pelas fotos, resolve entrar na conversa e relata que Herzem foi realmente o único jornalista a se interessar em fazer uma reportagem sobre os dias de violência vividos no assentamento Amaralina: “*ele filmou tudo, até eu todo amarrado e todo estuporado, falou ‘das judiação’ todas que os jagunço de comprador fizeram para nós, mas agora não sei o que deu nele, acho que subiu as políticas para cabeça, o homem colocou tudo a perder falando mal do pessoal aqui.*” Jéssica o interrompe e cita as frases ditas por Herzem “agora lá só ficou vagabundo e ladrão.” E continua falando do radialista e candidato a prefeito em 2008 Herzem,

“adorava Guilherme Menezes do PT, era doutor Guilherme para cá, doutor Guilherme para lá, era o melhor prefeito que Conquista já teve e não sei o quê mais, tudo era uma maravilha com o doutor Guilherme, agora não presta, é isso e aquilo, eu que não voto nesse Herzem, cada dia diz uma coisa, não dá pra acreditar nele.”

Magnani concorda, diz que sempre ouvia Herzem na rádio, e na época em que Guilherme Menezes foi prefeito era muito elogiado. Ambas acham que os candidatos para prefeito não são muito interessantes, observam na administração petista muitos sinais de inaptidão devido aos inúmeros projetos que foram prometidos e nunca realizados. No entanto, preferem ainda Guilherme Menezes porque foi um prefeito muito bom, em seu mandato houve mudanças radicais na cidade, e principalmente é alguém que se aproxima das pessoas, ajuda quem está precisando, e é respeitoso com aqueles de classes inferiores. De Esmeraldino (PDT) as meninas riem e imitam seus discursos, dizem que ele se imagina ainda na polícia em

vez de na política. Para d. Vitória, as filhas estão sendo ingratas ao fazerem os comentários sobre Herzem; depois de novamente defendê-lo, resolve calar-se.

O programa eleitoral na TV é motivo de muita diversão para as meninas que imitam os candidatos. Jéssica conta que os vereadores são para ela tudo *“uns fracos, não tem nada que valha a pena ouvir do que eles dizem.”* Sua dúvida é se vai votar em alguém, porque não tem pensado em nomes e não tem encontrado nenhum em que veja sentido votar. A isso d. Vitória responde seca e breve: *“vai votar em Luciano, menina, não vê que ele vai arrumar emprego para Magnani se ele ganhar.”* Jéssica zomba da mãe, *“ahah vai, vai mesmo, já está indo.”* D. Vitória acredita na promessa do candidato, conta que ele sempre aparece ali, que todos os moradores da zona ‘das Goiabeira’ votam em Luciano Gomes, pois ele *“começou a trabalhar bem ‘inhantes’, ele veio aqui ajudar o povo muito ‘inhantes’ de eleição”*, porque não faz sentido um candidato que não comparece, não quer se interessar pelas necessidades que tem os moradores daquele lugar. *“O Luciano sempre carregava esse povo, que até pode ser mal agradecido e não votar nele, mas se precisava, ele marcava consulta, para o que fosse, ele já fez o campo dele aqui, minha filha”*, afirma d. Vitória.

Havia chegado para tomar cerveja no bar o seu Joaquim, com quem Zé conversa. Seu Joaquim, ao escutar a conversa de d. Vitória resolve intervir: *“mas tem que se ver, dona, como é que senhora faz se quer comer uma comidinha? Coloca antes a panela no fogo, é ou não é? [risos]”* Diz que lá para o lado das Limeiras (um bairro rural de Conquista) todos votam em Luciano, porque ele tem familiares e muitos amigos. Enquanto isso, Magnani conta como será feita a boca de urna nos dia da eleição, fala relativamente baixo que conseguiu esse trabalho com Luciano Gomes, é por um dia, mas vai ganhar bem. D. Vitória acrescenta *“nenhum outro ofereceu nada, nenhum serviço e sabem que está precisando, nem Júlio que vem dizer que é nosso candidato não ofereceu nada, mas aí o Luciano disse cá para mim que mesmo que ele não se eleja, ele vai conseguir um emprego para ela no comércio de um parente dele.”* Ao que Jéssica novamente caçoa. Permanecem falando dos candidatos a vereadores e logo depois de uma festa que irá acontecer no sábado ali no bar.

Para Zé o assunto não precisa ser tão discutido como fazem as mulheres da casa; ele vota com os candidatos do PT para prefeito e para vereador com o MST, mesmo que o último que se elegeu não tenha correspondido às expectativas — esse vereador foi Noeci Salgado, que agora ocupa um cargo comissionado na Secretaria de Agricultura. Enquanto toma cerveja

com seu Joaquim, Zé observa a chegada do primeiro ônibus da tarde. Outro conhecido desembarca, seu Joaquim Arara como é chamado. Caminha até o bar, cumprimenta a todos e encosta-se às tabuas da divisória que separa a varanda do restante do terreno, bem próximo dos outros dois. Ao ser perguntado se andava “pra rua”, responde afirmativamente que fora entregar uns papéis no banco e assinar. Zé diz que também foi fazer isso pela manhã, mas não obteve sucesso porque não conseguiu entregar os papéis. Seu Joaquim Arara diz que assinou tudo e deixou na mão de Edu, para que ele entregasse no banco e resolvesse o que faltava. Ao ouvir isso, Zé parece se incomodar e diz “*mas Edu me disse que não podia pegar os meus papéis, não consegui entregar os documentos, ele não aceitou, mas que coisa agora, por que Edu não pegou minha assinatura quando encontrei com ele e Marcel?*” Cala-se pensativo, o vizinho parece não saber o que dizer e parte. Zé e seu Joaquim (que não é o Arara) voltam à cerveja.

Dora

Sentada na frente da escola um tanto acabrunhada encontra-se Dora. Fez exame para medir a pressão arterial e estava muito alta, além de estar com o coração descompassado. Não tendo dinheiro, não pôde fazer o eletrocardiograma na semana anterior, conforme a médica pediu. Dora acredita que pode ter piorado porque anda preocupada e trabalhando muito. A questão está em tentar conseguir o dinheiro porque não quer pedir novamente para sua mãe e Gastaldo não dispõe de dinheiro algum. Ofereço uma ajuda que Dora rejeita, dizendo “*só se não tiver outro jeito, porque tu está longe de casa, precisando para teu sustento!*”

Marcel chega sorridente, cumprimenta “*ó, dona moça, passou bem, ‘vosmicê’? E sucuri, que é que está com essa cara de venenosa?*” Depois de explicado que Dora não se sente bem porque tem a pressão alta, Marcel procura a professora para ver se precisam realmente de merenda, como a resposta é afirmativa, ele mesmo se encarrega de distribuir um pão francês para cada aluno no horário de intervalo.

Marcel conta que juntamente com Edu pretende marcar uma reunião para essa semana que antecede a eleição, para discutir uns projetinhos que o MST conseguiu junto ao banco e

também tratar o problema da distribuição e manutenção da água. Segundo Marcel, essa reunião também foi pensada para dar uma força na campanha de Júlio Honorato que, segundo ele, está muito parada no assentamento, ofuscada pelas “trairagens”. O ideal da reunião era que Júlio comparecesse para falar sobre seus projetos junto ao Amaralina, mas ele ainda não tinha conseguido agendar com Júlio, porém Edu como mora na cidade ia tentar esse contato. Para Dora, Júlio vem na reunião, basta convidá-lo, afinal ele sempre foi muito prestativo e atencioso.

Se por um lado, Marcel acha preciso que os assentados tenham claro que o candidato que melhor representa os interesses deles é aquele lançado pelo MST, por outro, entende que tem muitos assentados com motivos justificáveis para escolher outro candidato. Do mesmo modo que usa muito a expressão “trairagem” ou “traíras” para acusar aqueles que pretendem votar em Zé Carlos, também chama a atenção sua compreensão com determinados companheiros mais realmente ligados ao MST que têm suas escolhas político-eleitorais nos candidatos de partidos de direita. Quando sentado na frente da escola, Marcel aponta para alguns assentados que passam ou que o procuram, diversas vezes comenta a posição política da pessoa, esmiúça os motivos que devem levá-la a tomar tal decisão, enfim, diz que essa pessoa deve ter seus motivos para escolher votar em candidatos que não o Júlio. Não sendo inflexível com alguns, aceitando seus motivos de votarem com candidatos não vinculados ao PT, Marcel, por sua vez, parece não perdoar a decisão de outros assentados, revelando em sua fala as conjecturas sobre a política e a participação de seus companheiros de assentamento. Quando constrói julgamentos sobre os companheiros assentados, Marcel expressa publicamente seu ponto de vista sobre política e eleições. Para Marcel as relações de parentesco e de dívida moral justificam que um assentado vote “fora dos nomes que conhecem a luta”, como diz, mas quem não tem essas formas de relações com candidatos “de fora” e vota neles, nada mais é do que um traidor, um traíra, em suas palavras.

É claro que as relações de cada família com o MST são muito distintas, e se pudéssemos imaginar uma escala de participação e pertencimento, encontraríamos entre os assentados que se dizem “do MST” variações de dez a bem perto de zero. Não creio que seja possível encontrar entre aqueles vinculados ao MST alguém que diga não ter nenhuma relação com o Movimento, por mais longínqua que seja. Para Marcel, a fidelidade partidária de seus companheiros não é uma questão tão importante quanto a fidelidade ao Movimento.

Essa fidelidade não requer, no caso, uma participação intensa ou com esmeros, a não violação pelas propostas ou projetos da FETAG já é muito considerada. Melhor explicando, o assentado pode não participar do MST e ainda ser considerado como um “bom companheiro”, no entanto, ao ter alguma participação na FETAG, perde o crédito com os dirigentes locais do MST. De certo modo, votar no candidato a prefeito Guilherme Menezes e, principalmente, em Júlio Honorato, tem para Marcel um significado de participação, de comunhão com os propósitos do MST. Contudo, se alguns praticam “trairagens”, outros estão envolvidos em distintas redes de compromissos que justificam suas escolhas não percorrerem o caminho “ideal”.

Ao anoitecer, no retorno para casa, Dora pergunta se consegui falar com Júlio Honorato. Por enquanto, respondo, apenas com assessores, conversaremos antes do fim desta semana, porque logo já temos a eleição. Dora diz que também tentou encontrá-lo e não pôde, ficou presa por aqueles “lambe-cu” que não a deixaram entrar. Tem certeza de que se Júlio a visse mandaria passar, mas sequer pode aparecer na porta do gabinete do candidato no seu comitê eleitoral. Sua ideia era de conversar com Júlio sobre as possibilidades de renovação de seu contrato, mas como não pôde falar pessoalmente, pede que, na entrevista, eu lembre Júlio de “sua amiga Dora do Amaralina.” Conta que arrumou uma carona com Zé Carlos para o Capinal, onde vota e onde ficaremos no dia da eleição e no dia anterior, no entanto, não é para comentar com Marcel sobre essa carona, sequer com Edu, senão eles vão acreditar que o fingimento dela de votar em Zé Carlos é verdadeiro.

Dora explica que tem “feito” o Zé Carlos acreditar que ela vai votar nele, mas que Edu sabe que ela vota em Júlio. Dora calcula que Zé Carlos quase não fará votos, porque não é um sujeito apto a se relacionar com as pessoas, ao contrário de Júlio. Segundo seu filho Sambinha, que “pega” a filha de Zé Carlos, este último estaria totalmente iludido que todo o Amaralina vai votar nele — votos suficientes para se eleger vereador em Conquista.

O método de Dora “fazer” Zé Carlos acreditar que receberá seu voto, sem ser demasiado convincente para que Edu e Marcel não cheguem a desconfiar que não vai votar em Júlio, é muito cheio de meandros, mas consiste fundamentalmente na habilidade de Dora de conduzir a conversa com pessoas relacionadas a Zé Carlos a ponto de dizer que está lhe apoiando.

São estratégias vividas no cotidiano, mas bastante conectadas à política — são atravessadas por julgamentos morais das falas que são proferidas nesse jogo, com um jeito político de falar, de deixar implícito uma relação, apropriando-se da especificidade desse tempo de eleição. São, no entanto, estratégias políticas vividas por alguém que está do outro lado da urna — a eleitora Dora, no caso. E o jogo exige uma certa habilidade muito semelhante àquela que reconhecemos nos políticos, ou seja, de caminhar com um pé em cada canoa.

Em frente à casa de Dora, Veinho está montado em uma égua do vizinho e Sambinha fica em seu entorno, ambos adoram cavalos e, para cavalgar, prestam alguns pequenos serviços para o proprietário do animal. Veinho tem uma moto que comprou quando trabalhava na empresa prestadora de serviços elétricos, mas sonha em ter, além da moto, um cavalo. Questionados pela mãe se um dos dois ou Gastaldo cortou lenha para que possa acender o fogão para preparar o jantar, ao receber resposta esquivada e, por fim, uma negativa, Dora entra em casa bastante irritada. Encontra Gastaldo embriagado e deitado no sofá assistindo TV. Sua fúria se completa e só diminui quando Sambinha se dispõe a trazer a lenha. Dora descobre que estamos praticamente sem água e pergunta se alguém sabe o que aconteceu. A água sempre fora racionada, mas agora de fato pouco saía da torneira, apenas fazia uns roncões e cuspiam umas poucas gotas.

Nessa noite d. Maria passa por lá, está vindo da cidade e resolve descer do ônibus na casa de Gastaldo e Dora. O programa eleitoral na TV é imperdível, quase um programa de humor, especialmente para os meninos que riem muito dos candidatos a vereador, praticamente nenhum escapa de suas ironias. Gastaldo também se diverte, mas é um pouco mais repousado em seus comentários. Dora e d. Maria permanecem na cozinha e eventualmente Dora manda os meninos terem mais respeito, afinal, todo tipo de consideração é feita sobre os candidatos.

D. Maria deixa algumas verduras para Dora e segue na companhia de César que acabara de chegar. Ao transporem a sala, d. Maria comenta que a vila Patagônia está virada em um comício, que todos os dias tem um político por lá fazendo campanha, que ficando aqui no assentamento sequer se tem alguma noção do vigor em que está a eleição. Segundo os comentários que ouviu na *rua*, dessa vez Guilherme vai ganhar, mas que não vai ser tão fácil passar por Herzem como foi para o PT vencer as eleições anteriores.

“Faltou água! E agora?” — Dora, Chico Cabeludo e Sara, d. Maria

O dia seguinte amanheceu ensolarado e seco como os demais, apesar de ter uma névoa densa, muito úmida, quase uma garoa. Parado no portão central da escola, ironicamente ao lado do cartaz de Zé Carlos, Marcel é quem está com cara de sucuri venenosa. Rosto taciturno e fechado, algo pouco comum. Dora já tinha pressuposto na noite anterior: a bomba de água queimou novamente e o assentamento estava praticamente todo sem água. Já há alguns dias, alguns locais mais distantes estavam recebendo água apenas em alguns horários do dia, de modo esparsos e irregular como era o caso de Zé e d. Vitória. Marcel estava preocupadíssimo, porque afinal de contas o responsável era ele; Edu chegaria logo e tentariam resolver o problema. O que era certo é que não havia dinheiro em caixa para pagar o conserto, o jeito era tentar arrumar a bomba por ali mesmo. Lúcia, a responsável pelas cobranças também está preocupada e, depois de uma discussão grave com Marcel por conta da prestação de contas, não se falam mais, o que dificulta ainda mais a solução do problema. Evidentemente que o problema é grave, e as preocupações dos responsáveis não são menores, todavia, estes se encontram um pouco enrascados pela situação. A cobrança sobre o funcionamento da bomba e a distribuição da água recai sobre Marcel e Edu, e o diz que diz incide sobre Lúcia pelo fato de receber o dinheiro do pagamento da água.

Amiga e vizinha de Dora, Lúcia nos últimos dias aparecia toda hora ali, por vezes chorando. Afirmava que muitos daqueles que estavam inadimplentes começaram a procurar Marcel, particularmente, para dizer que tinham entregado o dinheiro a ela, quando isso de fato não acontecera. Lúcia ficava muito incomodada pela situação e acusava Marcel de acreditar em qualquer conversa mole, além de ser muito desmobilizado para resolver os problemas, sempre esperando que a ajuda viesse dos céus ou de seu Edu.

Todos estão incomodados, afinal, passaram-se vários dias sem água. Aqueles que podiam compravam água dos que tinham poço artesiano e a carregavam em jegues, motos, carroças ou na cabeça mesmo. Na casa de mãe de Dora, Dulcinéia, a situação era grave, não

havia mais água para preparar os alimentos. Seu lote se situa em uma região distante da adutora e fazia semanas que estava recebendo pouquíssima água. Agora cessara por completo e a situação se agravou. O almoço que tínhamos combinado foi adiado por falta de água para fazê-lo, e Dulcinéia estava conseguindo que um de seus filhos buscasse água em um vizinho.

Seu Edu apareceu com novas possibilidades — pensara em levar a bomba com ele para arrumar, mas acabou sabendo que a coisa não era tão simples assim, visto que deviam para os técnicos que davam a manutenção e também deviam o salário do rapaz que gerenciava o funcionamento. Ao que tudo indica, seu Edu não estava totalmente a par dos problemas que se deflagraram nos últimos dias. Sabia das dificuldades de pagamento dos associados e também do não pagamento ao técnico do último conserto, mas não estava por dentro do atrito que se estabeleceu entre Marcel e Lúcia. Seu Edu revela que não sabe como resolver tal pendenga e, pela primeira vez, o vejo sem alternativas e ações imediatas. Sabe que todos acreditam que vai resolver a questão da água assim como várias questões do assentamento que são resolvidas por ele, mas porquanto não se resolve, ele é acusado e difamado, depois, diz, *“para uns viro um herói, para outros a encarnação do diabo.”*

Apesar do envolvimento próximo de seu Edu com candidatos e políticos, nem ele nem Marcel consideram — pelo menos abertamente — a hipótese de pedir apoio financeiro a algum dos candidatos. Seguindo os pressupostos de que essa seria uma atitude que se espera como típica e geral da ação de militantes no “tempo da política”, tão logo que o partido que governa corresponde com o partido que apoiam, foi preciso colocar em suspenso juízos prévios e observar quais suas estratégias concretas, porque, definitivamente, estereótipos não nos aproximam muito delas...

O descontentamento com a falta de água era geral; eram poucos os moradores que investiram em poços artesianos, portanto, a grande maioria dependia da barragem coletiva. Nos anos 90, veio uma verba do governo federal para construção de poços, mas ao que tudo indica, acabou suprimindo outras necessidades para algumas famílias, enquanto outras asseguram nunca terem visto a cor desse dinheiro, somente a dívida para pagar. São 110 famílias associadas na bomba, segundo o talão de recibos e nomes de que Lúcia dispõe; no entanto, algumas não pagam há mais de um ano. O serviço de tesouraria de Lúcia foi colocado em cheque, segundo ela, porque alguns não pagam e depois gostam de dizer que entregaram o dinheiro para ela. Como ninguém pede para que se mostre o recibo, tudo fica no

âmbito da fofoca. Acrescente-se a essa falta de transparência, a ausência quase completa de diálogo entre os interessados, pois como a presidência da associação fica nas mãos de Marcel, alguns associados que são integrantes da FETAG e não tem boas relações com a direção do MST no Amaralina evitam qualquer reunião e discussão coletiva, ao mesmo tempo em que incitam fofocas e boatos. Neste momento, é evidente que o jogo da disputa política entra em campo, senão em nome de seus “mais altos quadros”, por meio de partidários e simpatizantes.

Como o momento é de disputa e realinhamentos, a eleição funciona também como um tempo de reavivar certas querelas. A questão da administração da água permanecer nas mãos do MST em um assentamento praticamente fracionado, com baixíssima participação dos demais grupos na associação, torna o assunto um campo de batalhas. Como há uma identificação — não fechada, nem homogênea — desses grupos e seus partícipes com os respectivos candidatos, as acusações de um recaem sobre o outro. Melhor explicando, era sobre o MST e na figura de Marcel, Lúcia e seu Edu que recaíam pesadas críticas sobre a condução da água e, evidentemente, isso atingia a imagem não apenas deles como também transpassava para suas relações e vínculos como o vínculo com o candidato Júlio e o MST.

Isso não é um fenômeno em linha reta, anda em espirais, pois se tanto essa correlação é feita por algumas famílias que esperavam deles uma solução e não compreendiam porque não acionavam “seu candidato” para ajudar nessa hora urgente — posição, por exemplo, de d. Vitória que dizia “*nós nesse desespero e por aí cheio de candidato dando dinheiro, vê se pode, o Edu não é todo amigo do Júlio, será que só botar ônibus para buscar a gente para comício dele que ele tem ‘tutu’?*” — outras famílias interpretavam de outra forma, atribuindo a culpa apenas a seu Edu, Marcel e Lúcia pela má administração do dinheiro, outros assentados entendiam ainda que “*o povo não paga mesmo, ‘nega’*”, como dizia Dora.

Portanto, qualquer tentativa de interpretação que não leve em conta as variações no ponto de vista dos assentados pode correr risco de não perceber que os eventos não são pensados e vividos do mesmo modo por todos, e que a política não tem o mesmo grau de intensidade e de envolvimento, pois alguns são mais afetados pelos acontecimentos eleitorais que outros. Enquanto para certas famílias no assentamento a política está presente na solução e também no conflito, para outras famílias, a política quase não se imiscui nos assuntos cotidianos e caseiros, sendo percebida como “coisa de político”, praticamente um universo

que fica ao lado, é reconhecido em sua existência e força, mas não seduz a todos do mesmo modo.

O vizinho de Dora, Chico Cabeludo (filho de seu Tião, mencionado no capítulo anterior), juntamente com Veinho tenta arrumar a bomba d'água. Cruzam toda hora na frente da casa de Dora na moto de Chico com ferramentas. Apesar de Chico Cabeludo e sua esposa Sara terem um poço artesiano do qual vendem água para os necessitados por mais ou menos dois reais o tonel, Chico se esforça para ajudar a solucionar a falta de água. A casa de Sara e Chico é ao lado da casa de Dora, no entanto, elas não se dão muito bem, Dora diz que Sara é ciumenta e que é bom me cuidar com ela, porque matou seus cachorros envenenados por *“puro ciúme, ‘etâ’ mulherzinha ruim.”*

É por meio de Chico que Dora consegue água para tomar e preparar alimentos. O poço fica na frente da casa e o dia hoje foi movimentado, chegou a ter fila de carroça, carrinho de mão e moto para buscar água. Os irmãos do candidato Zé Carlos, em uma pequena carroça puxada por um jegue, levavam água para a família e para vizinhos ao preço de dois reais. A água do poço de Chico quase não serve para beber de tão salobra, e a coloração amarelada não é das mais agradáveis. Quase, porque se tomava dessa água e cozinhava-se com ela, por não haver alternativa.

Apesar das advertências de Dora (que nunca são comedidas), Sara me recebe muito bem em sua casa, tomamos cerveja e escutamos música. Sua vida é de moradora no assentamento, pois trabalha na cidade como enfermeira e apenas volta para dormir em casa. Com as paredes de várias cores, espaços decorados com pequenas estátuas e outros adornos, a casa de Chico e Sara é bem diferente das demais. É menor, mas muito arrumada. Eles não têm filhos, o que é uma exceção no Amaralina. Chico entra em casa a todo o momento para pegar ferramentas, Sara acha interessante que Chico possa falar comigo em outra circunstância porque ele *“sabe de tudo do Amaralina, todas histórias.”*

Não apenas por estar batalhando para arrumar a bomba d'água, que sequer lhe atinge particularmente, Chico Cabeludo participa ativamente de diferentes instâncias do assentamento. No entanto, seu estilo de participação é como a de um voluntário, pois não faz parte de nenhum grupo e prefere manter-se à parte das contendas entre FETAG e MST, porque considera que cada um *“tem seus valores, mas também seus defeitos.”* Tanto seu Edu quanto Dora sempre tomaram Chico como militante do MST, pelo visto, porque em parte

consideram seu pai — Tião — um velho integrante; e porque Chico se envolve com os acontecimentos e eventos do Amaralina.

Entretanto, nem Sara e tampouco Chico Cabeludo querem pertencer exclusivamente ao MST ou à FETAG, para o casal pertencer a essas facções é motivo de mal-estar com vizinhos, parentes e amigos. A posição que revelam é muito peculiar, pois onde quase todos precisam ter um lado, eles preferem se abster dessa decisão. Conforme pensa Chico, é melhor não tomar partido *“nem por MST, nem por FETAG, não paga pena criar inimizade com nenhum, nem com ninguém. Os dois são importantes aqui, porque daí se um precisa de uma coisa de um lado eu vou e ajudo a fazer, se tem projeto por outro eu vou.”*

Situado a uma distância relativa das organizações, Chico diz que nem por isso deixa de ver o que precisa ser criticado e elogiado. Incomoda-o muito a postura do MST de dominação, principalmente, em não abrir espaço para os jovens serem parte das coordenadorias no Amaralina, e também o fato desses mesmos coordenadores quererem dizer como tudo deve ser feito, inclusive não aceitarem que o assentamento possa ter tirado outro nome para candidato que não o deles. Para Chico *“chega de quererem mandar no cara, o Zé Carlos é mais daqui que esse que eles querem que todo mundo vote só por que é do MST. Vai ver se ele vai vir aqui ajuda nós arrumarmos a água ou o que seja?”*

Chico frequenta a casa de Dora, Sara não, no entanto, foi a ela que conheci primeiro devido a um encontro casual no ônibus para o assentamento, quando compartilhamos o mesmo banco e conversamos. Desde então nos encontramos diversas vezes no mesmo ônibus e sentamos juntas para conversar. Sempre recebia o convite para ir à sua casa tomar uma cerveja e conhecer Chico. Como nesta semana Sara obteve uma folga de seu apertado horário de trabalho, Chico estando toda hora em casa de Dora para discutir a questão da água avisou que ela gostaria de me receber. Nesse momento já tinha conversado com Chico outras vezes, porém sempre na casa de Dora. Quando comecei a frequentar sua casa (diga-se de passagem, sempre advertida por Dora para que não fosse), Chico tornou-se mais falante e desprendido, revelando seus pensamentos sobre o lugar onde mora. Sua posição ali de participante, ativo, inegavelmente, flexiona qualquer dogmatismo de pertencimento exclusivo, tanto no momento político (eleições) no qual MST e FETAG agem como facções, quanto no restante do tempo quando são associações que compartilham coisas — como a água, as escolas, requisições para

prefeitura de melhorias, o atendimento de saúde semanal no assentamento etc. — no entanto, estão sempre envolvidas em constantes movimentos de disputa de espaço e poder.

Na véspera da eleição ainda o problema da água não está solucionado. Seu Edu está preocupado, vai à casa de Dora encontrar com Chico e Sambinha para saber se têm alguma novidade. De fato a bomba pifou e o conserto sairá caro, agora a questão é manter o poço de Chico funcionando porque com tamanha seca é provável que se esgote. Ali, afora a água para beber e cozinhar que Chico ou os meninos buscam de balde, não se tem para mais nada. Dar descarga, tomar banho, lavar louça, tudo isso ficou em segundo plano. Na escola a situação não é melhor, e as aulas provavelmente serão suspensas, os banheiros e a cozinha estão sem funcionamento

Na casa de d. Maria o problema está amenizado, pois tem uma cisterna que por enquanto está mantendo as necessidades. Por causa da seca e da falta de água tem sido muito custoso levar o gado todo dia para beber longe de casa, serviço para o qual precisa pagar um ajudante. Por resguardo, d. Maria preferiu partir para casa da filha na cidade, onde ficará até o dia da eleição já que vota lá mesmo, na urna da vila Patagônia. Seus candidatos estão escolhidos, mas ainda não tem certeza se irá votar (é desobrigada pela idade), mesmo que entenda que seu candidato a vereador possa precisar de seu voto.

No fundo de uma quinta, capinando o terreno está o ajudante de dona Maria, morador do Amaralina e também chamado José Carlos e, usualmente, de Zé Carlo. Depois de me apresentar, d. Maria trata de algumas coisas que precisam ser feitas no lote antes de sua partida. César acabara de levantar de uma sesta e vem ao nosso encontro, trazendo bananas para Zé Carlo lanchar. Zombador, diz que os seus trabalhadores são muito bem tratados porque lhes dá bananas, e ambos caem na risada. Zé Carlo pergunta para César porque este não foi à festa na casa de Zé, que aconteceu na noite anterior. César ainda troçando diz não ter tempo para se amolar com bêbados, além de si mesmo. Zé Carlo conta que a festa foi muito boa, bastante gente e até o candidato dele, que patrocinou a banda que animou a festa, compareceu e confraternizou com todos. Tanto César quanto eu não tínhamos certeza sobre quem seria esse candidato, afinal, na casa de Zé tem muitos cartazes, e a família não apoia os mesmos nomes para vereador.

D. Maria, porém, atinada, sugere o nome de Luciano Gomes (PR), ao que Zé Carlo confirma e explica que esse candidato vai fazer muitos votos no Amaralina, porque é muito

bom principalmente para os moradores da zona ‘das Goiabeira,’ onde seguidamente se faz presente. César fala que ele não votaria nunca em Luciano Gomes, mas que também não votaria em nenhum dos candidatos que fazem campanha no assentamento, seu voto será para seus conhecidos da vila Patagônia, onde realmente é considerado pelos candidatos. D. Maria diz para César deixar Zé Carlo escolher votar em quem quiser, afinal, se ela não votasse em Júlio quem sabe votaria no Luciano Gomes que é muito boa pessoa.

Na hora do ônibus, d. Maria e César embarcam para *rua* cheios de bagagem que inclui desde produtos da roça que são levados para as filhas até uma roupa melhor para o dia da eleição. César leva um jornal embaixo do braço para compor seu personagem de intelectual. D. Maria comenta “‘ixiii, nego’ vaidoso, queria ser ‘doutô’!”

Véspera da eleição — casa de Dora

Quando a tarde começa a findar, no retorno para casa de Dora, olhando contra o sol que começa a descer, é possível ver o pó que esvoaça sobre o campo. Uma nuvem desencadeada pela passagem do ônibus na estrada cobre a tudo, homens, casas, árvores, animais, fazendo que suas imagens sejam esmaecidas, tons de sépia acabam deixando a paisagem como se fosse uma fotografia antiga. Era “este mundo, que desmede os recantos.” (ROSA, 2006, p. 559)

Na casa de Dora é um verdadeiro rebuliço, estão preparando um tanto de coisas para levar para o Capinal — bairro rural onde Dora e boa parte do Amaralina votam. Sambinha não vai porque prefere acompanhar a namorada na boca de urna que vão fazer para seu pai (Zé Carlos). Veinho vai de moto, e nós três vamos de carona com Zé Carlos. Ao entrar no quarto de Dora, ela está animada, arrumando suas roupas e maquiagens:

“estou juntando uns’ forra-bunda’ [calcinhas], mas quase não tenho! Estou desgraçada com essa vida de pobre, olha para ‘cê’ ver as maquiagens que eu ganhava em São Paulo do meu ex, hum, agora fico só com o que sobrou! Mas, eu era feliz nesse Capinal, estou louca para ti mostrar minha casa de lá, aquilo sim é casa, não essa coisa aqui, nessa poeira braba e sem água!”

Dora adverte mais uma vez: “ó Letícia não vai tu, nessa tuas conversa aí com Edu, dar com a língua nos dente e falar que nós fomos de carona com Zé Carlos, ‘ixêee’, minha filha que aí que vão querer me ver longe daquela escola.”

Gastaldo terminara de arrumar suas coisas e foi assistir o programa de comédia do Chaves na TV. Sambinha conta que só fará boca de urna para o sogro se este, pelo menos, lhe pagar a passagem. Nesse momento, adentra pela porta Lúcia, um tanto transtornada, seu rosto está aflito e quer ver Dora. Gastaldo lhe pergunta brincando se ela vai ou não esgoelar Marcel. Lúcia explica que Marcel sabe perfeitamente que a maioria do povo não está pagando a conta da água — ao que Dora grita lá do quarto ser a mais pura verdade, além de Marcel se passar por sonso — mas prefere dar ouvido a tudo que é fofoca só por causa das políticas, que não quer assumir que a presidência da associação nas mãos do MST é incompetente. Lúcia reafirma ser MST, mas não pode estar de acordo com o que não está certo, de fato a bomba d’água queimou e não tem dinheiro em caixa, porque de 110 associados nem cinquenta pagam em dia e todos os responsáveis pela associação sabiam disso, mesmo assim, esperam que ela apareça milagrosamente com o dinheiro.

Para Lúcia o que está acontecendo “é um judiamento”: a questão da água não se resolve por não haver possibilidades de chamar o técnico que consertara da última vez por causa de dívidas com o mesmo e, principalmente, pela demora de Marcel em tomar alguma atitude, deixando algumas casas há mais de uma semana sem uma gota de água, além de não querer assumir as responsabilidades que são dele enquanto presidente da associação. Lúcia chora quando vê Dora e repete mais ou menos o tormento que está passando — sofrer insinuações de que ficou com o dinheiro alheio foi das piores coisas que já viveu. Jamais em toda sua trajetória de participante do assentamento e do MST passou por humilhação semelhante. Dora acalma, ao seu modo, Lúcia, desencadeando uma enorme lista de impropérios contra Marcel e seu Edu e contra todo “*povo mal pagador e ingrato deste cu de mundo.*”

Dora havia tomado um banho de canequinhas com um pouco de água que pediu para Sambinha buscar na casa de Chico. Quase duas horas depois do horário combinado, Zé Carlos estaciona na frente da casa de Dora sua camionete Chevy com alguns alto-falantes em cima do capô e adesivos por toda a parte. Já embarcado no automóvel está o funcionário de d. Maria, Zé Carlo, que também vota no Capinal. Embarcamos na parte de trás da camionete. Eu

fico, a princípio, surpresa de ver Zé Carlo ali, afinal, fazia pouco mais que dois dias que afirmara ser eleitor do candidato a vereador Luciano Gomes, mas logo percebi que, tal como Dora, Zé Carlo também sabia navegar com um pé em cada canoa.

Partimos em direção à casa de Dulcinéia, mãe de Dora, onde algumas sobrinhas suas pegariam também carona. Com a pequena camionete repleta de “eleitores” por estradas internas que ligam a região ‘das Goiabeira’ à saída do assentamento, partimos para nosso destino, mas não sem antes passar por lugares impressionantemente pobres, crianças seminuas corriam atrás do carro, homens e mulheres sentados na porta de pequenas casas onde todo entorno era árido e triste. No carro, sentadas na borda da carroceria, Dora indaga suas sobrinhas se vão mesmo votar em Zé Carlos, ao que todas respondem afirmativamente. Dora ri e diz que também votará. Somente Zé Carlo respondeu negativamente com a cabeça, ao que Dora zombeteira disse: “*ué, vou contar para ele agora e vai fazer ‘cê’ descer desse carro, safado!*” Ao que todos riram, afinal...

Na hora em que paramos para esperar as sobrinhas de Dora se aprontarem, pergunto a Zé Carlos, o candidato, se ele está confiante para o dia de amanhã. Dito isso, ele começa a contar o porquê de sua candidatura. Diz “*chega de nós aqui ser trouxa, sempre votando e votando nos candidatos de fora que promete isso e aquilo e viu o jeito que a gente está, viu a estrada e a água que é deles cuidar?*” Em alguns momentos do trecho, tivemos que descer da camionete para que pudesse transpor os pequenos córregos ou valas que atravessavam o caminho. Zé Carlo, o auxiliar de d. Maria, conta que em vários trechos onde atualmente a estrada está intransitável antigamente até o ônibus de linha percorria. O candidato afirma estar confiante no apoio dos eleitores da Fazenda Santa Marta, “*porque o pessoal tem que deixar de ser trouxa e dar o voto para os de fora.*” Sua candidatura teria essa intenção, a de chamar a atenção dos moradores do Amaralina/Santa Marta para o descaso dos vereadores que recebem o voto e depois não lembram mais do povo daquele lugar. Zé Carlos acha que é hora de dar um basta “*para o MST que chegava aqui e dizia ‘tem tudo que apoiar esse daqui’*”, e o povo dava o seu voto, como fez com Noeci, que depois de eleito, teria apenas cuidado dele mesmo.

No entender de Zé Carlos o lançamento de sua candidatura já representa uma grande Vitória para o Amaralina, no sentido de mostrar que os assentados não precisam obedecer às indicações eleitorais do MST. Um grupo de assentados ligados à FETAG em sua maioria, juntamente com alguns, diríamos, com baixo grau de filiação ao MST, foram os mentores da

candidatura de Zé Carlos. Mesmo que no primeiro momento parecesse, a ideia desse pequeno grupo não é romper com o MST, essa não foi a questão principal que o motivou a ousar lançar uma candidatura em pleno assentamento, quando é sabido por todos que a decisão de quem será candidato “*pelos assentados*” deve ser tirada pela coordenação regional do MST. Evidentemente que esse lançamento causaria — e causou — danos à relação com o Movimento, no entanto, originalmente se pensava em lançar o nome de seu Edu, sem dúvidas, um dos principais membros ativos do MST de toda região, militante de carteirinha e boné. Essa ideia por si só é intrigante, por que um grupo que se opõe ao MST convida seu Edu para se lançar candidato “*pelo Amaralina?*”

Para Zé Carlos, o grande incômodo que é sentido por várias pessoas do Amaralina consiste em jamais terem sido consultadas sobre as escolhas de nomes de seus quadros que, a cada eleição municipal, o MST retira para fazer campanha nos assentamentos. Os nomes que saem e se candidatam não têm nenhuma relação com o Amaralina e, portanto, quando eleitos como no caso de Noeci Salgado, não costumam voltar suas atenções para o assentamento Amaralina, onde tem quase duas mil pessoas residindo. Pensando nesse sentido que propuseram a Edu lançar seu nome, na busca de encontrar uma representação para os mais variados interesses que (des-)encontram-se nesse universo que é o Amaralina e, principalmente, investir em um representante que não propriamente aquele lançado pelas instâncias superiores do MST.

Acontece que esse primeiro tiro saiu pela culatra, pois seu Edu não apenas rejeitou seu nome para candidatura, como reprovou o lançamento de um nome à parte das decisões do MST, afinal o que era de se esperar... Para seu Edu, como vimos no capítulo anterior, é impensável essa candidatura paralela à do candidato lançado pelo MST, primeiro porque acredita ser uma atitude que visa a enfraquecer a possibilidade representativa do MST (mesmo que ele seja utopicamente contra a representação), e segundo, porque não existe nem sombras de um diálogo no interior do Amaralina que trate dessa questão. Todavia, em seu propósito inicial, o segundo tiro não saiu pela culatra, foi lançado um candidato, agora vamos ao seu efeito no processo eleitoral propriamente dito — os votos.

A viagem continua e é longa, não só pelas paradas constantes para pegar possíveis eleitores de Zé Carlos como também a estrada não contribui. Ao chegarmos no Capinal, na casa de Wilton, sempre chamado de Jojô, filho de Dora, Zé Carlos partiu para desembarcar os

demais passageiros. Gastaldo convida Zé Carlos para voltar no início da noite para conversar e tomar uma cervejinha. Ao que tudo indica, Zé Carlos estava convicto de que toda família de Dora votaria nele, seriam umas dezesseis pessoas. Assim que Zé Carlos parte, Dora diz:

“besta hein, esse Zé Carlos, nem sabe falar direito, [risos] pensa ele que vou votar nele, tá é besta, voto em Júlio, mas digo para ele que voto nele. Ó ele vai vir aqui de volta trazer papelzinho dele pra eu entregar amanhã de boca de urna — entregar eu? ‘Vixêeeee, eu hein!’ [risos] Estou é esperando que o Júlio se eleja e tu vai falar com o Júlio, não vai, Letícia? Aí diz para ele me renovar o contrato, porque assim ó, tu é nova aqui, é de fora e instruída daí que ele vai te ouvir. O Marcel me disse ontem que ele vai renovar! Mas eu não voto em Júlio por isso não, é porque ele é moço sabido, tem bom palavrório, não é igual esse Zé Carlos.”

O bairro do Capinal vai estar agitado pela eleição, diz Dora. Na casa de seu filho Jojô somos recebidos por ele, sua esposa Mônica e os dois filhos. Jojô trabalha de domingo a domingo fazendo pamonha para vender em um restaurante e bar paradoro, situado na estrada que liga Vitória da Conquista a Ilhéus. Nessa mesma estrada, ao longo das margens da rodovia, estende-se o paupérrimo bairro do Capinal. Apesar de muito jovem, Jojô está puxando uma perna porque ao operar o pé, alguns meses atrás, quando foi atropelado, a cirurgia feita pelo SUS não deu certo, e como não dispõe de recursos para fazer outra, se resigna a permanecer um tempo assim e espera melhorar. Mônica é simpática e cuida de um dos filhos que é recém-nascido.

A casa de Jojô situa-se em um terreno grande, novinha e relativamente pequena, foi construída por seu sogro. Olhando o terreno de frente, ao lado esquerdo, fica a casa que é propriedade de Dora e está alugada por cinquenta reais. Dora diz que assim que a sua amiga que é a locatária chegar ela vai me mostrar sua casa espaçosa, da qual sente muita saudade. Assim como no Amaralina, boa parte dos assuntos tratados entre os moradores que visitamos no Capinal gira em torno da casa, sua construção, reforma, da possibilidade de colocar um piso de cerâmica, forro, reboco etc. Dora diz nunca ter querido sair do Capinal, mas as circunstâncias a obrigaram a deixar sua querida casa que somente à noite pudemos visitar. Tem peças amplas, especialmente uma sala onde Dora conta que fazia festas maravilhosas, quando vendia comida, e a rapaziada trazia bebida. Segundo Dora, suas festas promoveram muitos desquites, pois a mulherada do Capinal ficava muito brava porque seus maridos não perdiam suas festas, ao que a amiga hoje residente na casa concorda enquanto mostra os espaços onde dançavam e o lugar onde ficavam os músicos. Assim, parece que não tem nenhuma alma que não conheça Dora, entre as quinhentas e poucas que moram no Capinal.

Passadas cerca de três horas depois que chegamos, Zé Carlos retorna para conversar e deixar seus santinhos. Na pequena sala, ficamos sentados lado a lado enquanto Gastaldo traz uma cerveja, depois recebe das mãos do candidato um pacote de santinhos para distribuir. Quando fala de sua candidatura, Zé Carlos usa sempre a primeira pessoa do plural “nós” ou a expressão “gente”, referindo-se ao grupo do qual faz parte e que primeiramente tentou o nome de seu Edu e depois tirou o seu. Diz que jamais passou pela sua cabeça ser candidato, aceitou porque “nós” lá do Amaralina “*estamos cansados de termos que votar como manda o MST.*” Esse grupo, ao que tudo indica, constitui-se da articulação de alguns poucos assentados do Amaralina, quase todos jovens ou de meia-idade, ligados à FETAG ou ao MST, dois deles com problemas com compradores de lote e que não estão contentes com a arbitrariedade da escolha do candidato pelo MST. Zé Carlos conta que esses amigos estão se reunindo já há alguns meses para tentar encontrar um nome que agregue os assentados ou, pelo menos, administre as profundas divergências internas ao assentamento. Segundo o candidato, essa decisão provocou a ira dos representantes do MST porque

“nós tudo tínhamos que engolir o nome que eles traziam, agora nós resolvemos que não ia mais aceitar isso, foi aí que tiramos o meu nome para os agricultores que são ali do povo; olhe nós cansamos deles decidirem tudo só no grupinho deles, como o MST não deixa ninguém entrar no grupinho deles, só chega lá para impor e dizer como que tem que fazer e votar e ‘blá blá’, daí que foi que nós fizemos, nós criamos o nosso grupo.”

Possivelmente animado pela atenção que estávamos lhe dedicando, apesar do trânsito de pessoas passando pela sala, e pelo próprio entusiasmo de falar como candidato, Zé Carlos prosseguiu sua falação tratando de temas que outras vezes Dora já tinha abordado, mas muito brevemente e do seu jeito, quer dizer, enquanto discorria sobre o assunto, boa parte era xingamento para deus e o diabo na terra do pó. Perguntou se Gastaldo conhecia alguém com um nome que parecia ser Aristófanes, o velho — pois este teria desistido de ter seu cargo comissionado como indicado pelo MST porque estava indignado com a obrigatoriedade de entregar parte de seu salário para o Movimento. Diz Zé Carlos: “*era 150 pau do salário todo mês, mas aí o que pega é que se tu não dá, é porque não é companheiro, mas eles lá naquela secretaria — e voltando-se para mim — tu conhece o prédio? Eles têm orçamento de seis mil e me diz, já prestaram alguma conta para nós? Mas é nunca, seu moço!*”

A narrativa de Zé Carlos discorre ainda sobre todo o processo de rejeição pelo MST que sua candidatura sofreu. De fato, ao se conversar com os dirigentes e militantes do MST na sede, estes são enfáticos em desmerecer outros candidatos que procuram fazer campanha

dentro dos assentamentos. Como veremos mais adiante, os assessores de Júlio Honorato têm clara convicção de que no território de um assentamento, somente o candidato do MST pode entrar. A descrição de Zé Carlos desse fato é comparável com o que anotei de conversas que aconteceram na sede com dirigentes locais. Também pode ser comparada a partir da fala dos assessores de Júlio, há cerca de um mês atrás enquanto esperava uma conversa agendada com o candidato. Foi mais ou menos nesses termos que Zé Carlos contou sua versão (depois veremos a dos assessores):

“quando eu quis fazer minha campanha nos assentamento, eles vieram em cima e disseram que eu não podia entrar lá, que era só o Júlio que podia e coisa e tal, maior ‘pressionamento’. Que quê isso? Pensei comigo e falei para eles: eu quero falar com os agricultores, falar dos projetos, eu não quero brigar com ninguém, não venho tirar os voto do Júlio não, acontece que ele não tem todos os votos e eu quero conquistar os que ele não tem, isso foi o que eu disse. Daí o Eraldo (liderança do MST no assentamento Mocambo) me disse que lá no Mocambo eu não podia ficar com carro de som, que a direção do MST tinha decidido que nenhum que não fosse o Júlio não podia circular com seu carro de som. Mas eu fui, deixei o carro assim como tá aqui [o carro estava parado na frente da casa de Jojô com o jingle de campanha tocando em volume bem alto] eles ficaram puto da vida comigo, mas não ousaram fazer nada, mas eu estava meio assim, porque eu sei que eles já correram a Ligia Mattos [candidata pelo PT] de lá!”

Segundo o relato de Zé Carlos, parece que não apenas os candidatos estavam sendo ameaçados, mas também os assentados estavam sendo “fiscalizados”, ou seja, as moradias que colavam cartazes de candidatos que não de Júlio Honorato, às vezes, recebiam uma visitinha da direção para quem tinham de explicar esse “desvio de comportamento”. Conforme percebe Zé Carlos:

“as pessoas estão sofrendo muita pressão, ameaça de perder a posse da terra, muita coisa acontecendo, o pessoal chega e fala para mim lá no Cipó, lá no Motum [assentamentos de Vitória da Conquista] falava assim baixinho ‘eu vou votar em tu, mas não conte para ninguém, eles dizem que, se souberem que nós votou ‘noutro’ podem ‘inté’ tirar o nosso lote.”

Nesse momento, Dora que tinha ficado algum tempo na sala escutando a prosa de Zé Carlos, complementa *“eu tô sabendo dessas baixaria, neguinho fica com medo mesmo, olha, eu sou do MST, mas eles agora tão exagerando nisso de não poder receber a visita de outro candidato, na minha casa vai quem eu quero!”* Ao que Zé Carlos conta:

“sabe o Jerivã, chegou nas casas ‘tudinho’, sem nem falar com ninguém lá no Mocambo e colou os cartaz do Júlio. Tem irmão meu que mora lá e ficou mas bem brabo, — que direito têm eles de colar sem minha autorização? — daí rasgou na hora! Foi aí que eu disse para o Ederaldo que Júlio ia lá no meu assentamento e não pediu para ninguém de lá, e fez caminhada e fez reunião e não sei mais o quê, eu não disse nada, mas se ele pode e por que eu não posso? Não é por que anda com Edu que ele pode, Edu não é todos lá, então eu posso vir aqui, assentamento é

terreno federal não é deles como eles pensa que é, eu disse pro Ederaldo. E disse que eu podia denunciar o Júlio para o TRE porque ele foi lá no meu assentamento e distribuiu camiseta e fardamento para três time de bola. Não tá certo isso, mas eu não tenho procurado complicação, mas não podem proibir os assentados de conhecerem os outros candidatos, Júlio pode fazer campanha lá, mas eles não são os dono dos votos das pessoas.”

Gastaldo que permanecera o tempo todo escutando e, entre uma cerveja e outra que tomávamos, concordando com Zé Carlos, acha correto Júlio fazer campanha no Amaralina, ele tinha recursos para fazer a campanha por todo interior, pois contava com a ajuda do deputado estadual Valmir Assunção e do MST. Diz que todos têm que poder ouvir todas as propostas, no entanto, “algumas pessoas” chegavam mesmo a apontar quem estava ou não estava com o MST, e o “apontado” que não estava podia dar adeus a projetos e contratos.

Quando Zé Carlos parte, não sem antes pedir que distribuam os santinhos e, pelo visto, parece convicto de ter definitivamente conquistado seus eleitores, Jojô, do que pode, ouvir lhe dá toda razão, Gastaldo também, e acrescenta que tem muita coisa “nas políticas mesmo”, agora Dora, que até então parecia concordar, sintetiza sua visão do candidato: “*eu pra mim, esse só fala merda, nem sabe o que tá falando, ele não sabe falar com gente!*”

Interpretações e argumentos para tais práticas se encontram no MST. Para os quadros de lideranças e militantes, a questão era clara e não havia constrangimento nenhum em falar dessas atitudes, percebidas com absoluta naturalidade no jogo político (de fato, bastante autoritárias principalmente se considerarmos que o Movimento quer ser a vanguarda da esquerda, — bem, mas às vezes, em certas circunstâncias, as coisas tomam outros rumos). Na interpretação de integrantes do MST, essas ações eram justificadas por um fim maior, ou seja, a necessidade dos agricultores assentados conseguirem votos suficientes para elegerem um representante de seus interesses, ou ainda, como dizia o jovem assessor de Júlio “*o problema que os outros candidatos desconhecem a nossa luta, então é preciso que os assentados votem em que é da luta.*”

Já é noite no bairro do Capinal; os carros e caminhões que cruzam a rodovia fazem um barulho intermitente e suas luzes quase cegam quem olha de frente. Saímos para caminhar na faixa que fica entre a rodovia e as casas, onde não tem calçamento e circulam os transeuntes do bairro e alguns poucos veículos. Caminhando em direção à parte central do bairro, a primeira sequência de três casas corresponde a moradias de parentes, irmãos e cunhadas de Dora, portanto, chegamos em todas. Estão só as mulheres em casa, os assuntos versam tanto

sobre as novidades de cada lugar como sobre tratamentos de beleza, esmaltes, cabelos e também sobre a eleição, afinal, estamos na véspera e é o assunto da hora. Dora pergunta para suas cunhadas e algumas amigas em que vão votar, as respostas são bem diversas, duas delas pensam que está na hora de o PT sair do governo, mas consideram os demais candidatos muito fracos, a outra julga que nunca a cidade fora tão bem administrada. Todas sabem que as escolhas de Dora são candidatos do PT, apesar disso uma de suas cunhadas sugere que o Amaralina está abandonado, não tem água encanada e nem tratada, e nessas duas administrações, o governo petista nunca se importou em apresentar uma solução. Dora concorda, diz que eles nem olham muito para quem é da roça mesmo, mas que ela prefere o PT, os outros são ainda piores porque não tem nenhum tipo de política voltada para os mais pobres.

Seguimos por um caminho que nos leva até à casa do outro filho de Dora que mora no Capinal — Alexandre. Antes de chegar, paramos inúmeras vezes para conversar e também para conseguir uma carne para levar de presente para Alexandre. Depois de conversar um pouco com o dono do açougue, seu velho conhecido, Dora pede que ele lhe dê um pedaço bom de carne, mas não paga, coloca na conta da amizade de ambos — sua rede de relações é incontável. O filho de Dora, diferentemente dos outros, é muito fechado, pouca fala e dono de um olhar rápido, agudo, quase inquisidor. Dora pergunta da vida, dos filhos, dá para ele um santinho que tem a foto de Júlio Honorato e do candidato a prefeito Guilherme Menezes. Pede para levar junto um dos netos e, assim que recebe o consentimento, partimos de volta para casa de seu filho Jojô.

Dia da eleição — Capinal

Antes das sete horas da manhã, a pequena residência de Mônica e Jojô já estava repleta de gente falando alto. Antes de levantar da cama, escuto a voz de Dulcinéia que chega cantarolando “*é Guilherme e Júlio...*” Dora indaga como ela fez para vir até o Capinal, Dulcinéia dá uma gargalhada estrondosa e diz “*a gente veio de van, ora! Pagou passagem, tudo direitinho.*” Dora volta a perguntar “*foi Júlio é, foi quem botou van ‘procês’?*” Dulcinéia ri alto de novo e responde satírica “*nada disso, nada não, nós pagou para vir... hein, não é o*

que tem de dizer? [risos]” Dulcinéia está muito ansiosa para ir votar, porque a tal da van passa para buscá-la de volta às 13:30h, por isso, antes das oito horas parte em direção à seção eleitoral. Antes de partir, Dora grita para ela não se esquecer de levar anotado os números dos candidatos e também não ficar na fila “*por causa dos calos.*”

Dito isso, observo Dulcinéia andar pelo caminho que costeia a rodovia, tem as pernas bem arqueadas e duras, é uma mulher grande e tem o corpo largo, talvez resultado do trabalho duro na roça por cerca de cinquenta anos, onde criou dezesseis filhos. Nessa hora, quando a vejo distanciar-se pisando temerosa o terreno por conta dos sapatos, me vêm à cabeça o personagem de Graciliano Ramos, Fabiano, em *Vidas Secas*, o sapato e os pés desconheciam-se e mais pareciam estar brigando que caminhando. Quando retorna à casa, Dulcinéia joga longe os sapatos, e me faz lembrar então de Pedro Orósio, personagem do Guimarães Rosa no conto *O Recado do Mato*: “As botinas o maltratavam. Sentou no chão, se livrou.” (ROSA, 2006, p. 465).

Parece ser uma regra local: quase todos votam cedo, assim que abrem as urnas as filas já são grandes. Quando Dora decide ir votar, apenas me avisa: “*‘borâ’ lá votar, já passa das nove.*” Assim vamos e durante o percurso de ida (e também o de volta) por tudo quanto é conhecido que Dora cruza não se contém em perguntar: “*Fulano, e aí, ‘cê’ já deu? Deu é, para quem, foi pro Guilherme, foi é? Sei que ‘cê’ gosta de dar!*” Ao chegarmos, as filas nas diversas seções que funcionam no prédio da escola municipal estão imensas. Dora se encaminha para sua seção e quer que eu a acompanhe, ao que recuso argumentando que posso ficar onde tem a menor fila, afinal, eu apenas justificaria o voto, o que pode ser feito em qualquer seção. Dora insiste comigo, diz que não vai ficar em fila nenhuma porque os mesários vão lhe deixar passar na frente e que eu a acompanhe. Digo que prefiro esperar a fila, Dora diz “*eu hein, querer fica em fila, eu nunca que vou ficar!*”.

Bem, nos separamos e, para minha terrível descoberta, sem Dora eu nunca conseguia deixar de ser a última da fila, que por sinal a todo o momento engordava! O que acontecia era que a fila estava cheia de gente e todos que chegavam tinham um conhecido na fila no qual “colavam” e ficavam sendo parte da fila naquela altura em que o conhecido se encontrava. De fato, exceto eu, todos os demais tinham seus conhecidos no Capinal e, não apenas isso, como não se importavam nem um pouco de furar a fila. Não passou quase nada de tempo e Dora reaparece, já votou e ri de mim que ainda estou na fila, aliás, permaneço a última. A partir daí

Dora não precisa insistir para que eu a acompanhe, mandando-me deixar de ser boba de ficar em fila. Respondo que não é ser boba, acho que resmungo que não gosto de furar a fila e tal, enquanto me deixo levar por Dora para ver o que vai ser. Ela me puxa por meio de um monte de gente dizendo “*tem muito amigo meu aqui, bobagem ‘docê’ de querer ficar em fila, agora vamos lá que o Biscoito, amigo meu, passa para tu justificar.*” Chegamos à seção do Biscoito, Dora comigo de mão, passamos na frente da maior fila e chegando à porta da seção, Dora grita: “*ó Biscoito, passa aí a gauchinha, é minha menina!*”

Depois disso era ir para o bar. Encontramos na frente da escola cinco dos irmãos de Dora e sua irmã Celinha. Enquanto caminhamos para o bar do Pretinho, Dora conta a proeza de minha permanência na fila e, orgulhosa, por ter conseguido acesso rápido devido às suas relações locais. Naquela hora percebi que havia cometido uma imensa indelicadeza ao não ter aceitado acompanhar Dora naquela sua pequena demonstração de “*ser alguém bem relacionado*”, por sorte, a situação foi remendada quando me deixei levar por Dora que, dessa forma, pôde então demonstrar o quanto era considerada naquele (seu) lugar onde pertencia a relações pessoais que podiam ser acionadas e definirem as situações. As cervejas, assim como os comentários da eleição, são fartos. O bairro está cheio de gente, caminhando pela rua principal e parada em frente à escola; alguns distribuem santinhos do candidato local “Mariano do Capinal” (PT). O bar do Pretinho, escolhido pelos irmãos de Dora também está cheio de fregueses, quase todos se conhecem e também ao dono do lugar. Muita cerveja com enroladinho de salsicha, para comemorar a Vitória de Guilherme e Júlio, diz Celinha, a única irmã presente.

Os irmãos de Dora, moradores do Amaralina, assim como a mãe vieram na van que o candidato Júlio colocou para transportar seus eleitores do Amaralina até o Capinal. Tanto Dulcinéia quanto seus filhos são eleitores de Júlio Honorato para vereador e de Guilherme Menezes para prefeito, ou seja, votam no PT. Zezinho, o mais falante deles acredita ser importante para o fortalecimento do MST no Amaralina a Vitória de Júlio porque percebe a existência de forças que têm como propósito segregar os interesses do Movimento ao apoiarem candidatos que têm relações com a FETAG —, segundo ele, uma “*associação que permite compradores de lotes em seus quadros.*”

Diz que juntamente com Edu ele e os irmãos ajudaram na campanha do vereador no assentamento, apesar de nenhum deles ser liderança ou dirigente, acha que a participação

política dos assentados é fundamental para fortalecer a presença política do MST no lugar e impedir a presença de compradores de lote ou de moradores que não têm vínculo com a agricultura. De certo modo, a interpretação da política eleitoral feita pelos irmãos de Dora pressupõe que o candidato lançado pelo MST é o único que poderá olhar por aqueles que são da roça, além de detentor exclusivo de projetos que apoiam a luta por reforma agrária. Suas escolhas também são muito relacionadas com a posição de apoio ao MST de toda a família de Dulcinéia e, especialmente, pelo vínculo de respeito e amizade com seu Edu. O que parece estar em jogo é o grau de lealdade e de compromisso entre as partes envolvidas. A análise em perspectiva da família de Dora nos fornece elementos para observar como o MST, PT e assentamento Amaralina se inscrevem em suas vidas.

Indo um pouco além, a interpretação anterior se aproxima da visão pela qual o MST sustenta o *modus operandi* da campanha ao sugerir o apoio integral dos assentados no candidato lançado a vereador pelo Movimento. Como o andamento das coisas da vida e da política sempre tem subterfúgios e dispersões, assim como adesões, não é, portanto, algo controlável pelo MST os caminhos que o voto dos assentados resolve percorrer. Apesar de lideranças e dirigentes de Vitória da Conquista buscarem esse convencimento, que beira os limites de uma postura autoritária, os assentados da base sabem muito bem como driblar o cerceamento e refletirem sobre quais são as candidaturas a que pretendem aderir.

CAPÍTULO VI

O DIA DEPOIS DA ELEIÇÃO: JÚLIO DO MST NÃO SE ELEGE, “CULPA DOS TRAÍRAS DA FETAG!”

O ônibus “Fazenda Santa Marta” atrasou mais de quarenta minutos. O ponto do ônibus foi ficando cheio, repleto de eleitores que pretendiam retornar para casa depois de votarem na cidade. O resultado da eleição era o principal assunto, e como não seria? Guilherme Menezes do PT conseguiu uma Vitória folgada, conforme era anunciado pelas pesquisas de opinião. O vereador do PC do B, Fabrício, foi o mais votado (segundo seu Edu, a campanha de alguém do PC do B no Amaralina era para incentivar o fracionamento do assentamento). A grande fofoca do dia era a derrota para as urnas de Júlio Honorato, afinal, a expectativa era grande, pois se pelo menos um pouco mais da metade dos assentados votassem nele, teria sido eleito com folga. Mas não foi o que aconteceu, Júlio ficou com a suplência do PT, partido que mais elegeu vereadores, portanto, na proporcionalidade não exigia muitos votos individualmente.

Como os demais, d. Maria e César retornam no dia seguinte à eleição para o assentamento. Na espera do embarque, César vem conversar, diz que é melhor esquecer Guilherme depois de eleito, vai embora para “brasílias ou salvadores,” ser deputado ou qualquer outra coisa, menos prefeito de Conquista. E Zé Carlos? O PC do B teve o vereador mais votado, mas Zé Carlos não chegou a trezentos votos. César ri e conta que seu misterioso vereador se elegeu... Desde a candidatura de Guilherme, a oposição em Conquista bate nessa possibilidade de o candidato, caso eleito, volte a “abandonar” a cidade como fez em 1998, quando o então prefeito elegeu-se deputado estadual e transferiu-se para Salvador.

Faz calor e o dia está pesado, talvez chova, mas são poucas as nuvens no céu e quase não tem sombra no percurso. Nas plantações, o sol vai deixando as folhas dos pés de café cada dia menores e mais murchas. De volta à casa de Dora no Amaralina, além do resultado da eleição, outro assunto persiste: ainda não tem água! Sentados na porta da frente da casa, com cara de poucos amigos estão Gastaldo, Dora e Alan, um amigo a quem Dora fazia muitas referências. A conversa é a questão da água, o problema na transparência e eficácia da contabilidade e na administração da bomba d’água. Todos estão profundamente descontentes com o trabalho da associação ligada ao MST, presidida por Marcel e, vamos dizer, orientada

por seu Edu. Alan não é assentado, é sitiante vizinho e boa parte de suas relações são com famílias assentadas no Amaralina, especialmente a grande família de Dora. Gastaldo comenta o sumiço do dinheiro que foi destinado para a construção de cisternas, e Alan completa que se fossem dar conta de todo o dinheiro que foi destinado ao Amaralina, e sumiu nas mãos dos “grandões”, daria para encher um caminhão. Para Dora, o problema é o povo que não se organiza para cobrar dos dirigentes o emprego correto das verbas.

A disputa entre associações faz com que tenham tantos “mandões” que o povo fica desinformado sobre quem está no comando de quê, por exemplo, quando acha que aquele projeto é por meio do MST, daí vem lá os sujeitos do PC do B dizerem que é de responsabilidade deles. Quando se pensa que a ALFA vai encabeçar alguma iniciativa, se descobre que não tem mais nem direção. Enfim, com relação à associação da água, a disputa só acontece quando está funcionando tudo bem, quando há problemas parece que é difícil achar os responsáveis. Dora diz que o Amaralina é pura desunião, ali nada parece combinar com nada.

Sambinha vai entrando no portão da cerca que divide a casa da rua quando Dora grita para o filho: “*o teu candidato Zé Carlos diz que ganhando ou perdendo vai matar um boi [risos]*”. Sambinha nada responde e entra depois de cumprimentar a todos. Alan espera Sambinha sair para acoimar Zé Carlos, dizendo que não votaria neste “elemento” nem que não houvesse outro candidato, porque Zé Carlos não é considerado no assentamento, sua pessoa é sem expressão e sem voz, além de nunca poder ajudar a vizinho nenhum, nem ele nem ninguém de sua família seriam prestativos e merecedores de consideração, do ponto de vista de Alan. Dora, neste momento, não fica atrás nas críticas:

“esse Zé Carlos não soube fazer nem para o lençol, nem sabe forrar o colchão, um besta; olha, Alan, que um dia desses, netinho meu tava aqui que ardia em febre. Fui ali [aponta para o bar da família de Zé Carlos] pedir um carro pra levar o menino. Tava ele e o pai dele de carro e tudo logo foi dizendo que não tinha gasolina e não sei mais o quê. Mas quê? Eu com menino ardendo, só de noite consegui levar para o médico e eles depois saíram tudo de carro para jogar bola. Esses daí não ajudam ninguém aqui não, não tão preocupado com o povo daqui não, nunca pode pedir nada para eles, se fossem outro eu ligava e estavam aqui para me levar onde eu queria.”

É porque Zé Carlos é ruim que ele não se elegeu; mas, Júlio, que é bom também não, então, como entender a política? — conclui Dora.

Na hora do jantar, Dora pergunta se alguém vai *pra rua* no dia seguinte, precisa que sejam entregues “dez contos” na sede do MST, dinheiro que diz não saber ao certo porque precisa entregar todo mês, acha que talvez seja para escola. Gastaldo, com uma voz morosa e carregada de sotaque baiano, responde: “*‘Benhê’, isso é tudo, é professora, é merendeira, tudo tem que dar porque tem o contrato, ‘cê’ dá ‘benhê’, esse dinheiro para o MST, porque ele te dá o contrato.*”

Os meninos estão animados em contar de suas conquistas amorosas nas festas pós-eleição e não prestam muita atenção em Dora. Sambinha ajudou a namorada a distribuir os santinhos do pai na cidade, mas depois voltou para o Amaralina para participar de festas que tem nos bares de entorno do campo de futebol. Veinho conta que as festas são boas, “*cheinhas de filê*” [menina bonita], e depois de algum tempo na festa “*sempre rola de molhar a conversa*” [beijar na boca]. Sambinha não apenas trabalhou na boca de urna de Zé Carlos como votou nele e torcia para que saísse vencedor. O restante de sua família, incluindo tios e primos, fazem muita troça de Sambinha devido à derrota do seu sogro, o que lhe dá créditos também para zombar da derrota de Júlio Honorato.

As brincadeiras se tornam uma vazão para a divergência política não se tornar uma briga, não apenas na casa de Dora, mas, de modo geral, são atitudes comuns para dissipar um conflito latente. São as brincadeiras que dão certo equilíbrio para que as provocações entre amigos e parentes não se tornem uma briga de fato. Ou como observa Comerford (2003), as brincadeiras, em certos casos, são caracterizadas por provocações mútuas aparentemente agressivas (diria, que às vezes, de fato, agressivas) e respostas a essas provocações. As brincadeiras podem ter várias motivações — sexualidade, futebol, atributos físicos, entre outras, — e neste caso, partem de provocações que tem como pano de fundo o resultado eleitoral.

Na casa de Zé e d. Vitória, a situação é muito semelhante devido ao fato de as opções políticas no interior da família também serem distintas. Porém com uma inversão, se na casa de Dora apenas Sambinha coloca-se abertamente em outra posição, na casa de Zé, apenas ele tem uma posição marcada de apoio ao candidato do MST, d. Vitória está com Luciano Gomes enquanto as filhas têm opções dispersas, e normalmente fazem provocações entre elas e com os seus pais sobre as respectivas escolhas eleitorais.

No entanto, a candidatura petista para o executivo, apesar de alguns desgastes ao entrar para o terceiro mandato, recebe o apoio da grande parte da população dos assentamentos. Herzem Gusmão, candidato por uma ampla coligação de oposição ao governo petista, formada pelo PSDB, PTB, PPS, Partido Humanista da Solidariedade (PHS), recebeu votos nas comunidades rurais, mas não chegou a obter os 30% que atingiu na zona urbana. O candidato de outra frente, liderada por Esmeraldino Corrêa do PDT e aliados — Partido da Mobilização Nacional (PMN), PR, Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Social Cristão (PSC), Partido Trabalhista Cristão (PTC), PMDB, DEM, Partido Trabalhista Nacional (PTN), — forma uma grande coligação com os partidos e personagens reconhecidos como parte da “direitona” de Conquista. Sem expressão política e sequer respaldo das elites locais, Esmeraldino, que é ex-policia militar, atingiu pouco mais que 10% do eleitorado conquistense.

Nas conversas no assentamento Amaralina, o principal trunfo do PT estava no nome de Guilherme Menezes, personagem querido e carismático, por quem a população tem muito respeito, carinho e reconhecimento por seu trabalho no primeiro ano do governo petista (1996). As famílias do Amaralina com as quais conversei eram unânimes em afirmar que a Vitória do PT não seria tão fácil se o candidato não fosse Guilherme Menezes. Segundo interpretavam, era a pessoa do Dr. Guilherme que recebia a adesão popular, porque ele mesmo sendo doutor, um médico, era um homem preocupado com as classes mais desfavorecidas. Era simpático, visitava as casas e não deixava de conversar com todos, ao contrário do atual prefeito José Raimundo que tinha fama de ser muito fechado e de pouca relação com o público.

No dia seguinte haveria um almoço na casa de mãe de Dora, com vários convidados além da grande família. Seu Edu compareceria, Marcel e talvez mais algumas figuras “de peso” da política ou do MST. No entanto, por intermédio do neto de Dulcinéia que viera de bicicleta, logo recebemos o recado de que o almoço seria desmarcado. Na casa de Dulcinéia não tinha um pinga d’água, contou o jovem, nem para beber, portanto, não teria como preparar o almoço. O menino disse que sua avó estava muito chateada com a falta de água, tinha combinado esse almoço bem antes da eleição e Dulcinéia não imaginava ficar tanto tempo sem água, sendo assim, estava transtornada com a falta de resolução e imobilidade de Marcel no tratamento da questão.

Para entender esse mal-estar de Dulcinéia em ter seu almoço desfeito, podemos pensar um pouco sobre o funcionamento e a importância desse acontecimento de comensalidade. O convite para um encontro que envolve o preparo de alimentos precisa ser entendido como o chamado para um evento muito prestigiado nas famílias rurais, não apenas pela sociabilidade do encontro e do momento de realização dos pratos, mas principalmente por se revelar uma manifestação da fartura, da produção agrícola que permite a mesa farta e a família reunida. A demonstração da quantidade de alimentos preparados é quase um ritual em que o sentido está em deixar para trás um passado de carência, quando os alimentos não eram suficientes para toda a família.

Assim, quando as panelas ainda terminam de cozinhar os alimentos em cima do fogão à lenha, minutos antes de chamar para que todos se sirvam, a dona da casa — que também é a cozinheira — costuma abrir as tampas e exibir a todos a quantidade, a variedade e, claro, o seu singular tempero. Esse evento é mais ou menos ritualizado conforme os convidados, chegando mesmo a ser repetido se estiverem presentes no almoço ou jantar mais de um convidado que não seja membro da família nem do local. Quando um candidato ou político vai a um desses almoços é ele quem é primeiramente chamado para olhar as panelas repletas e coloridas, e se por acaso chegarem outras pessoas de fora do circuito, a dona da casa antes de os pratos serem servidos toma a mesma atitude. É também a dona da casa, às vezes, com o auxílio de uma de suas filhas, quem serve os pratos de todos.

Nesse contexto, o sentimento de desolação de Dulcinéia com a falta d'água pode ser compreendido, e acrescenta-se ainda outro motivo que certamente colaborou para o fracasso do almoço festivo: a derrota de Júlio Honorato, principal promovedor dos almoços que frequentemente Dulcinéia fez em sua casa durante o “tempo das políticas.” A presença na casa de um assentado de candidatos e políticos ou outras personalidades que tenham destaque na comunidade incorpora uma diversidade de significados, entre os quais muitos estão para além da política. A escolha do evento (almoço, café, ou simples visita) ser na casa de determinada família, como na casa de Dulcinéia, não apenas é uma ação política de comunhão com aliados e possível eleitor, traz ainda a marca do prestígio daquele que recebe essa visita, afinal, sua casa foi escolhida entre tantas outras.

Essa recepção, no entanto, não demonstra uma relação de mão única: não apenas conota prestígio ao anfitrião, o fato de ser recebido entre os assentados, na casa da família

(normalmente uma família grande e bem relacionada com grupos de apoio, aqui no caso, o MST) permite ao político um lugar de onde pode falar, marcar seu território no local e ainda incorporar em seu discurso essa relação com o local.

Assim, sendo o Amaralina o lugar de moradia e de sobrevivência através do lote de terra da família de Zé Carlos, o candidato Júlio marcava na casa de Dulcinéia um território de aliados e apoios dentro do assentamento. O mesmo acontecia na casa de Zé e d. Vitória, ainda que fosse um apoio mais discreto e segmentado ao candidato Luciano Gomes do PR. Diferentemente das expectativas do MST, Amaralina configura-se como um lugar dividido politicamente, onde os grupos de apoio político são quase tão numerosos quanto as famílias se considerarmos que dentro de cada casa ainda há distinto apoios —, em termos de Simmel poderíamos chamar de subgrupo do grupo. Obviamente, as duas principais associações defendem posições políticas diversas — MST x FETAG —, e cada qual aglutina interesses específicos. No entanto, no tempo da política, uma imensa segmentação se sobressai a essas duas associações que, de modo mais explícito ou mais silencioso, começam a existir defendendo candidatos e princípios variados para vereador, uma vez que, diga-se de passagem, todos sobem juntos ao palanque da coligação encabeçada por Guilherme Menezes. Essa dinâmica permite que a ruptura e a aliança estejam em constante rearranjo, mas em última instância o processo eleitoral de maior força aglutina as forças segmentadas, no caso, as campanhas individuais de vereadores de maior embate reúnem-se em uma mesma chapa eleitoral que é levada a cabo pela candidatura ao executivo (HERZFELD, 1985).

Nesta eleição de 2008, o candidato Luciano Gomes acabou se constituindo como uma espécie de terceira via no assentamento, ou seja, não sendo do local, nem sequer ligado ao MST ou à FETAG, Luciano Gomes não entra em conflito com os interesses políticos no local dessas duas organizações e alicerça sua campanha trabalhando nesse campo de atrito. Seus eleitores no Amaralina, tal como d. Vitória, foram motivados a escolhê-lo não para se manterem afastados desse campo de disputas, — afinal, muitos dos eleitores de Luciano não revelam seu voto frente às lideranças do MST, por exemplo — mas porque o candidato do PR construiu sua campanha política no assentamento durante um longo tempo, no qual era acionado para ajudar nas dificuldades cotidianas vividas no Amaralina. Sua força política, sem dúvidas, era muito mais forte na região do assentamento conhecida por “das Goiabeira” porque o candidato frequentava essa parte em períodos anteriores à eleição — como disse seu Joaquim, somente quem coloca a panela antes no fogo pode ter o que almoçar. Assim,

promovendo bailes e festas nos bares do assentamento, jantares e muitas promessas de ajuda, — tais como emprego, como no caso de Magnani, a filha de d. Vitória — Luciano Gomes recebeu uma expressiva votação no Amaralina, ocupando o entreto de disputas protagonizadas por Júlio Honorato e Zé Carlos.

O almoço de Dulcinéia, a despeito da derrota de Júlio, foi adiado, e não cancelado. No entanto, esse adiamento tem data longínqua, pois antes é preciso que a água volte às casas. Tudo parece parado no assentamento, nenhum pé de vento, as folhas das árvores estão silenciosas, poucas pessoas ousam ficar andando no calor, o sol a pino produz uma claridade que, quando unida ao pó que sobrevoa a estrada e os terrenos muito secos, parece querer cegar olhares teimosos. Fumando um palheiro com Gastaldo na porta da frente, observamos passar um carro com lotação completa. Pareciam todos arrumados, roupas e cabelos formais, pelo que deu para perceber, ficamos pensando se alguém estava promovendo alguma festa para candidato — talvez Luciano Gomes lá no bar do Zé, ou o candidato Edivaldo Santos Ferreira do PMDB que tinha vários cartazes no assentamento (sobre o qual seu Edu do MST sempre advertia “*esse não sou eu!*”) ou mesmo o Fabrício do PC do B.

Não demorou muito para que fosse possível descobrir que devido à falta de água ainda não ocorrera nenhuma festa da eleição, mas os visitantes se dirigiam a uma das onze igrejas evangélicas que se esparramam pelo Amaralina. Talvez a expressão *igreja* não dê a real dimensão desses espaços religiosos, muitos não são mais que a garagem ou a sala das casas do assentamento, outros podem ter uma pequena sede erguida pelos próprios fiéis, e há ainda uma que funciona em local onde era um bar, — segundo Gastaldo, o dono foi evangelizado, ou melhor, *endemoniado* pelos crentes.

Pergunto sobre a presença de outras religiões no assentamento, especialmente aquelas não tão visíveis, como as religiões afro, afinal, em nenhum momento eu percebera qualquer sinal da presença de seguidores das religiões afro-brasileiras, o que era curioso em um local predominantemente habitado por negros (não quero dizer com isso que os brancos não sejam praticantes). A resposta de Gastaldo foi a mesma de meu amigo e liderança do movimento quilombola, também assentado e militante na fundação do Amaralina, Robério: existir existem, mas são muito censuradas pela comunidade, pelos católicos locais (que, segundo eles, são fervorosos) e agora pelos evangélicos, por isso, os rituais são realizados quase em sigilo. Portanto, como a religião era algo bastante remoto na família de Gastaldo e Dora e nas

casas de seus parentes com quem convivi — todos têm crucifixos em casa e frequentemente invocam a Deus; no entanto, Dora se diz “*católica relaxada*”, — resolvi não adentrar nesse tema porque fugia ao âmbito de minha proposta na medida em que não atravessava a vida dos *meus nativos*. Todavia, acredito que as religiões devem ter implicações com a política em outras casas e famílias do assentamento.

Os mistérios da urna

Sem o almoço em Dulcinéia, o lugar mais frequentado volta a ser a escola, afinal o pátio em frente à cozinha sempre é frequentado por algum conviva de Dora. No curto trecho que separa sua casa da escola, é possível ver chegar Marcel empurrando uma moto. Desde alguma distância vai desabafando: “*muita preocupação, moça, nem sabe que sufoco essa bomba, queimou, vai pra mais de cinco mil o conserto, aguenta um homem uma coisa dessas!*” Marcel explica que o responsável pelo cuidado com funcionamento não tomou as medidas certas e deixou a bomba funcionar sem água, o que provocou a queima do motor. De certo modo, Marcel compreende o descaso do responsável porque ele está sem receber há cerca de três meses e, portanto, foi fazer outras coisas para poder se manter. Pergunto se não poderia reunir todo o pessoal da associação em uma tentativa de arrecadar o dinheiro para o conserto. Ao que responde: “*Isso aqui é tudo uns cabeça dura, Deus me livre, um rebanho de pedra, falar com eles como ‘cê’ falar com pedra dessas aí.*” Marcel afirma que irá procurar seu Edu para tentarem encontrar uma solução. A seu modo, a fala e a prática de Marcel remetem aos comentários que lhe são dedicados no assentamento devido a sua dificuldade de operacionalizar ações de modo democrático e aberto à participação dos diferentes grupos locais, assim como a sua dependência de uma liderança de maior peso, como seu Edu.

Ao chegar à escola, Dora e Lúcia estão conversando, sentadas entre a cozinha e o pátio. Com a chegada de Marcel, o assunto é encerrado, e Lúcia não o cumprimenta e sequer lhe dirige a palavra. A despeito disso, Marcel segue falando sem trégua e sem fazer distinção entre as ouvintes, no entanto não toca no assunto da água, que minutos antes era seu principal tema. Dessa vez prefere proferir contra os “traíras” que habitam o Amaralina e não permitiram Júlio Honorato se eleger. Segundo Marcel,

“Júlio não se elegeu por sessenta votos, por causa dos traíras daqui, umas ‘traíragens’ que a gente já está sabendo quem são, a gente sabe quem eles são, porque escuta, moça, tem uns que dizem que são MST só na hora que querem um projeto, um emprego, coisa que precise, mas não são MST. São oportunista no MST, não veste a camisa. Mas nós já tá sabendo quem são traíra, porque os computador diz tudo, moça, é só puxar dali e ele diz tudo direitinho, quem votou em nós e quem traiu.”

Tento inutilmente convencer Marcel que não, que não é possível a partir da urna eletrônica se descobrir os votos individuais, então, paira uma dúvida, se realmente ele acredita no que está falando ou usa isso como artil para que algum “traíra” se entregue e/ou se sinta culpado.

Horas mais tarde, lembrei-me de uma conversa com César na casa de sua mãe (d. Maria), quando ele falava de modo pejorativo de muitos dos assentados do Amaralina, julgando-os ignorantes, pois confiavam em tudo o que seu Edu falava e inclusive acreditavam que as lideranças do MST teriam mesmo como conferir seus votos, tal como lhes afirmam fazer. Porém, se por um lado é inegável que César almejava ser reconhecido intelectualmente e para tanto não media muito as palavras, por outro lado, não estava em franco delírio de autoestima, considerando que os próprios assessores de Júlio, em outra ocasião, disseram-me que poderiam saber quem estava com Júlio ou quem traía. E de fato, o uso da expressão “trair” é muito significativa de um contexto em que opções eleitorais estão menos para escolha aberta e livre, no sentido literal do termo, do que para traição.

Assim a fala de Marcel deixa de ser um pouco bizarra para se tornar talvez mais real (e sinistra), no sentido (involuntário) de ajudar a descortinar as ameaças de controle do voto que o MST emprega sob um discurso de formação política ideológica. Ao desacreditar (ou não) no sigilo do voto na urna eletrônica, Marcel vai revelando um lado sombrio da tentativa de arregimentar votos pelo MST, pois, à *côté* das capacidades dos assentados da base de manobrar essa tentativa de homogeneização, caminha uma posição do Movimento que merece atenção. Pois, se ao primeiro olhar a campanha para o vereador lançado e apoiado pelo MST representa a construção de princípios organizativos da participação política e democrática através da formação ideológica de seu eleitorado, em um segundo momento, percebe-se que há uma certa intolerância em aceitar outros nomes na preferência eleitoral das bases, e atentando em ângulo menor para esse funcionamento da campanha do PT/MST, sem tomar como ideológico ou clientelista de antemão, pode-se ainda observar o real andamento dessa campanha na vida das pessoas, em que a campanha de um vereador com pressupostos

ideológicos de esquerda pode estar alicerçada em práticas autoritárias e coercitivas, como essa de “ver na urna que são os traíras” que, de certo modo, opera com sabida consciência da desinformação das pessoas. Se tudo indicava para uma campanha pautada no trabalho militante, na garra de seus cabos eleitorais e na formação política dos assentados pelo MST, ao desviar-se a observação etnográfica para o funcionamento dessa campanha na vida dos assentados da base essas indicações tornam-se outras.

Enquanto o assunto prossegue sobre a possível visibilidade dos depositários de cada voto, Dora afirma que no Capinal foram vinte e oito votos para Júlio Honorato só entre os membros de sua família. Lúcia diz que Zé Carlos recebeu apenas um voto no Capinal, ao que Dora responde que foi do sogro do seu irmão. Não sei se do mesmo modo que para Marcel, mas para Dora o voto na urna eletrônica também é reconhecível; explica que lá onde vota no Capinal, enquanto está digitando o voto no teclado da urna, o mesário estaria acompanhado o resultado de seu voto na máquina que fica junto aos mesários e, como a mesária de sua urna, é sua conhecida (como de todos), portanto, fica sabendo qual foi sua escolha. Para reafirmar sua convicção, Dora conta que certa vez, em outra eleição, os seus amigos membros da mesa de votação teriam lhe dito depois do pleito “*‘cê’ votou foi no fulano não foi? Hein, safada, ‘cê’ não votou no tal que prometeu votar.*’ *Eles sabiam sim, diretinho em quem eu tinha votado*”, confirma Dora.

De fato, é sabido que há toda uma gama de boatos em torno da incapacidade da urna eletrônica manter o sigilo do voto depositado. A desconfiança, que com regularidade acompanha a pouca informação, parece acrescida, neste caso, da ausência total de contato da comunidade com computadores, isso alimenta um imaginário sobre as capacidades dessas máquinas quase animista, pois praticamente lhe dá vida própria. Em paralelo, a descrença na idoneidade da urna eletrônica e a percepção de que o computador pode revelar ao mesário o voto de seus conhecidos gera a perspectiva de que há um controle por parte daqueles que sabem manipular “as maquininhas” para que elas revelem quem votou em quem. Portanto, para evitar mal-entendidos, é preciso chamar a atenção que é dentro de situações específicas e, de certo modo, propícias que esse boato cria forças e se sustenta, não necessariamente as pessoas acreditam que o computador ou a urna eletrônica falem ou manifestem-se, mas, ao desconhecerem totalmente os mecanismos de funcionamento dessas máquinas, não sabem até onde suas capacidades chegam e o que realmente pode-se extrair delas. Ademais, encontram-se aguçados não apenas pela vontade de reconhecer o voto alheio, como pelo fato de esses

boatos serem creditados por algumas lideranças e cabos eleitorais e também por mesários que espalham ter esse poder de acessar o destino do voto dos eleitores da seção. A conjunção de todos esses elementos cria, sem dúvidas, condições que por um lado produzem um clima de incertezas nos eleitores (enfim, seu voto será descoberto?) e por outro, dá margens para que os políticos e algumas lideranças do MST joguem — às vezes duro — com o controle dessa suposta informação.

São manobras como essas que vão constituindo o exercício da política. Especialmente em um lugar onde os adversários são mais ou menos reconhecidos, as urdiduras da eleição tendem ainda a assumir novos adversários ou aliados. Não se configura de outro modo a política na perspectiva de lideranças locais (como Marcel e Edu) ou está comigo (com PT/MST) ou está contra mim. Nesse caso, não há vizinhos ou amigos sem passar por esse crivo — a política sobrepõe afetividades podendo destruí-las ou criá-las, mas coloca-se em uma totalidade que não encontra ressonância na maioria das famílias. Passa a existir um abismo entre as perspectivas.

Veja-se o caso da família de Zé e d. Vitória, o ecletismo na escolha eleitoral não é motivo de conflito internamente na casa, no entanto, procuram não anunciar aos quatro ventos que apoiam candidatos outros, não ligados ao PT/MST. No final de semana seguinte à eleição, na hora de um almoço festivo com buchada de bode e pirão (apesar da falta de água que deixou d. Vitória assolada na cozinha), com diversos convidados de dentro e de fora do assentamento, Zé não se censura de comentar a eleição, dizendo que apesar de seu voto e toda sua torcida para a Vitória de Júlio, faltaram-lhe alguns apoios essenciais e acabou derrotado. E complementa que a família e o assentamento — nós — não ficaram de todo mal, pois o Luciano Gomes saiu vereador e reconhecia-os como eleitorado. D. Vitória concorda, diz que esperam que o vereador Luciano continue indo lá, não se esqueça deles, afinal, além de amigo, ele é interessado em fazer políticas pelo Amaralina.

De fato, não é possível traduzir em termos simples a participação e a interpretação da política por parte dos assentados. Através desses exemplos podemos tomar boa distância de pressupostos que tendem a encaixar a explicação das escolhas. Não é por ajuda pessoal que d. Vitória vota em Luciano Gomes, mas também é por esse motivo. Ao fim, quando toma sua decisão não é apenas uma consideração sobre o candidato que lhe informa, mas é uma conjunção de fatores e propósitos que mutuamente se influenciam. Não creio que o voto dos

militantes e lideranças seja tão liso e reto como propagam. Convictos de suas escolhas, como Marcel, por exemplo, não abrem mão de votar com o PT/MST, sem deixar de desejarem um candidato que fosse mais interessado e próximo do Amaralina.



A água e a eleição

*Muito mais, inda mais, muito mais
Dispois dos derradêro cantão do sertão
Lá na quadrada das águas perdida...
(Elomar – Na Quadrada das Águas Perdidas)*

Seu Edu retorna ao Amaralina para tentar resolver os problemas de falta de água. Sua presença é muito frequente e sempre esperada quando se trata de resolver pendências de todos os tamanhos, desde brigas em família a dívidas no banco. Não quer dizer que consiga resolver todos os imbróglios, mas sempre muito solícito e diplomático, seu Edu não deixa de auxiliar com conselhos e opiniões. A par da discussão sobre a derrota de Júlio que acontecia no pátio da escola, revela sua insatisfação com as escolhas políticas dos assentados de modo geral e, com relação ao Amaralina, acredita que não haveria grandes surpresas por que é um lugar sabidamente despolitizado e agora ainda descompensado pelo MST por ter lançado um candidato e desfavorecido a eleição de Júlio Honorato.

O assentamento permanece sem água. Seu Edu fazendo uma revisão crítica da campanha de Júlio Honorato no assentamento reconhece que esse “probleminha da água” alavancou mais desgostos entre aqueles que já estavam descontentes com a direção da associação responsável pela água, que cabe aos líderes do MST. A interpretação é a de que uma conexão imprópria entre os problemas de administração local e o MST como um todo, inclusive sobre a campanha de Júlio Honorato, foi feita por assentados que já são pouco fiéis, ou seja, são famílias que não se sentem muito parte do Movimento, por conseguinte, não

precisam de muitos motivos para se voltarem contra as propostas apresentadas pela direção local do MST.

Às vezes, parece que o tiro realmente saía pela culatra. A intenção de centralizar a gerência da Associação e da Cooperativa do Amaralina por parte do MST com o propósito de alicerçar e concentrar o poder político, todavia, esbarrava na ausência de espaço para o diálogo com as bases e nos deslizos administrativos que terminam exercendo forças centrífugas, redimensionadas pelos conflitos históricos do lugar. Desse modo, sem conseguir determinar a magnitude de suas posturas, as lideranças do Amaralina apenas desencantam-se com o resultado do trabalho político, não se conformando com a “despolitização” de suas bases.

É preciso observar que não se trata somente da política eleitoral que preocupa os assentados, em especial os líderes, mas a contingência de disputas vigentes mantém o assentamento como espaço de contestação de interesses, o que pressupõe um cotidiano politizado (no sentido, de ter vida política) se não para todos, ao menos, para aqueles que se encontram envolvidos com coordenações e/ou outras funções coletivas. Também a vida política se estende no assentamento aos grupos de interesse, o que exige a participação dos assentados no jogo de forças. Se, como foi dito anteriormente, a política não afeta a todos com a mesma intensidade, essa *outra política* travada através de posições e demandas cotidianas também não se faz presente do mesmo modo em todas as casas, mas por sua dimensão ser estritamente relacionada a questões muito próximas — como os projetos, água, colheita, saúde, escola — o envolvimento torna-se uma espécie de necessidade.

Acontece que não é dissociável uma política da outra no assentamento Amaralina, talvez pudéssemos imaginar a política da eleição, com seus candidatos e artifícios, como uma linha transversal que cruza essa política de cada dia. Qualquer tentativa de aproximação com uma precisa pressupor a outra. Não se percorre a linha da política cotidiana sem aperceber-se de que seu andamento é acionado pela política eleitoral e vice-versa. Assim, mesmo com baixa participação dos assentados da base nas instâncias de decisão da política interna, seria um erro prescindir da sua capacidade avaliativa concernente aos apoios externos alicerçados pelos líderes locais. Tudo indica que a demora na solução do “probleminha da água”, entre outros desmandos, para algumas famílias, afeta sua aceitação dos candidatos que os respectivos responsáveis por essas questões apoiam. Todavia, o inverso também é verdadeiro.

Dito de outro modo, há nesse microcosmos de formas de participação política aquelas famílias absolutamente ligadas às decisões das lideranças e sua confiança é, portanto, depositada nelas — como a mãe de Dora, Dulcinéia, diz confiar plenamente em seu Edu, considerando-o informado, prestativo, eficiente e, acima de tudo, um amigo, portanto, quando ele apresenta um candidato na sua casa é porque há de ser o melhor e Dulcinéia não teme dar seu apoio.

A variedade de posições não apenas indica que não é possível tentar encontrar um motivo ou dois para que uma família apoie um ou outro, mas talvez chame a atenção para as variações que lhe dão sentido. Observam-se ainda inúmeras outras conjunções políticas que são decorrentes dessa transversalidade de políticas — interna e eleitoral, podemos chamar, — e que se efetivam dentro da perspectiva de cada casa. Importa, naquilo que foi dito acima, que não se tomem as posições políticas como se estivessem em linha reta com a relação do assentado com suas associações (MST e FETAG). Essa ligação existe e é um ponto de reflexão dos assentados para escolher seus candidatos, mas é preciso relativizar sua capacidade de definir a escolha, pois outros motivos são colocados em relação a esse ponto, podendo ser tanto divergentes como convergentes, e ainda terem diferentes pesos no momento de decidir o voto.

Não esqueçamos ainda que, não redutíveis à derrota nem à Vitória, os resultados eleitorais não foram de todo negativos às associações representativas do Amaralina, considerando que, se por um lado os vereadores “do MST e da FETAG” não conseguiram se eleger, por outro, ambos pertenciam à chapa majoritária que saiu vitoriosa e, principalmente, contou com maciço apoio dos moradores do Amaralina. Assim, ao invés de uma leitura que aparte, separe e encerre as razões de fracassos e de êxitos eleitorais, podemos considerar que deparamo-nos bem no meio da fração com um ponto de encontro — a administração pública municipal.

Cabe destacar uma reflexão de Herzfeld sobre o Estado e pensar no caso do poder político institucionalizado como capaz de acionar reunificações nas práticas políticas na medida em que posições precisam se reconfigurar, por vezes, até mesmo se re-fundirem, para dialogar suas demandas com o Estado. Assim, entre os assentados, diferentes perspectivas são observadas em relação aos políticos e lideranças, suas estratégias e posições ideológicas, todavia, com certa inflexão, elas permitem observar que em certas circunstâncias insólitas,

solidariedades expressivas podem emergir entre esses mesmo sujeitos — no caso, assentados, — situando-os no interior do mesmo discurso através do redimensionamento dos pertencimentos a grupos e organizações próprias, ou de posição política partidária, para então agregarem forças em torno de um chamado comum (HERZFELD, 2008).

Trâmites de uma reunião: a política da água

Passados os dias tumultuosos que antecedem a eleição e a sucedem, a vida no assentamento Amaralina parece retomar seu ritmo, as casas com seus convivas, as portas marcadas por cartazes de políticos, assim como os postes de beira de estrada; as roças sendo cuidadas na medida em que a seca permite, os animais sendo conduzidos pela estrada atrás de um bebedouro. Enfim, uma normalidade retomada não por inteiro, visto que o estado calamitoso da falta de água estende-se, e as caixas e torneiras continuam secas, os jegues continuam carregando pesadas carroças com tonéis e pipas, e o dilema se arrasta mais que lagarto pelo sol, deixando boa parte das pessoas com calundu, acrescido de carcoré, ou seja, uma vontade de quebrar tudo como canta Elomar não tão longe dali, um pouco mais para o lado das Gameleiras, outra região de Vitória da Conquista.

A situação foi informada na prefeitura, e a mídia local esteve no Amaralina para noticiar algumas situações de extrema falta d'água. Na sede do MST, o assunto também já havia chegado, e muitos comentários eram feitos sobre a necessidade de se encontrar uma solução definitiva para esse problema. Ao que tudo indica a situação se agravava não apenas pela situação econômica da associação do assentamento, mas fundamentalmente por não haver maiores possibilidades de diálogo interno que buscasse uma solução coletiva. Acrescente-se ainda a dificuldade de acesso a certos setores da administração pública pelo advento da eleição, quando conseguir marcar uma audiência já seria um evento raro, tão logo conseguir um atendimento espontâneo como era a expectativa de Marcel e seu Edu. Ademais, a prefeitura, especificamente a Secretaria de Agricultura, já tinha cumprido seu papel, portanto, acioná-los era uma questão delicada e de êxito improvável.

A esperança de seu Edu era conseguir por intermédio do MST um técnico que pudesse consertar a bomba. Sua luta estava sendo travada na cidade, na busca desse técnico que consertasse sem cobrar ou cobrando preço irrisório. No entanto, seu Edu soube apontar para o fato do pouco empenho da direção regional do MST com o assentamento Amaralina, afinal, o assentamento não costumava “dialogar” com o Movimento, não mantendo uma relação de reciprocidade. O Amaralina, neste momento, queria ser ajudado (receber uma dádiva), mas não soube ser leal e dar a contrapartida quando lançou um candidato que “tirou” os votos daquele que deveria ter sido o único candidato dos assentados (MAUSS, 2003). Era difícil, portanto, esperar maiores esforços das coordenações do MST para solucionar um problema que envolvia a todos do Amaralina, amigos e inimigos.

Sem solução aparente, Marcel marca uma reunião para o domingo pela manhã para tentar encontrarem juntos uma solução. No entanto, a prática de convidar apenas alguns escolhidos permanece, mas a iniciativa é válida, todos a esperavam. No dia em que finalmente decide convocar uma reunião, Marcel diz algo curioso, parece ser outra pessoa porque suas ações pareciam sempre direcionarem-se para o contrário do que me declara nessa oportunidade. Diz estar muito cansado desses quase vinte anos de poder compartilhado apenas entre ele e Edu, pois, no seu entender, os demais assentados não querem nenhuma responsabilidade, assumir nada etc. Nessa ocasião, o quase eterno presidente afirma estar sucumbindo de tanta pressão e cansaço e expressa uma profunda solidão de não se sentir apoiado por ninguém. Marcel reclama que sua roça está abandonada, enquanto faz trabalhos coletivos não pode se ocupar da lavoura e dos cuidados com a casa.

Para marcar a reunião, é preciso avisar aos demais assentados e, conforme já relatamos, segundo critérios muito subjetivos de seu Edu e Marcel, os convites incluem e excluem. Este último aparece na casa de Dora para trazer além do aviso da reunião — da qual Dora logo diz que não vai participar porque não adianta nada, ao fim todos vão fazer o que Edu disser — uma sacola de mantimentos que Dulcinéia mandou para Dora. Conversam próximos à porta de entrada da casa, Dora confessa que está sem dinheiro algum e não consegue receber devido a uma greve dos bancários, a situação alimentar da família é mantida por Dulcinéia e um pouco menos por d. Maria. Dora insiste para saber se Marcel falou com Noeci Salgado sobre seu contrato, não lhe ocorrendo mais recorrer a Júlio Honorato.

Dora mostra para o amigo como está sua situação, como ele próprio presenciou, tendo que receber ajuda de sua mãe e pergunta para Marcel:

“se não renovarem esse contrato o que vai ser da minha vida? Com três machos dentro de casa, ‘cê’ vê esse homem [apontando para o interior da casa onde se encontrava Gastaldo] que só quer ficar dentro de casa deitado olhando televisão, minha mãe tem que fazer a feira e mandar um pouco para mim, que vergonha!”

Com relação às brincadeiras de Dora referentes à inoperância de participar da reunião, o presidente da associação parece não dar muita importância, apenas resmunga “*essa sucuri, sempre arranjando desculpas.*” Traçando um parâmetro com a etnografia que Comerford (2002) realizou sobre reuniões camponesas, podemos identificar situações bastante semelhantes. Um primeiro ponto em comum seria a crítica à ineficácia das reuniões por parte de quem organiza e de quem frequenta, os primeiros reclamam, entre outras coisas, de que ninguém participa, os poucos presentes esquecem os debates da pauta e não falam nada durante o encontro, somente depois da reunião; os segundos — o público da reunião — costumam reclamar de que *reuniões são perda de tempo*, de que há muito *bate-boca* e conversa e que *reuniões não resolvem nada*. (COMERFORD, 2001, p. 162). De fato, tal como no Amaralina, os comentários são relativamente os mesmos, e o público fala mais do lado de fora que na reunião propriamente, na qual a maior parte do tempo são os dirigentes que têm a palavra.

A pauta — conjunto de questões a serem discutidas em uma sequência de etapas — nem sempre cumpre seu objetivo devido aos assuntos paralelos que vão sendo informados. Para a próxima reunião, a pauta será evidentemente a questão da água “e outros informes”, como anuncia Marcel, o que de fato nunca se sabe ao certo o que significa. As reuniões no assentamento seguem alguns dos procedimentos apontados por Comerford — abertura, programação, pauta, atas, documentos para discussão, mas no geral são pouco formais, talvez pela minoria de participantes que frequentam. Em sua grande maioria, as reuniões acontecem na sala de aula da escola, aos finais de semana ou menos frequentemente, em horário sem aula. A escola além de ser um lugar separado dos demais de moradia ou comércio — uma opção comum na escolha dos locais para reuniões camponesas, segundo Comerford — no caso do Amaralina, serve também em substituição à sede, pois a casa da fazenda que servia para esse fim, agora é ocupada como moradia familiar (COMERFORD, 2002).

A apresentação inicial é feita por seu Edu, ele expõe os pontos a serem debatidos e encaminha o assunto propriamente dito para Marcel. Este, tímido e calado nesta hora,

diferentemente do brincalhão e falante no cotidiano, quase não fala, resume muito sinteticamente os assuntos e problemas, e acaba sendo seu Edu quem dá prosseguimento.

Nesta reunião especificamente seu Edu inicia a apresentação da reunião fazendo um breve discurso sobre a eleição, repleto de eufemismos e algumas sutis insinuações a respeito da culpabilidade dos assentados do Amaralina pela derrota de Júlio por menos de oitenta votos. Depois do curto discurso, porém tenso, somente uma brincadeira poderia devolver o ritmo amigável ao encontro, para causar tal efeito seu Edu sugere que o próximo nome de vereador seja o de Robério, que agora é “bem de vida”, pois tem um cargo comissionado da prefeitura. As gozações prosseguem, muita piada sobre os políticos é feita, curiosamente, sem, no entanto, citar-se o nome de Zé Carlos. Devido à “amplitude” do público interessado em resolver o problema da água, nem todos ali são suficientemente conhecidos para se saber de que “lado” estão.

Estavam na sala em torno de dez pessoas, um público insignificante para um universo de 139 lotes, principalmente porque esse número inclui Edu e Robério. Ambos têm lotes no Amaralina, porém moram na cidade desde que foram perseguidos pelos compradores no assentamento e também porque é onde exercem funções de militantes do MST. Os poucos participantes que não fazem parte da organização da reunião sentem-se impelidos a questionar o problema da água e a demora no conserto da bomba.

Um desses participantes, apelidado de Galego, reclama muito e asperamente de uma solução imediata para o fornecimento de água. Ligado à FETAG, Galego é bastante duro com os dirigentes locais, e sobre ele, depois seu Edu desabafou comigo: *“sujeitinho incomodativo, não participa nunca de nada, mas agora quer solução rápida, porque não pede para os dele? [no caso, creio, a FETAG].”* O início da fala de Galego é uma espécie de corte nas brincadeiras sobre políticos, talvez com o propósito de iniciar as discussões dos assuntos da pauta. Interrompe seu Edu dizendo *“política é nada que ajuda em nada quem é trabalhador.”*

A partir desse momento, seu Edu começa a falar do problema da água, da falta de pagamento dos associados e da dificuldade de manutenção da mesma devido à escassez de recursos. Outra vez é interrompido pelo mesmo participante que pergunta se ele não obteve ajuda da secretaria do MST e sugere que apenas para pedir voto no Amaralina o Movimento se faz presente, mas na hora de ajudar parece que se esquece de todos ali. Evidentemente se opondo ao que seu Edu discursara no início, Galego que fora avisado da reunião por um

vizinho, parecia quebrar o costumeiro ritmo das reuniões, não por se opor, mas pelo modo como fazia. Algo por debaixo do pano ou da pauta da reunião movia-o para proferir aquelas ríspidas palavras em um momento no qual ainda não se debatia nada, apenas os problemas estavam sendo levantados. Tudo indicava que sua presença juntamente com dois vizinhos iria “atrapalhar” a desenvoltura planejada pelos coordenadores.

A eleição e os comentários feitos por seu Edu talvez tenham aguçado a animosidade entre os grupos do assentamento que usam alguns espaços para a exteriorização de descontentamentos, no caso formal, exteriorizam nas reuniões, e informalmente, isso pode acontecer em diversos pontos como em bares, jogos de futebol, festas etc., nem sempre livres de conflitos exacerbados e violentos. O encontro entre grupos ou famílias que estão em contenda, os *intrigados*, para usar um termo cunhado por Ana Cláudia Marques, dentro do possível é evitado pelas próprias partes, mas no caso de reuniões decisivas, com implicações práticas na vida de todos, nem sempre esse encontro entre desafetos pode ser contornado. Podemos apontar para essas tramas como um lugar de análise, tomando-as como um momento que se constitui através de vários aspectos desencadeados pela vida social. Não se trata de pensar isoladamente essas intrigas, mas situá-las no contexto em que se tornam visíveis e tomam forma, marcando o lugar de cada parte contenciosa (MARQUES, 2002) — o contexto que estamos descrevendo é o de uma reunião, mas é o passado das contendas que informa as posições nesse caso.

Este domingo de outubro em que foi marcada a reunião parece ter sido o limite do silêncio e da suportabilidade de alguns assentados com relação à falta de água. Tempo fronteira, momento decisivo no qual as conversas de esquinas, os descontentamentos de cada casa, as reclamações, os desafetos e os chamados de (possíveis) culpados concretizam seus dramas e incompatibilidades. Os prolongamentos de uma espécie de *estado de guerra* entre os grupos, como observou Marques (2002, 2006) em outra circunstância, induzem a acionamentos e relações de diversas naturezas, podendo acontecer a intensificação do conflito latente por motivos que não são necessariamente os mais graves — uma espécie de fagulha que promove um imenso incêndio. Nesse caso do Amaralina, não se trata exatamente de uma pequena fagulha, ou de um motivo de menor importância, afinal, diz respeito ao fornecimento de água para as casas, no entanto, os confrontos que essa questão promove não se resumem exclusivamente a ela, mas carregam uma infinidade de contendas e desavenças anteriores que estão em constante movimento, ora se sobrepondo ora se retraindo (MARQUES, 2006).

Bem, tendo como pano de fundo todo esse cenário de dissidências e também de conflitos, a reunião vai se tornando cada vez mais áspera, e certas questões que talvez não deveriam ser tratadas em público começam a emergir. Galego, especialmente, quando toma a palavra, não se refere vagamente ou de modo genérico a algumas pessoas, mas a uma só pessoa, no caso Lúcia, a encarregada de cuidar da contabilidade da água. Algumas curtas intervenções de seu Edu e ainda menores de Marcel buscam dar respostas a Galego e atenuar a tensão provocada por acusações e possíveis insolubilidades.

Outro ingrediente que colabora para entendermos esse clima da reunião é a postura de não tomar totalidades do contexto *a priori*, nem pensar as posições e os pertencimentos como definidos simplesmente por uma única referência, mas observar como um espaço que, se engloba diferentes (e anteriores) fenômenos totais, engloba ainda as constantes re-atualizações reconstituídas na intimidade das relações sociais nas quais estão envolvidos os integrantes da reunião (e também os que não estão) (HERZFELD, 2008; COMERFORD, 2002).

A fala de Galego é interrogativa, procura desvendar os motivos de Lúcia ser a encarregada das finanças, levando em conta que ela não era assentada do Amaralina, e sim militante do MST, que por ora reside no local. Lúcia, única mulher da reunião (além de mim), argumenta que veio para ser articuladora do MST no assentamento e seu nome foi tirado em assembleia para ocupar o posto de responsável pela organização do pagamento da água. Visivelmente nervosa, Lúcia gesticula muito e responde muito agressivamente às perguntas de Galego. Este por sua vez parece ser porta-voz de mais três companheiros seus, que pela expressão do rosto e ao sacudir afirmativamente a cabeça, dão todo apoio às suas palavras. Depois dos ataques à Lúcia, que se encontra nesse momento em uma posição mais frágil pela impossibilidade de responder muito precisamente às questões que lhe eram colocadas, as ofensivas de Galego partem para Marcel, questionando que nada mudava na sua direção do assentamento, tudo permanecia tal como antes, na época de seu Edu, porém nunca se dirige diretamente a seu Edu.

A presença de seu Edu por si só estava carregada de significados, um misto de respeito da parte de todos lhe era dedicado, mas também recebia muitas críticas, tratamento típico de uma figura emblemática, carregada de capital simbólico (BOURDIEU, 2003). Sua intervenção vai sendo precisa e tranquiliza os ânimos na reunião. Dono de boa oratória e acostumado a enfrentar reuniões animosas, seu Edu vai tomando para si a palavra, sem

nenhuma imposição aparente, opera na medida da aceitação que recebe de seus companheiros de assentamento. Sentado em uma das cadeiras escolares situadas na parte da frente da sala, voltado para os demais, como se ocupasse a posição de um professor, seu Edu vai exercendo sua capacidade de liderança e, habilidoso, nesse momento sugere que as divergências entre os grupos sejam deixadas de lado em nome de uma batalha em comum pelo conserto da bomba d'água. Sutil, estende a discussão, mas não impõe sua fala, talvez facilitada pelo silêncio que todos fizeram. Seu Edu falou dos planos para arrumar a água, da luta que tem travado há mais de dois anos para dar continuidade a esse trabalho. Sugere que Marcel chame os nomes da comissão que foi tirada em assembleia para tratar o assunto “água”, ao que Marcel insiste em dizer que esses nomes de fato não existem, constam apenas no papel, porque nunca participaram de nada. Seu Edu insiste mais um pouco para que esses “*nomes omissos*”, como designou, sejam apontados e chamados para a reunião. No entanto, a resposta de Marcel repete-se “*esses nomes não existem, moço.*” A essa altura da reunião Seu Edu propõe que se tirem outros nomes para formar a comissão que trabalhará na gestão da água.

Nesse momento, do fundo da sala levanta-se um agricultor, devendo ter mais de sessenta anos, vai até a parte da frente da sala e começa uma fala balbuciada, tímida e constrangida, parece que as palavras não querem descolar de sua boca e atrapalham-se umas às outras ao serem pronunciadas todas juntas. Olhando sempre para seu Edu, conta que esperava a ajuda do vereador Júlio Honorato para saldar umas despesas com problemas de saúde da família, como essa ajuda não se efetivou, revela em voz baixíssima e amassando o chapéu na mão, que precisou gastar o dinheiro que arrecadou da água.

Nesse momento, pude perceber que esse agricultor fazia parte da comissão da água na zona mais retirada do assentamento, no Landin, onde era responsável por arrecadar o dinheiro, além de dar suporte e manutenção aos encanamentos sem receber nenhuma remuneração por isso. Cria-se uma situação nova na reunião depois de sua confissão quase desesperada de falta de condições de resolver um problema de saúde. Confissão que também envolveu, mesmo que não diretamente, o candidato do MST, Júlio Honorato e, em última instância, envolvia seu Edu, intimamente ligado à campanha de Júlio Honorato. O embaraço paira na sala por alguns instantes, todos mantêm silêncio, até que seu Edu põe a mão sobre o ombro desse agricultor e diz que isso não há de ser nada, depois, quando ele dispuser do dinheiro, procura Lúcia e tudo fica certo. O homem fica emocionado e com olhos de lágrimas

agradece muitas vezes a seu Edu! Seu Edu retorna a falar, argumenta que o importante agora é achar uma solução para impedir que por inadimplência o serviço de água não funcione.

A sugestão de alguns presentes é de que sejam colocados relógios marcadores do consumo, depois de levantarem várias acusações sobre vizinhos e conhecidos por uso exagerado da água em períodos de seca, como para irrigação de plantas e para bebedouros de animais. Esse dilema do uso que deve ser dado à água ocupa muito tempo da reunião, pois cada um conta uma história, enfim, a medida que foi decidida foi comprar instrumentos que permitam à associação cortar a água de quem não pagar no prazo. O dinheiro para o conserto da bomba será obtido parte nessa cobrança dos inadimplentes, parte com a ajuda do MST. Lúcia permanece no seu posto e encarrega-se de aumentar a cobrança sobre os inadimplentes para poder conseguir o dinheiro para o conserto da bomba. Seu Edu responsabiliza-se de procurar Noeci e Júlio Honorato para ver se consegue por essa via algum recurso financeiro. Ao assumir essa responsabilidade, seu Edu lembra a todos que, com relação a Júlio, vai ser difícil obter alguma coisa, afinal ele perdeu, e parte de sua derrota eleitoral deve-se ao despeito do assentamento Amaralina em votar em outros candidatos e, especialmente, em lançar outro nome. E com essas decisões, finda-se a assembleia.

Partimos, então, para buscar um almoço em casa de amigos de seu Edu e de Robério — “*circular atrás de um feijãozinho da roça*”, diz Robério. Ao chegar à casa de Dulcinéia, almoçamos enquanto seu Edu conta dos trâmites da reunião. Dulcinéia acha que Júlio não vai ajudar o assentamento que o traiu e concorda com o corte no fornecimento de água dos inadimplentes. Comemos o ensopado com buchada de bode e farinha que sobrou do almoço da família, pois a despeito da falta de água, Dulcinéia diz que precisa “*dar de comer para filharada*.” Depois de muita conversação sobre a reunião e também sobre o resultado da eleição, partimos para a rua.

Considerações finais do capítulo

Enfim, nesse universo de histórias que foram antes narradas podemos tentar traçar as linhas que se cruzam, que por um motivo ou por outro, são transversais que ligam o cotidiano com o universo da política. Se a eleição no assentamento Amaralina apresentou um índice grande de dispersão na escolha dos vereadores ela foi, sem dúvidas, permeada por ações desencadeadas no cotidiano. Se são as pequenas minúcias da vida que podem definir um candidato, é também através delas que a etnografia pode aproximar-se de uma percepção que não separa a vida em fragmentos estanques, mas sim em seus encontros e transversalidades. São as interações diárias, segundo defende Herzfeld, que devem informar o antropólogo das contingências da vida, nas quais elementos que compõem o jogo político são descritos em sua razão de ser e não reificados em conceitos estanques, comuns de serem chamados à baila para explicar a política, tais como favor, ajuda, troca, promessa, entre outros. Não se trata aqui de negar essas práticas entre os assentados, nem sequer de tomá-las como algo pronto e modelar, pelo contrário, procurei observar o funcionamento das relações políticas e como esses arranjos, na prática, podem redimensionar o conceito, ou mesmo negá-lo, criando outra coisa, quiçá menos rígida e mais próxima da realidade.

Como um exercício de tentar unir esses inúmeros fios espiralados para tentar dar alguma forma para a política, talvez se possa começar pela capacidade dos assentados de flexibilizar os arranjos políticos que lhe são propostos pelo MST. Nesse sentido, a presença na política eleitoral do MST pode ser um ponto de partida para se compreender as experiências políticas no assentamento. Devemos admitir que a participação política eleitoral do Movimento Sem Terra em Vitória da Conquista é de fato bastante incisiva, operando na eleição no sentido de aglutinar os votos dos assentados como um todo. Há, de fato, uma preocupação dos dirigentes da coordenação regional do MST de influir na política local por

meio de candidatos que entendem como os representantes legítimos dos interesses dos assentados. Posição bastante particular, pois a orientação das instâncias de MST — estadual e nacional — segue o princípio de que os militantes não devem se candidatar. Os argumentos para essa decisão de modo geral concerne a duas questões.

A primeira e normalmente a empregada por militantes mais “radicais” diz respeito à oposição do Movimento à política representativa, pois dissiparia qualquer possibilidade revolucionária; na interpretação do MST, a eleição seria “*apenas o momento de escolher quem vai fazer mais do mesmo*”, ou seja, seria a escolha de candidatos que não pretendem alterar as estruturas sociais (GEBRIM, 2006). A segunda razão seria a possível perda das principais lideranças para a política partidária, o que enfraqueceria os quadros do MST. Então, fica a pergunta: por que o MST de Vitória da Conquista envolve-se de corpo e alma na política eleitoral? Acredito que parte desta resposta está no capítulo IV, na entrevista com seu Edu, quando sugere que o apoio do Movimento foi fundamental para a entrada do PT na prefeitura.

Outro fator que influencia a participação do MST nas eleições advém das relações intrínsecas de seus militantes com o PT e a posição ocupada por esses militantes nos quadros da administração petista. Uma relação de reciprocidade que se institui na medida em que o MST trabalha nas campanhas eleitorais petistas e, como faz parte do jogo, em troca ocupa cargos na administração petista. Contudo, ainda temos outra questão, pois o MST não apenas apoia as candidaturas petistas como lança candidatos a vereador. O que leva o MST a propor nomes dos seus quadros para concorrer à vereança? As lideranças do MST local argumentam que apenas alguém *de dentro* está inteirado das necessidades dos assentamentos sendo capaz de reconhecer neste um grupo com demandas específicas. Além disso, entendem que a população assentada é suficientemente numerosa para eleger um representante. Outro fator encontra-se na disputa para representar os interesses da população rural frente às demais entidades, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a FETAG, pois essas duas entidades lançam candidatos almejando os votos da zona rural, exceto o dos fazendeiros que normalmente são representados por candidatos de partidos de direita, normalmente ligados ao SinRural Conquista — Sindicato Rural Patronal de Vitória da Conquista.⁴⁹ Portanto, compreendendo que essas entidades não representam a população assentada especificamente,

⁴⁹ O Sindicato Patronal Rural de Vitória da Conquista é responsável pela representação sindical patronal da classe que integra a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A fundação do sindicato data de março de 1987.

o MST, na perspectiva de seus dirigentes regionais, entende ser necessário preencher esse vazio de representação que atinge os assentados.

Consequentemente, no ponto de vista dos dirigentes, existem razões suficientes para a candidatura de um vereador que tenderia a suprir as demandas dos assentados. Esse também é o principal argumento para a tentativa de impedir que outros candidatos façam campanhas nos assentamentos. Como me explicou o cabo eleitoral de Júlio Honorato, os candidatos *de fora* não sabem o que é a luta do MST e desconhecem a realidade dos assentamentos e não se importam com ela a não ser no tempo da política, por isso, o MST deve evitar que essas *“pessoas desentendidas entrem nos assentamentos para roubar nossos votos.”*

Agora pensemos sob o ponto de vista dos assentados: no plano macroscópico podemos imaginar que o pressuposto do MST de que há um público sem representante cai por terra ao se constatar objetivamente que apenas em uma eleição o MST conseguiu eleger um candidato, no caso, Noeci Salgado, nas demais eleições os candidatos a vereador ligados ao MST não receberam os votos necessários para ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Vitória da Conquista, número bem inferior ao de assentados no município. Talvez esse público não tenha escolhido o representante “adequado” na expectativa dos dirigentes do MST, mas, parece que os assentados não deixam de votar e, por sua vez, ter seus candidatos a despeito de toda a pressão política do MST.

No plano microscópico, considerando as famílias com quem convivi no Amaralina, a escolha do vereador, como vimos, passa por uma multiplicidade de envolvimento decorrentes das relações cotidianas e da subjetividade de cada um. Entre os elementos de que lançam mão para escolher um candidato está também o envolvimento do assentado com o MST ou com o candidato que representa este. Em outros termos, evidentemente que o pertencimento ao MST compõe o conjunto de elementos que operam no momento de decidir o voto, não fica de fora da rede de possibilidades eleitorais, mas essa decisão é infiltrada por outros fatores que impedem o MST de centralizar — ou *capturar*, nos termos de Deleuze e Guattari — a totalidade dos votos dos assentados. Por exemplo, se Dora vota em Júlio Honorato para vereador e em Guilherme Menezes para prefeito, a princípio, esse voto seria o ideal para os dirigentes do MST, mas os motivos dessa escolha por parte de Dora não partem do mesmo pressuposto do Movimento de eleger candidatos para se fortalecer representativamente. Dora olha por outro ângulo, preocupa-se com seu emprego, com seu

futuro e resiste em seguir conselhos sobre o que diz respeito à sua decisão. Como disse, “*nunquinha vou votar em quem Edu e Marcel mandarem, pois são cobra mandada [do MST]*”, isso não quer dizer que não vote em Júlio Honorato porque é seu amigo e porque acredita que Guilherme foi o melhor prefeito que Conquista já conheceu. Em paralelo, sua interpretação do voto de seu filho Sambinha (apesar das inúmeras zombarias) segue nessa linha, é compreensível que Sambinha faça campanha e vote em seu sogro Zé Carlos, afinal tem uma relação de parentesco com o mesmo.

A mesma situação — em que vários planos de referência coexistem — pode ser observada na casa de Zé e d. Vitória. Há uma visão bem clara da presença do MST nas eleições e a percepção do “*bom senso*” em apoiá-lo nas eleições não falta à família, — agora esse bom senso pode ser uma expressão pública, e não de fato o aspecto definidor o voto. Sem retomar a descrição propriamente, apenas retomando alguns aspectos que recompõem a participação eleitoral da família: o bar abriga vários cartazes de políticos de diferentes partidos e faz eventos para o candidato da direita Luciano Gomes, pelo visto, com sutileza para não despertar a atenção dos líderes do MST. D. Vitória vota em Luciano porque acredita que de fato ele seja um candidato preocupado com eles, com arranjar um emprego para sua filha Magnani, que, por sua vez, trabalha na campanha do candidato, mas não revela se vai efetivamente votar nele. Zé vota no PT, no candidato a vereador do MST e no prefeito Guilherme Menezes por convicção política no partido e no Movimento, sem deixar, no entanto, de ajudar na promoção das festas do candidato Luciano Gomes. Há escolhas diversas e muitas provocações em torno dos nomes escolhidos para vereador na família. Para prefeito D. Vitória não deixa de simpatizar com Herzem Gusmão, mas não chega a ter dúvida entre ele e o Dr. Guilherme em escolher este último.

Enfim, poderia aqui retomar praticamente todas as narrativas anteriores para exemplificar as inúmeras variações que envolvem a decisão do voto. No entanto, gostaria de chamar a atenção para os principais arranjos políticos que se configuram no assentamento Amaralina, — arranjos que não se reduzem ao MST ou mesmo a nenhuma outra categoria (favor, parentesco, promessa etc.), mas que convivem entre si e são colocados em constante reordenação, configurando interesses ao mesmo tempo em que destituindo outros na medida dos processos de sociabilidade. O que estou sugerindo é que essa flexibilidade dos arranjos — que inclui o MST e outros elementos — permite ao voto uma larga margem de imprevisibilidade. Desse modo, pode-se entender porque os candidatos a vereador vinculados

ao MST nem sempre obtêm a votação esperada pelas lideranças. Tudo indica que o cálculo feito pelas lideranças deixa de fora um elemento imprescindível: a variação, ou seja, os incansáveis processos de fusão e interstício na órbita dos candidatos, especialmente cultivados durante o tempo da política (FAVRET-SAADA, 1966).

Para finalizar, durante o decorrer deste texto uma questão transpassa em maior ou menor intensidade as diferentes circunstâncias narradas. Refiro-me às relações de pertencimento vividas pelos assentados e, também, aos diferentes graus de envolvimento que entrecortam diversos segmentos, tais como a família, o MST, a FETAG, as igrejas e a ALFA. A propósito, observo a dinâmica que as relações de pertença imprimem nas eleições, considerando que os grupos de pertencimento posicionam-se politicamente.

Bem, como acontece no Amaralina e também no 18 de Maio, as fronteiras de pertencimento a um ou a outro grupo não são rígidas, assim como o sentimento de pertença não imbuí a todos do mesmo modo ou grau. Parece significativo para compreendê-los considerar “a carga de ambiguidade que sempre toca a vida em sociedade” Herzfeld (1998, p. 150). Ainda, os próprios grupos não são rígidos e não apenas se subdividem como mantêm laços uns com os outros.

Nesse sentido, a própria dinâmica inter e intragrupos e famílias em interação social vai constantemente reconfigurando-se na medida das experiências vividas, de maneira que esse movimento não nos permite fechar as possibilidades de arranjos a serem estabelecidos, sejam eles no campo político, familiar, econômico etc. Por exemplo, se no assentamento Amaralina há alguns anos atrás era impensável relações mais íntimas entre compradores e assentados, com o tempo e novos arranjos sociais (como o envolvimento afetivo de jovens de lados opostos que não participaram do conflito de seus pais), as coisas tendem a ser outras, ao menos, para aqueles diretamente envolvidos; as relações de troca também surgiram entre vizinhos de lados opostos (comprador x assentado).

Essas alianças inusitadas vão criando novos espaços de transitividade que não mais cabem em fronteiras fixas, como as que foram traçadas no período logo após o conflito decorrente da venda de lotes. Naquele momento, ou se estava do lado dos compradores ou contra; hoje, essa percepção é bem escassa e mantida formalmente por algumas lideranças do MST, porque, nas relações mais íntimas, o contato entre comprador e assentado não traça linhas tão rígidas. De fato, essas linhas que determinam quem é comprador e quem não é

existem, e todos as reconhecem, agora isso não mais impede que as pessoas relacionem-se entre si e venham mesmo a *dizer*: “*eu sou MST, mas também sou FETAG.*” (Chico Cabeludo). Ou ainda, “*agora já não sou mais nenhum, fui MST, fui FETAG, agora sou eu mesmo aqui, e minha família.*” (Seu Nena).

Não se trata aqui de desmerecer a presença forte e circunscrita das duas principais entidades que estão no Amaralina, pois MST e FETAG operam antagonicamente e buscam por adesão e respeitabilidade, motivados por esse jogo de antagonismos que se infiltra, conforme vimos, em várias esferas da vida local (na política, na associação da água, nos recursos, nos cargos públicos etc.). O que procurei trazer pela via das narrativas anteriormente apresentadas é que, ao invés desses contrários rígidos e formais do discurso mais institucionalizado das entidades, podemos encontrar no cotidiano, na intimidade das famílias, fronteiras fluidas por onde transitam solidariedades e vínculos entre os grupos que, ao navegarem para além do âmbito doméstico, colocam em questão qualquer tentativa de domínio e enquadramento por parte dessas entidades.

“ENTRE A CABEÇA DO ELEITOR E A URNA HÁ UM MUNDO DE MEU DEUS!”

Abro este capítulo final com uma frase da entrevista de Zé Raimundo, prefeito de Vitória da Conquista. É esse universo inteiro que percorre as decisões que procurei espiar uma pequena parte.

Michel Leiris, quando escreve sobre a tauromaquia, propõe que se pense essa atividade como mais que um esporte, — próxima da arte trágica, através de uma espécie de orifício, permite a intromissão do infortúnio na beleza pura, de uma dilaceração do belo. As perguntas de Leiris (2001, p. 41): “que é essa rachadura pela qual se manifesta o elemento sombrio? Que é essa fenda por onde escapam os eflúvios de um delírio pânico?” chamam a atenção para a intersecção entre o puro e o pecado, o reto e o torto, ou seja, para a possibilidade de que por algum desvio tornassem-se miscíveis.

Talvez indo longe demais, imaginei colocar essas mesmas perguntas para a política, pensando menos como um esporte ou arte trágica, e sim como uma espécie de jogo que também coloca no limiar o sagrado e o profano pelo exercício propriamente de se constituir enquanto tangencia esses lugares. Qual o lugar da política no pensamento dos assentados? Se, de fato, essa pergunta foi perseguida durante toda a tese, podemos chegar ao fim sem conclusão por não encontrar um lugar específico para política, nem puro, nem sujo, mas o que observamos foi um processo dinâmico que simultaneamente carrega tons do belo e do sombrio relativizados pelas percepções individuais e subjetivas.

As práticas políticas foram narradas em seu contexto, ligadas ao processo histórico local e seu encontro com a história pessoal, que aparecem nas narrativas apresentadas como breves biografias ou trajetórias de vida. Por mais que se descrevam esses processos, sei que são momentos de um movimento longo que a pesquisa buscou reconstruir mediante o convívio com os grupos, que revelaram trajetórias complexas e comportamentos cotidianos. A família, os grupos, as entidades representativas (MST, FETAG, Sindicato), associações e cooperativas dos assentados e equipes técnicas compõem o universo em virtude do qual os

processos de sociabilidade se deixam apreender e, eventualmente, através desses processos se pode discorrer por diferentes modalidades de exercício da política nos assentamentos.

Entendendo que os assentamentos são áreas de influência e de constituição de relações econômicas, sociais e políticas que coincidem com uma determinada região, portanto, tratou-se de pensar os processos que singularizam em cada lugar as redes de poder, suas teias, segmentos e *dividições*.⁵⁰ A partir do trabalho etnográfico, realizei o ensaio de pensar essas diferenças e parecenças na forma que se constitui a interpretação da política pelos sujeitos que pertencem a um mesmo território de políticas públicas — o assentamento — e são integrantes de um mesmo movimento social — o MST. Os dois assentamentos pesquisados possuem de algum modo vínculos (por mais relativizados que possa ser o sentido de pertencer ao Movimento para cada assentado) com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O MST marcou nas duas últimas décadas sua presença na vida pública e política do país das mais diversas formas: marchas, acampamentos, ocupações, passeatas, enfim, inúmeros recursos que lança mão para legitimar socialmente e frente ao próprio Estado sua luta pela desapropriação de terras e por um projeto de reforma agrária.

Entre muitas questões geradas pela chegada do MST, os assentamentos são, de certo modo, uma concretização da luta e a possibilidade do Movimento levantar bandeiras de participação na política institucional. Será principalmente nos pequenos municípios brasileiros que essa presença na política de candidatos e militantes vinculados ao MST tem sido um fato marcante e cada vez mais freqüente, principalmente nas eleições municipais onde se situam os assentamentos e a rede de relações locais delineadas por estes. Reconhecendo o universo de inserções que os assentamentos ligados ao MST estão envolvidos - âmbito econômico, institucional, cultural, demográfico, etc - a tese buscou observar as diferentes maneiras que ocorre a inserção na política pelos representantes do MST. Mais especificamente, a incidência no cotidiano dos eventos ocorridos na eleição municipal de 2008 nas duas regiões do Brasil onde foi possível notar a presença do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de modo expressivo e abrangente, sem deixar de resguardar muitas particularidades locais.

A pesquisa revelou, portanto, a impossibilidade metodológica de construir *a priori* semelhanças ou diferenças em universos de uma mesma constituição, todavia, singulares, como são os assentamentos ligados ao MST. O trabalho de campo permitiu traçar possíveis

⁵⁰ Sobre a definição de assentamento, ver Medeiros e Leite, 2004.

paralelos entre assentamentos situados em duas regiões do país com configurações históricas e políticas bastante distintas.

O que aparece nestas páginas são vidas vividas a partir de uma referência concreta: a política. Concreta no sentido em que esta se mostra nas ações de cada dia de cada pessoa, de cada família. Assim as brechas mencionadas acima, a partir das quais podemos vislumbrar essas concepções, são também móveis, já que elas se constituem no entrelaçamento das participações das pessoas em meio a uma tessitura costurada pelos grupos nos quais estas se inserem. Assim, notamos que através de um conjunto de relações que podem ser familiares, sindicais, via assentamento e/ou partido, as pessoas edificam uma forma de viver e pensar uma prática da política. Para além de qualquer definição acabada de política, a pesquisa aponta para a singularidade de mundos que se constituem a partir de uma situação social bastante particular, ou seja, o assentamento de reforma agrária, fruto de uma política pública que conta com a presença de um movimento social (ou mais de um) em seu cotidiano.

Apesar da hesitação e recusa de boas parcelas dos assentados de participar dos eventos promovidos pelo MST com intenções de pressionar e realizar reivindicações políticas, tais como encontros, reuniões, marchas, ocupações de terra e de prédios públicos, é inegável que o Movimento manifesta, desse modo, sua preocupação com a política e com as possibilidades de participar desse jogo, ou pela entrada, ou mesmo pela oposição a ele. Dado o seu caráter relacional impulsionado pelas ações do Movimento, a política adentra em outros domínios — domésticos, econômicos, pessoais etc. — e, desse modo, reinsere-se frequentemente no cotidiano, no âmbito das inúmeras relações acionadas entre assentados e lideranças do MST.

Há um esforço por parte do MST para efetivar o exercício da política, todavia, esse esforço é interpretado distintamente em cada assentamento e, dentro de cada assentamento, os graus de envolvimento também são distintos. Da mesma forma, a capacidade de a política de ser disruptiva ou aglutinadora passa por variações conforme cada família, grupo, enfim, conforme as relações de força pelas quais se realiza. A categoria “tempo da política” permite ainda refletir sobre o “não tempo da política”, ou seja, o período de intervalo eleitoral e, no caso, esse “não tempo”, quando ocupado pelo movimento social recoloca, a seu modo, a política como um evento de maior frequência no cotidiano.

Vamos considerar que a orientação política do MST, tem inicialmente na CPT seu principal mediador, porém, a partir da segunda metade da década de oitenta, começa a se

forjar um discurso próprio no interior do movimento, baseado na concepção marxista-leninista. A preocupação centra-se na formação de lideranças e quadros oriundos do Movimento. O discurso político-religioso da CPT não proporcionava condições suficientes para enfrentar as novas condições políticas do momento e também não permitia um leque maior de alianças políticas, então necessárias ao MST, como as alianças com os sindicatos e com os partidos políticos. Nesse outro momento do discurso político, o MST incentiva a participação de seus membros nas candidaturas para disputas eleitorais, distanciando-se de uma visão basista e preocupando-se mais com a questão da representação. Observou-se, no entanto, que a perspectiva de representação aproxima o MST do Partido dos Trabalhadores - PT. Isso não significa que o Movimento esteja em relação à política, constritamente vinculado ao PT, mas sim que, por certa afinidade ideológica, lança candidatos e envolve-se, até então, nas campanhas eleitorais por esse partido.

Nesse sentido foi possível ressaltar que das construções políticas vividas no interior dos assentamentos não há uma orientação política estritamente advinda do MST, ou se há, ela é sempre reinterpretada e redimensionada pelos grupos de assentados, seja em Vitória da Conquista, seja em Herval transformando-se em uma outra coisa. As mobilizações dos assentados, organizados em torno de uma identificação política com o MST ou com outras organizações diferentes, permitiu a entrada de novos agentes e novos elementos nas relações políticas dos municípios aonde se estabelecem os assentamentos.

Nesse sentido, pode-se observar que, dada à presença do MST no habitual, na sucessão dos dias, e o envolvimento do Movimento com ações políticas (não necessariamente partidárias), ocorre certa distensão no “tempo da política” ao longo do intervalo dos anos eleitorais. Distensão ocasionada pelo contínuo envolvimento do MST com ações políticas de diferentes modalidades. Em outros termos, os assentamentos não deixam de ter o “tempo da política” como momento especial que antecede a eleição, segundo bem definiu Palmeira (1996), no entanto, observa-se um circuito intenso de ações políticas que são promovidas pela presença de um movimento social.

Esse diálogo com a antropologia da política⁵¹ foi sugestionado pela própria etnografia, assim como, o diálogo com a literatura pertinente aos movimentos sociais. Nessa dinâmica etnográfica de adentrar o cotidiano das famílias assentadas também nos períodos não eleitorais permitiu que a narrativa caminhasse na direção de uma descrição que transcurso os

⁵¹ Refiro-me mais especificamente aos trabalhos de antropologia da política do NUAP/MN/UFRJ.

vários níveis em que a política aparece na sucessão dos dias. Assim, podemos traçar linhas entrecruzadas na pesquisa de campo entre a categoria de “tempo da política”, – quando se observa não apenas a política nesse tempo eleitoral, mas sua presença em outras épocas – e os discursos e pressupostos sobre a ação política do MST.

Tratou-se, portanto, de uma tentativa de investigação “transversal” das representações construídas sobre o processo eleitoral em vários contextos. Dentro disso, o propósito é a investigação do voto em sua densidade de escolha individual e agenciamento coletivo. É, de modo geral, uma etnografia de como a política partidária incide sobre os assentamentos e sobre o MST. Em outros termos, procurei fazer um mapeamento do conjunto de forças e processos políticos na tentativa de compreender os motivos que fazem com que as escolhas caminhem nesta ou naquela direção. Ao observar comícios ou festas da política, buscou-se, portanto, pelos elementos que catalizam (ou dispersam) as escolhas eleitorais entre assentados que são parte da base do MST, e definem as suas motivações políticas no momento de votar. Ainda, leva-se conta as possibilidades inerentes a essa categoria “tempo da política de ser simultaneamente analítica e nativa, portanto, constantemente reinscrita.

Observou-se, portanto, que a dimensão da política, ou da participação na política partidária pelo MST, é bastante singular em cada um dos municípios pesquisados. Considerando essas singularidades, arrisco delinear alguns pontos comparativos entre os locais da pesquisa, apesar do risco de realizar alinhamentos ou distorções que olhados por outro ângulo conferem diferente significado.

Em uma cartografia, se tem em Herval um número menor de eleitores e assentados e, em 2008, quatro candidatos a vereador ligados ao MST. Apenas um foi eleito, Cláudio, tendo obtido no ano de 2008 um bom número de votos no centro urbano, ou seja, muito provavelmente não foram votos de assentados. Cada um desses candidatos se lança em nome de um grupo que se desprende de outro e assim sucessivamente; no entanto, todos se encontram como parte do MST, embora este, de fato, não se coloque como mediador ou unificador dessas relações de força que segmentam os assentamentos.

Diferentemente em Conquista onde o Movimento retira de seus quadros um nome para lançar uma candidatura que unifique as intenções de votos dos assentados. Em Herval, o MST não congrega suficiente força política para agregar em um nome apenas a candidatura à vereança. Ainda, em Herval os candidatos a vereador não se encontram, de fato, no mesmo palanque eleitoral, porque como vimos, são todos candidatos pelo PT, mas não

necessariamente fizeram campanha para o candidato ao executivo (Roque Oliveira) deste partido. Já em Conquista, apesar de contrariar as preocupações políticas de unificar o voto do MST, o outro candidato assentado (Zé Carlos) sobe ao mesmo palanque do candidato “oficial do MST” (Júlio Honorato), e ambos do candidato a prefeito do PT (Guilherme Menezes).

Podemos sugerir que a segmentaridade dos grupos intensifica-se no período das eleições. A despeito da objetividade do resultado eleitoral, em Herval os processos de disputa interna não permitem que se centre na esfera do MST a decisão das candidaturas, e cada um dos quatro candidatos se coloca como representante dos assentados. Podemos considerar que as relações de forças que coabitam o assentamento no “não tempo da política” estão em constante rearranjos, em processos de fusão, por exemplo, em torno de objetivos em comum ao assentamento ou em participações de eventos do MST, mas também passam pela desagregação dessas forças em diversos casos, disputas por cargos internos de direção de cooperativa ou associação, briga entre famílias e vizinhos, desencontro entre opções de equipe técnica. Enfim, uma gama de elementos compõem esse cenário que está em oscilação constante porque esses grupos que não são estáticos.

A fluidez desses grupos permite que se pense em termos de segmentos em razão desse processo de não fechamento que tendem a revelar, pois alguns fios da relação intragrupos não são totalmente rompidos e, por meio deles, a comunicação e as possibilidades de reagrupamento não são cortadas. Ao se separarem em forças divergentes dentro de um assentamento, esses grupos podem coincidir com uma família, várias famílias ou vizinhos e construir outras formas e interesses políticos. Todavia, chamo a atenção para o fato de que, em diversas ocasiões no Amaralina, esses grupos que antes gravitavam na órbita do MST ou da FETAG, voltam a compor essas entidades e a reagruparem-se participando de suas atividades e compartilhando projetos e apoios. Reagrupamento, diga-se de passagem, que transforma, porque ao ser realizado cada grupo deixa de ser o que era antes ao mesmo tempo em que se torna outra coisa. Em Herval, por exemplo, temos duas famílias preferindo equipes técnicas distintas (uma a do CAPA, outra a da COPTEC) e realizando trabalhos decorrentes dessa orientação, quando, por fatores, às vezes até mesmo alheios às suas vontades, são recolocadas para trabalhar com uma equipe apenas em detrimento da outra (fica a COPTEC e o CAPA vai embora do assentamento). Esse grupo da família orientada pela COPTEC que recebe a família do CAPA não será evidentemente mais o mesmo, e as possibilidades de estabilidade dessas famílias enquanto grupo são baixas.

Em Conquista, percebemos o quanto as organizações que se colocam como representantes do assentamento — MST e FETAG — são atravessadas pela política e podemos observar ainda como essas mesmas organizações são permeadas por forças políticas que as fracionam e conduzem a novas conformações que podem defender outras alianças, não necessariamente vinculadas aos candidatos que são ligados às duas principais organizações. Exemplo claro disso foi a expressiva votação que o candidato Luciano Gomes recebeu no assentamento Amaralina, colocando-se — como outros candidatos que também receberam votos no local — no entreato da divisão entre MST (Júlio Honorato) e FETAG (Zé Carlos) e alicerçando inúmeras outras possibilidades de alianças e vínculos políticos.

Essas divisões são acentuadas no tempo da política, conformando novos grupos de apoio que se aliam a candidatos *de fora* do circuito MST/FETAG, porém em outras ocasiões essas divisões ainda podem ocorrer, provocadas por outros motivos, tais como disputas internas, projetos etc.. Todavia, elas podem também retroceder, ou seja, tal como a literatura sobre segmentação nos ajuda a pensar, assim como esses grupos se subdividem em determinados momentos, eles voltam e se congregam em outros períodos e sob determinados temas.

Talvez mais que qualquer outra coisa, a política tem um papel importante nesse processo de realinhamento, mas também de divisão. A política opera em muitas frentes e dá certa direção para os desejos coletivos, ou seja, para onde devem ser encaminhados. Herzefeld (2008) vai chamar isso de ressonância do Estado, lugar para onde ecoa a maioria das reivindicações e oposições.

###

O trabalho comparativo partiu da ideia-chave levistraussiana, ou seja, partir de um ângulo em comum para pensar a comparação. No caso, os assentamentos mais antigos de cada município operaram como ângulo comum, deixando as relações sociais abertas para entreatos de aproximação e distanciamento. Minhas reflexões levam-me a considerar que a eleição, sem dúvida, apresenta muitas diferenças nesses dois municípios, no entanto, não deixa de ter

aspectos em comum. A proximidade com os políticos em um lugar onde residem sete mil pessoas não é a mesma que a de uma população bem maior. Os espaços da campanha também são diversos, pois no caso de Vitória da Conquista, existe uma rede de TV local que transmite os programas partidários, enquanto em Herval são reproduzidos os programas da emissora da cidade vizinha de Pelotas onde se situa a rede de televisão. Pode-se dizer que esse espaço privilegiado da campanha que é o horário eleitoral, em parte, tem a função de levar o candidato para dentro da casa do eleitor, levando suas propostas e seu programa de governo, enfim sua presença mesmo que virtual. No caso de não haver o programa eleitoral na rede de televisão é muito comum o candidato levar pessoalmente sua presença para as casas dos eleitores, através de visitas, ou mesmo, de caminhadas. Nessas caminhadas, ao percorrerem as ruas, os candidatos vão apresentando sua figura para a população, parando nas esquinas para conversar, dando aperto de mãos, cumprimentos. O candidato nos pequenos municípios já é conhecido por quase todos, e normalmente, a ausência do programa televisivo apenas reforça a campanha construída no corpo a corpo com os eleitores e também com os adversários.

Sobre as escolhas políticas nos assentamentos pesquisados, um ponto possível de ser relacionado é o requisito da disponibilidade do político ou seu representante no local para *ajudar*, principalmente em casos de problemas com a saúde. No entanto, esse é um ponto onde a proximidade do candidato pode ser considerada sob perspectivas diferentes. Aqui, acredito que o fato de a cidade de Conquista ter um número maior de eleitores e candidatos e Herval menos precisa ser relativizado. Distâncias e proximidades estão continuamente sendo colocadas em relação ao número de possíveis eleitores que cada candidato tem para visitar e “ajudar” no local para onde é focada sua campanha, o que o faz próximo de uns e distante de outros. Evidentemente em Herval o candidato é próximo de “quase” todos, mas sempre alguns são mais próximos que outros, mesmo porque são vários os candidatos envolvidos nessa rede de relações — se é conhecido de todos, mas a proximidade tem diferentes gradações.

Se no assentamento Amaralina a rejeição a Zé Carlos foi maior por conta de ele não ter preparado o terreno antes, pois sendo vizinho e conhecido não se colocava como alguém próximo e disponível para ajudar, dar carona e levar ao médico quando os assentados precisavam, Júlio Honorato não passou pessoalmente por esse crivo das cobranças do cotidiano no Amaralina, pois ele não é assentado ali, o que de certo modo atenua essa possibilidade de rejeição. Contudo, a proximidade e a expectativa da “ajuda” não deixam de recair sobre os dirigentes locais que fazem campanha para Júlio dentro do Amaralina.

Algumas pessoas que revelaram não votar de modo algum no Júlio argumentavam menos contra o candidato e mais seus incômodos com o MST e as lideranças locais que representavam o Movimento e o candidato. Desse modo, o apoio do MST pode ser também pendular, mesmo que pese mais para o lado da força política, os antagonismos ao MST, por sua vez, também pesam desfavoráveis ao candidato.

No 18 de Maio, o corpo a corpo com o candidato dentro do assentamento é mais intenso, tal como é com Zé Carlos no Amaralina. As cobranças são de que o candidato mostre sua capacidade de fazer-se presente quando é preciso. Imagino que seja possível dizer que não ajudar em “caso de precisão”, como doença, dinheiro para remédios ou dívidas, locomoção etc., é irremediável para quem quer ganhar votos. Certamente não é isso que isoladamente define o apoio, mas sem dúvida define boa parte da rejeição a um candidato. Ou seja, o fato de um assentado pedir auxílio a uma liderança e provável candidato ou já candidato em casos como os citados e receber uma negativa torna improvável que esse candidato receba o voto dessa pessoa e até mesmo de sua família. Não ajudar em circunstâncias especiais, apesar dos diferentes modos de perceber essa recusa, aparece sempre como uma desconsideração grave com a família do necessitado, por ser um momento em que se expõe muito a fragilidade, pois é quando, em alguns casos, ocorre a falta de recursos para agir por si mesmo.

O fato de pedir sem gerar maiores constrangimentos normalmente é dirigido a alguém próximo que, em tese, não poderia negar-se à prestação de ajuda. As expressões mais usadas nesses casos são “nós tínhamos ele por amigo”; “não vale nada, quando precisamos dele, cadê o dito cujo;” para outros, o requerido tem o direito de não ajudar, mas isso pode ser levado em conta na hora de escolher um representante, diria mesmo que não ouvi jamais um assentado dizer que apoiaria um candidato do qual recebeu uma negativa de ajuda. O que pude ouvir foram exclamações de resignação e/ou compreensão, do tipo “tá no direito dele não dar carona, não tem que dar, mas custava, andando sozinho no carro?” ou ainda, “disse que não tinha dinheiro, se não tem não tem, não é mesmo?”

O fato de as pessoas no 18 de Maio não participarem do circuito das relações políticas estabelecidas em períodos anteriores ao acampamento pode ser apontado como um dos motivos que proporcionou nos primeiros anos do assentamento o *link* de aproximação entre o assentado e o candidato vinculado ao MST para vereador. Melhor explicando, a chegada à nova cidade, a ausência da rede de relações políticas, de ajuda e proteção e a proximidade

mais intensa com os representantes do MST, sem dúvida, exercem influência nas decisões políticas vividas no assentamento.

Esse deslocamento para longe da família e das relações políticas, pois os assentados do 18 de Maio (diferentemente dos de Vitória da Conquista) não são do município de Herval, são originários das cidades da região norte do estado, é o que chamam de “*ficarem isolados*”. Os moradores foram assentados dentro do plano de reforma agrária do governo Fernando Henrique que comprou muitas áreas realocando famílias em conflito de uma região em outras com disponibilidade de terras. Assim, vários assentados afirmam ter votado em candidato que é também assentado pelo fato de desconhecerem outros candidatos. Dentro de um raciocínio lógico, votam naquele candidato que, ao manter algum vínculo com o Movimento, pode, segundo eles, [...] *reconhecer nossa luta e olhar por nós. [...] A gente tem que ver quem é por nós, que vai ajudar nós parelho do assentamento*. Quer-se com isso dizer que, separado das relações pessoais estabelecidas na sua região de origem, o sujeito assentado muitas vezes vê no candidato vinculado ao MST a melhor possibilidade, quando não a única, para reestabelecer sua rede de relações pessoais com políticos. Seu Bento, assentado no 18 de Maio, contou-me como as relações anteriores com políticos de sua localidade foram importantes em sua vida e como hoje sua definição por um candidato é bem mais instável, uma vez que se encontra fora dos circuitos locais da política, e diz se sentir *sem saber a quem correr*. Considera que o único vínculo possível vem a ser com o candidato do Movimento, mas que, segundo ele, nem sempre lhe é de *confiança*.

“[Com política] sempre tive preocupação. Aqui a gente foi maltratado. Mas lá onde eu morava eu tinha os recursos. [Em política] todo mundo falava, a gente sempre escutava as conversas dos que vinha de fora. O prefeito de Guaíba era meu amigo, me deu uma casa, ele era muito bom pra mim. Minhas filhas também ganharam uma casa, com luz e tudo. Até saí para fazer campanha em Guaíba; mas aqui vem pouco, quase não aparece. [...] Quando sai os comícios a gente participa, eu vou dos dois lados. No comício a gente gosta de escutar, analisar as conversas deles.”

Essa tendência de associação entre escolha de candidato e MST em Herval foi reforçada durante as primeiras eleições no município com a presença de assentados não somente por causa da proximidade destes com o candidato ligado ao Movimento, que proporcionava a mediação de quem chegou de outro lugar com as relações do meio político, mas também por causa da ausência de campanha política dos demais candidatos, muitos convictos de que os *assentados votam somente no PT*. Esse fato está sendo transformado pela percepção de candidatos de que o assentamento é um campo aberto para a disputa eleitoral. A

presença um tanto dispersa de dirigentes e coordenadores do MST nos assentamentos do município de Herval, em certa medida, abre espaço para que outras forças políticas tenham inserção e apresentem-se como possibilidades para o assentamento, diferentemente de Vitória da Conquista, onde o MST faz um investimento, por parte de sua coordenação regional, para concentrar as escolhas políticas dos assentados apenas em torno de seu projeto.

Portanto, em Vitória da Conquista muita coisa muda com relação não apenas à história política (a cidade é considerada como uma “voz da oposição”, mesmo no período de ditadura militar; como um lugar de enfrentamento com as lideranças do carlismo, sendo que o próprio Antonio Carlos Magalhães teria deixado um certo período de ir cidade “por ser vaiado”, conta Noeci), mas também pelo fato de os assentados serem moradores locais e já estarem inseridos em relações políticas quando foram para o Amaralina.

No que diz respeito às eleições e ao voto, parece ser consenso nas falas que o MST busca conquistar os votos, mas não há uma hegemonia entre os assentados sobre votar com o MST, ou seja, nos candidatos apoiados pelo Movimento. Essa diversidade de posicionamentos políticos dos assentados pôde ser observada na eleição para deputados em, na qual o deputado federal do lugar — Guilherme Menezes (PT) — conseguiu votação expressiva, enquanto o candidato para deputado estadual Valmir Assumpção (PT), com quem formava uma dupla, obteve poucos votos no assentamento, mesmo sendo assentado e indicado pelo MST. E ainda, nas eleições municipais de 2008, o candidato a vereador Júlio Honorato não conseguiu se eleger, sua votação foi bem menor que o número de assentados no município.

Pensemos que as diferentes formas de organização, os modos de compreender e experienciar a política presentes no assentamento também podem ser justapostos e reagrupados. Experiências variadas não são necessariamente excludentes entre si, podem formar uma composição de caráter sempre inusitado, alianças que se formam alinhadas por diferentes configurações. Lembro aqui da descrição de Geertz (1959) quando afirma que, entre as características da organização das aldeias balinesas, uma das mais fundamentais está no fato desses modelos de organização assumirem formas amplamente diferenciadas de aldeia para aldeia, e que sua importância relativa na unificação de uma aldeia particular varia muito. Ou seja, tomar alguns aspectos como típicos do assentamento, no caso, aquilo que assentados pensam da política e como escolhem seus representantes pode deixar de lado não só as

diferenças entre as famílias como entre assentamentos. Desse modo, assim como as aldeias balinesas, uma descrição etnográfica das escolhas políticas em assentamento nunca é típica, a não ser dela mesma.

Ao fim, podemos compreender que a política é entretecida por diversos elementos, sempre reconfigurados por situações específicas que, por sua vez, estão amarradas com a vida cotidianas. Portanto, toda discussão remete os acontecimentos fragmentários do imediato, em construção, para suas referências propriamente históricas, para aquilo que lhes dá sentido numa dimensão de duração e historicidade.

A pesquisa ressaltou que a concepção da política apresenta variações de acordo com contextos sociais e culturais específicos, podendo também ser ressemantizada à medida que situações diferentes são vividas – configura-se, portanto, uma noção de política que não fecha ou antecipa o que pode ser compreendido como ‘político’ ou ‘da política’. Desse modo, pensemos, a política em termos de Foucault: espécie de microcosmos que se permite ser observado não por si mesmo, mas através das relações que é capaz de estabelecer. Pensemos ainda nesse microcosmos como parte do novelo do mundo do qual jamais atenuaremos a complexidade inextrincável constituída pela presença desses elementos diversos e múltiplos que confluem para a ocorrência de cada evento.

ANEXOS

Anexo A

PLANO DAS RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS.

Família e assentados do Assentamento 18 de Maio – Herval-RS.

Lúcia – moradora da casa central da pesquisa, mãe de:

Gomercindo que mora com d. Lúcia e de *Regina*, que mora no lote vizinho;

Regina mora com seu filho Dunho e o companheiro Toco.

Aparecida – neta de d. Lúcia, mora no centro do assentamento, sobrinha de Gomercindo e Regina; casada com Edílson.

Coralino – vizinho de Aparecida, casado com Marivane.

Marino e Júlia – sem relações de parentesco com a família de d. Lúcia, residem na parte mais distante do assentamento.

Famílias do Assentamento Amarelina – Vitória da Conquista, BA.

Dora – moradora da casa central da pesquisa, mãe de:

Sambinha, Veinho, Alexandre e Jojô.

Sambinha e *Veinho* moram no assentamento com Dora e *Gastaldo*, companheiro de Dora;

Alexandre e *Jojô* moram em suas respectivas casas no bairro do Capinal, relativamente próximo ao assentamento Amarelina;

Dulcinéia – mãe de Dora, reside em outro setor do assentamento. É irmã de *Vitória*.

Vitória é casada com *Zé*, mãe de *Magnani, Jéssica e Brenda*, e tia de *Dora*; a família tem um bar no assentamento.

Maria – mãe de *César* e *Gastaldo*; sogra de *Dora*.

Marcel – colega de Dora no trabalho na escola, amigo e liderança local.

Edu – liderança local junto com *Marcel*, amigos de *Dora*.

Chico Cabeludo e *Sara* – vizinhos de *Dora*, sendo *Chico Cabeludo* amigo próximo da família.

ANEXO B

Texto escrito por D. Vera Gonçalves.

“Como moro na zona rural, não tenho acompanhado os processos eleitorais, tenho apoiado o que o grupo define e arrumo um jeito de dar a força que está ao meu alcance. Nas eleições de 2004 eu achava que era a vez do PT em Herval. Estava tudo certo. Candidato, grupo apoiando, desde janeiro estavam fazendo visitas nas comunidades rurais, alguma coisa na cidade, eu faceira. Sempre que tinha oportunidade perguntava como estava e ficava feliz em saber do andamento. Só pensava que teria chegado a nossa vez. A vez de um projeto popular que acredito que apesar dos pesares, é o melhor para nós. Começou o período oficial de campanha e fui para a cidade para participar das reuniões e contribuir nessa reta final. Logo começaram rumores de que o candidato estaria desgostoso com determinados fatos. começamos a nos preocupar. Parecia que a gente não estava sabendo de tudo. Era assim que os que estavam mais chegados ao candidato, deixavam transparecer. Reunião mais reunião. Até que numa dessas, chega o recado que o candidato havia desistido. A reunião virou uma tensão só. Havia um grupo, que era a maioria, achando que não tinha uma pessoa para colocar no lugar, que era melhor deixar sem candidato para a majoritária. A opinião da minoria, na qual eu estava incluída, era de não repetir a palhaçada de coligar com o PDT e subir no palanque para defender o projeto de outro partido, enfim...; ou ficar sem candidato que era a mesma coisa que apoiar o PDT. Como fui a mais firme nessa opinião, veio um companheiro e me cochichou: "TOPAS?" Eu estava tão obcecada com essa posição que rapidamente pensei 'POR QUE NÃO?'

Respondi: "TOPO". Ele já colocou pro grupo. Alguns ficaram aliviados, outros frustrados, mas o fato é que não arredei pé. Esse companheiro que me cochichou depois não mexe uma palha para ajudar, conclui que a pergunta dele era para ver se eu me dobrava. Logo foi escolhido o vice, que se revelou um ser humano incrível. Eu não o conhecia antes. Fizemos a campanha solitários. Mais umas 4 ou 5 pessoas que confio, inclusive minhas filhas. Companheiros de partido que eram a favor da coligação, se dispunham a distribuir material e fiquei sabendo ainda em plena campanha, jogavam num canto e não distribuía. Visitamos muitas famílias, para a zona rural eu só ia quando conseguia carona. Nunca andei antes tanto de moto. Recurso financeiro zero. Eu dormia na casa de um, na casa de outro, até me fixar na casa do vice, já nos últimos dias. Resultado em número de votos: 100 votos na zona urbMaria e 100 votos na zona rural. O vice dizia que tinham roubado que não era possível 100 + 100. Votei na primeira hora, dei uma andada pelas urnas e consegui um carro que me levasse para casa. Fui cuidar das minhas coisas, aliviada, com o sentimento de missão cumprida. Houveram companheiros que subiam em palanques de adversários, pedi para a executiva

tomar uma providencia no sentido de uma avaliação deles. Falavam que depois das eleições seria feito uma reunião para até expulsar essas pessoas, e até a eleição passada, nada fizeram. Isso permitiu que essa falta de ética se repetisse nas eleições passadas. Fiquei em casa quase quatro anos sem conseguir participar das reuniões, meio por fora. Lá pelas tantas se afirma o nome do Roque, fiquei novamente feliz. Quando aparece um nome, fico aliviada, pois significa que a coligação fica mais distante e a gente vai concorrer com a nossa cara, com o nosso jeito. Eles tinham me convidado algumas vezes para concorrer a vereadora, mas eu estava resistente por vários motivos e o mais forte é que agora não tenho o Paulo, meu marido, para me dar suporte em casa e também ele sempre foi um ponto de partida e de chegada na minha vida.

Num certo dia, campanha já rolando, aparecem Roque e outro candidato a vereador para me convocar a ser candidata a vereadora, que nas visitas que estavam fazendo as pessoas perguntavam muito por mim e que eu poderia contribuir estando junto. Pedi para as minhas filhas me ajudarem nessa decisão e aceitei. Já fui para Herval com eles. Uma sacola de roupa, sem dinheiro, fui como estava em casa pois já era tarde e até a luz tinha faltado. No outro dia cedo fui tirar as fotos, providenciar os papeis. Fiz uma campanha pro Roque, tudo que fiz naquele período foi para mostrar o nosso projeto e para que o Roque ganhasse. Dessa vez não deu novamente. Quem sabe na próxima?”⁵²

⁵² O candidato pelo Partido dos Trabalhadores que desistiu no meio do caminho, ao qual d. Vera fez referência é o comerciante José Leão, bastante popular na cidade. Menciona ainda o seu companheiro de chapa, o vice-candidato Mancha, filiado ao PSB com quem o PT coligou em 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÉLÈS, Marc. **Jours Tranquilles en 89. Ethnologie politique d'un département français.** Paris: Editions Odile Jacob, 1989.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990
- BAILEY, F. G. **Gifts and poison. The politics of reputation.** Oxford: Basil Blackwell, 1971.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987.
- BARREIRA, César. Seca: Reprodução do Poder e Rebelião. In: HEREDIA, Vitória. **Continuidades e rupturas na política cearense.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Funcap/Cnpq-Pronex; Campinas – SP: Pontes Editores, 2008.
- BARREIRA, Irllys. **Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- _____; PALMEIRA, Moacir (Orgs.). **Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil.** São Paulo: Annablume, 1998.
- BARTHES, Roland. **Fragmentos do discurso amoroso.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BECKER, Horward S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- BENEDETTI, Adriane Cristina. Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. In: MEDEIROS, Leonilde S. de; LEITE, Sergio. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRENNEISEN, Eliane C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais.** Cascavel: Edunioneste, 2002. (Coleção Thésis)
- _____. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, José de Sousa (Org.) **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Editora 34, 2001.
- CARVALHO FRANCO, Maria Silvia. **Os homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1969.

- CHAVES, Christine Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: GOLDMAN, Marcio e PALMEIRA, Moacir. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- _____. **A Marcha Nacional dos Sem Terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NUAP, 2000. (Coleção Antropologia da Política)
- _____. **A festa da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NUAP, 2003. (Coleção Antropologia da Política)
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- COMERFORD, John. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organização camponesas. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 1999.
- _____. Reuniões Camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PEIRANO, Mariza (Org.) **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 2002, p. 149-168.
- _____. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 2003.
- _____. Etnografia dos espaços e dos tempos da política (resenha). **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 205-207, 2006.
- CORTÁZAR, Júlio. **A volta ao dia em Oitenta Mundos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.
- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1996. 3v.
- DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.
- D'INCAO, M. C. e ROY, G. **Nós cidadãos**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ELOMAR. **Concertão**. Rio de Janeiro: Kuarup, 1982.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. **Bruxaria, magia e oráculos entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. La Segmentarité au Maghreb. **L'Homme**, VI, p. 105-111, 1966.
- _____. **Les Mots, la Mort, les Sorts**. Paris: Gallimard, 1977.
- _____. *Ser afetado*. **Cadernos de Campo**, n. 13. São Paulo: USP/FFLCH., p. 155-161
- FELDMAN-BIANCO, Bela. **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

- FERREIRA, Letícia de Faria. **O tempo da política**: a construção do voto no assentamento 18 de Maio. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005.
- FREDERIC, Sabine. **Buenos vecino, malos políticos**: modernidad y política en el Gran Buenos Aires. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.
- FOSTER, George M. The dyadic contract: a model for the social structure of a Mexican Village. In: POTTER, Jack *et al.* **Peasant Society**: a reader. Boston: Little Brown, 1967.
- GEBRIM, Ricardo. *O papel das eleições na luta social*. **Jornal ou Revista Sem Terra – MST**, 09 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornal/258/realidade%20brasileira>>. Acesso em: 10 mar. 2010.
- GEERTZ, Clifford. Form and variation in balinese village structure. **American Anthropologist**, n. 61, 1959.
- _____. **Observando o Islã**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- GIUMBELLI, Émerson. Os azande e nós: experimento de antropologia simétrica. **Horizontes Antropológicos**. v. 12, n. 26, Porto Alegre, jul./dez. 2006.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOLDMAN, Marcio. 2001 Segmentariedades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 7, no. 2, p. 57-93, out. 2001.
- _____. Os Tambores dos Mortos e os Tambores dos Vivos. Etnografia, Antropologia e Política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 46, n. 2, 2003.
- _____. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006.
- _____; PALMEIRA, Moacir (Orgs.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- _____; SANTA'ANNA, Ronaldo dos Santos. Elementos para uma análise antropológica do voto. In: GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HEREDIA, Vitória M. A. **A morada da Vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____; PALMEIRA, Moacir. Entre duas eleições. Relações político-eleitor. In: HEREDIA, Vitória; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (Orgs.) **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- _____; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (Orgs.) **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- HERZFELD, Michael. **The poetics of manhood. Contest and identity in a Cretan mountain village**. Princeton, Princeton University Press, 1985.

- _____. As idéias são lugares. Entrevistas com Michael Herzfeld por António Medeiros. **Etnográficas**. Vol II (1), p. 149-166, Lisboa, 1998.
- _____. **Anthropology: Theoretical Practice in Culture and Society**. Oxford: Blackwell, 2001.
- _____. **Intimidade cultural**: poética social no Estado-Nação. Lisboa: Edições 70, 2008.
- KULICK, Don. **Travesti, prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- LEIRIS, Michel. **Espelho da Tauramaquia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Paroles Donées**. Paris: Plon, 1984.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. vol. 15, no. 32, p. 129-156, 2009.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARCELIN, Louis H. **A invenção da família afro-america**: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1996.
- MARQUES, Maria Claudia. **Intrigas e questões**: tramas sociais e vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002
- _____. Sobre lutas de famílias e suas tramas. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Org.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 353-366, 2006.
- MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. Reforma Agrária, o Impossível Diálogo sobre a História Possível (Ou, a arte de não Fazer Política, Fazendo). In: **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: EdUSP, 2000.
- _____. **O sujeito oculto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.
- _____. (Org.). **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MAYER, Adrián. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FIELDMAN-BIANCO, Bela. **A antropologia das sociedades complexas**. São Paulo: Global, 1987.
- MEDEIROS, Leonilde S. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

- _____; LEITE, Sergio. **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- _____. *et. al.* (Orgs). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- METZ, Luis Sérgio. **Assim na Terra**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MIDIAN, Sophia; MELO, Sérgio. O Fifó: ventos e combates no interior baiano. In: **Vozes da Democracia. Histórias da Comunicação na redemocratização do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Intervezes, Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006.
- NEJAR, Carlos. **Carta aos Loucos**. São Paulo: Editora Novo Século, 2008.
- OLIVEIRA, Eliane Martins. **Sinfonia inacabada**: segredo, imaginação e a comunidade de vida Canção Nova. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências HumMarias e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O diário e suas margens**. Brasília: Ed da UnB, 2002.
- OLIVEIRA, Valter Lúcio. **A ironia da realidade e os paradoxos da razão política**: sociabilidade e dinâmicas político-religiosas em espaços de luta pela terra no Rio Grande do Sul. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências HumMarias e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- ONG, Aihwa. Entrevista com Aihwa Ong. **Horizontes Antropológicos**. vol. 15, no. 31. Porto Alegre Jan./June, 2009.
- PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 20, 1992.
- _____. Política, facção e voto. In: GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. (Orgs). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- _____. Política, família, comunidade. In: GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. (Orgs.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- _____; BARREIRA, César (Orgs). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NuAp/UFRJ, 2006.
- _____; HEREDIA, Vitória. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico 94**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- _____. (Org.). **O dito e o feito**: ensaios de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2001.
- _____. **A teoria vivida e outros ensaios de Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- _____.; HEINICH, Nathalie. Le témoignage. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 62/63: 329, Juin, 1986.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- QUIRÓS, Julieta. Dar y recibir en la política social: los movimientos piqueteros en un mundo de planes. In: ROSATO, Maria; ARRIBAS, Victoria (Org.). **Antropología del Consumo. De consumidores, usuarios y beneficiarios**. Buenos Aires: Antropofagia, 2008, p. 277-299.
- ROSA, João Guimarães. **Corpo de baile**. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucanas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10 n. 1, p. 131-163. 2004.
- SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. O segredo. **Revista Política e Trabalho**, UFP, João Pessoa, 1999. Disponível em <<http://www.geocities.com/ptreview/15-simmel.html>>. Acesso em: 15 jul. 2009.
- _____. **Sobre la individualidad y las formas sociales: escritos escogidos**. Introducción y edición por Donald N. Levine. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Ediciones, 2002.
- _____. O Estrangeiro. **RBSE: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. João Pessoa, vol. 4, nº 12, 2005.
- SOUZA, Belarmino de Jesus. 1999. Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República. In: AGUIAR, Edinalva Padre *et al.* **Política: o poder em disputa — Vitória da Conquista e Região**. Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, p. 96-133. (Série Memória Conquistense N°. 4).
- STRATHERN, Marilyn. Double Standards. In: HOWELL, Signe (Ed.). **The Ethnography of Moralities**. London: Routledge, 1997.
- _____. Novas formas econômicas: um relato das terras altas da Papua-Nova Guiné. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 4, p. 109-139, 1998.
- TAMBIAH, Stanley. J. **Culture, Thought and Social Action: An Antropological Perspective**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- TOSTA, Susane. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.
- VELLEDA, Luis Antonio. **Um lugar ao Sul**. Olhares indiscretos sobre o Herval. São Paulo: editora All Print, 2007.

- VIMARIA, Aníbal Lopes. **Revista Histórica de Conquista**, vol. I, Vitória da Conquista: Brasil-Artes Gráficas, 1992.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, abr. 2002, vol. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.
- _____. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- _____. Filiação intensiva e aliança demoníaca. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 77, 2007.
- _____; SZTUTMAN, Renato (Org.) **Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.
- WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. Organização: Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- WOORTMANN, Klaus. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.